UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS-UFPel

Instituto de Ciências Humanas-ICH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese

História do Trabalho Portuário:

análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010

THIAGO CEDREZ DA SILVA

Pelotas, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS- UFPel

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-ICH

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese

História do Trabalho Portuário:

análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010

THIAGO CEDREZ DA SILVA

Orientador: Dr. Edgar Avila Gandra (UFPel)

PELOTAS, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586h Silva, Thiago Cedrez da

História do trabalho portuário : análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010 / Thiago Cedrez da Silva ; Edgar Avila Gandra, orientador. — Pelotas, 2023.

275 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. História. 2. História portuária. 3. Produção acadêmica. 4. Historiografia. 5. História do trabalho. I. Gandra, Edgar Avila, orient. II. Título.

CDD : 387.1

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

THIAGO CEDREZ DA SILVA

História do Trabalho Portuário:

análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Dr. Edgar Avila Gandra (UFPel)

PELOTAS, 2023

Thiago Cedrez da Silva

História do Trabalho Portuário:

análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 14/09/2023

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (orientador)
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

_____
Prof.ª Dr.ª Tatyana do Amaral Maia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)

_____
Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

_____
Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

_____
Prof. Dr. Robert Wagner Porto da Silva Castro
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil (DPHDMB)

Agradecimentos

Ao olhar para trás, nestes quatro anos de pesquisa, percebi que percorri um caminho de aprendizagem, amadurecimento pessoal e profissional. Um percurso que não foi fácil de ser trilhado, sobretudo porque não obtive apoio financeiro de órgão de fomento à pesquisa para realização deste trabalho. Mais do que nunca este é um espaço propício para agradecer àqueles que contribuíram de alguma forma para que este ciclo, que chega ao fim, fosse percorrido da melhor maneira possível.

No primeiro momento, agradeço a minha família pelo apoio dado em inúmeros momentos. Especialmente, a Juliane Petrarca, que está junto a mim nas horas boas e ruins e me incentiva a seguir adiante, acreditando em mim e nos meus esforços.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Edgar Ávila Gandra, que acreditou neste projeto e confiou na minha capacidade de realizar uma pesquisa de fôlego e entregar um trabalho significativo. Desde a graduação tive o privilégio de poder contar com suas orientações atentas, com sua sinergia e incentivos para manter-me firme no caminho da pesquisa. Obrigado pela amizade, dedicação e orientação. Sou grato pelo companheirismo e apoio profissional que recebi ao longo desses quatorze anos de convivência.

Agradeço a todos os amigos em geral, mas em especial ao Elvis Silveira Simões que, além de colega de profissão e de doutorado, esteve atento e disposto em nossas reuniões de discussões referente ao assunto trabalhado. Obrigado pelo companheirismo e amizade de sempre.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, que propiciaram o amadurecimento intelectual e científico necessários para a execução desta Tese. Em especial, àqueles que tive a oportunidade de ter aula.

Agradeço aos professores membros da banca que participaram da qualificação deste trabalho: Dra. Maria Cecília Velasco e Cruz (UFBA) e Dra. Karina Anhezini de Araújo (UNESP). Bem como, os membros presentes na banca de defesa desta tese: Dr. Marcos César Borges (UFPel), Dr. Charles

Pereira Pennaforte (UFPel), Dra. Tatyana do Amaral Maia (PUC-RS) e Dr. Robert Wagner Porto da Silva Castro (PUC-RS) que dispuseram do seu tempo para ler esta tese e fazer importantes contribuições a fim de enriquecer o trabalho.

Obrigado a todos!

SILVA, Thiago Cedrez da. **História do Trabalho Portuário:** análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010. Orientador: Edgar Avila Gandra. 2023. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Resumo: A presente tese visa realizar uma análise das produções acadêmicas referente ao trabalho portuário no Brasil publicadas entre 1973 a 2010. Visando compreender quem pesquisou e como estudou o tema, este trabalho avança incorporando como fonte a análise de sete revistas acadêmicas especializadas em História que podem abrir o espaço para a continuidade e divulgação dessas temáticas, bem como das dinâmicas daí advindas. Além disso, realizamos uma análise dos currículos de autores pioneiros neste assunto, a fim de compreender como se deu o processo de continuidade ou não das pesquisas produzidas. Estudaremos, também, a influência do contexto acadêmico e, até mesmo, a ingerência de uma obra sobre outra, bem como das próprias mudanças *in loco* nos portos. Nossa abordagem teórica envolve os conceitos-chaves de *historicidade* e *historiografia.* Adotamos, ainda, como aporte metodológico a *História Comparada Interconectada* e a *análise de conteúdo qualitativa e quantitativa*. Nossas fontes de pesquisa principais são as dezesseis produções academicas de característica monográfica, dissertativa e tese. Complementadas com o corpus documental de sete revistas academicas de História e treze currículos lattes analisados.

Palavras-chaves: História; História Portuária; Produções Academicas; Historiografia; História do Trabalho;

SILVA, Thiago Cedrez da. **History of Port Work:** analysis of academic productions in Brazil between 1973 and 2010. Advisor: Edgar Avila Gandra. 2023. 275 f. Thesis (Doctorate in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

Abstract: This thesis aims to carry out an analysis of the academic productions related to port work in Brazil published between 1973 and 2010. the space for the continuity and dissemination of these themes, as well as the resulting dynamics. In addition, we carried out an analysis of the curricula of pioneering authors in this subject, in order to understand how the process of continuity or not of the produced researches took place. We will also study the influence of the academic context and even the interference of one work on another, as well as the changes in loco in the ports. Our theoretical approach involves the key concepts of historicity and historiography. We also adopted the Interconnected Comparative History and the qualitative and quantitative content analysis as methodological support. Our main research sources are the sixteen academic productions of monographic, dissertation and thesis characteristics. Complemented with the documentary corpus of seven academic journals of History and thirteen lattes curriculums analyzed.

Keywords: History; Port History; Academic Productions; Historiography; Labor History;

Lista de Imagens

Figura Mandala do setor portuário nacional 99

Lista de Tabelas:

Tabela 1 - Produções Acadêmicas entre 1973 a 1986 60
Tabela 2 - Quadro demonstrativo da Geografia Institucional das Produções Acadêmicas (1973-1986) 62
Tabela 3 - Portos estudados nas produções acadêmicas entre 1973 a 1986.. 64
Tabela 4 - Apoios Financeiros à Pesquisa nas obras de 1973 a 1986.....65
Tabela 5 - Produções acadêmicas na década de 1990..... 65
Tabela 6 - Apoios Financeiros à Pesquisa nas obras da década de 1990….. 75
Tabela 7 - Portos estudados nas produções acadêmicas na década de 1990.75
Tabela 8- Quadro demonstrativo da Geografia Institucional das Produções Acadêmicas (Década de 1990) 76
Tabela 9 - Produções acadêmicas na década entre os anos 2000 a 2010 77
Tabela 10 - Apoios Financeiros à Pesquisa nas obras entre os anos de 2000 a 2010 93
Tabela 11- Quadro demonstrativo da Geografia Institucional das Produções Acadêmicas (2000 a 2010) 94
Tabela 12 - Portos estudados nas produções acadêmicas entre os anos 2000 a 2010 95
Tabela 13- Portos estudados nas produções acadêmicas entre os anos 1973 a 2010 98
Tabela 14 - Quadro geral das produções acadêmicas entre 1973 a 2010 100
Tabela 15 – Quadro de fontes na década de 1990 134
Tabela 16 – Quadro de fontes na década de 1990 em porcentagem 135
Tabela 17 – Quadro de fontes (2000 a 2010) 173
Tabela 18 – Quadro de uso metodológico de 1973 a 2010 174
Tabela 19- Quadro de referências teóricos de 1973 a 2010 178
Tabela 20- Produções da Revista Brasileira de História 181
Tabela 21- Produções da Revista Estudos Históricos 191
Tabela 22- Produções da Revista Anos 90 –UFRGS 195
Tabela 23- Produções da Revista Navigator 199
Tabela 24- Produções da Revista História Social 203
Tabela 25- Produções da Revista Cadernos AEL 207
Tabela 26- Produções da Revista Mundos do Trabalho 212

Lista de Abreviatura e Siglas:

ABHO- Associação Brasileira de História Oral
ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAS - Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Social
CGT- Comando Geral dos Trabalhadores
CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas
CNM- Confederação Nacional dos Marítimos
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CMM- Conselho da Marinha Mercante
CSTM- Conselho Superior do Trabalho Marítimo
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEPREC- Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DOPS- Departamento de Ordem Política e Social
DOI-CODI- Destacamento de Operações de Informações-Centro de Defesa Interna
DOU- Diário Oficial da União
DTM- Delegacia de Trabalho Marítimo
FAEM – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FESPSP- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FUP- Frente Única Proletária
FURG - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNE– Federação Nacional dos Estivadores
HUCITEC - Humanismo, Ciência e Tecnologia
IAPETC- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transporte e Cargas
IAP- Instituto de Aposentadoria e Pensões
IUPERJ- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MTIC- Ministério dos Transportes, Indústrias e Comércio

NDH- Núcleo de Documentação Histórica

PAEG- Plano de Ação Estratégico de Governo

PROSUP- Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PUA- Pacto Unificado de Ação

RBH – Revista Brasileira de História

REH- Revista de Estudos Históricos

RHS – Revista de História Social

SERG- Sindicato dos Estivadores de Rio Grande

SUO- Sociedade União Operária

SUTE- Sociedade União dos Trabalhadores da Estiva

SES- Sindicato dos Estivadores de Santos

STSPRG- Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuário de Rio Grande

STSPPA - Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre-RS

SACAER- Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador do Estado do Rio

SRTTC- Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café

TOH - Teoria da Organização Humana

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNIMEP- Universidade Metodista de Piracicaba

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos

UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta

UOS- União dos Operários Estivadores

SUMÁRIO

Introdução 15

Capítulo 1: A Universidade e a História do Trabalho Portuário no Brasil 47

1.1- A história no Campo Acadêmico..... 48
1.2- Produções acadêmicas entre 1973 e 1986..... 55
1.3- Produções acadêmicas na década de 1990 64
1.4- Produções acadêmicas na década entre os anos 2000 a 2010 78
1.5- Geografia Institucional das produções acadêmicas 100

Capítulo 2: Para Além do conteúdo: uma análise da organização das produções acadêmicas..... 104

2.1- Organização das obras publicadas entre 1973 a 1986 105
2.2- Produções acadêmicas da década de 1990: organização da obra, teoria, metodologia e fontes..... 121
2.3- Produções acadêmicas da década de 2000 a 2010: organização da obra, teoria, metodologia e fontes..... 136

Capítulo 3: Publicações sobre a História do Trabalho portuário nas Revistas acadêmicas especializadas entre 1973 a 2010..... 188

3.1- Revista Brasileira de História..... 191
3.2- Revista Estudos Históricos..... 194
3.3- Revista Anos 90..... 198
3.4- Revista Navigator..... 202
3.5- Revista História Social 206
3.6- Revista Cadernos AEL..... 212
3.7- Revista Mundos do Trabalho..... 218
3.8- Como foram as produções dos autores que estudamos após a publicação das suas obras principais? 224

Considerações Finais: um "mar" propício para novas pesquisas 239
Fontes Consultadas 263
Referências Bibliográficas 266

Introdução

A história do trabalho e dos diversos grupos de trabalhadores que convivem no espaço portuário no Brasil é um campo de conhecimento ainda em construção. O que sabemos sobre essas Histórias? Indagações acerca da história do trabalho e dos trabalhadores que compartilham o espaço portuário brasileiro são inerentes a esta pesquisa, constituindo-se em um questionamento basilar que a motivaram.

Somam-se a esse aspecto outras questões: É possível afirmar que exista uma imagem que pode ser considerada representativa dos trabalhadores portuários do Brasil em sua totalidade? Possivelmente não, pois cada porto possui peculiaridades locais, agrupamentos distintos de pessoas e trajetórias individuais. Entretanto, é indubitável a existência de um elemento comum, entre outros, que caracteriza o trabalho e os trabalhadores portuários ao longo da História. Essa característica engloba uma notável capacidade de resiliência, adaptação, resistência e, porventura, aspirações e anseios pessoais e profissionais daqueles que veem no porto um meio de sobrevivência. Tal percepção é evidenciada à medida que lemos as dezenas de produções acadêmicas sobre essa classe de trabalhadores.

Neste sentido, podemos inferir que o porto transcende sua concepção meramente como local de trabalho, constituindo-se como um ambiente multifacetário, uma verdadeira porta de entrada e saída de mercadorias, serviços, valores, expressões culturais e trajetórias históricas.

Frente a essas questões, esta tese tem como baliza de análise dezesseis produções acadêmicas sobre os trabalhadores portuários brasileiros, visando compreender quem pesquisou e como estudou este tema. Este trabalho também avança incorporando a análise de sete revistas acadêmicas especializadas em História que poderiam abrir o espaço para a continuidade e divulgação dessas temáticas, bem como das dinâmicas daí advindas. Além disso, uma reflexão importante que fazemos é a análise dos currículos de autores pioneiros no assunto, a fim de compreender como se deu o processo de continuidade ou não dessas pesquisas produzidas entre 1973 a 2010. Com esse escopo, buscamos responder a pergunta central deste trabalho: quais foram as relações e

influências que marcaram as produções acadêmicas sobre a temática do trabalho portuário no período referido?

Analisar a história do trabalho e dos trabalhadores dos Portos no Brasil a partir de produções acadêmicas pode ser algo desafiador tendo em vista a multiplicidade de abordagens possíveis. Além disso, refletir sobre as atuações dos trabalhadores tendo como prisma a sua trajetória na historiografia é um desvelar complexo. Todavia, é uma abordagem possível dentro da perspectiva de construção de uma tese. Sendo que, mesmo não sendo este o foco central desta pesquisa, lançaremos luzes sobre essa indagação. As diferentes categorias que compõem este cenário portuário estão, por óbvio, imersas no processo histórico vivenciado no contexto brasileiro.

Nossa tese, portanto, visa realizar uma reflexão sobre a produção acadêmica referente ao trabalho portuário no Brasil entre 1973 a 2010, a partir da análise de obras (monografias, dissertações e teses), de revistas acadêmicas de História e dos currículos lattes dos produtores das obras em tela. Destaco, que a Tese está centrada na análise das dezesseis produções acadêmicas que compõem as nossas fontes. Os demais elementos, embora relevantes, são secundários para a compreensão da nossa problemática de pesquisa. Temos como chaves de leitura alguns pontos de reflexão como: quais foram as obras publicadas neste período? Como era o contexto de produção destas pesquisas? Qual era geografia institucional de produção acadêmica neste período? Houve mútuo diálogo ou interconexões entre os autores em suas obras? Quais categorias de obreiros do universo portuário foram mais estudadas neste período? Após a publicação desses trabalhos, houve continuidade ou não de suas pesquisas? Quais foram os meios acadêmicos utilizados pelos autores para disseminarem suas pesquisas? Essas indagações, no nosso entender, permitirão fazer um mapeamento dessas produções e seus sentidos acadêmico e social.

Soma-se a isto, o aspecto da própria corrente interpretativa do historiador, que passa pelos filtros metodológicos, teóricos, ideológicos e institucionais presentes nas escolas históricas[1] em que se situa. Bem como, a própria trajetória

[1] Concordamos com a perspectiva da compreensão sobre Escolas Históricas de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009) na qual diz que "[...] Uma "escola" histórica, por sua vez, é uma corrente historiográfica que agrega diversos historiadores com perspectivas em comum. Por

de pesquisa e escrita do historiador. Cabe aqui ressaltar que, sobre a temática em questão, há diferenciadas correntes historiográficas além da história social do trabalho, como por exemplo, a história econômica e global. Destarte, conforme se observará ao longo desta tese, há uma predominância evidente da História Social.

Nosso papel aqui é compreender essa complexidade de olhares acadêmicos debruçados sobre o trabalho portuário no Brasil. De forma ampla, no campo da historiografia do trabalho no Brasil, encontram-se diversos estudos investigativos sobre categorias específicas de trabalhadores[2], seus sindicatos e ações coletivas dessas entidades. Frente a esse leque de pesquisa, é possível observar uma aproximação de como os autores percebem o trabalho, e o próprio trabalhador portuário, ao longo dos anos mencionados. Bem como, as mudanças operadas nessas interpretações, tais como o papel da categoria, sua militância, as mudanças do mundo do trabalho e as modernizações portuárias.

Uma questão pessoal que gostaríamos de explicitar, a qual tem ligação com a produção historiográfica, é minha inserção na temática que emerge no período dos meus estudos iniciais na Graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, quando visitei a sede do Porto Público da cidade de Pelotas-RS. Naquela época, em meados de 2009, este porto estava com reduzido movimento de trabalho de carga e descarga de produtos e mercadorias. A sua estrutura, a meu ver, deteriorava-se ao longo do tempo. Atualmente, o Porto de Pelotas é um centro cultural da cidade, uma vez que passou a ser um ponto de encontro de pessoas que, aos finais de semana, reúnem-se em seu entorno para conversar e passear com suas famílias e amigos. Como leigo no assunto, naquele momento, perguntava-me: Se o porto é a entrada e a saída de mercadorias da cidade, por que está tão parado? Como deveria ser trabalhar nesta estrutura em dias de movimentação portuária? Quem são as pessoas que trabalhavam neste ambiente? Quanto recebiam e recebem,

outro lado, a historiografia também nos permite, por meio do estudo daqueles que escreveram a História antes de nós e do processo de como escreveram essas histórias, entender os elementos comuns aos intelectuais de um mesmo período. E, nesse sentido, a historiografia é uma forma de se estudar a História das ideias" (SILVA & SILVA, 2009, p. 189).

[2] A título de nota percebe-se, por exemplo, sobre os metalúrgicos; os ferroviários; os bancários; operários de indústrias têxteis; dentro outras.

financeiramente, os trabalhadores do Porto? Quem pesquisa e estuda sobre esta temática?

Algumas respostas a esses questionamentos geraram surpresa. Grande número de trabalhadores tinha uma alta remuneração a sua época mesmo sendo trabalhadores de baixa escolaridade. O Porto vivenciava um período de sazonalidade de movimentação de cargas, com um grande volume de trabalhadores e escassez de trabalho propriamente dito. Ao longo do tempo fomos compreendendo, a partir de um conjunto de informações que prospectamos, que o local passara por diversas fases de ampliação e reformas e que existiam, em seu entorno, diversas fábricas dos mais variados segmentos. Existia ali, portanto, uma singularidade urbana característica de um bairro portuário. Quando o professor Dr. Edgar Avila Gandra ingressou no quadro docente do curso de História da UFPel, contatei-o, demonstrando meu interesse em pesquisar mais sobre a História Portuária. Gandra possui uma significativa produção acadêmica sobre a temática e isso despertou em mim a possibilidade de avançar nos estudos sobre esse tema. Neste caso, observa-se claramente o quanto questões trabalhadas pelos professores nas aulas ou discutidas na bibliografia indicada a partir de projetos de pesquisa despertam, por vezes, a vontade de se aprofundar em estudos, como bem refletiu Tânia de Luca (2020). Para a autora, nossas decisões,

> [...] além de se subordinarem a preferências e curiosidades de cunho estritamente pessoal, também se articulam ao espaço institucional no qual se dão a formação e a atuação dos historiadores. Noutros termos, pode-se aprender a gostar ou se interessar por aquilo que se tem à disposição. Assim, nossa atenção também é atraída pelo que nos é apresentado. (DE LUCA, 2020, P. 64)

Como resultado deste interesse, em 2013, apresentei minha monografia[3] de conclusão de curso, na qual discuti a experiência histórica dos estivadores rio-grandinos no ano de 1964. É digno de nota, que não foi possível pesquisar mais sobre os trabalhadores portuários de Pelotas-RS por conta da escassez de fontes sobre esses obreiros. Nossa atenção voltou-se, portanto, para o porto

[3] SILVA, Thiago Cedrez. **No embalo da onda**: a memória da trajetória do sindicato dos Estivadores de Rio Grande no Ano de 1964. Pelotas, UFPEL, 2013. (Monografia).

vizinho, o de Rio Grande-RS, que propiciava mais acesso às fontes. Naquele momento, defini uma temática de pesquisa que persistiu até hoje, com esta tese. Portanto, a monografia foi o primeiro exercício acadêmico completo, e dele, acabei direcionando minhas pesquisas para este campo da História. Pouco tempo depois, em meados de março de 2014, ingressei no Mestrado em História da mesma instituição de ensino acima mencionada, ampliando minhas pesquisas sobre a História do Trabalho e dos Trabalhadores Portuários.

Após dois anos, concluí minha dissertação de Mestrado[4]. O foco da dissertação era investigar a experiência histórica dos Estivadores do Porto de Rio Grande-RS ao longo da década de 1960 e compreender os impactos no cotidiano de trabalho e do sindicato advindos da mudança no regime político que ocorreu neste período, bem como os aspectos identitários e culturais do "ser" estivador diante de uma multifacetária operação de trabalho portuário. Para isso, interagi com várias literaturas do período, busquei diálogos comparativos com outros portos que pudessem dialogar, a fim de construir uma dissertação mais qualificada.

Nesse caminho, uma lacuna ficou perceptível, ou seja, não identifiquei uma obra que reunisse as produções acadêmicas que tratasse sobre esse assunto, que ajudasse a compreender a dinâmica do trabalho portuário a nível nacional. Portanto, esse é um dos motivadores da presente tese, a falta de uma obra que reunisse, discutisse e que abarcasse a trajetória dos trabalhadores portuários no Brasil. Portanto, durante a escrita da dissertação, percebi que não havia nenhuma pesquisa que abordasse o conjunto de obras acadêmicas, até então, dispersas e já publicadas no Brasil, sobre a História dos Trabalhadores nos portos do país. Ademais, se houvesse uma obra estruturada, muito auxiliaria o meu entender da época, bem como outros historiadores que tivessem interesse sobre o assunto.

Não sabemos se esta Tese alcançará o patamar de um trabalho de referência bibliográfica para pesquisadores interessados na História do Trabalho ou, pelo menos, do trabalho portuário no Brasil. Em todo caso, nosso objetivo, modesto em sua essência, aproxima-se da compreensão de Silvia Petersen no

[4] SILVA, Thiago Cedrez da. **Dos porões ao Cais**: memória e experiência de estivadores do Rio Grande/RS nos anos de 1960 a 1969. Pelotas, UFPEL, 2016. (Dissertação).

que tange ao esforço das produções acadêmicas que apresentam um panorama mais amplo. Para autora,

> Os trabalhos de referência bibliográfica sempre cumprem um papel muito importante na pesquisa histórica, pela simples razão de que, ao oferecer um amplo panorama da produção sobre uma determinada temática, economizam aos interessados, às vezes, um enorme gasto de tempo na tarefa de mapear o que já foi investigado. Em minha experiência de pesquisa, sempre sou muito grata aos autores que se dedicam a este trabalho meio insano de coletar informações bibliográficas que, por sua natureza, aparecem sempre dispersas, até que alguém se disponha descobri-las, reuni-las e torná-las disponíveis aos interessados. (PETERSEN, 2010, p. 259)

Ao nosso ver, os portos são um setor importante não só para a economia, mas também para as cidades, visto que marcam sua tessitura social sendo, ainda, as "portas" de entrada de diferentes culturas. Soma-se a isso, o aspecto de a categoria portuária ter uma ligação mundial tanto na ótica de trabalho quanto na cultura. Há, portanto, uma formação por ofício que proporciona uma interação com o "mundo".

A riqueza de se estudar a categoria de operários portuários[5], a qual nos propormos aqui, estaria também na poliformia cosmopolita que as cidades portuárias adquiriram e que seus trabalhadores apresentavam enquanto grupo singular nas suas atividades. Os portos possuem categorias de trabalhadores que, historicamente, tornaram-se referência de luta sindical por direitos. Ao nosso ver essas categorias são significativas para a compreensão da História do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil. Esses operários participaram ativamente de lutas sindicais, inclusive apoiando, em inúmeras regiões e períodos, outros setores estratégicos de trabalho como por exemplo os ferroviários, os metalúrgicos, os bancários.

A partir destas e de outras reflexões, começamos a desenvolver esta tese, e, ao longo da jornada, alguns desafios foram encontrados na pesquisa. O primeiro foi relacionado às fontes de pesquisa. Quais critérios definir para delimitar as obras que seriam analisadas? Frente a esse escopo, identificamos

[5] Daqui em diante usaremos o termo trabalhadores portuários de forma sintetizar e reunir com a clareza de que no porto, temos a presença de diversas outras categorias de trabalhadores como, por exemplo, os estivadores, portuário de capatazia (também conhecidos como doqueiros), arrumadores, consertadores, conferentes, vigias de embarcações e trabalhadores dos blocos.

que existem várias publicações de pesquisas acadêmicas relacionadas ao porto, não tantas quanto a sua potencialidade. Neste aspecto, optamos por delimitar e analisar, como fontes, apenas as obras que tratam especificamente sobre os Trabalhadores Portuários no Brasil que estão inseridas no campo da História e, em um caso específico, aquelas que são da área da Ciências Sociais que foram publicadas entre 1973 a 1986. Isto porque, estas últimas obras, consideramos como pioneiras no que tange à especialização temática no estudo destas categorias.

Após essa definição, um dos desafios iniciais da pesquisa foi o processo de localização dessas obras. O primeiro passo consistiu em explorar o acervo e catálogo de dissertações e teses publicadas no portal da Capes[6]. Algumas obras foram encontradas nesse repositório digital. Para realizar essa busca, utilizou-se de palavras chaves como, por exemplo: estivador; portuário; história portuária; história portuária no Brasil; arrumadores; consertadores.

Além disso, realizou-se um levantamento em sites de venda de livros online, com destaque para o portal Estante Virtual, que fornece visibilidade para proprietários de sebos comercializarem obras de seus acervos. Neste ambiente, foi possível adquirir alguns livros de autores que transformaram suas pesquisas acadêmicas em publicações. Por fim, ao investigar as referências bibliográficas das obras acessadas, foi viável identificar a instituição universitária à qual o pesquisador esteve vinculado durante seus estudos. Dessa forma, acessei os sites das respectivas instituições de ensino e consegui encontrar algumas obras em seus bancos de acervo.

Deste período até 2010, analisaremos apenas as obras produzidas no campo da História. No entanto, as demais obras encontradas no decorrer da pesquisa inevitavelmente estarão presentes no trabalho, a fim de complementar as discussões feitas e apresentar um leque mais abrangente de diferentes olhares que existem sobre os portos. Nas considerações finais, iremos extrapolar um pouco o nosso recorte temporal analítico e apresentar, brevemente, essas produções acadêmicas de diferentes áreas que tivemos acesso.

A escolha deste recorte temático e temporal ganha força junto ao fato de que os estudos específicos sobre os portos e o trabalho portuário no Brasil,

[6] Para mais informações ver: < https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em março de 2019.

desde 1970, com a ampliação da historiografia acadêmica do movimento operário, estavam sendo conduzidos pela ciência política e pela sociologia (BATALHA, 1998). Com a produção da década de 1980, as discussões sobre a temática foram ampliadas e, ao mesmo tempo, refinaram e especificaram o leque de pesquisas. Esse movimento de ampliação e fragmentação dos estudos ocorreu, ao nosso ver, devido as influências historiográficas advindas do exterior, como, por exemplo, a historiografia marxista inglesa, com os expoentes E. P. Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (1981:1987).[7] Ainda, no ambiente acadêmico, ocorreu o surgimento de cursos de pós-graduação em história e a aceitação de novas fontes de pesquisa históricas.

Os temas clássicos abordados pela historiografia do trabalho deixam de ser apenas sobre a história do movimento operário e se debruçam sobre o estudo ampliado da cronologia, dos espaços geográficos e das diversas personagens em suas categorias de trabalho. Nesse movimento de produção historiográfica, observamos a posição dos estudos sobre o porto e seus trabalhadores em diferentes cenários nacionais e com características diferenciadas ao longo do tempo.

Na década de 1990 no Brasil, a historiografia procura, numa perspectiva mais ampla, repensar o tratamento da história obreira, almejando novos caminhos e preocupações. Como bem salientou Claudio Batalha (1998, p. 156), inicia-se um processo de aprofundamento dos estudos regionais (Silvia Petersen, 1994); dos estudos sobre setores de produção e por categorias de trabalhadores (Fernando Teixeira da Silva, 1995) e, dos estudos sobre o papel do gênero no interior da classe operária (Joel Wolfe, 1993). Há, ainda, neste período, uma produção que buscou apresentar novos olhares sobre temas clássicos que tratam da história operária do pós-guerra, indo além dos limites dos estudos dominantes dos cientistas políticos sobre o movimento obreiros

[7] Cabe salientarmos que outros estudos também propiciaram a mudança de enfoque na historiografia brasileira operária. E, nesse sentido, Claudio Batalha (1998) destaca: Michele Perrot (1974); Gareth Stedman Jones (1983); Hebert G. Gutman (1977); Cornelius Castoriadis (1985); e, Georges Haupt (1988). Para mais discussão sobre o assunto, ver: RAMOS, Igor Guedes. **A historiografia brasileira sobre o trabalho**: Entre Thompson e Foucault. *In:* Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia*: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

denominado “populista” (Weffort, 1975; José Álvaro Moisés, 1978, John D. French, 1995; Claudio Batalha, 1996).

As produções acadêmicas aqui elencadas como fontes, estão inseridas neste cenário de mudanças historiográficas e, indicaram o surgimento de algumas categorias específicas do trabalho portuário, como, por exemplo: os portuários de capatazia, os estivadores, os arrumadores ou os vigias portuários. Dedicaram-se, ainda, a compreender os aspectos locais de atuação sindical e política, a cultura de trabalho e a participação social, suas identidades e diferenças em períodos específicos da história do trabalho portuário no Brasil. Nesse sentido, analisaremos o trabalho portuário como um todo, a partir das produções acadêmicas já elencadas para o estudo. Consideraremos, das nossas fontes, a abordagem das especificidades locais e regionais, bem como suas perspectivas teóricas e metodológicas de interpretações dentro do campo de estudos da história do trabalho.

É digno de nota deixar claro ao leitor que esta tese considera os diferentes níveis de aprofundamento de pesquisa das obras aqui analisadas. No entanto, todas contribuirão para uma análise ampliada e crítica sobre a temática em apreço. Cabe ressaltar que a escolha do recorte temporal de análise até o ano de 2010 é fundamentada, principalmente, pela perspectiva pessoal do autor. Isso se deve, em grande parte, à lógica de análise adotada para neste estudo destes períodos, que consistiu na divisão em décadas. Em outras palavras, a análise comparativa foi segmentada em recortes que abrangem as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Esta abordagem foi considerada a mais acolhedora para viabilizar este estudo e alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

Dessa forma, a nossa tese também objetiva, ainda que de forma breve, refletir e compreender as trajetórias das produções acadêmicas frente a constante mudança do ambiente de trabalho dos obreiros de carga e descarga de navios, visando a compreensão da própria categoria. Ao longo do estudo, percebemos que houve diferentes abordagens por parte dessas produções em relação ao estudo dos trabalhadores do porto. Nossa tese é a de que tais diferenças ocorreram pelas paulatinas mudanças das abordagens metodológicas de pesquisas históricas e suas influências teóricas do campo historiográfico. Acreditamos que isso proporcionou diferentes enfoques nos três blocos de tempo analisados nesta tese. Além disso, a própria transformação do

trabalho portuário, com suas mudanças tecnológicas, solicita a reformulação dos modelos de análise da historiografia.

Essas agremiações de trabalhadores estão em permanente mutação diante da modernidade industrial capitalista ocorrida ao longo dos séculos XX e XXI. Apesar de a carga e a descarga de navios constituírem uma função perdurável, a categoria continua sendo estratégica, possuindo um significativo poder de barganha frente aos seus empregadores quando o assunto é a luta pelos direitos da classe, pelo menos até as mudanças advindas da Lei 8.630 de Modernização dos Portos no país datada de 1993. No nosso entendimento, após o estudo das fontes existem variações de temporalidade na dinâmica de trabalho portuário, gerando influência no olhar interpretativo do historiador e nas obras por eles produzidas. Há "época de ouro" destes trabalhadores, entendida como um período de efervescência sindical que motivou diversas pesquisas. De 1930 a 1964, por exemplo, portuários, estivadores e arrumadores tiveram um significativo crescimento sindical advindo das constantes lutas por direitos trabalhistas e melhores condições de vida.

As fontes de pesquisa principais desta tese são, especificamente, as produções acadêmicas sobre os trabalhadores do porto no Brasil feitas entre os anos de 1973 a 2010, prioritariamente as da área da História. Neste momento do estudo identificamos dezesseis pesquisas, as quais estão divididas em trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado voltadas para o nosso objeto de pesquisa.

Para que possamos analisar esse conjunto de fontes, dividiremos por períodos diferentes, que devem ser analisados no seu contexto de produção, ou seja, primeiro as obras publicadas entre 1973 a 1986. Segundo, as obras lançadas na década de 1990 e, por fim, aquelas que se encontram na entre 2000 a 2010. Verificaremos, ao longo desta pesquisa, quais temas são mais frequentes nessas produções, sendo possível observar, neste recorte temporal, algumas lacunas, tais como a época da escravidão em relação ao trabalho portuário e a época do Estado Neoliberal, considerado o momento de desestruturação dessas categorias. Além disso, numa perspectiva teórica e historiográfica, a ausência de uma perspectiva decolonial nas obras.

Para que ocorra uma análise robusta do *corpus* historiográfico, Cardoso e Vainfas advertem que:

> O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente.* (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 377)

Desta forma, nos aproximamos da Análise de Conteúdo como inspiração metodológica de forma a possibilitar a apresentação de uma percepção crítica da escrita acadêmica nestas produções em seus devidos contextos de produção. Esta abordagem baseia-se, principalmente, na relação quantitativa versus qualitativa. Apesar de serem complementares, elas apresentam esferas de atuação diferenciadas no interior de uma pesquisa. Conforme Laurence Bardin (1977) aponta essa ótica na seguinte passagem:

> A abordagem quantitativa e a qualitativa não têm o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é bem mais controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos ou à evolução das hipóteses. (BARDIN, 1977, p. 115)

Neste sentido, buscaremos analisar as produções acadêmicas sobre o trabalho portuário no Brasil com foco nas principais características dessas pesquisas, já mencionadas. Analisaremos, ainda, as condições de produção na perspectiva do seu contexto. Nesta fase, analisaremos as correntes teóricas que marcaram os aspectos da escrita e escolhas de abordagens na interpretação histórica.

Sobre este aspecto da abordagem metodológica qualitativa e quantitativa, precisamos destacar que, durante o nosso segundo capítulo, iremos realizar uma análise dos aportes teóricos-metodológicos que os autores utilizaram para consolidação de suas pesquisas. Especificamente nesta etapa, para uma visualização comparativa, faremos o uso de tabelas com a finalidade de elencar esses aportes visando organizar as informações, visto que, ora foram utilizadas fontes para qualificar o debate e, em outros momentos, refletiram, metodologicamente, sobre a quantidade da fonte ou número de elementos utilizados para dar sentido as suas reflexões. O leitor perceberá uma descrição maior da classificação qualitativa e quantitativa em quase todas as obras. Sobre

isso, é preciso deixar claro que, não necessariamente, os autores nomearam em seus textos a adoção desta modalidade metodológica em suas pesquisas. Aliás, tivemos dificuldades na identificação expressa utilizada por alguns autores, pois em sua maioria não foram suficientemente “generosos” com o leitor durante a escrita, na denominação clara do universo metodológico utilizado. Logo, alguns trabalhos priorizaram mais a discussão teórica, enquanto outros enfatizaram a discussão bibliográfica da temática em apreço.

Em geral, utilizaram citações amplas denominando alguma parte do método como, por exemplo, o uso da História Oral ou Método Comparativo, disseram que trabalhariam com jornais e documentos oficiais, mas não explicaram como fariam isso. Por essa razão, tivemos dificuldades na análise, já que não identificamos de forma clara o processo de aplicação do método utilizado e, por ser complicado buscar um método apenas pelo componente teórico, optamos por uma generalização objetivando facilitar o processo de exposição das trajetórias de pesquisa dos autores analisados.

Assim, esta foi uma das lacunas que encontramos durante a análise do tópico sobre as fontes e, em razão da omissão dos autores, iremos denominar seus métodos a partir de uma análise qualitativa e quantitativa, a fim de termos um parâmetro de análise. Para não cair nas armadilhas do anacronismo, assumimos o papel de definidor dessa metodologia e consideramos ter sido abarcado o norte de análise quantitativo e qualitativo no manuseio das fontes. Destarte, é importante deixar claro que sabemos que cada uma destas análises não é igual. Temos a consciência de que a análise e interpretação histórica feita por esses pesquisadores foram criteriosas e seguiram os rigores de uma pesquisa científica. Reforçamos, contudo, que não explicitaram claramente suas abordagens metodológicas.

Durante a leitura, percebemos que muitas destas obras adotaram uma perspectiva da História Social e que seus filtros teóricos perpassaram o método materialista histórico-dialético[8], base da concepção marxista sobre a sociedade e o desenvolvimento histórico. Cabe recordar que tal abordagem tem sido

[8] O método materialista histórico-dialético é uma abordagem filosófica e metodológica desenvolvida principalmente por Karl Marx e Friedrich Engels, que serve de base para a compreensão da história, da sociedade e das mudanças sociais. Esse método é utilizado como uma ferramenta para analisar e interpretar os processos históricos, bem como as estruturas sociais e psicológicas.

aplicada em diversos campos de estudo, como sociologia, economia, história e ciência política, para analisar e interpretar questões sociais e históricas complexas. Logo, embora não expressa especificamente nos textos pelos autores em termos metodológicos, podemos presumir, por óbvio, que seus olhares teórico-metodológicos estavam conectados com esta ótica sobre o passado. Destarte, pela ausência de um debate metodológico em suas obras é apenas um indicativo de sua escolha de trabalho com as fontes.

No nosso recorte temporal, foi preciso considerar o contexto de aumento das pesquisas acadêmicas advindas do surgimento de novos programas de pós-graduação e da influência de uma perspectiva teórica que valoriza o cotidiano, a cultura e o modo de vida dos trabalhadores no campo da História. Percebemos, então, um esforço dos estudiosos da história social no Brasil em questionar os marcos da História política e econômica, problematizando as ligações entre a história do movimento obreiro e a militância política.

Além disso, é possível inferir que as discussões advindas das obras de E. P. Thompson, por exemplo, permitiram aos historiadores se debruçarem em novas perspectivas históricas sobre a classe operária, indo além "do quadro estreito da história política e ideológica a qual tinha sido confinada"[9]. Assim, ao dar voz às experiências compartilhadas pelos trabalhadores ingleses na sua definição de cultura, Thompson lança luzes para análises mais incisivas da participação dos trabalhadores como agentes históricos na sociedade em que estavam inseridos.[10]

Ao nos debruçarmos sobre o estudo das produções acadêmicas como fonte, não perdemos de vista a noção de que toda fonte escrita representa também a análise de um indivíduo que tanto narra os fatos como também os interpreta, tendo como base o seu arcabouço teórico-metodológico e o seu contexto de produção. Em outras palavras, a forma como diversos estudiosos se posicionam em relação aos eventos do passado não só nos fornece "insights"

[9] THOMPSON, Edward. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizadores: Antônio Luigi Montenegro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2001, p. 277.

[10] Como bem salientou Michel de Certeau, "Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural... Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2008, p. 66.)

sobre o desenvolvimento da disciplina histórica, seus instrumentos e métodos, mas também revela aspectos cruciais da sociedade e do contexto em que essas obras foram criadas.

Desta forma, para uma compreensão mais apurada das diferentes interpretações históricas feitas durante essas produções acadêmicas sobre os trabalhadores no porto no Brasil, nos apropriamos da categoria/conceito de historicidade, discutida por Martin Heidegger (1996), em *Ser e Tempo*[11]. O autor compreende a historicidade como "a estrutura do acontecer humano, ou a temporalização de sua temporalidade". Esta historiografia sobre as categorias portuárias abarca diferentes temporalidades, tanto na sua produção como na interpretação sobre os trabalhadores do porto. Entendemos que o conhecimento histórico é intrinsecamente "animado", uma vez que cada geração pode se dedicar a reexaminar, reinterpretar e reescrever o passado, que, por sua vez, é profundamente influenciado pela historicidade, ou seja, pela natureza transitória e mutável dos acontecimentos e processos históricos. Logicamente, nossos autores também estão imersos neste processo.

Por este prisma, percebemos que a compreensão do termo historicidade está inserida em um tempo histórico marcado pelas diferentes formas de acesso ao passado tidas pelo pesquisador bem como da sua própria identificação e/ou tendência teórico/metodológica. Além disso, a própria forma de identificação advém dos problemas elaborados pelo período histórico em que se encontra inserido o pesquisador. Assim, uma analítica das produções acadêmicas teria como objetivo próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e, ainda, como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, conforme poderá ser observado ao longo desta tese.

Não abordaremos detalhadamente a trajetória individual de cada pesquisador dos trabalhos acadêmicos que utilizamos como fonte. No entanto, vale uma breve investigação para conhecermos os autores e as suas produções. Analisar a trajetória de pesquisa apresenta desafios, principalmente considerando que essa trajetória é fluida e dinâmica, dependendo das configurações à medida que o pesquisador avança em sua investigação. Novas

[11] HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1996. Parte II.

questões surgem, perspectivas teóricas são ajustadas, e a abordagem metodológica pode ser refinada com base nas descobertas e reflexões críticas ao longo do processo.

A trajetória de pesquisa é única para cada pesquisador e projeto, refletindo a originalidade e a criatividade inerentes à prática da pesquisa histórica. Além disso, ela contribui para o amadurecimento intelectual do pesquisador, permitindo o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda do tema estudado e do próprio ofício de historiador. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1996), toda trajetória social deve ser entendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, expressando as disposições do habitus e reconstituindo uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou grupo de agentes em espaços sucessivos.

O desafio enfrentado no decorrer da pesquisa foi organizar os fatos e extrair a lógica subjacente às escolhas, eventos e mudanças possíveis. Desta forma, entendemos a trajetória de pesquisa em História como o caminho percorrido pelo pesquisador durante o desenvolvimento de seus estudos e investigações.

A construção dessa trajetória envolve diversas etapas, desde a definição do tema e formulação de questões de pesquisa até a coleta, análise e interpretação de fontes históricas. Ao longo desse percurso, o pesquisador dialoga com teorias, metodologias, debates historiográficos e outros elementos que influenciaram o desenvolvimento de sua pesquisa. Devido à limitação do tempo, não aprofundaremos todas as questões relacionadas à trajetória de pesquisa de cada autor. Propomos, de forma complementar, analisar apenas o que foi exposto em suas obras, referente às escolhas e caminhos de pesquisa, assim como os dados levantados em seus respectivos currículos profissionais, descritos no Currículo Lattes dos autores. No terceiro capítulo, iremos analisar sete revistas acadêmicas especializadas e os currículos lattes dos 13 autores que tiveram suas obras aproveitadas como nossas fontes de pesquisa.

Outra chave de leitura que usaremos nesta Tese é a noção de “geografia institucional” como sendo um termo relacionado ao lugar de produção acadêmica. Sobretudo em relação à influência das instituições na configuração e na orientação da pesquisa histórica, especialmente no que diz respeito aos locais de produção do conhecimento histórico.

Consideramos que os historiadores em sua trajetória de pesquisa, como bem salientou Tânia de Luca (2020), têm vínculos com instituições como universidades, centros de pesquisa, bibliotecas, fundações e arquivos. Essas ligações institucionais têm implicações significativas nas escolhas temáticas dos historiadores, na seleção de fontes que utilizam e nos problemas que formulam em suas pesquisas.

Portanto, a "geografia institucional" aqui pode se referir ao contexto e às instituições institucionais que moldam a prática da pesquisa histórica. Isso inclui não apenas a localização física das instituições, mas também as influências intelectuais, as possíveis restrições e as oportunidades que essas instituições oferecem aos historiadores em suas atividades de pesquisa. Em outras palavras, a geografia institucional desses lugares de produção influencia historicamente diretamente as escolhas e o direcionamento das pesquisas feitas pelos historiadores vinculados a essas instituições.

Nesse ínterim, o historiador Valdes Lopes de Araújo, em seu artigo sobre a história da historiografia como analítica da historicidade[12], ressalta que o estudo da história da historiografia proporciona uma “abertura historiográfica da história” e que:

> [...] como a historicidade própria não é um privilégio de uma ciência histórica, mas algo inscrito no próprio ser do homem, uma história da historiografia como analítica da historicidade não pode se limitar a uma história da ciência histórica. Uma analítica da historicidade deverá investigar as condições, formas e funções das “aberturas historiográficas da história”, e essas aberturas são sempre produzidas em uma tensão entre suas condições estruturais e os eventos. Assim, tal analítica teria como uma de suas principais funções desobstruir a historiografia de sua impropriedade, ou, dito de outra forma, colaborar para recolocar o historiador frente ao fenômeno da história por meio da desnaturalização das representações e objetos históricos que se acumulam como resultado da própria ciência; lembrar, enfim, ao historiador que nossa relação com o passado, embora necessariamente mediada por representações reificadas, tem outra fonte mais fundamental, a própria experiência da história. (ARAÚJO, 1996, p.42)

[12] ARAÚJO, Valdes Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. Revista história e historiografia. Ouro Preto. n. 12. Agosto. 2013 P. 34-44. Doi: 10.15848/hh.v0i12.620

A afirmação de que estas aberturas historiográficas podem ser impulsionadas a partir de tensões entre as condições estruturais e os eventos, reforça a validade do nosso aporte metodológico. Isso porque possibilita evidenciar os condicionamentos dos produtores do saber e o quanto estes podem ser influenciados pelo próprio devir histórico dos agentes das fontes. Uma mudança estrutural tecnológica no porto, por exemplo, impacta no modo de trabalho dos obreiros que, por sua vez, pode afetar a cultura operária, a dinâmica sindical e o cotidiano de vida dos obreiros. Outro aspecto desse prisma pode ser percebido, por exemplo, na mudança do cenário político social em um determinado período histórico.

Citamos a década de 1960 no Brasil, quando tanto os trabalhadores imersos no palco da história portuária como também alguns historiadores vivenciaram dois momentos políticos distintos: um governo democrático até 31 de março de 1964 e o seu rompimento pelo golpe civil-militar de 1964, que perpetuou um Regime Ditatorial liderado pelas forças armadas por 21 anos no país (1964 a 1985). Este sistema restringiu o direito ao voto, a participação popular e agiu com repressão violenta aos movimentos de oposição.

Será que esses momentos citados acima não poderiam ser decisivos para influenciar e impulsionar uma abertura interpretativa sobre a História do Trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil? É digno de nota que, em vários momentos, os próprios pesquisadores perpassaram contextos e experiências distintas. E, por isso, compreendemos que cada momento histórico proporciona novas perguntas a serem feitas sobre as fontes, para compreender tanto o contexto de produção como os agentes históricos em si.

Assim sendo, nosso referencial teórico predominante é o de historiografia, aqui compreendido como o conjunto de pesquisas históricas já realizadas. Obviamente, sabemos que este termo possui inúmeras abordagens e pode ser dividido por objeto de estudo, por época, por região, bem como por referencial teórico norteador do trabalho, sendo esta a nossa opção. Além disso, a própria analítica da historicidade fornece a possibilidade de trabalharmos com fontes não historiográficas e, neste processo, refletiremos sobre as produções acadêmicas do trabalho portuário no Brasil.

O historiador Claudio Batalha, em seu artigo intitulado “Desafios atuais sobre a história do Trabalho” (2006), convida-nos a refletir sobre os métodos de

pesquisa da história do trabalho no Brasil. Ao citar algumas pesquisas, Batalha afirma que, de forma intuitiva, muitos autores utilizam-se de uma abordagem comparativa como fonte de interpretação do seu objeto de pesquisa, no entanto, não refletem metodologicamente sobre como aprimorar essa abordagem para enriquecer a própria escrita da história do trabalho. O autor corrobora o uso de um método comparativo como opção de interpretação histórica e diz que "a principal vantagem [...] desses métodos está nas possibilidades que oferecem para trabalhar as articulações entre diferentes contextos e a junção de diferentes escalas de análise" (BATALHA, 2006, p.98).

Ao analisarmos a historiografia do mundo do trabalho, percebe-se que este campo tem passado por um processo de ampliação no que diz respeito ao recorte temporal, aos temas, à ampliação, às abordagens e aos enfoques. Nossa pesquisa verificará, dentro dos limites que nosso fôlego alcançou, como a produção sobre o trabalho portuário no Brasil acompanhou esse processo de ampliação de ótica de estudo sobre os referidos trabalhadores.

O historiador José D'Assunção Barros (2014) defende o prisma da História Comparada como sendo um aporte teórico/metodológico válido para "o pensar" historiográfico. Inclusive, o autor relaciona o seu uso como uma ferramenta significativa para o estudo de uma História Social, compreendida aqui "no sentido restrito, particularmente no que se refere ao estudo de grupos sociais específicos, ou mesmo de sistemas sociais mais amplos" (BARROS, 2014, p. 66).

Neste sentido, conforme Edward P. Thompson, "cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos amplamente separados no tempo e no espaço revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo" (THOMPSON, 1978, p. 97-98). Concordamos com esse entendimento e, em uma interpretação histórica sobre o nosso objeto de pesquisa, consideramos pertinente o uso do aporte metodológico da História Comparada Interconectada[13], pois está nos permite analisar as diferentes narrativas

[13] Essa expressão foi criada pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (n.1961). Possui interesses historiográficos no estudo do império Português, sendo professor de História Indiana na Universidade da Califórnia. José D' Assunção Barros defende que a prática das histórias interconectadas envolve a possibilidade de religar experiências diversas de uma nova maneira, "renovando o esforço que já havia sido realizado pela História Comparada mais tradicional no sentido de pensar novas possibilidades de recortes". (BARROS, 2014. P.100)

expressas em nossas fontes e também detectar possíveis pontos problemáticos de conexões e contradições entre as obras, em relação aos seus olhares sobre o trabalho/trabalhador. Destarte, aqui, nesta tese, nos permitiremos adotar adequações para o método mencionado, justamente por estarmos trabalhando com produções acadêmicas como fonte.

Entendemos que, para realizar uma análise comparativa em história, é necessário delimitar claramente os objetos que serão comparados e estabelecer como será controlado esse processo ao longo da análise. Essa delimitação é essencial para garantir uma abordagem precisa e coerente do tema em questão. Como já destacado por Bloch (1998, p. 121), é necessário buscar uma certa semelhança entre os fatos comparados, mas também identificar a diferença nos contextos em que essa similaridade ocorre. O objetivo de uma abordagem comparativa é buscar padrões, conexões e diferenças entre os fenômenos estudados, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente das questões históricas. Ao comparar objetos, períodos ou sociedades diferentes, o pesquisador pode identificar tendências, influências mútuas e mudanças ao longo do tempo.

No entanto, é importante que estejamos atentos para evitar as "arapucas" que possam vir a comprometer uma pesquisa comparativa. José D'Assunção Barros (2014, p. 145-146) destaca que alguns elementos são essenciais para uma prática bem-sucedida nessa abordagem. Além da definição clara dos campos ou objetos de observação, o pesquisador deve considerar cuidadosamente o campo teórico-historiográfico em que se aprofundará para analisar os objetos em questão. Outro ponto crucial é a escala de observação adotada na análise. Dependendo do escopo da pesquisa, a comparação pode ser realizada em diferentes níveis: local, regional, nacional ou mesmo internacional. Cada escala de observação apresenta suas vantagens e desafios, e a escolha adequada dependerá dos objetivos e do contexto da pesquisa.

Além disso, é relevante considerar que a abordagem comparativa não deve ser vista como uma busca por equivalências exatas entre os objetos, mas sim como uma oportunidade de explorar suas semelhanças e diferenças. Ao comparar, por exemplo, diferentes períodos históricos, pode-se identificar padrões de mudança ou continuidade em certos aspectos da sociedade.

Portanto, uma análise comparativa em história torna-se uma ferramenta valiosa para a compreensão das dinâmicas sociais e históricas. Ao delimitar com precisão os objetos comparados, embasar-se em um eixo teórico sólido e optar pela escala de observação adequada, o historiador pode obter “insights” enriquecedores sobre os fenômenos estudados, revelando conexões e padrões que contribuem para a compreensão histórica.

Por este motivo, o leitor irá perceber que, ao longo dos dois primeiros capítulos, seguimos o mesmo padrão de análise apresentando, separando as obras em blocos de tempos por décadas e, posteriormente, analisando-as a partir de perguntas chaves a fim de compreender pontos de interconexões entre as obras, os autores, os temas e o contexto de produção em sua época. Esta é a escala que nos propomos durante a nossa pesquisa.

Nosso procedimento operacional de pesquisa foi pautado por alguns processos importantes como o de ordenar, organizar e analisar nossas fontes dialogando com o contexto de produção, referências bibliográficas e nosso entendimento sobre o assunto. Logo, passamos pela definição da questão formulada (nosso objeto de pesquisa como sendo a compreensão das produções acadêmicas), os meios utilizados (as obras publicadas por treze autores mais as sete revistas acadêmicas) e as perspectivas adotadas (nosso arcabouço teórico-metodológico anteriormente explicitado).

A primeira questão formulada, conforme apresentado anteriormente, foi saber qual obra teria sido a pioneira em apresentar um estudo específico sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil. Identificamos que foi a de Ingrid Sarti, dissertação publicada em 1973. Este, portanto, foi o nosso marco temporal inicial. Em seguida, foi preciso definir a área específica que iríamos analisar, pois no decorrer deste levantamento bibliográfico, verificamos a existência de trabalhos de cunho monográfico, dissertativo e teses ligadas à História, Ciências Políticas, Antropologia, Direito e saúde. Logo, por uma questão de delimitação de fontes e de otimização do tempo, objetivando dar conta desse volume, optamos por prosseguir com o estudo apenas de produções acadêmicas ligadas à História.

Como já dito, para dar conta da análise das nossas fontes – as dezesseis produções acadêmicas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil entre 1973 a 2010 - decidimos por organizá-las em um conjunto de obras

divididas em blocos de análises. Em um primeiro momento, investigamos as obras que foram publicadas entre as décadas de 1973 a 1986. Em seguida, analisamos o bloco de obras publicadas na década de 1990. E, por fim, as obras lançadas nos últimos 10 anos do nosso recorte temporal.

À medida que ocorrem reflexões sobre as obras, entendemos necessário compreender o período histórico em que foram lançadas, buscando identificar o contexto de produção. Assim, buscamos ter mais clareza sobre quais foram os olhares interpretativos específicos dados pelos pesquisadores sobre os seus objetos de pesquisa, sobre o período histórico e sobre as suas fontes.

Durante a leitura desta tese, observaremos que utilizamos apenas duas entrevistas com professores autores das obras aqui analisadas. Reconhecemos a possibilidade e o potencial de uma amostragem mais extensa de entrevistas com os demais autores. Inicialmente, planejamos realizar essas entrevistas, mas, devido a alguns contratempos, não foi possível concretizá-las. Destacamos, em particular, os desafios enfrentados durante o contexto de uma pandemia que perdurou por grande parte do período de doutorado deste estudo.

É importante ressaltar também que essas limitações não implicam na subestimação da importância da História Oral como uma fonte de riqueza para esta pesquisa. Pelo contrário, entendemos que sua inclusão poderia enriquecer ainda mais o debate. No entanto, pelas dificuldade expostas na coleta das entrevistas e por razões práticas, optamos por não realizar uma reflexão mais aprofundada sobre o uso metodológico da História Oral nesta introdução de Tese. Além disso, reforçamos que a análise das duas entrevistas utilizadas ao longo do segundo capítulo foi cuidadosamente ponderada, estabelecendo diálogo com as demais fontes, sem comprometer o potencial do estudo em andamento.

Para situar o leitor acerca de nossas fontes documentais principais cabe, aqui, apresentar de forma breve cada uma delas. Entre os anos de 1973 a 1986, identificamos cinco pesquisas acadêmicas, no modelo de dissertação de mestrado e tese de doutorado, sobre os trabalhadores do cais e a carga e descarga de navios. Os autores desses estudos são: Ingrid Sarti (1973); Di Paolo (1981 e 1986); Navarro (1983); Gitahy (1983).

“Estiva e Política: estudo de caso no Porto de Santos” é a dissertação de mestrado de Ingrid Piera Andersen Sarti, sustentada no Programa de Pós-

graduação em Sociologia da USP, em 1973, e orientada pelo Prof. Dr. Francisco Correa Weffort. Nessa pesquisa, a socióloga Sarti buscou traçar uma reconstituição, em termos da história política, a partir do seu objeto de pesquisa - o movimento sindical do Sindicato dos Estivadores de Santos. Pouco antes de iniciar os seus estudos no Doutorado em Ciência Política e Sociologia na IUPERJ, Sarti publicou, em 1981, a obra "Porto Vermelho: os Estivadores Santistas no sindicato e na política", através da editora Paz e Terra. Esta obra aprofunda as reflexões realizadas na sua pesquisa de mestrado sobre a história de uma associação operária portuária dos estivadores do Porto de Santos. Ingrid Sarti apresenta-se como a pioneira nos estudos específicos sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil e, de certa forma, como poderemos ver ao longo desta tese, incentivou os próximos trabalhos acadêmicos sobre esse prisma historiográfico do mundo do trabalho portuário no país.

Em 1981, a então formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Darcy Fléxa Di Paolo, publicou o livro "O trabalhador da Estiva: um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará". Sua pesquisa acadêmica, desenvolvida em seu trabalho de conclusão de curso, estudou a trajetória do Sindicato dos Estivadores belenenses no seu processo de sindicalização imerso no contexto sociopolítico brasileiro. Já, em 1986, após ter concluído os seus estudos no Mestrado em Ciências Sociais pela FESPSP, sob a orientação da Profa. Eva Maria Lakatos, Di Paolo publicou a obra "Os estivadores do Pará no movimento sindical brasileiro: um estudo sociológico", dando continuidade às reflexões sobre o trabalho e os trabalhadores dos portos no Brasil.

Em 1983, a historiadora Marli de Brito Moreira Albuquerque Navarro sustentou a sua dissertação de mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro denominada "Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República", orientada pela Profa. Eulalia Jameyer Lobo. Enquanto realizávamos esta pesquisa, não obtivemos êxito no acesso à íntegra deste material. No entanto, reforçamos que esse foi o primeiro trabalho acadêmico dissertativo que encontramos sobre os trabalhadores portuários do Rio de Janeiro. Pelo fato de não obtermos acesso, esta obra não será objeto de análise. Citamos aqui apenas a título de levantamento bibliográfico no campo da história que identificamos. Por outro

lado, no terceiro capítulo desta tese, analisaremos brevemente o currículo lattes de Navarro a fim de perceber como foi sua trajetória de pesquisa sobre esta temática.

Por fim, em 1983, a historiadora e socióloga Maria Lucia Caira Gitahy sustentou a sua dissertação de mestrado pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, orientada pelo Prof. Dr. Bóris Fausto. Intitulada “Os Trabalhadores do Porto de Santos 1889-1910”. A pesquisa apresentou a trajetória histórica dos doqueiros portuários de Santos em um momento de consolidação da própria categoria, diante de um contexto sócio histórico do Brasil repleto de lutas por direitos e melhores condições de vida.

Este último trabalho fecha nosso conjunto de fontes das décadas de 1970 e 1980. Por sua vez, na década de 1990, identificamos mais 5 produções acadêmicas, sendo as de: Gitahy (1992); Fernando Silva (1995); Pinheiro (1996); Velasco e Cruz (1998); Gandra (1999);

Dando continuidade as suas pesquisas sobre o Porto de Santos, Maria Lucia Caira Gitahy ingressou no Programa de Doutorado em História na Universidade do Colorado, Estados Unidos da América, em Boulder. Sob Orientação do Prof. Dr. Robert James Ferry, Gitahy defendeu, em 1991, a tese intitulada “The Port Workers of Santos, 1889-1914: Labor Movement and Urban Culture in an early XXth Century Brazilian City”. Em 1992, a autora publicou um livro através da editora UNESP denominado “Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914”, que, segundo a autora, seria um compilado das suas pesquisas de mestrado e doutorado sobre o Porto de Santos. Até o presente momento, assim como no trabalho de Navarro (1983), não obtivemos êxito no acesso à íntegra da tese dessa historiadora. Logo, nossas reflexões estão baseadas na última obra por ela publicada e mencionada acima.

“Os Doqueiros do Porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937 -1968)” é o título da dissertação de mestrado, sustentada em 1991, de Fernando Teixeira da Silva, pelo Departamento de História e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Sob orientação do Prof. Dr. Michael Mcdonald Hall, Silva construiu uma narrativa robusta diante de múltiplas fontes documentais sobre os trabalhadores portuários de Santos, apresentando

reflexões sobre a trajetória de luta por direitos e a cultura operária do grupo. Em 1995, através da editora HUCITEC, o referido historiador publicou sua dissertação de mestrado, a obra intitulada “A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade - 1937-1968”.

A historiadora amazonense Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em 1996, concluiu os seus estudos no Mestrado em História pela Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP com sua dissertação intitulada “A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)”. Em 1999, pela editora da Universidade do Amazonas, Pinheiro publicou sua dissertação em livro impresso com o mesmo título de seu trabalho acadêmico. Maria Pinheiro é a primeira historiadora amazonense a se debruçar nos estudos sobre os trabalhadores portuários de Manaus, no contexto histórico associado à expansão econômica gomífera da Amazônia.

Outro historiador que publicou a sua pesquisa ainda na década de 1990, sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil, foi Edgar Avila Gandra. Em 1998, o historiador concluiu o seu Mestrado em História pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS e apresentou a dissertação intitulada “O cais da Resistência: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969”, sob orientação da Profa. Dra. Ieda Gutfreind. Um ano após a sua defesa, Gandra publicou a obra pela editora UNICRUZ com o título “O cais da resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969”.

Neste estudo sobre os trabalhadores portuários de Rio Grande, Edgar Gandra se dedicou ao processo de construção desse sindicato, examinando a constituição da categoria portuária na localidade a partir das atividades diárias de trabalho, das interações sociais e da maneira como enfrentavam os desafios históricos que surgiam em seu percurso. Além disso, o historiador destaca as repercussões do regime civil-militar na vida cotidiana e nas atividades laborais dos trabalhadores e do próprio sindicato.

A historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz, em 1998, concluiu a sua tese de doutorado, intitulada “Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro na Primeira República”, através do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo-USP. Um significativa obra que desvela a atuação

dos estivadores em um cenário de efervescência sindical no Porto de Rio de Janeiro.

Entre os anos de 2000 a 2017, encontramos mais 8 pesquisas sobre a temática. Seus autores são: Carlos Oliveira (2000); Fernando Silva (2003); José Silva (2004); Edgar Gandra (2009); Erika Arantes (2005: 2010); Diego Vivian (2008); Jairo Fleck (2009);

Após publicar, em 1995, a obra “A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade 1937-1968”, Fernando Teixeira da Silva deu continuidade à sua pesquisa sobre os obreiros do porto. No ano de 2000, Silva obteve o título de Doutor em História, pela UNICAMP, ainda sob a orientação do Prof. Dr. Michael Mcdonald Hall. Sua tese intitulada “Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou Brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)” apresenta outro olhar sobre os portuários de Santos.

Além do recorte temporal pregresso a sua pesquisa de mestrado, Silva debruçou-se em novas fontes e arquivos, focando em identificar a relação entre a cultura de trabalho em Santos e as ações e instituições coletivas do movimento obreiro. Já em 2003, o referido historiador publicou sua tese em livro impresso através da editora da UNICAMP nascendo, assim, uma obra de rigor historiográfico chamada “Operário sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras”.

Outro pesquisador que estudou a temática portuária em Rio Grande-RS foi Carlos Alberto Oliveira. No ano de 2000, através do Programa de Pós-Graduação em Doutorado da Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Oliveira obteve a titulação de Doutor em História com a tese “Quem é do mar não enjoa: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)”, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa de Faria Cruz. Utilizando-se de suportes referenciais da História Oral e da História do Tempo Presente, Oliveira buscou compreender os principais aspectos da constituição da identidade do estivador, através das relações entre a tradição de trabalho e do cotidiano. Essa pesquisa foi significativa para investigar a história da estiva rio-grandina.

No ano de 2001, o historiador José Bento Rosa da Silva concluiu o Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e apresentou a tese “Do Porão ao Convés: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a

Memória e a História", sob orientação acadêmica do Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro. Até o presente momento desta pesquisa, não obtivemos acesso integral à pesquisa do autor, devido sua publicação anterior à criação da plataforma sucupira. No entanto, conseguimos acessar a obra "Estiva papa-siri: mãos e pés no Porto de Itajaí", que consistiu em pesquisa anterior, publicada em 2004, de forma independente, pelo historiador.

Em 2005, a historiadora Erika Bastos Arantes apresentou sua dissertação de mestrado intitulada "Negros do Porto - Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Époque", orientada pela Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Arantes historiou sobre o cotidiano dos obreiros negros do Porto do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República, investigando a relação desses trabalhadores com a própria região em que estavam inseridos – a Zona Portuária, local que ficou posteriormente conhecido, pela bibliografia por Pequena África.

Dando continuidade as suas pesquisas, iniciadas no período do Mestrado em História, o historiador Edgar Avila Gandra defendeu, no ano de 2004, a sua tese de doutorado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Orientado pela Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen, Avila apresentou sua pesquisa intitulada "Porto dos Direitos: A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959-1969, através da análise de suas atas". Já em 2009, Gandra publicou sua tese no formato de livro impresso através da Editora UFPel com o título "Porto dos Direitos: A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959-1969". Sobre os trabalhadores portuários de Porto Alegre, o autor permeou os mesmos aspectos da análise feita dos trabalhadores rio-grandinos, tendo como diferencial, o estudo da cultura de luta por direitos que os portuários porto-alegrenses construíram ao longo do período abordado pelo autor, os anos de 1960 a 1970.

O historiador Diego Luís Vivian, em 2008, sustentou sua dissertação de mestrado intitulada "Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 -1964)", pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, orientado pela Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen. Além de

estudar a trajetória dos vigias, o autor trouxe dados importantes sobre a movimentação comercial portuária rio-grandina, contribuindo para entendermos a importância dos obreiros do porto para a economia do sul do país.

Orientado pela Profa. Dra. Marluza Marques Harres, o historiador Jairo Luís Fleck Falcão defendeu, em 2009, sua tese de doutorado denominada "Cooperação, experiência e resistência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989)", pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Em sua pesquisa, o autor analisou a trajetória dos obreiros do Porto de Porto Alegre (estivadores, portuários, conferentes, consertadores, vigias portuários, arrumadores e trabalhadores do bloco) que estavam vinculados ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais/DEPRC. Preocupado em captar as experiências históricas desses operários do porto, o autor atentou-se às formas de atuação no cais, evidenciando peculiaridades profissionais e a solidariedade de classe, em um recorte temporal que abarca os anos de 1961 a 1989.

Ao dar continuidade as suas pesquisas de Mestrado em História, a historiadora Erika Basto Arantes defendeu a tese "O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX", no ano de 2010, pela Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos. O ponto-chave da discussão da autora neste trabalho é o direcionamento, a fim de romper a tradição historiográfica de separar a história social do trabalho da história cultural do Rio de Janeiro. Segundo Arantes, essa alteridade gerou uma "falsa ideia" de que na cidade existem os operários, aqueles que se organizam em sindicatos, que fazem greves, e os "populares", ora apresentados como diferentes, pois "fazem o carnaval, a macumba, os ranchos e a revolta da vacina" (ARANTES, 2010, p, 204-205).

Feita essas considerações iniciais sobre as produções acadêmicas monográficas, dissertativas e teses que iremos analisar, é importante também elucidar o leitor sobre outras fontes que são relevantes nesta pesquisa. Para dar conta de compreender quais teriam sido as formas que esses pesquisadores utilizaram para propagar suas pesquisas e se manterem, ativos ou não, com seus estudos sobre a temática, delimitamos mais dois tipos de fontes. Ou seja,

é uma extrapolação de nossa primeira proposta, mas entendemos necessária devido ao nosso diálogo inicial com as fontes.

Dessa forma, escolhemos sete periódicos especializados tendo como critério de definição dessas revistas em detrimento de outras existentes, levando em consideração três premissas: O início e o período de publicações dentro do nosso recorte temporal; os vínculos e possibilidade editoriais acadêmicos; e uma probabilidade maior, ao nosso ver, de encontrarmos artigos relacionados a História do Trabalho Portuário. Sendo assim, definimos a Revista Brasileira de História – RBH, da Associação Brasileira de História – ANPUH criada em 1981, a Revista Estudos Históricos – REH publicada pela primeira vez em 1988. A Revista Anos 90 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS que começa a circular em 1993. A Revista Navigator, organizada pela Marinha do Brasil; A Revista Mundos do Trabalho, organizada pelo GT Mundos do Trabalho. E, por fim, as Revistas História Social e Cadernos AEL.

Diante das opções de periódicos que circulavam no país ao longo do nosso recorte analítico, que abarcam o campo de conhecimento das Humanidades, focamos naquelas que se dedicam em publicar artigos acadêmicos com maior frequência na área de História. E que, ao nosso ver, apresentam um papel importante como veículos de disseminação do conhecimento histórico para a comunidade acadêmica e a sociedade interessada no assunto, em geral, neste período. O nosso objetivo, aqui, é verificar se os autores que analisamos nos capítulos anteriores publicaram ou não nestes periódicos visando perceber aspectos de continuidade ou não dos trabalhos analisados nesta pesquisa.

Não entraremos em detalhes sobre as características das publicações que concernem ao mundo do trabalho em uma perspectiva mais ampla. Nosso foco nesta etapa será apenas estatístico no que corresponde às publicações feitas sobre o tema história do trabalho em uma perspectiva ampla da história portuária no Brasil, a fim de constar ou não a presença de artigos sobre esta temática, sobretudo para não fugirmos do foco central da tese. No entanto, temos presente que seria pertinente, num momento futuro, fazer um estudo dessas revistas levando em consideração questões como: o tema e assuntos mais

abordados, o número e assuntos dos dossiês temáticos, as características das linhas editoriais e o lugar da revista no campo acadêmico.

O outro conjunto de fontes está relacionado a um levantamento biográfico intelectual dos autores, ou seja, seus currículos inseridos no nosso recorte temporal, 1973 a 2010. Especificamente, analisaremos seus currículos lattes através do site institucional do CNPQ, na plataforma Lattes. Aqui, nosso objetivo com esta escolha será de comparar os resultados da análise das publicações encontradas nestas sete revistas especializadas, as quais são referências, com a produtividade expressa pelos autores apontadas em seus currículos. Em outros termos, para além dessas revistas, outras formas de publicações e meios de disseminação foram utilizados por eles. Será por meio da análise dos currículos lattes dos autores que verificaremos o grau de consistência e frequência em suas carreiras ao se manterem ativos ou não nos estudos sobre a temática do trabalho portuário. Em geral, a presente tese está dividida em três capítulos, os quais, juntos, objetivam compreender como foi a produção acadêmica sobre o trabalho portuário no Brasil entre 1973 a 2010 e as formas de disseminação destes conhecimentos históricos no ambiente acadêmico.

O primeiro capítulo focará na identificação do volume de produções acadêmicas em diferentes níveis do conhecimento ao longo de 37 anos (1973 a 2010). Iremos mapear a geografia institucional (lugares de produção) destes estudos e as respectivas escolhas temáticas e analíticas destes autores. Por fim, buscaremos compreender, em uma perspectiva numérica, quais portos tiveram suas categorias de trabalhadores estudados com maior constância e, também o índice de apoios financeiros que as produções acadêmicas possam ter recebido, seja no ato da pesquisa, seja para divulgação através da sua publicação no formato de livro, principalmente a partir dos programas de pós-graduação que recebem essas bolsas de apoio e fomento à pesquisa para os alunos. Neste caso, consideramos importante levar em conta o momento da produção, uma vez que remete aos desafios que se apresentavam naquele presente específico e, ainda para os processos que reverberam no campo historiográfico.

O segundo capítulo buscará aprofundar os aspectos levantados na primeira parte da tese, bem como, investigar como foi a organização dos conteúdos nas obras produzidas pelos pesquisadores ao longo do tempo. O

objetivo deste capítulo é analisar as mudanças e continuidades, bem como, identificar as influências teóricas e metodológicas nas produções acadêmicas sobre o tema do trabalho portuário no Brasil no decorrer do tempo.

O terceiro capítulo desta tese revelar-se-á fundamental para identificar as continuidades ou divergências nas principais pesquisas dos treze autores examinados ao longo das duas primeiras partes desta tese. Faremos uma análise de sete revistas especializadas, as quais consideramos serem importantes veículos de disseminação e discussão historiográfica. Além disso, realizaremos um levantamento do percurso intelectual desses pesquisadores, investigando seus currículos dentro do período delimitado entre 1973 e 2010, por meio da plataforma Lattes, disponibilizada no site institucional do CNPq. A análise dos currículos lattes permitirá traçar uma trajetória abrangente dos autores, permitindo entender como suas pesquisas evoluíram ao longo do tempo, quais temas foram abordados com maior frequência e como suas contribuições podem ter influenciado o campo historiográfico. Além disso, ao fiscalizar o histórico de publicações, eventos acadêmicos e participações em bancas de avaliação, será possível identificar sua comunhão e suas contribuições para a construção do conhecimento histórico, especialmente no que diz respeito ao estudo do trabalho portuário no Brasil.

Por sua vez, a investigação das revistas especializadas tem o objetivo de compreender como os trabalhos desses pesquisadores foram disseminados e recebidos pela comunidade acadêmica. A escolha dessas revistas considera seu lugar de produção e o reconhecimento no âmbito da História, sendo espaços privilegiados para o debate e divulgação de pesquisas.

A partir da combinação das análises dos currículos e das revistas, esperamos traçar um panorama da produção acadêmica dos pesquisadores e identificar possíveis conexões entre suas pesquisas. Essa compreensão nos permitirá avaliar a evolução da abordagem histórica sobre o trabalho portuário no Brasil ao longo do período estudado e compreender como as temáticas, teorias e metodologias foram se envolvendo e influenciando uns aos outros.

Essa abordagem metodológica nos proporciona uma visão ampla e aprofundada do desenvolvimento do conhecimento histórico sobre o trabalho portuário, mostrando a dinâmica da pesquisa historiográfica e seu impacto na

compreensão do passado. Por meio dessa análise, podemos identificar não apenas as contribuições individuais dos pesquisadores, mas também as tendências e mudanças mais amplas que ocorreram no campo da História ao longo dessas quatro décadas.

Para fechar as discussões, apresentaremos, no final desta tese, as conclusões oportunas frente ao nosso desafio de compreender e historiar sobre dezesseis produções acadêmicas do trabalho portuário no Brasil e mais sete revistas acadêmicas especializadas, comparando com as produções apontadas pelos próprios autores em seus currículos lattes no período de 1973 a 2010.

Cabe reforçar que o nosso estudo não tem a intenção de abranger todos os aspectos desse processo histórico. É sensato reconhecer que, no geral, tanto os textos historiográficos quanto os documentos históricos não pretendem ser leituras fixas e definitivas, mas, ao contrário, permitem inúmeras e imprevisíveis reinterpretações e decifrações, assim como os próprios eventos históricos.

Entendemos, por óbvio, que a história é um campo dinâmico e em constante evolução, no qual novas perspectivas e abordagens são paulatinamente desenvolvidas. Cada pesquisador, ao lidar com um determinado tema, contribui com sua visão particular, influenciada por sua formação, suas perspectivas teóricas e suas experiências individuais. Dessa forma, é natural que diferentes estudiosos apresentem interpretações diversas sobre os mesmos eventos históricos.

Essa diversidade de compreensão enriquece a historiografia, pois promove debates, discussões e novas reflexões sobre o passado. A partir de diferentes abordagens, é possível iluminar aspectos então negligenciados ou reinterpretar eventos até de maneiras inovadoras. Nesse sentido, a história é um campo aberto à revisão e à revisitação constante.

Assim como os eventos históricos, as produções acadêmicas também podem ser reexaminadas ao longo do tempo. O desenvolvimento de novas técnicas de análise, a descoberta de novas fontes e o ambiente de novos paradigmas teóricos permitem que as interpretações anteriores sejam revistas e/ou atualizadas. Essa natureza em constante transformação da história implica que o conhecimento histórico nunca é totalmente definitivo. Novas informações e perspectivas podem surgir, levando a uma reavaliação contínua dos eventos

passados. Cada geração de historiadores traz consigo novas questões e abordagens dando origem a um diálogo constante entre o presente e o passado.

Portanto, temos presente que a pluralidade de compreensão na historiografia é uma característica valiosa que enriquece nossa compreensão do passado. Ao reconhecer que não existe uma única leitura correta ou definitiva da história, abrimos espaço para uma busca contínua pela compreensão mais completa e profunda dos acontecimentos que moldaram a trajetória da humanidade. Cada interpretação, mesmo que submetida a revisões, contribui para a construção de um conhecimento histórico mais amplo e contextualizado.

Finalmente, desejamos que a presente pesquisa contribua para uma melhor compreensão sobre as produções acadêmicas relacionadas ao trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil. Boa Leitura!

Capítulo 1°: A Universidade e a História do Trabalho Portuário no Brasil

Neste capítulo, vamos apresentar e analisar as produções acadêmicas sobre o passado do trabalho portuário no Brasil entre os anos de 1973 a 2010. Ao realizarmos uma analítica da historiografia conseguimos compreender os tipos de histórias que estão sendo construídas e narradas no âmbito acadêmico neste recorte temporal, bem como, as diferentes formas de acesso ao passado a partir de obras escritas, do campo da história ou não, à luz do pensamento acadêmico sobre a temática do trabalho portuário.

Ao longo deste e dos demais capítulos, buscaremos compreender as mudanças que ocorrem nas produções acadêmicas sobre a história dos trabalhadores portuários. Assim, paulatinamente, conseguiremos apresentar os aspectos centrais da nossa tese, no qual percebemos os diferentes focos nos estudos sobre o mundo do trabalho portuário brasileiro desdobrando-se em duas importantes perspectivas. A primeira, no âmbito acadêmico, com a ampliação do acesso a novas fontes a partir de diversos arquivos, assim como as influências teórico-metodológicas que permitem aos historiadores um multifacetário olhar interpretativo sobre o passado obreiro portuário. Já a segunda, no próprio palco de atuação desses agentes históricos, o porto. Nele, vemos as transformações da dinâmica de trabalho portuário a partir da modernização tecnológica que, gradativamente, ocasiona um processo de adaptação e reinvenção por partes destes trabalhadores. E, ainda, o próprio papel destes trabalhadores na esfera da luta por direitos, na política e no campo sindical.

Desta forma, para que possamos compreender o cenário de produção acadêmica sobre o nosso tema em apreço, vê-se necessário historiar, brevemente, acerca do contexto de produção de anos anteriores, ao quais forneceram as bases destas pesquisas históricas. Tal iniciativa dissertativa leva em consideração o entendimento de que a história é um processo humano dentro do emaranhado processo civilizatório e social. Logo, para a compreensão da nossa temática historiográfica, temos a necessidade de compreender os caminhos pelos quais a própria história é construída neste meio. Neste caso, dentro do campo acadêmico.

1.1- A história no campo acadêmico

Assim, é importante recordar que a presença dos pesquisadores norte-americanos “brasilianistas”, na década de 1960 no meio universitário, teve como objetivo conhecer mais sobre a América Latina para poder balizar as políticas externas dos EUA frente aos seus interesses deste período na Guerra Fria. Com isso, centros de estudos universitários e agências de financiamentos norte-americanos voltaram seus olhares ao Brasil e diversos pesquisadores estudaram os aspectos político-sociais do país. Além desta questão financeira influente, é digno de nota salientar a presença de mestres franceses, italianos, alemães e outros que vieram para o Brasil, contratados a partir da década de 1930, para compor o quadro de professores universitários, em especial na área da História. Logo, estes profissionais passaram a ocupar um papel formativo e influenciador na de gerações de professores no nível secundário e universitário[14].

Embora estes estrangeiros tenham sido criticados pela imprensa e alguns intelectuais acadêmicos da época por suas pesquisas, intencionalidades e influência, o brasilianismo descortinou as dificuldades enfrentadas pelos próprios acadêmicos brasileiros no que diz respeito ao incentivo recebido do Governo para as pesquisas acadêmicas. Assim como a própria estruturação dos cursos de graduação das ciências sociais que eram direcionados mais a formação de professores. Soma-se a esse aspecto, como bem ressaltou Regina da Luz Moreira (1988), o fato de haver uma carência recorrente de recursos e incentivos financeiros aos pesquisadores neste período, como também, as dificuldades do trabalho nas universidades cercadas pelos “muros” da recém-instalada ditadura militar no país, na década de 1960[15].

Levando em consideração o contexto acima discutido, podemos recuar no tempo um pouco mais e olhar para a produção acadêmica na área de história da

[14] O relatório de 32 páginas de Laima Mesgravis publicado na Revista Brasileira de História aprofunda essa discussão do histórico da formação do curso de história na Universidade da USP desde 1934. Para mais informações ver: MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 3 N° 5. 1983. P. 87-118.

[15] Para mais informações sobre essa discussão ver: MOREIRA, Regina da Luz. Brasilianistas, historiografia e centros de documentação. Estudos Históricos, V.3, n° 5: História e Ciências Sociais, 1990.

USP entre os anos de 1939 a 1981, por exemplo. As produções do departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas neste período alcançam a quantidade 375 publicações sendo: Teses de Cátedras – 8; Teses Livre Docência 25; Teses Mestrado 161 e Teses Doutorado 181 (MESGRAVIS, 1983). Deste montante, identificamos apenas uma que tratou da temática sobre história do trabalho portuário no brasil. A obra de Ingrid Piera Andersen Sarti, no ano de 1973, orientada pelo professor Dr. Francisco C. Welffort, uma tese de mestrado à cadeira de sociologia, sobre a estiva e o porto de Santos, a qual iremos analisar mais adiante como uma de nossas fontes.

Ademais, veremos, já na década de 1970, a criação de diversos centros de pesquisas e documentação que, ao nosso ver, também contribuíram para a ampliação dos estudos históricos acadêmicos. Notadamente, como exemplo, o Centro de Documentação do Instituto e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas (1971), o Centro de Memória Social Brasileira, da Universidade Cândido Mendes (1972), e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (1973). Estes locais tinham entre os seus objetivos institucionais organizar, preservar e divulgar acervos históricos com documentos contemporâneos, particularmente, os privados. Nesta perspectiva, a abertura de novos centros de documentação com arquivos públicos e privados propiciou aos historiadores maiores possibilidades, além daquelas que já tinham, de refletir sobre o passado por diferentes óticas e temas. Entre eles, o movimento operário sindical no brasil à luz de novas fontes.

Este contexto de mudanças nos cenários acadêmicos no Brasil nas ciências humanas, em especial na história, foi relatado por Alzira Lopes de Abreu, então diretora do CPDOC, da fundação Getúlio Vargas, que publicou um texto comemorativo aos 20 anos da instituição na revista Estudos Históricos[16]. Para Abreu,

> Se quisermos entender a conjuntura na qual se deu a criação do CPDOC, devemos voltar à década de 1960, quando a situação da pesquisa histórica no Brasil era bem diferente da de hoje. Naquela época os estudos sobre o Brasil, não só na área de história, mas

[16] Para mais informações sobre essa discussão ver: ABREU, Alzira Lopes de. CPDOC 20 Anos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, n° 13, 1994, p. 3-6.

> das ciências sociais em geral, eram de tipo ensaístico, com pouca ou nenhuma utilização de fontes primárias de informação e escassos referenciais teóricos. Os cursos Universitários concentravam-se no período colonial e, quando analisavam o período republicano, não iam além da revolução de 30. Os estudos de história contemporânea eram extremamente raros. A pesquisa sobre a sociedade brasileira e sua história, com poucas exceções, não se fazia dentro da universidade. Esse fato ligava à própria estrutura universitária brasileira, que entre os anos de 1930 e 1960 comportou as faculdades de filosofia, voltadas muito mais para a formação de professores para o ensino médio do que de historiadores, cientistas sociais ou professores universitários. (ABREU, 1994, p. 3)

Podemos inferir, com base na citação acima, a título exemplificativo, que a criação dos novos centros de pesquisas e documentos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, foi o palco para a implantação dos programas de pós-graduação em História em diversas universidades. Com pesquisas mais densas sendo produzidas, como dissertações e teses, foi possível aos pesquisadores uma investigação mais aprofundada, seguida do acesso aos novos arquivos organizados com suas fontes primárias. Soma-se a isso, o próprio uso de métodos de pesquisa e aportes teóricos mais diversificados em relação ao período anterior.

Ângela Maria Carneiro Araújo, editora da Revista Cadernos AEL[17], ao escrever a apresentação para a edição do primeiro semestre de 1995 da revista, descreveu sua visão, à luz da época, sobre a importância dos arquivos para novas pesquisas. Além disso, reforça o papel das revistas acadêmicas como um significativo canal de divulgação das pesquisas e do debate acadêmico sobre diversos temas.

> Depois de uma interrupção de 3 anos, o Arquivo Edgard Leuenroth retoma a publicação dos Cadernos do AEL, com o objetivo de manter mais um canal de divulgação das pesquisas e do debate acadêmico em torno dos temas e questões que a documentação reunida no seu acervo suscita. Tendo completado, no ano passado, 20 anos de sua fundação, o Arquivo Edgard

[17] Cadernos AEL é uma publicação do Arquivo Edgard Leuenroth Centro de Pesquisa e Documentação Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e da Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth (ACAEL). Cadernos AEL integra o projeto "Produção de instrumentos de pesquisa", desenvolvido neste arquivo, contando por algum tempo com o suporte financeiro do Fundo de Apoio à Pesquisa da Pró-reitora de Pesquisa da Unicamp.

> Leuenroth reúne hoje uma vasta documentação majoritariamente relativa ao Brasil, cobrindo todo o período da nossa história republicana, mas que inclui também documentos relativos a outros países latino americanos e periódicos estrangeiros de origens diversas. Ao longo dos últimos anos, seu acervo não apenas cresceu muito, mas foi também diversificado para atender, em parte, novos interesses de pesquisadas diferentes áreas das Ciências Humanas. Assim, além de continuar recebendo novos documentos sobre suas temáticas tradicionais, a história da esquerda e do movimento operário, a imigração e a industrialização, seu acervo foi enriquecido por novos fundos e coleções relativos a outros temas da história social e cultural como: o movimento tenentista, os novos movimentos sociais, com destaque para o movimentos feminista e homossexual, os direitos humanos e a violência, as pesquisas de opinião pública, o rádio, o teatro, o cinema, a literatura de cordel e a história intelectual brasileira. Esta ampliação do universo temático tem permitido um crescimento substantivo da pesquisa acadêmica nestas áreas, mas muito do que tem sido feito a partir desta documentação permanece ainda sem divulgação. Além disso, sabemos que em boa medida os documentos reunidos no AEL suscitam questões e linhas de investigação ainda muito pouco exploradas. Os Cadernos do AEL têm, portanto, um papel importante a cumprir na difusão das potencialidades de pesquisa abertas por este acervo. (ARAÚJO, 1995, p.9)

Ao longo do terceiro capítulo desta tese, focado na análise das publicações de artigos em revistas acadêmicas especializadas, iremos discorrer mais sobre o histórico da revista Cadernos AEL. Dessarte, consideramos que este periódico foi um instrumento importante, não só pelo seu alcance com as divulgações de dezenas de pesquisas acadêmicas ligadas à temática do trabalho e da política de esquerda no país, mas também por apresentar e registrar, em cada edição, o próprio processo de expansão do arquivo. Essas informações são cruciais para aqueles que estudam a história da historiografia acadêmica profissional no país.

Ainda sobre a importância da criação de novos arquivos e centros de documentações, por exemplo, no Rio Grande do Sul, podemos citar dois importantes núcleos de pesquisa e documentação que contribuíram significativamente para a ampliação do debate historiográfico sobre o mundo

operário brasileiro. Entre eles, temos o Núcleo de Pesquisa em História (NPH)[18] pela UFRGS e o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH – UFPel).

O primeiro ergueu-se em 1982 através da união do arquivo do antigo Departamento de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul (criado em 1973 pelo professor Dante de Laytano) e da coleção de documentos reunidos pelo projeto de pesquisa "Processo de Industrialização do Rio Grande do Sul (1889-1945) e Movimento Operário", liderado pelas professoras Sandra Jatahy Pesavento e Sílvia Regina Ferraz Petersen. O Grupo expandiu sua coleção ao receber materiais provenientes de doações pessoais e institucionais, bem como, de projetos monitorados pelos professores do Departamento de História da UFRGS.

O segundo, teve suas atividades iniciadas em março de 1990, com as atribuições de um Centro de Documentação e Pesquisa em História. Inicialmente, possuía a função de servir como um local de preservação da história institucional da Universidade, no entanto, foi ampliada para incluir as funções Núcleo de Pesquisa, Extensão e centro de salvaguarda da história do trabalho e dos partidos políticos da região sulina. Posteriormente, contou com a incorporação dos acervos da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, do Tribunal Trabalhista da Comarca de Pelotas, do DCE-UFPel, da Laneira Brasileira SA, da FAEM e do Grêmio Estudantil do IFSul (antigo CEFET-RS).

Cabe aqui destacar também que, neste contexto da consolidação acadêmica da História no país, em 19 de outubro de 1961, vemos a fundação da

[18] O NPH é vinculado ao Departamento e PPG em História e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Sua missão é prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Ciências Humanas, oferecendo à comunidade científica serviço de aquisição, organização, preservação e disseminação de fontes documentais. Seu acervo reporta a pessoas, famílias, organizações e instituições representativas da história sul-rio-grandense, brasileira, latino-americana e europeia. São registros em diversos idiomas disponíveis em papel, microfilme, VHS e formatos digitais diversos. Parte dos documentos refere-se ao passado alemão, especificamente à cidade de Colônia do século XIII ao XVIII. Há ampla documentação sobre América portuguesa, incluindo manuscritos de 18 capitanias de 1682 a 1820 guardados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e digitalizados pelo Projeto Resgate. O acervo do NPH também remonta ao Brasil e à América Latina do século XX, em especial à história do trabalho e dos trabalhadores, além de movimentos, organizações e partidos de esquerda latino-americanos. Constitui-se de documentos de diferentes naturezas, como artigos, atas, correspondências, depoimentos, discursos, fotografias, livros, panfletos, pareceres, plantas, projetos, relatórios, publicações seriadas diversas e entrevistas captadas em projetos de pesquisa em História Oral.

Associação Nacional dos Professores Universitários de História, a ANPUH, no estado de São Paulo. Na tentativa de se opor, dentro do possível, à tradição de uma historiografia "por conta própria", visava-se uma profissionalização da pesquisa e ensino na área de história.

Desta forma, os historiadores ampliam o seu escopo de trabalho ao passo que introduzem novos objetos de estudo, um conjunto de inter-relações em movimento e adaptações com sentidos distintos, seja para uma explicação aos questionamentos da época ou da própria interpretação histórica em si.

O historiador Frances Serge Wolikow, em seu ensaio sobre a concepção da história operária diante da abertura de novos arquivos[19], publicado na revista cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth) - traduzido por Mariana W. de Magalhães - reforça a importância que esse movimento teve para a historiografia do trabalho a partir da década de 1960. Segundo o autor,

> Com esses arquivos, os historiadores do movimento operário têm a possibilidade de concentrar as pesquisas na atividade política, naquilo que lhes diz respeito. A riqueza desses arquivos lhes impõe, tanto no plano metodológico quanto no teórico, um esforço de rigor e de ambição científica. Existe a possibilidade de ser desenvolvido um trabalho histórico que integre as problemáticas da história social, da análise do discurso, do estudo das representações ou da biografia coletiva. Essas problemáticas são exigentes em termos do trabalho e da investigação e me parecem mais frutíferas do que as tentativas centradas exclusivamente na exploração rápida deste ou daquele documento considerado frágil em relação aos debates ideológicos ou políticos contemporâneos. (WOLIKOW, 1996/1997, P.60)

Fora do Brasil, neste período, diversos historiadores estabeleceram uma história crítica e científica sobre o movimento obreiro com métodos e paradigmas teóricos mais amplos. Pesquisadores como os ingleses E.P. Thompson e Eric Hobsbawm; os franceses Jean Maitron, Michelle Perrot e Antoine Prost, por exemplo. O acesso a novos arquivos e fontes também foi importante para a ampliação interpretativa sobre a história dos trabalhadores e movimentos sociais. A influência desses pensamentos teóricos e metodológicos no campo acadêmico brasileiro da história e sociologia, concomitante a ampliação dos

[19] Para mais informações sobre essa discussão ver: WOLIKOW, Serge. A concepção da História operária diante da abertura de novos arquivos. Tradução de Mariana w. de Magalhães. Cadernos AEL, N° 5/6, 1996/1997. P.51-62.

arquivos e programas de pós-graduação, possibilitou a criação de um rico mosaico de pesquisas sobre o operariado no Brasil a partir de 1970.

Além disso, no início de 1970, tivemos as primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral no país: especialistas norte-americanos e mexicanos ministraram cursos no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com o patrocínio da Fundação Ford. A partir de então, a História Oral foi ganhando adeptos através de um processo lento e descontínuo. Obviamente, eram feitos questionamentos e reflexões sobre o uso da memória enquanto fonte e, se a história oral poderia ser utilizada como aporte teórico e/ou metodológico[20]. Esse cenário propiciou pesquisas que se aprofundaram nessa temática, e hoje, após essa trajetória, a história oral conquistou um campo significativo entre os historiadores do século XXI[21].

A consolidação da história oral no meio acadêmico brasileiro e entre diversos pesquisadores desenvolveu-se durante os anos de 1990. Podemos perceber isso, em abril de 1994, durante o II Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, em que foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Esta instituição reuniu pesquisadores de diversas áreas como História, Ciências Sociais, Antropologia, Educação e outras disciplinas das ciências humanas (SILVA, 2016).

Portanto, podemos perceber que há um conjunto de fatores contribuindo para que o olhar historiográfico, sobretudo nos estudos sobre o mundo do trabalho, fosse ampliado à temática da história portuária. No Brasil, o processo de construção acadêmica foi relativamente lento, abrindo caminhos para que os historiadores se debruçassem a compreender o papel dos trabalhadores portuários no brasil na esfera política, sindical e social.

Assim, no tópico a seguir, vamos compreender quais histórias são produzidas, no âmbito acadêmico, e quais áreas passaram a se interessar pela

---

[20] Para essa discussão ver: MONTENEGRO, Antônio T**.** *Combates pela história: história e memória.* In: História Oral, v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2007.

[21] O artigo publicado na revista *História Oral* sobre a produção de História Oral no Brasil entre os anos de 1998 a 2008 demonstra uma aderência significativa de seu uso entre os historiadores nacionais. Para mais detalhes sobre esta discussão, ver: NETO, André de Faria P.; MACHADO, Bárbara A.; MONTENEGRO, Antônio T. *História Oral no Brasil: uma análise da produção recente* (1998/2008). In: História Oral, v. 10, n. 2, p. 113-126, jul.-Dez. 2007. Bem como a pesquisa: ALBERTI, Verena. *História dentro da História.* In: PINSKY, Carla B. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. P. 155-202.

temática. Além disso, vamos identificar se houve prevalência de área de estudo e como era a geografia institucional destes lugares de produção. Neste caso, concordamos com Tânia de Luca quando afirma que os "historiadores vincularam-se a instituições, ou seja, universidades, centros de pesquisa, bibliotecas, fundações, arquivos, o que tem implicações nos temas que escolhem, nas fontes que selecionam, nos problemas que formulam". (DE LUCA, 2020, p. 45)

Portanto, dentro do possível, mapearemos as escolhas analíticas destes pesquisadores em suas obras nos aspectos teóricos/metodológicas, bem como, as suas fontes e recortes temporais utilizados. Por fim, analisaremos a importância desses elementos para a historiografia do trabalho no Brasil.

1.2. Produções acadêmicas entre 1973 e 1986

Conforme informado ao longo da introdução, as nossas fontes são, majoritariamente, as produções acadêmicas escritas no âmbito da graduação e pós-graduação de história, ou seja, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses produzidas entre os anos de 1973 a 2010.

Ao fazer um exercício de visualização mais amplo dessas fontes, nos questionamos se era possível realizar uma geografia institucional destes lugares de produção e, obviamente, a resposta foi sim. Tal perspectiva nos auxiliou a perceber alguns pontos importantes que serão trabalhados ao longo do texto como, por exemplo, se havia áreas que estudaram a temática com mais prevalência. Além disso, qual o perfil destes pesquisadores e, em alguns casos específicos, até as suas motivações pessoais da escolha desta temática em detrimento de tantas outras que temos acesso durante a nossa trajetória acadêmica.

Neste caso, como o nosso aporte metodológico é a análise comparativa, optamos por agrupar as fontes em três blocos temporais com intuito de visualizar e compreender, de uma forma mais clara, as aproximações e distanciamentos entre as obras de cada período. O primeiro bloco, corresponde às produções realizadas entre os anos de 1973 a 1986. O segundo, engloba a década de 1990 e, por fim, o terceiro abrange os anos 2000 a 2010. Desta forma, conseguiremos

fazer uma análise comparativa tanto por período específico quanto pelo balanço geral do que foi produzido nesses trinta e sete anos de análise.

Sendo assim, passamos a observar, a partir do quadro a seguir, uma descrição das obras em apreço do primeiro bloco, acima mencionado. Em seguida, faremos uma análise destas fontes.

Quadro 1: Produções acadêmicas entre 1973 e 1986

Autor	Título da Obra	Ano
Ingrid Piera Andersen Sarti	Estiva e Política: estudo de caso no porto de santos	1973
Darcy de Nazaré Fléxa Di Paolo	O trabalhador da Estiva: um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará	1981
Maria Lucia Caira Gitahy	Os Trabalhadores do Porto de Santos 1889-1910	1983
Marli Brito Moreira de Albuquerque Navarro	Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República.	1983
Darcy de Nazaré Fléxa Di Paolo	Os estivadores do Pará no movimento sindical Brasileiro: um estudo sociológico	1986

Fonte: Dados computados pelo autor

Dentro do recorte temporal que escolhemos analisar, consideramos a pesquisa realizada pela socióloga Ingrid Piera Andersen Sarti como sendo a pioneira no estudo sobre os estivadores do porto de Santos em São Paulo. Em 1973, Sarti defendia a sua dissertação de mestrado intitulada “Estiva e política: um estudo de caso no porto de santos”, através do programa de pós-graduação em sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sua pesquisa foi elaborada com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Após 7 anos da conclusão da pesquisa, Ingrid Sarti reedita sua dissertação e publica um livro denominado “Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política”[22]. Tal obra torna-se um clássico que contribuiu para a popularização da discussão sobre a atuação sindical e política dos estivadores santistas. Ao nosso ver, inspirou e contribuiu para futuras pesquisas, servindo de referência para compreensão do tema entre aqueles que

[22] SARTI, Ingrid P. A..**O porto Vermelho:** os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

se dedicaram sobre a temática da história do trabalho portuário no Brasil nos anos seguintes.

O recorte temporal de análise de Ingrid Sarti, nestes dois trabalhos, foi de 1930 com as origens do Sindicato dos Estivadores de Santos – SES, até 1964, período de repressão que a categoria vivenciou com o advento do golpe civil-militar deste ano, assim como nos demais sindicatos do país. Consciente que, para uma análise do movimento, é necessário levar em conta o comportamento político da classe em seu lugar de produção, a autora deixa claro que os trabalhadores portuários estavam presentes em um setor estratégico da produção econômica. Logo, essa posição da classe operária, com uma unidade sindical, proporcionará condições de poder e influência aos estivadores. Portanto, no porto, era possível encontrar um local de solidariedade no cotidiano de trabalho e lutas por direitos, bem como, ações com poder de barganha que davam certos privilégios a classe.

A segunda obra, identificada neste nosso levantamento bibliográfico, foi a da socióloga Darcy de Nazaré Fléxa di Paolo. Ao concluir sua graduação em Ciências Sociais (Bacharelado), em meados de 1980, pela Universidade Federal do Pará, Di Paolo apresenta o trabalho de conclusão de curso, sob orientação de Lindalva da Costa Teixeira, intitulado “o trabalhador da estiva: um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará”. Após um ano, a autora materializa sua pesquisa acadêmica em livro, através do Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Social –CEPAS.

Assim como o pioneirismo de Ingrid Sarti no porto de Santos, Darci Di Paolo apresenta a primeira produção acadêmica focada especificamente em analisar a trajetória histórica do sindicalismo da estiva do Pará. Ao realizar um estudo sociológico e histórico sobre a categoria estivadora, a autora rejeita as teorias de dependência do Sindicato com relação ao Partido e/ou Estado. O seu trabalho tem como conceito chave norteador a perspectiva do Sindicato como um grupo social que visa maior autonomia no campo das possibilidades do processo histórico no qual está imerso. Sendo assim, apresenta o sindicato com sendo um órgão cooperativista composto por trabalhadores avulsos que se unem em prol da luta por direitos. Além disso, Di Paolo inspirou-se na Teoria da

Organização Humana (T.O.H)[23] do cientista social e antropólogo brasileiro Antônio Rubbo Muller para compreender a complexa relação dos trabalhadores na sua esfera social e política.

Nos anos seguintes, Darcy Di Paolo dá continuidade aos seus estudos sobre a categoria estivadora e após a conclusão do seu mestrado no ano de 1985, em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a autora publica mais um livro sobre o tema sob a orientação da socióloga Eva Maria Lakatos. Em "Os estivadores do Pará no movimento sindical Brasileiro: um estudo sociológico" o conceito de autonomia sindical reforça as premissas trabalhadas na primeira obra publicada de 1981. Assim, sua intenção foi a de demonstrar que o sindicato dos trabalhadores da estiva do Pará não estava enquadrado na perspectiva de dependência do Estado ou de partidos políticos. Para a autora, havia sim significativa autonomia nas disputas dos trabalhadores diante dos poderes dos empregadores à época.

Também identificamos a publicação da dissertação de mestrado da historiadora Maria Lucia Caira Gitahy, defendida em maio de 1983 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, orientada pelo professor Dr. Bóris Fausto. Em "Trabalhadores do Porto de santos (1889-1910)", Gitahy analisa um período anterior àquele focado por Ingrid Sarti. Nesta obra, discute-se as raízes das mudanças que Santos passou após a sua definição como porto café. Além disso, direciona-se uma reflexão sobre o papel do trabalhador portuário no nascer do movimento obreiro santista. Por fim, dedica um capítulo específico para compreender, em detalhes, as cinco principais greves mobilizadas pela categoria portuária neste período que deixam claro, ao patronato, o seu poder de atuação na luta por direitos.

Durante a nossa jornada de análise das fontes, buscamos compreender, na medida do possível, que fatores teriam influenciado os autores a direcionar seus esforços de pesquisa para a temática portuária. Maria Lucia Caira Gitahy, relata os caminhos por ela percorridos.

[23] Essa teoria, de forma resumida, consiste na visão de que as pessoas ou grupos sociais buscam um sistema de constituição natural de uma comunidade ou sociedade por meio de uma teoria global do social. Para mais informações sobre essa discussão ver: MULLER, Antônio Rubbo. Teoria da Organização Humana. São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 1958.

> Este trabalho, de alguma forma, ainda pertence a safra dos anos setenta, em que os estudos sobre o movimento operário no Brasil começam a se multiplicar e projetar os contornos de toda uma área de pesquisa. A abertura do Arquivo Edgard Leuenroth ao lado da criação dos mestrados do IFCH garantiu um espaço, aqui na UNICAMP, para que surgissem vários trabalhos ligados a esta temática. O meu chega já no fim da safra. Entrei no Mestrado em História em 1977. Generalizações pouco fundamentadas ou trabalhos demasiado ecléticos ou pouco autoconscientes do ponto de vista teórico despertavam a impaciência da nossa crítica de iniciantes. Mas havia um deslize ainda mais imperdoável: "banhos de empiria" ou "relatos positivistas" irritavam especialmente os colegas, e não só os colegas, de 1976-1977. [...] eu queria um texto em que não fosse preciso afirmar que se tratava da "ótica do conflito entre o capital e o trabalho" ou que "a luta de classes é o motor da história". Mas que esta luta fluísse, mais ou menos, como flui a vida. (GITAHY, 1983, p,5-6)

Neste processo memorialístico da autora, é possível perceber aquilo que mencionamos nas páginas iniciais deste capítulo. Revela, sobretudo, que foi sim um fator relevante para as mudanças historiográficas o acesso aos novos arquivos e fontes nesse período, uma vez que possibilitou aos pesquisadores debruçarem-se sobre temas até então não trabalhados ou pouco explorados. Além disso, a crítica que autora faz sobre os aspectos teóricos, metodológicos e estruturais dos trabalhos anteriores ao seu, também vão ao encontro do movimento historiográfico, pós 1960, que amadureciam as suas discussões sobre a escrita da história e faziam um contraponto as pesquisas sociológicas e economicistas que prevaleciam sobre a história do trabalho no Brasil.

Soma-se a isso, a referência que autora faz das obras estrangeiras sobre a história portuária como um fator importante para a sua inserção nos debates sobre o operariado portuário. A autora deixa claro que a sua principal referência bibliográfica brasileira foi a pesquisa de Ingrid Sarti, anteriormente mencionada. Por sua vez, suas leituras que tratavam sobre os movimentos operários

portuários ingleses[24], franceses[25] e portugueses[26] foram cruciais para estabelecer comparações históricas (GITAHY,1983, p. 7).

Em 1983, a historiadora Marli de Brito Moreira Albuquerque Navarro sustentou a sua dissertação de mestrado, em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, denominada “Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República”, orientada pela Profa. Eulalia Jameyer Lobo. Infelizmente, não obtivemos êxito no acesso deste material. No entanto, reforçamos que esse foi o primeiro trabalho acadêmico dissertativo que identificamos sobre os trabalhadores portuários do Rio de Janeiro.

Estas foram as cinco pesquisas produzidas entre os anos de 1973 e 1986 que encontramos durante o nosso levantamento de fontes que tratam diretamente sobre os história dos trabalhadores portuários. Conforme nos propomos no início deste capítulo, buscaremos compreender a geografia institucional de produção acadêmica. Compreendemos essa concepção como sendo a identificação da distribuição espacial das instituições de Ensino e Pesquisa que concentram as pesquisas que aqui analisamos. Vejamos no quadro abaixo esse demonstrativo.

Tabela 1 - Quadro demonstrativo da Geografia Institucional das Produções Acadêmicas (1973-1986)

Programa e Instituição	Área de Estudo	Graduação	Mestrado	Doutorado
Pós-graduação em sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e	Sociologia		1	

[24] Eric Hobsbawn em “National Unions on the Waterside”, Lambouring Men, Cap. II, p. 241-271. Trata da construção das federações sindicais de âmbito nacional na orla marítima inglesa. LOVELL, J. Stevedores and dockers: New York. M. Kelley. 1969, escreve todo um volume sobre as origens do sindicalismo no porto de Londres.

[25] NGUYEN, Victor, “Les portefaix marsellais: crise et déclin survivances”, Provence Historique, v. 2, 1962, p 363-397, nos aproxima da antiga corporação de portuários em Marselha em conflito com a “Societé des Docks”, empresa capitalista, que nestes anos reorganiza totalmente o trabalho no porto.

[26] O porto carvoeiro de Cardiff é o palco dos vários trabalhos de DAUNTON, M.J., “Jack Ashone. Unionization of seamen in Cardiff before 1914” in Welsh History Review, idem “The Crdiff Coacl Trimmens Union, 1888-1914. “ Aristocrat and Traders: the bute docks, 1839-1914” in Journal of Transport History, New Series. III (1975). Id. “ Coal Metropolis: Cardiff. 19870-1914” (1977). Aspect and economic Structure of Cardiff, 1870-1914. Ph. D. Kent, 1974.

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo				
Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Pará	Sociologia	1		
Pós-Graduação Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	Sociologia		1	
Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas	História		1	
Pós-Graduação Universidade Federal do Rio de Janeiro	História		1	

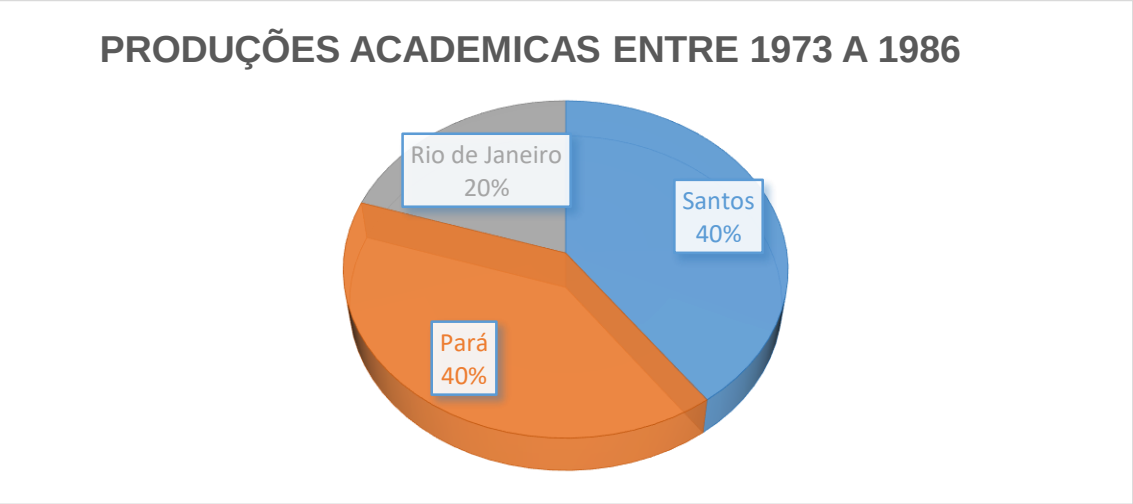
Fonte: Dados computados pelo autor

Em síntese, foram cinco produções acadêmicas. Destas, quatro foram de mestrado, uma de graduação e nenhuma de doutorado. Percebe-se que entre os anos de 1973 a 1986, houve um número maior de pesquisas de cunho sociológico comparados aos de História. Isso ocorreu, ao nosso ver, por conta do processo de criação paulatino de novos programas de pós-graduação em História neste período, ou seja, os programas de sociologia nas décadas de 1970 e 1980 estavam com ofertas superiores em relação a outra.

Neste período, vemos uma concentração maior de pesquisas em instituições universitárias de São Paulo, sendo apenas uma no Rio de Janeiro e outra no Pará. Isso não quer dizer que outras pesquisas não podem ter sido feitas através de estudantes de outras faculdades. Mas, como vimos no início deste capítulo, o eixo Rio-São Paulo apresentou condições que favoreceram essa produção pelo seu histórico acadêmico.

Além disso, neste primeiro bloco, como podemos perceber no quadro abaixo, observamos uma predominância, em relação as dezenas de portos no Brasil, nos estudos sobre três portos: o de Santos em São Paulo, o de Belém do Pará e, por fim, do Rio de Janeiro.

Tabela 2- Portos estudados entre 1973 a 1986



Fonte: Levantamento do Autor.

Destas pesquisas, apenas o estudo de Darcy Di Paolo, publicado em 1981, possui característica monográfica, como trabalho de conclusão do curso no nível de graduação, pela Universidade Federal do Pará, no curso de Ciências Sociais. Os demais trabalhos foram publicações dissertativas no nível de mestrado acadêmico, de diferentes programas de pós-graduação. Já, Ingrid Sarti (1973), foi pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP. O segundo trabalho de Darcy Di Paolo (1986), foi realizado através do programa em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Já a pesquisa de Maria Gitahy (1983), foi através da Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Por fim, Marli Brito Navarro (1983), pelo mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Outro fato que se sobressai nas produções acadêmicas sobre o trabalho portuário no Brasil, entre 1973 e 1986, é a concentração das produções nos eixos São Paulo – Rio de Janeiro – Pará. Apesar de haver, em diferentes instituições universitárias no país, um paulatino movimento crescente de cursos de pós-graduação em Sociologia e História, identificamos apenas estes trabalhos ora apresentados, que tratam especificamente sobre os trabalhadores portuários. Embora existam outros portos marítimos e fluviais de relevância histórica no aspecto econômico, social e trabalhista, ainda assim, eles não foram estudados, neste período, por historiadores. Leitura que fazemos à luz dos

levantamentos de fontes que tivemos acesso durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A justificativa para essa lacuna de estudos sobre essa temática, ao nosso ver, ocorrera, inicialmente, pelo contexto de produção e pesquisa acadêmica que, como discutimos no início deste capítulo, estava passando por um processo de ampliação e reestruturação. Seja pelo aspecto institucional nas universidades, seja pelo surgimento de novos paradigmas de pesquisa científica nestas áreas. Sendo assim, é perceptível que houve um número maior de pesquisas sociológicas em relação as de História. Pressupõe-se que seja pelo fato da História estar se consolidando e ampliando-se no Brasil no campo acadêmico em relação à sociologia, ainda na década de 1960 e 1970.

Outrossim, destaca-se a presença de mulheres pesquisadoras que se dedicaram aos estudos desta temática, neste contexto de produção acadêmica entre os anos de 1973 a 1986. Fato este que vai se modificando ao longo do tempo, conforme veremos durante o mapeamento dos demais blocos de análises, dos anos da década de 1990 e dos anos 2000.

Neste recorte de análise, ainda foi possível identificar, nas leituras dos textos, quais pesquisas tiveram o auxílio financeiro que, dentro do possível, favoreceu o seu desenvolvimento. Ingrid Sarti (1973) recebeu auxílio pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Maria Gitahy (1983) contou com dois apoios respectivos, o da FAPESP, entre os anos de 1977 a 1978 e da Fundação Ford, entre os anos de 1981 a 1982. Darcy Di Paolo, em seu trabalho monográfico de 1981, relatou ter recebido auxílio de Instituições de apoio à pesquisa universitária. No entanto, afirma que a edição publicada através do Centro de Estudo, Pesquisa e Assessoria Social – CEPAS, contou com subsídios e cooperação financeira por parte do Sindicato dos Estivadores do Pará. O contato próximo da autora com a entidade sindical e a compreensão, por parte da diretoria, de que a publicação de um livro em sua originalidade, que relatasse a história da categoria, poderia ser um instrumento importante para o sindicato, o que propiciou o apoio. Já em sua pesquisa de Mestrado, publicado em 1986, não há menção sobre recebimento de auxílio financeiro para materialização da pesquisa. Como não obtivemos acesso ao texto de Marli Navarro (1983), não foi possível identificar se a pesquisadora recebeu apoio financeiro para pesquisa.

No quadro abaixo conseguimos visualizar, numa perspectiva numérica, o índice de apoios financeiros que as cinco produções acadêmicas deste período receberam, seja no ato da pesquisa, seja para divulgação através da sua publicação no formato de livro.

Tabela 3: Apoios Financeiros à Pesquisa nas obras de 1973 a 1986

Instituição	Quantidade de Pesquisas
FAPESP	2
Fundação Ford	1
Sindicato	1

Fonte: Dados computados pelo autor

O quadro acima evidencia o reduzido número de incentivo a pesquisas. Por uma questão de tempo disponível para análise e foco na resolução da nossa problemática de pesquisa, não realizamos um estudo comparativo entre o número de pesquisas apoiadas financeiramente com outras pesquisas de diferentes temáticas, como por exemplo, os metalúrgicos que eram uma categoria também de prestígio histórico e, nas década de 1970 e 1980, estavam se mobilizando em prol de melhorias nas condições de trabalho. Logo, este pode vir a ser um tema para futuras pesquisas, visando comparar as produções e recebimentos de incentivos financeiros para pesquisas sobre diferentes categorias de trabalhadores neste período.

1.3 - Produções acadêmicas na década de 1990

Prosseguindo com nossa discussão, perguntamo-nos: como foram as próximas produções da década seguinte? Vejamos no quadro abaixo, a descrição das obras e seus respectivos autores na ordem cronológica de publicação e, em seguida, nossas considerações.

Tabela 4: Produções acadêmicas na década de 1990

Autor	Título da Obra	Ano
Fernando Teixeira da Silva	“Os Doqueiros do Porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937 -1968)”	1991
Maria Lucia Caira Gitahy	1°- “The Port Workers of Santos, 1889-1914: Labor Movement and Urban Culture in an early XXth Century Brazilian City”. 2° - Ventos do Mar: trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos 1889-1914.	1992
Olivia M. R. Galvão	A sociedade da Resistência ou Companhia dos Pretos: um estudo de caso entre os arrumadores do porto do Rio de Janeiro	1995
Maria Luiza Ugarte Pinheiro	“A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)”.	1996
Maria Cecília Velasco e Cruz	Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro na Primeira República	1998
Edgar Avila Gandra	O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969	1999

Fonte: Levantamento do Autor

No decorrer das produções acadêmicas da década, já no ano de 1991, temos a publicação da dissertação de mestrado do historiador Fernando Teixeira da Silva. Sua dissertação de mestrado denominada “Os doqueiros do Porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)” foi defendida através do Departamento de História e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Sob orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall, Silva construiu uma narrativa densa diante de múltiplas fontes documentais sobre os trabalhadores portuários de Santos, apresentando reflexões sobre a trajetória de luta por direitos e a cultura operária desta categoria. Em 1995, através da editora HUCITEC, o referido historiador publicou sua dissertação de mestrado, com pequenas adaptações no texto, na obra intitulada “A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade - 1937-1968”.

Neste trabalho de Silva, Ingrid Sarti e Maria Gitahy foram suas principais interlocutoras nas discussões relacionadas ao histórico da formação das categorias presentes no porto de Santos, bem como, a cultura política presente nas entidades sindicais. Destarte, diferente das duas autoras citadas, Fernando Silva aprofunda seus estudos em um recorte temporal posterior àquele já estudado. Ao historiar sobre os anos de 1937 a 1968, Silva buscou trazer à tona a trajetória dos portuários e estivadores santistas no auge do período populista trabalhista pré-1964. E, posteriormente, o impacto que a classe portuária teve

com o advento dos primeiros anos da ditadura militar que perseguiu essa classe obreira não só em Santos, como também em diversos outros sindicatos portuários espalhados pelo país.

Durante a análise desta obra, não conseguimos identificar claramente quais teriam sido as motivações pessoais de Silva pela escolha desta temática, no entanto, segundo o autor, sua iniciação no tema foi encorajada pelos professores Kazumi Munakata, Maria José Trevisan e Célia Azevedo que leram e acompanharam os seus primeiros trabalhos (SILVA, 1991, p.7). No que tange a questão dos auxílios financeiros, tão importantes neste momento de pesquisas para os estudantes, Fernando Teixeira da Silva contou com o apoio financeiro do CNPQ, FAPESP, da UNICAMP e UNIMEP.

Após concluir o mestrado e prosseguir com suas pesquisas sobre o Porto de Santos, Maria Lucia Caira Gitahy ingressou no Programa de Doutorado em História na Universidade do Colorado, Estados Unidos da América, em Boulder. Sob Orientação do Prof. Dr. Robert James Ferry, Gitahy defendeu, em 1991, a tese intitulada “The Port Workers of Santos, 1889-1914: Labor Movement and Urban Culture in an early XXth Century Brazilian City”. Em 1992, a autora publicou um livro, através da editora UNESP, denominado “Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914”, que, segundo a autora, seria um compilado das suas pesquisas de mestrado e doutorado sobre o Porto de Santos.

Até o presente momento, não obtivemos acesso à tese completa da autora. No entanto, tomaremos como fonte aqui, o seu livro “Ventos do Mar”, já que esta obra apresenta a continuidade dos seus estudos desenvolvidos durante o mestrado. Gitahy, nestes anos de aprofundamento de suas pesquisas sobre a temática portuária, contou com o apoio de algumas instituições de auxílio financeiro a pesquisa, tais como: a FAPESP, CNPq e Fundação Ford.

Em 1995, a pesquisadora Olívia Maria Rodrigues Galvão, sustentou a sua dissertação de mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, intitulada “A Sociedade da Resistência ou Companhia dos Pretos: um estudo de caso entre os arrumadores do porto do Rio de Janeiro”. Assim como nas obras citadas anteriormente, Navarro (1993) e Gitahy (1991), não conseguimos acesso a esta fonte, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa. Logo, não conseguimos verificar se autora obteve auxílio financeiro

para pesquisa durante o período de elaboração e conclusão da sua obra de mestrado.

Apesar disso, reforçamos que esta é primeira obra que encontramos que estuda especificamente a categoria de trabalhadores portuários arrumadores[27]. Mesmo que a concepção legal, que normatizava o seu trabalho, tenha vindo à tona apenas em 1954, é importante destacar que essa categoria operária já atuava nos portos como força suplementar a dos estivadores e doqueiros de capatazia muito tempo antes deste período. Após a pesquisa de Galvão, identificamos apenas as obras de Jairo Falcão (2010), Marcus Spolle (2010) e Elvis Simões (2017), que pesquisam a referida categoria e apresentam diversas visões sobre a atuação sindical e cotidiana de trabalho no porto a partir dos três principais portos do Rio Grande do Sul, o de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas.

A historiadora amazonense Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em 1996, concluiu os seus estudos no Mestrado em História, pela Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, com sua dissertação intitulada "A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)". Em 1999, pela editora da Universidade do Amazonas, Pinheiro publicou sua dissertação em livro impresso com o mesmo título de seu trabalho acadêmico. Maria Pinheiro é a primeira historiadora amazonense a se debruçar nos estudos sobre os trabalhadores portuários de Manaus, no contexto histórico associado à expansão econômica gomífera da Amazônia. Nossa análise ocorrerá sobre o texto formatado em livro, pois não tivemos acesso ao manuscrito original defendido em 1996.

Pinheiro trata de uma discussão regional evidenciando sua importância enquanto categoria portuária, a qual está presente nacionalmente no sindicalismo. Nesta perspectiva, estuda os estivadores em três conjunturas históricas diferentes. A primeira nos anos 90 no século XIX, a segunda e a terceira, respectivamente, entre as décadas de 1910 e 1920. A autora apresenta

[27] "Quando não possuíam empregados em número suficiente, as administrações dos portos complementavam os serviços de capatazia com a utilização de trabalhadores avulsos da categoria denominada "arrumadores" (avulsos que atuavam fora dos portos executando movimentação de mercadorias nos armazéns gerais), mediante contrato celebrado com o respectivo Sindicato. **Esses eram a "força supletiva" dos empregados de docas ou da administração do porto.** Muitas vezes, esses mesmos avulsos **continuavam realizando serviços fora dos portos, nos armazéns gerais**. [Grifo nosso] (MTE, 2001, p.21). O Decreto nº 36.025, de 12 de agosto de 1954, regulamentou a lei nº 2.196, de 1º de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores.

os trabalhadores como agentes históricos, não só combativos e hábeis negociadores nas relações de trabalho, como também no dia a dia, em suas lutas pela sobrevivência em situações de carestia de vida e sociabilidade.

Maria Pinheiro, durante a sua pesquisa no mestrado, contou com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes. Uma fundação criada em 1951 e vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, incumbida da missão de avaliar, apoiar e promover melhorias nos programas de pós-graduação do País.

As motivações iniciais sobre o interesse na temática foram apresentadas ao longo da introdução. Trazer tais aspectos à tona nos permitem identificar, dentro do possível, os caminhos percorridos pela autora na sua trajetória como historiadora em um contexto que envolve a sua experiência na graduação na década de 1980 e, posteriormente, em 1990 no mestrado com dedicação exclusiva sobre a temática da História do trabalho portuária. Para Maria Pinheiro:

> O interesse pelo tema do trabalho urbano em Manaus emergiu de uma dessas experiências, quando ainda o final dos anos 1980, começando por desenvolver as primeiras pesquisas acadêmicas no interior da graduação em História, junto à outros jovens pesquisadores, aprendizes no tatear na escuridão dos arquivos desorganizados, buscava encontrar material empírico que permitisse pensar o século passado, antes dos impulsos devastadores provocados da borracha.[28] [...] Assim, quando naquele processo inicial de pesquisa, vasculhando a impressa cotidiana da virada do século, uma insistente presença de greves operárias apareciam nos jornais, a reação oscilou entre o fascínio e a perplexidade. [...] quando as referências sobre essas greves começaram a aparecer nos jornais, mostrando rostos diferenciados de cocheiros, catraieiros, estivadores, carroceiros, peixeiros, etc., a perplexidade inicial logo cedeu espaço a uma grande inquietação em rever certas ideias cristalizadas. Daquele momento em diante, lentamente fomos ampliando a coleta de informações sobre estes movimentos e verticalizando estudos em leituras que buscavam cada vez mais tematizar a história do trabalho. [...] Este empreendimento foi a seguir favorecido pelo profícuo debate de ideias travado no interior do Departamento de História da Universidade do Amazonas, onde essas descobertas foram partilhadas com um grupo de jovens profissionais da área que procuravam articular seus projetos específicos por dentro de

[28] "Fundamentos Históricos para o estudo da organização do espaço urbano do centro Histórico de Manaus (1800-1880)". Este trabalho, desenvolvido em conjunto com Hideraldo Lima da Costa, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Luiz Bitton Telles da Rocha, foi patrocinado pela Fundação Nacional Pró-Memória (12°DR) e resultou em monografia concluída em 1988, e em que pese suas limitações amadorísticas, permitiu um envolvimento efetivo não só com a temática, mas com o próprio processo de investigação. (PINHEIRO, 1995, P. 19)

> uma linha de pesquisa cujo foco era a história da cidade de Manaus. (PINHEIRO, 1995, p. 19-20)

A experiência acadêmica durante a graduação conduziu-a para o caminho dos estudos sobre a história do trabalho e dos trabalhadores numa perspectiva regional. Ao identificar, durante a varredura nos arquivos e sua prática enquanto pesquisadora, que havia um campo profícuo de estudos em aberto sobre a área portuária no Amazonas, Pinheiro soube aproveitar essa oportunidade e, com isso, ingressou no mestrado em História. Além disso, há que se considerar também a experiência de vida da autora, em um contexto de nova efervescência sindical no anos finais da década de 1980 noticiados pela imprensa. Este fato serviu de inspiração para que ela pudesse olhar para o cenário local, bem como, para os estivadores amazonenses e, assim, querer compreender mais sobre o passado destes obreiros.

Nos últimos anos da década de 1990, a historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz, mais especificamente em 1998, concluí sua tese de doutorado, intitulada "Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro na Primeira República", através do Programa de Pós-Graduação em sociologia da Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP. Neste trabalho, contou com a orientação atenta da Dr. Irene de Arruda Ribeiro Cardoso. Contou, ainda, com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, de modo a apresentar uma das primeiras pesquisas focadas em analisar a trajetória sindical dos estivadores e carregadores cariocas entre 1889 a 1930.

Embora tenha recebido apoio do CNPq apenas para a tese, chamou-me a atenção o fato de Cruz ter conseguido o suporte da Fundação Ford durante suas pesquisas de mestrado. Neste período, este suporte possibilitou que a pesquisadora se dedicasse ao levantamento, mapeamento e organização do arquivo morto do Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador do Estado do Rio (anteriormente, era a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café). Segundo a autora,

> Foi como um desdobramento natural dessas descobertas substantivas e das reflexões teóricas por elas estimuladas, que este projeto começou a ser concebido, ganhando forma definitiva

> quando achei no Sindicato dos Arrumadores o acervo já mencionado. Com um financiamento de pesquisa concedido pela Fundação Ford examinei, organizei e reproduzi praticamente todas as séries de documentos encontrados no arquivo morto descoberto. Esta pesquisa prolongou-se em outra, no Sindicato dos Estivadores, onde foram pesquisadas as atas das assembleias gerais e das reuniões do Conselho Deliberativo, desde a fundação da União dos Operários Estivadores, em 1903, até os anos finais da Primeira República, e onde foi localizado um precioso livro de registro com o nome, nacionalidade, estado civil e endereço dos primeiros novecentos e quarenta e três sócios do sindicato, pelo qual pude traçar um perfil sociológico relativamente preciso daqueles que iniciaram a organização da classe. O trabalho nas sedes sindicais revelou-se extremamente útil. A partir da leitura de alguns documentos-chave foi possível recompor em grandes linhas a história do movimento operário no porto do Rio de Janeiro e confirmar minhas suspeitas a respeito da importância dos portuários cariocas no panorama sindical da República Velha. (CRUZ, 1998, p. 11-12)

Do relato acima observamos que, assim como nas décadas de 1970 e 1980, nos anos 90, os órgãos de fomento e apoio financeiro à pesquisa continuam sendo importantes para o crescimento dos estudos sobre o operariado brasileiro e, mais ainda neste caso, para aprofundar a compreensão do papel das categorias portuárias na história social do brasil.

Neste sentido, a tese de Cruz apresenta-se como sendo a terceira obra específica a analisar a categoria obreira portuária carioca. É mister frisar que Marli de Brito Moreira Albuquerque Navarro (1983) fez um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República. Já, Olívia Maria Rodrigues Galvão (1995), pesquisou sobre a Sociedade da Resistência ou Companhia dos Pretos do Rio de Janeiro.

Nesta nossa busca por compreender mais sobre os caminhos percorridos pelos autores que se desdobram, ou pelo menos motivaram suas pesquisas, Maria Cruz relata os detalhes do seu primeiro contato com as fontes que abririam as portas para o desenvolvimento da sua tese.

> Em 1979, levada por Sr. Vitorino Lopes, operário aposentado, ex ensacador de café, carregador e arrumador no porto do Rio de Janeiro, entrei pela primeira vez no Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador do Estado do Rio. Lá, esquecida no chão nos fundos de um enorme salão, encontrei uma montanha de pacotes empoeirados que, uma vez abertos e examinados, deram-me a emoção de estar descobrindo um tesouro dos sonhos

> da infância. O que os pacotes continham era o arquivo morto da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. O acervo cobria praticamente todos os anos da vida do sindicato, desde a sua fundação em abril de 1905 até os anos 40, e reunia sua correspondência com outras organizações operárias, com o patronato, com o governo, ofícios e requerimentos diversos, atas de assembleias, relatórios de diretoria, estatutos, regulamentos internos, além de um núcleo documental de cerca de quinhentas comunicações manuscritas dos fiscais da Resistência ao Conselho Diretor da mesma, relatando os mais diferentes tipos de situações cotidianas em que infrações haviam sido cometidas pelos operários. Estes relatos podem ser um dos únicos registros coevos existentes no país, produzido pelos próprios operários, a respeito da forma como vivenciavam, no passado, o dia a dia no trabalho. Para os historiadores o seu valor é inestimável. Quando isso aconteceu eu não tinha a menor ideia de que o atual Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador do Estado do Rio fosse a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Na época, não teria me ocorrido ir àquele sindicato procurar informações sobre uma organização operária que eu sabia ter sido forte, ativa e aguerrida, porque ela assim aparecia em meus dados de pesquisa sobre a classe trabalhadora carioca em 1917. Foi seu Vitorino, para quem essa linha de continuidade era um fato natural que, em um bate-papo após uma entrevista, surpreso perguntou-me: --"*Você ainda não foi na Resistência?*" E diante da minha negativa, sorriu orgulhosamente e disse: --"*Vou te levar lá.*" A descoberta representou, obviamente, um divisor de águas em meu trabalho. (CRUZ, 1998, p. 9-10)

A historiadora Maria Cecilia Velasco e Cruz, assim como os demais autores aqui estudados nos anos da década de 1990, deixam claro que os caminhos que os levaram ao desenvolvimento de suas pesquisas acadêmicas partem, num primeiro momento, do interesse ou apreço pessoal pela temática operária. Outrossim, percebe-se que as oportunidades do descobrimento ou abertura de arquivos tornaram-se caminhos promissores para estes pesquisadores apresentarem um novo olhar interpretativo sobre a história operária - em comparação a produção da época - trazendo à tona o protagonismo sindical, político e até social dos trabalhadores portuários em diversos portos do país.

Nesta perspectiva, Cruz (1998, p. 11) faz questionamentos sobre as produções acadêmicas que, até então, apresentavam “esquemas explicativos correntes sobre o padrão de desenvolvimento dos movimentos operário e sindical brasileiros, como um todo”. Ao estudar os trabalhadores portuários cariocas, percebeu que era necessário um olhar mais atento para atuação desta categoria, sobretudo por quê:

> [...] Não só era impossível explicar as clivagens existentes entre as organizações sindicais cariocas com base na "clássica" variável imigração/composição social da força de trabalho, como o elemento de continuidade entre os períodos anterior e posterior a 30, que o sindicalismo portuário parecia representar, aumentava a inconsistência do modelo desenvolvido por historiadores e cientistas sociais para explicar a heteronômia sindical posterior à Revolução de 30. (CRUZ, 1998, p. 11)

Além disso, como desfecho de sua pesquisa, Cruz identifica a forte atuação reformista sindical da República Velha. Em especial, a presença atuante e estratégica dos estivadores e carregadores cariocas em diversos movimentos operários e sindicais da época. Este é um contraponto a perspectiva que dá destaque ao alcance da ideologia anarquista, revolucionária, com militantes estrangeiros atuantes nos sindicatos mormente por que, segundo a autora, “no Rio existiam, em 1917, pelo menos quatro agrupamentos de organizações sindicais, e em apenas um deles os anarquistas eram importantes” (CRUZ, 1998, p. 10).

Portanto, em seu trabalho, diferente de algumas pesquisas anteriores, Cruz revela uma classe de trabalhadores mais autônoma e atuante, que não fora apenas uma continuidade residual da manipulação política ou ideológica. Pelo contrário, no Rio de Janeiro, por exemplo, estes trabalhadores conseguiram:

> [...] estender o processo de organização da classe para além dos limites geográficos do Distrito Federal, fundando filiais em outros portos e estados do país, como de impor ao empresariado visceralmente liberal da época (e mantê-lo até os nossos dias) o sindicato closed shop e o monopólio do mercado de trabalho, controlando o processo de trabalho e a gestão da mão-de-obra avulsa. Para tanto, desenvolveram um sindicalismo forte, ofensivo e com frequência violento, em nítido contraste com os sindicatos de influência anarquista, menos eficazes, relativamente fracos e descontínuos. Mais ainda, os portuários do Rio conseguiram impor-se ao governo como interlocutores legítimos muito antes de 1930 e, portanto, da criação do Ministério do Trabalho e do reconhecimento oficial da "questão social". (CRUZ, 1998, p. 10-11)

Na esteira das pesquisas feitas na década de 1990, o historiador Edgar Avila Gandra, em 1998, concluiu o seu Mestrado em História, pela Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, e apresenta a dissertação intitulada “O cais da Resistência: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários

de Rio Grande no período de 1959 a 1969", sob orientação da Profa. Dra. Ieda Gutfreind. Um ano após a sua defesa, Gandra publicou a obra, pela editora UNICRUZ, com o título "O cais da resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969". Nesta pesquisa, sobre os trabalhadores portuários de Rio Grande, Edgar Gandra atentou-se ao processo de edificação deste sindicato, analisando a formação da categoria portuária na cidade a partir do cotidiano de trabalho, de sociabilidade e pela maneira como lidavam com as adversidades históricas que se encontravam em seus caminhos. Além disso, o historiador buscou evidenciar os reflexos da ditadura civil-militar no cotidiano pessoal e de trabalho dos obreiros pertencentes ao sindicato. Por fim, Edgar Gandra não aprofunda uma discussão sobre a relação cotidiana dos portuários com os estivadores e/ou os arrumadores, tecendo apenas considerações breves a respeito disso, obviamente, por não ser o foco de discussão central.

No que tange ao recebimento de auxílio financeiro para pesquisa, o autor conseguiu, ao longo do mestrado, realizar o estudo contando com o apoio do CNPQ. Além disso, com o intuito de saber mais sobre as motivações e caminhos pessoais que levaram o autor a optar por estudar esta temática de pesquisa, entrevistamos Gandra, que, neste encontro, relembra:

> [...] Tem uma motivação muito pessoal sobre isso. Meu avô que contava que apanhou em 1964 e como é que foi a repressão. Meu avô comentava bastante coisa. Meu pai trabalhava no porto, então eu via greve no porto, eu percebia que em épocas havia transformações, eu ganhava bons presentes no Natal. E, de repente, as coisas começaram a parar. [...] Chega um ponto que tu tinha que escolher o clima do momento. Então era década de 1990, ainda estava 1964 na cabeça, estava todo mundo assim nesta questão, e aí eu pensei... o Cleber que era amigo do pai, era do sindicato. Eu queria trabalhar sobre 1964, e queria escolher um tema. Comecei já na graduação. O Cleber disse: "Lá no sindicato tem muito velhinho que tu pode entrevistar e vai ser legal." [...] Era muito uma motivação que todo mundo estava discutindo ferroviários em 1964. Se tu pegar os TCCs da FURG era, tirando alguns tema da área de educação, todo mundo queria ver como foi 64, como se comportou... ah, tinha alguma coisa sobre antiguidade. E, eu fui aluno do Benito e ele estava trabalhando sobre o movimento operário cotidiano na época. Fui bolsista dele e trabalhei com o cotidiano operário e, eu gostei de trabalhar com o tema. [...] Pensei... vai dar certo porque os portuários daqui de Rio Grande são muito importantes, muitas manifestações, imaginava que eles eram importantes a nível

> mundial. [...] Hoje já não tenho essa visão mais. O que me colocou neste caminho foi uma relação pessoal e uma relação do momento.[29]

Alguns pontos se sobressaem a partir da memória relatada acima. O primeiro é o apreço pessoal pela temática por conta da experiência familiar do autor. No momento em que estava no contexto acadêmico, essa ligação familiar foi um ponto importante para a definição do objeto de pesquisa. Sua proximidade com pessoas ligadas ao ambiente portuário abriu caminhos para o acesso a fontes orais e documentais, na medida em que começou a visitar o sindicato já na condição de pesquisador. O fato de morar em uma cidade portuária permitiu-lhe vivenciar de perto as movimentações grevistas, tendo como reforço mnemônico a ligação paterna com o porto. O fato de a escolha do recorte temático de sua dissertação abranger dois momentos políticos e sociais diferentes perpassou, também, em certa proporção, pela sua experiência pessoal e familiar, principalmente por sentir na pele os impactos que a ditadura causou em sua família, nos aspectos econômico e social.

Outro ponto a ser considerado neste relato está relacionado à importância que os professores acadêmicos nos cursos de história têm enquanto fomentadores de pesquisas. Possivelmente Edgar Gandra poderia ter escolhido outra temática, se estivesse sob orientação de algum professor que não pesquisasse especificamente História do Brasil e o movimento operário rio-grandino. Pelo fato de Benito pesquisar, na época, sobre a história dos trabalhadores de Rio Grande e dispor de um projeto de pesquisa com bolsa, Edgar não pensou duas vezes em escolher este caminho de pesquisa. De tal forma que seus estudos na graduação viessem a se desenvolver em suas pesquisas de mestrado e doutorado e até pós-doutorado, este concluído recentemente.

Portanto, quando Gandra fala que sua escolha teve como um dos fatores a “relação do momento”, percebe- se que, na década de 1990, no ambiente acadêmico, havia um contexto de abertura e motivação para estudos relacionados aos governos militares e todo seu impacto na sociedade em diversos setores. Assim como, uma discussão mais presente e uso mais

[29] Entrevista realizada com Edgar Avila Gandra, no dia 21 de janeiro de 2023.

frequente do aporte teórico-metodológico da história oral, que cada vez ganhava adeptos entre os historiadores.

Ao olharmos para os relatos e trechos acima, que retratam um pouco da experiência e trajetória destes(as) pesquisadores(as), podemos perceber que não há uma uniformidade, um padrão que possa ser visto entre as escolhas individuais e o tema. Por outro lado, é perceptível que, tanto um ambiente pessoal de contato com a temática portuária, quanto um ambiente acadêmico aberto à história do trabalho e dos trabalhadores, são, sim, um fator influenciador para o início e a ampliação nos estudos sobre os obreiros do porto nos períodos aqui analisados.

Observamos, no quadro abaixo, em uma perspectiva numérica, o índice de apoios financeiros que as cinco produções acadêmicas da década de 1990 receberam, seja no ato da pesquisa, seja para divulgação através da sua publicação no formato de livro, mormente a partir dos programas de pós-graduação que receberam bolsas de apoio e fomento à pesquisa para os alunos.

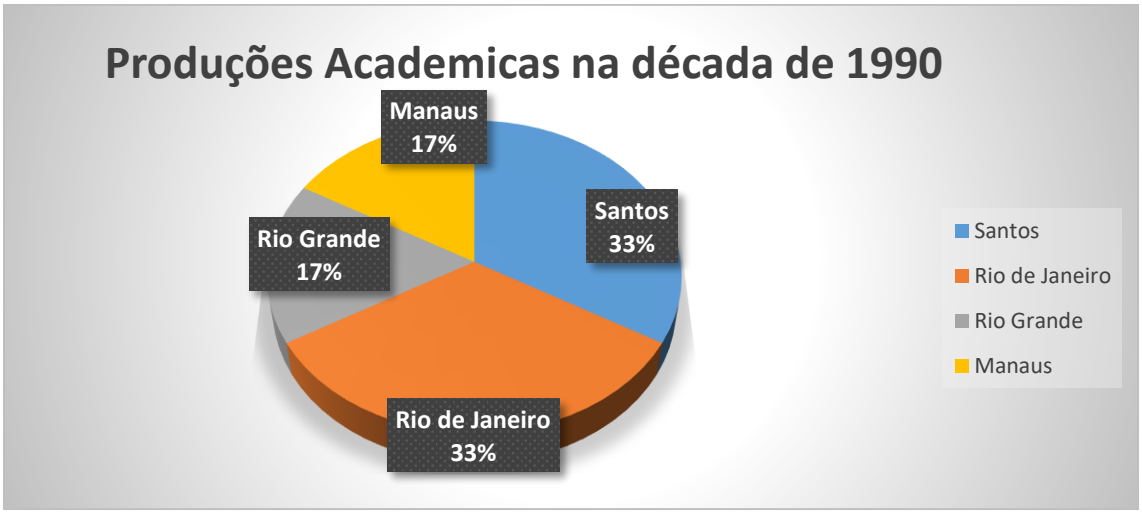
Tabela 6: Apoios Financeiros à Pesquisa nas obras da década de 1990

Instituição	Quantidade de Pesquisas
FAPESP	1
Fundação Ford	1
CNPq	3
CAPES	1
UNICAMP	1
UNIMEP	1

Fonte: Levantamento do Autor

Em relação ao período anterior, nota-se um aumento no número de instituições que apoiaram financeiramente, através dos programas de pós-graduação, as pesquisas feitas sobre a temática da história do trabalho portuário no Brasil. Observamos também, no quadro abaixo, como ficaram a distribuição e o índice de produções acadêmicas em diversos portos do país.

Tabela 7 -Portos estudados nas produções acadêmicas na década de 1990



Fonte: Levantamento do Autor.

Constata-se que nos anos de 1973 a 1986 tivemos uma prevalência de pesquisas sobre o porto de Santos, Rio de Janeiro e Pará. Já, na década seguinte, conforme observado no quadro acima, ocorre uma ampliação nos estudos para outras localidade. Dentre elas, no Sul com a cidade de Rio Grande e, na capital do amazonas, em Manaus. Ainda assim, há uma prevalência de pesquisas no eixo Rio-São Paulo neste período.

Quando analisado a geografia institucional destas produções, percebemos que na década de 1990 houve uma leve ampliação regional das instituições em relação ao período anterior. Além disso, outro aspecto diferente em relação aos anos anteriores, é que houve um trabalho vinculado ao programa de doutorado em História na Universidade do Colorado, nos Estados Unidos da América.

Dessa forma, paulatinamente, as pesquisas sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil vão sendo ampliadas e, com isso, novos olhares interpretativos sobre as fontes acabam por enriquecer a compreensão sobre esta temática.

Tabela 8 - Quadro demonstrativo da Geografia Institucional das Produções Acadêmicas (Década de 1990)

Programa e Instituição	Área	Graduação	Mestrado	Doutorado

Departamento de História e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	História		1	
Programa de Doutorado em História na Universidade do Colorado, Estados Unidos da América, em Boulder	História			1
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ	História		1	
Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP	História		1	
Programa de Pós-Graduação em sociologia da Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo-USP	História			1
Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS	História		1	

Fonte: dados computados pelo autor

Nota-se também, a publicação de teses em um número maior em relação ao período anterior, contribuindo ainda mais para o aprofundamento de questões específicas sobre a temática. Tais observações nos levam a pensar em algumas questões, por exemplo: Como foi a produção acadêmica entre os anos de 2000 a 2010? Quem foram os pesquisadores e quais portos tiveram o maior número de pesquisas? Como ficou desenhado a geografia institucional destes locais de produção? A partir destas perguntas, passamos agora a analisar as nove produções do nosso último recorte analítico a partir do quadro abaixo.

Tabela 9 - Produções acadêmicas na década entre os anos 2000 a 2010

Autor	Título da Obra	Ano
Fernando Teixeira da Silva	"Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou Brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)"	2000
Carlos Alberto de Oliveira	"Quem é do mar não enjoa: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)"	2000
Edgar Avila Gandra	"Porto dos Direitos: A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959-1969, através da análise de suas atas	2004
José Bento Rosa da Silva	"Estiva papa-siri: mãos e pés no Porto de Itajaí	2004
Diego Luiz Vivian	**Olhares Vigilantes a bordo**: história e memória dos vigias portuário do Rio Grande do Sul. Rio Grande	2004
Erika Bastos Arantes	"Negros do Porto - Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Èpoque",	2005
Diego Luís Vivian	"Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de	2008

	embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 - 1964)"	
Jairo Luís Fleck Falcão	"Cooperação, experiência e resistência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989)"	2009
Erika Bastos Arantes	"O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX",	2010

Fonte: dados computados pelo autor

1.4 Produções acadêmicas na década entre os anos 2000 a 2010

Como vimos anteriormente, após publicar, em 1995, a obra "A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade 1937-1968", Fernando Teixeira da Silva deu continuidade à sua pesquisa sobre os obreiros do porto. No ano de 2000, Silva obteve o título de Doutor em História, pela UNICAMP, ainda sob a orientação do Prof. Dr. Michael McDonald Hall. Sua tese intitulada "Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou Brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)" apresenta outro olhar sobre os portuários de Santos.

Além do recorte temporal pregresso a sua pesquisa de mestrado, Silva debruçou-se em novas fontes, em novos arquivos e focou em identificar a relação entre a cultura de trabalho em Santos com as ações e instituições coletivas do movimento obreiro. Já em 2003, o referido historiador publicou sua tese em livro impresso, através da editora da UNICAMP, nascendo, assim, uma obra de rigor historiográfico, chamada "Operário sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras".

Um dos aspectos inovadores desta pesquisa, a sua época de produção, neste cenário de estudos sobre o operariado do porto, é o recorte temporal escolhido. Pois, não havia trabalhos específicos que historiassem sobre estes trabalhadores santistas nos anos entreguerras. Os trabalhos apontados pelo autor como referência comparativa de estudos, concentraram-se no período entre o final do século XIX e início da Primeira Guerra ou ainda aqueles que abrangessem da década de 1930 ao Golpe Civil-Militar de 1964[30].

[30] Conforme Silva, no primeiro período, verificou-se as pesquisas de Gitahy, Maria Lucia C. "Porto de Santos", in: Prado, Antonio Arnoni (org.). Libertários no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986; *Idem*, "Processo de trabalho e greves portuárias, 1889-1910: estudo sobre a formação da classe operária no porto de Santos". Ciências Sociais Hoje, Vértice, 1987; Idem, Os trabalhadores do porto de Santos. Campinas, IFHC/Universidade Estadual de Campinas, 1986 (Dissertação de Mestrado); *Idem*, Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana

Silva apresentou o conceito de “operários sem patrões” no sentido da expectativa que os trabalhadores tinham, principalmente no início do século XX, de serem livres das “amarras” patronais. No caso dos estivadores, especificamente, o autor conseguiu evidenciar que os trabalhadores, paulatinamente, conseguiram amenizar o controle dos seus patrões no cotidiano de trabalho. Todavia, não conseguiram escapar dos momentos de repressão ou violência que emergiram no processo de luta por direitos durante os conflitos sociais. Isso, ao nosso ver, ocorre pelos resquícios dos anos anteriores de repressão ao operariado santista. Ademais, o tema “controle operário” está expresso no cotidiano do local de trabalho portuário e pode ser compreendido como sendo um espaço formador das suas próprias experiências. Salienta ainda, Silva, que esta perspectiva de controle operário deve ser vista também pela ótica do controle de suas próprias vidas que expressa não só uma “condição social, mas também obtém reconhecimento público, exprimindo os limites de seu pertencimento e exclusão no interior da sociedade” (SILVA, 2000, p. 8)

Além disso, Fernando Teixeira da Silva apresenta uma perspectiva diferente em sua análise sobre as relações trabalhistas. Para compreender essas relações, Silva recompõe os caminhos do movimento trabalhista em santos em um momento de transformação urbana acelerada, relativa instabilidade econômica e uma efervescência reivindicatória obreira. Com isso, o enfoque do seu trabalho esteve na compreensão da trajetória de duas importantes categorias operárias de Santos no período entreguerras: a construção civil e, com mais ênfase, os portuários a partir do prisma da história local. Isso tudo, sem deixar de lado as próprias transformações identificadas no interior das classes ao longo do tempo.

Em relação ao auxílio financeiro para realização da pesquisa nesta tese, Silva contou com o apoio de bolsas, através do programa de doutorado, do CNPq, da CAPES e do Fundo de Apoio à pesquisa da Unimep (Universidade

em Santos, 1889-1914. São Paulo – Editora da Unesp/Santos-Prefeitura Municipal de Santos, 1992. Os estudos que privilegiaram o segundo período informado por Silva são os seguintes: Silva, Fernando Teixeira da. A carga e Culpa. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-68. São Paulo –Hucitec/Santos-Prefeitura Municipal de Santos, 1995; *Idem*, “Direitos, política e trabalho no porto de Santos”, *in:* Fortes, Alexandre et al. Na luta por direitos, Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas, Editora da Unicamp, 1999; Sarti, Ingrid. O porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Araújo, Braz José de. Operário em Luta: metalúrgicos da baixada Santista (1933-1983). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Metodista de Piracicaba). Fator esse, segundo ao autor, importante para a consolidação do trabalho como pesquisador.

No ano 2000, identificamos outro pesquisador que debruçou seus estudos sobre a temática portuária do município sulino de Rio Grande. O historiador Carlos Alberto de Oliveira, através do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, no qual obteve a titulação de Doutor em História, defende a tese “Quem é do mar não enjoa: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)”. Sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa de Faria Cruz, utilizou-se de suportes referenciais da História Oral e da História do Tempo Presente para compreender os principais aspectos da constituição da identidade do estivador rio-grandino pela ótica das relações entre a tradição de trabalho e do cotidiano.

Na busca por entender também quais motivações podem levar o pesquisador ao estudo dos operários nos portos, identificamos que Carlos de Oliveira demonstra um apreço sobre a temática desde cedo, já que convivia durante a sua infância no ambiente portuário rio-grandino, através do seu relato descrito na tese:

> [...] Francionil, vem me levando para os lugares mais fascinantes que eu já conheci. Há mais de trinta anos tem me levado para o porto. A imagem daqueles navios e do teu pai me acenando, insiste em não sair do meu pensamento. Como negar que conviver desde guri com a Roda da Estiva determinou a vontade de sonhar com esta tese. [...] Luiz Henrique Blume, o “Schú” Luiz, sem querer, deu o empurrão que faltava. Mais do que apontar títulos e autores, nunca duvide de um filho de estivador, mesmo quando nem ele acredita no que está dizendo. (OLIVEIRA, 2000, p. 1-2)

A presença de familiares do autor que trabalhavam no porto, conforme observamos no relato acima, foi um fator pessoal significativo na decisão de dedicar-se por pelo menos quatro anos na pesquisa das relações de trabalho da estiva de Rio Grande. Neste mesmo sentido, continua Oliveira com mais detalhes do seu interesse nesta pesquisa:

> O interesse pela temática dos estivadores se relaciona intimamente com minha trajetória pessoal e familiar. Nasci no Bairro Getúlio Vargas, popularmente conhecido como Vila dos Cedros, ou simplesmente no “Cedro, território de estivadores da

> cidade de Rio Grande, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul. Cresci num ambiente polifônico, convivendo com apito dos navios da "Maria Fumaça" que puxava os vagões que rumavam ao Porto Novo [...]. As primeiras lembranças que tenho do porto remetem ao final dos anos 60, quando num daqueles lúdicos passeios na bicicleta com meu pai, conhecia o mar e os navios de diferentes bandeiras que frequentavam o porto de Rio Grande. Aos 3-4 anos, a curiosidade e o fascínio só eram menores do que a imensidão dos navios. Tal foi a minha surpresa, quando no convés de uma daqueles navios, um velho estivador acenou e sorriu para mim: era meu avô. [...] a convivência com estivadores, meu avô e seus três filhos eram estivadores, e com sua rotina de trabalho, em minha vida, foi sempre marcante. (OLIVEIRA, 2000, P. 1-2)

Para além do apreço pessoal, Carlos Oliveira relata também a importância do contato com outras pesquisas acadêmicas desta temática ao longo de sua jornada como historiador e professor. Destaca-se, neste aspecto especificamente, a influência que alguns trabalhos antecessores possuem, não só para a instigação pessoal, mas também para "abrir caminhos" que descortinem as possibilidades de pesquisa que essa temática apresenta. Tanto no aspecto comparativo, quando se trata de análises sobre outros portos, quanto para uma análise de outras problemáticas de pesquisas em um cenário em que já existem pesquisas locais sobre aquele porto ou categoria de trabalhadores ali presentes. Neste sentido, para Oliveira:

> A familiaridade com o "mundo dos estivadores" começou a articular-se como possibilidade de pesquisas através de alguns contatos acadêmicos. Bastante significativa, na escolha do tema, foi a apresentação do trabalho de Maria Lúcia Githay[31], feita pelo professor Sérgio Norte, ainda durante meu Curso de Mestrado na UNESP, em Assis, fez com que o interesse pelo tema aumentasse ainda mais. [...] No caminho da memória ao trabalho acadêmico uma questão metodológica fundamental se apresentava: "como transformar uma lembrança de infância em trabalho historiográfico?" Ou seja, como fazer o distanciamento afetivo necessário para permitir uma análise reflexiva? [...] Mesmo assim, transformar uma questão de cunho pessoal num trabalho historiográfico me assustava. Além do que, trabalhar com a "História do Tempo Presente" apresentava-se como algo novo e desafiador, o que exigiria dialogar com paradigmas "incorporados" ao longo dos anos da Graduação. (OLIVEIRA, 2000, p. 5)

[31] GITHAY, Maria Lúcia Caíra. Op. Cit. Além desta autora, Oliveira relata que foi relevante também o contato que teve com os trabalhos de Ingrid Sarti e Fernando Teixeira da Silva, dois pesquisadores que publicaram obras sobre os obreiros portuários do Rio de Janeiro e Santos, respectivamente.

Oliveira trabalhou com diversas fontes documentais de arquivos públicos, sindicatos, jornalísticas e, também, com a História Oral. Por conta do seu recorte temporal de análise, Oliveira relata alguns desafios iniciais de se trabalhar com história do tempo presente em um contexto da década de 1990 em que havia uma discussão, entre os historiadores, sobre os caminhos teóricos e metodológicos desta linha de estudo. Embora tivesse essas preocupações, o autor deixa claro a relevância do estudo nesta linha justamente por conta do momento que a categoria estivadora nacionalmente estava presenciando na década de 1990 com o processo de modernização e privatização dos portos, bem como, a precarização do trabalho portuário com o advento da lei 8630/93.

Das pesquisas apresentadas até a presente etapa analítica deste texto, o recorte temporal escolhido pelo autor, que vai de 1945 até 1993, é o mais contemporâneo. Mesmo que seu foco tenha sido a história da estiva de um porto local da região sulina do país, o autor consegue apresentar discussões que dialogam em vários aspectos com as demandas nacionais que muitos estivadores, portuários e arrumadores vivenciavam na luta por direitos e melhores condições de vida ao longo do tempo.

Além disso, cabe trazer à tona a informação, assim como estamos fazendo com as demais fontes, se o autor recebeu auxílio financeiro para pesquisa ou não. Neste caso, Oliveira contou com o suporte da CAPES para o desenvolvimento do seu trabalho. Reforçando, assim, a importância deste tipo de auxílio para o fomento e desenvolvimento de pesquisas na área acadêmica no Brasil.

No ano de 2001, o historiador José Bento Rosa da Silva concluiu o Doutorado em História, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e apresentou a tese “Do Porão ao Convés: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a Memória e a História”, sob orientação acadêmica do Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro. Desta pesquisa, conseguimos acessar a obra “Estiva papa-siri: mãos e pés no Porto de Itajaí”, uma obra publicada em 2004, de forma independente, pelo historiador, que condensa o seu texto produzido no doutorado.

Além disso, também tomamos como fonte, a fim de compreender mais sobre as pesquisas de Bento, uma entrevista[32] do autor concedida ao canal do Youtube denominado “Linha de Divisa”, publicada no dia 22 de agosto de 2022. Neste espaço, José Bento relata a sua trajetória de pesquisa, a qual o levou até a conclusão do doutorado e materialização da sua tese. Vejamos, a seguir, alguns trechos que tratam desse percurso de definição da temática de pesquisa e seu interesse por ela.

> [...] quando eu comecei a pesquisa eu não tinha intenção de fazer tese, não. A minha intenção era fazer um registro da história da primeira entidade dos Operários de Itajaí, Santa Catarina, onde eu estou morando, que era a sociedade beneficente Quinze de Novembro fundada em 1908. O que é que me levou a isso? Primeiro que não tinha nenhum trabalho sistematizado sobre essa temática. E depois, quando eu vim morar aqui, no bairro São Vicente do conjunto habitacional Rio Bonito, lá na década de 90, final dos anos 80 e início dos 90, era época já do governo Color, o que estava muito naquela Perspectiva da privatização dos portos. E aí eu escutava muito os meus vizinhos trabalhadores Portuários, se queixarem da forma como estava acontecendo aquele processo e muitos deles diziam... olha se fosse na época dos nossos avós quando o sindicato era forte isso não ia acontecer. Então eu via muito isso cotidianamente aqui nos Bares mais próximos do final de semana, uma exaltação muito grande dos trabalhadores Portuários acerca da entidade do sindicato no passado. E eu não era conhecedor dessa história, então eu passei a colher depoimento dos trabalhadores Portuários. [...] então a categoria mais forte na época que eu pesquisei era categoria dos estivadores. Então, eu comecei a fazer essa pesquisa sem a pretensão de fazer doutorado e depois, conversando com o professor Antônio Montenegro da Universidade Federal de Pernambuco, no encontro nacional de história, lá em Belo Horizonte, aí eu falei para ele dessas minhas pesquisas. Ele falou... “porque que você não faz um projeto e tenta o doutorado lá na Instituição onde eu trabalho que é na Universidade Federal de Pernambuco?” [...] Na época, o professor Montenegro era o presidente da associação nacional de história oral e eu gosto muito de trabalhar com a história de pessoas vivas com depoimentos, com memórias e eu fiz o projeto, foi aprovado e eu fiz a tese. [...] Eu tomei conhecimento dessa categoria de trabalhadores Portuários porque, quando eu vim morar aqui nesse bairro, nesse Conjunto Habitacional, noventa por cento dos trabalhadores eram Portuários e estivadores. E a gente frequentando o barzinho aqui na esquina, e às vezes eles usavam essa gíria quando um pessoal bebia demais, embebedava, sairá meio cambaleando, aí eles usavam essa expressão “olha tá tudo

[32] Linha Divisa. **Do Porão ao Convés: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a Memória e a História.** YouTube, 27/08/2022. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=FXIG2-5ytLU>

> cheio porão e convés, tá lotado porão" e conversa. Então aí eu falei... olha vou usar esse título, essa gíria. Então, o título deve ser da tese do porão ao convés. (SILVA, 2022)

No relato acima é possível perceber alguns aspectos interessantes sobre a trajetória de um pesquisador, sobretudo no que se refere as suas escolhas de pesquisa. Houve uma aproximação entre o interesse pessoal de José de Bento da Silva em relação a estudos relacionados à classe trabalhadora, com duas oportunidades que se apresentam no seu caminho. A primeira corresponde ao seu acesso a fontes orais em um ambiente que, segundo o autor, concentrava memórias vivas sobre o porto.

O segundo aspecto é a influência que a participação em eventos acadêmicos pode gerar no sentido de proporcionar novas conexões pessoais e profissionais que despertem para a tomada de decisão de pesquisar a temática portuária. Diferencia-se, neste caso, por exemplo, do interesse de um autor por determinada particularidade temática ou, até mesmo, de um conjunto de estudos que surgem a partir de um projeto de pesquisa acadêmico, institucionalmente organizado por pesquisadores/docentes, os quais direcionam seus esforços para pesquisar a história do trabalho e dos trabalhadores portuários. A presença de um pesquisador neste grupo de pesquisa é inspirada, no contato com a temática, seguindo uma linha de estudo para compreender determinada problemática de pesquisa.

Na realidade, o que observamos ao longo das análises das obras de 1973 até estas então expostas, é que há um processo de crescimento no interesse pela temática portuária, principalmente através do ambiente acadêmico, à medida que os primeiros trabalhos feitos são compartilhados e divulgados em eventos e publicações universitárias. E não menos importante que isso, destaca-se a proximidade que alguns autores têm com a temática portuária a partir de um apreço pessoal, seja por vínculos familiares, seja por estarem em contato, de alguma forma, com os "homens do porto".

Não foi possível identificar, tanto na leitura da obra quanto pela entrevista elencada acima, se José Bento Rosa da Silva recebeu algum auxílio financeiro através do programa de pós-graduação, durante a sua permanência no doutorado, para realizar e concluir a sua pesquisa. De tal forma, é digno de nota

que o seu estudo histórico foi o primeiro que identificamos sobre os estivadores e portuários do porto de Itajaí em Santa Catarina. Com isso, o autor contribui para a ampliação dos estudos da história do trabalho e dos trabalhadores portuários no âmbito local e, em sua proporção de análise, em âmbito nacional, uma vez que coloca os trabalhadores como agentes históricos ativos e atentos ao movimento sindical brasileiro da categoria.

Neste mesmo sentido, nota-se uma proximidade do relato acima com o do pesquisador Carlos Alberto Oliveira, anteriormente apresentado, no que se refere a influência do contato dos pesquisadores com um ambiente e/ou pessoas que trabalham no porto. Este mesmo cenário se apresenta na experiência de pesquisa do professor Edgar Gandra. Ao optar por dar continuidade as suas pesquisas, iniciadas no período do Mestrado em História, Gandra defendeu, no ano de 2004, a sua tese de doutorado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Orientado pela Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen, Avila apresentou sua pesquisa intitulada “Porto dos Direitos: A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959-1969, através da análise de suas atas”.

Já em 2009, Gandra publicou sua tese no formato de livro impresso, através da Editora UFPel com o título “Porto dos Direitos: A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959-1969”. Sobre os trabalhadores portuários de Porto Alegre, o autor permeou aspectos próximos da análise feita dos trabalhadores rio-grandinos. Por outro lado, seu diferencial, está no estudo da cultura de luta por direitos que os portuários porto-alegrenses construíram ao longo do período abordado pelo autor, os anos de 1960 a 1970.

Edgar Gandra focou em compreender os indícios de autonomia e as formas de resistência frente a duas conjunturas históricas diferentes, abarcando os anos finais de um governo democrático populista-trabalhista até os primeiros anos de uma ditadura militar que assolou o país de diferentes formas. Ao estudar a trajetória dos trabalhadores portuários à luz de seu sindicato (Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre- RS –STSPPA), Gandra conseguiu trazer à tona a experiência de classe desses obreiros do cais porto-alegrenses. Conseguiu, ainda, elucidar que o sindicato, para os trabalhadores, passou a ter um sentido de escola de formação política e social que possibilitou

aos trabalhadores sindicalizados uma mudança de vida e das suas condições sociais.

Além disso, neste trabalho foi feito uma crítica às interpretações que compreendem os trabalhadores, no período estudado pelo autor, como sendo uma classe “pelega” frente ao populismo, bem como, as que podem não reconhecer as ações proativas e adaptativas que a classe teve nos “anos de chumbo”, uma vez que continuaram a resistir com “pequenas batalhas” nas dependências portuárias, e de forma externa e institucionalizada, que “extrapolava os limites dos muros do porto de Porto Alegre” (GANDRA, 2009, p. 220). Segundo Gandra,

> [...] os trabalhadores portuários de capatazia estavam mais identificados com a corrente chamada ‘nacionalista progressista’, não por serem cupulistas, ou seja subsumidos mecanicamente as aspirações do governo, mas porque essa corrente ideológica, pela sua proposta de necessidade de direitos trabalhistas, lhes traria maiores ganhos no processo de trabalho e em sua remuneração” (GANDRA, 2009, p. 222)

Este trecho indica que os trabalhadores portuários de capatazia de Porto Alegre estavam, naquele contexto histórico, mais propensos a se identificarem com a corrente de pensamento "nacionalista progressista". Isso não era porque eles seguiam cegamente as orientações do governo, mas porque essa corrente ideológica, que defendia a necessidade de direitos trabalhistas, parecia oferecer a eles maiores benefícios em termos de condições de trabalho e de direitos. Em outras palavras, esses trabalhadores viam na ideologia nacionalista progressista uma oportunidade de melhorar suas condições de vida e trabalho.

Avançando em nossa análise das obras publicadas, é digno de nota que, durante o período de doutoramento, Edgar pôde contar com o auxílio financeiro para pesquisa da CAPES, através do programa de Doutorado da UFRGS.

> [...] No doutorado foi uma continuação. Eu estava na UNICRUZ e a ideia era não ter muito trabalho mudado de tema. Então falei com Silvia Petersen, mas ela não queria que eu continuasse com o porto de Rio Grande. Ela queria que eu ampliasse o leque. [...] Num primeiro momento eu pensei Porto Alegre e Rio Grande, fazer um estudo comparativo, mas aí eu não teria tempo, então fui

> para porto Alegre. O doutorado foi quase uma continuação de algumas perguntas do mestrado.[33]

Em 2004, identificamos a produção de uma monografia acadêmica como trabalho de conclusão de curso em História (Bacharel), pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, sobre uma categoria específica do porto: os vigiais de embarcações[34]. Diego Luiz Vivian em "Olhares Vigilantes a bordo: história e memória dos vigias portuários do Rio Grande do Sul", apresenta a primeira pesquisa específica sobre essa categoria. Infelizmente, enquanto elaborávamos nosso trabalho, não conseguimos ter acesso à integra da pesquisa realizada por de Vivian. Somente tivemos acesso a sua dissertação, ao que tudo indica, uma continuação dos estudos iniciados neste trabalho monográfico, que vamos discutir mais adiante.

Em meados de 2005, a historiadora Erika Bastos Arantes apresentou sua dissertação de mestrado intitulada "Negros do Porto - Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Époque", orientada pela Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Arantes historiou sobre o cotidiano dos obreiros negros do Porto do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República, investigando a relação desses trabalhadores com a própria região em que estavam inseridos – a Zona Portuária, local que ficou conhecido pela bibliografia, posteriormente, por Pequena África.

Da leitura de sua pesquisa, não conseguimos identificar claramente os caminhos pessoais para a escolha da temática portuária. Por outro lado, no que tange as suas aspirações acadêmicas, Arantes diz que:

> A ideia de estudar os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, dando ênfase aos negros que dali tiravam seu sustento, surgiu justamente de inquietações relacionadas aos estudos sobre a escravidão e à própria história do trabalho no Brasil. Muito se produziu sobre os negros antes de 1888 e pouco, ou quase nada,

[33] Edgar Avila Gandra - Entrevista realizada com Edgar Avila Gandra, no dia 21 de janeiro de 2023.

[34] Sobre este termo, segundo Vivian (2008) *Vigia portuário, foi uma* designação utilizada pela legislação portuária e trabalhista pertinente para se referir aos membros da categoria estudada. O mesmo ocorre em parte da documentação oficial arrolada, prevalecendo o termo vigia portuário em vez de vigia de embarcação. Embora os termos sejam equivalentes, no estudo de Diego Vivian, utilizou mais amplamente a designação de *vigia de embarcações,* pois ela aponta com maior precisão para as características do ofício destes trabalhadores. (VIVIAN, 2008, p. 13).

> para um período posterior. Isso significa que sempre que a historiografia tratou dos negros, referiu-se a escravos. Com a abolição, os trabalhadores negros teriam sido "substituídos" nas análises históricas pelos brancos, principalmente imigrantes, como se os negros tivessem desaparecido da face da terra como que por encanto. Mas certamente não foi isso que aconteceu, eles continuaram muito vivos, enfrentando os inconvenientes que lhes eram impostos, por ter na cor da pele as lembranças da escravidão. (ARANTES, 2005, p. 27-28)

Para a autora, escolher historiar sobre o mundo do trabalho portuário do Rio de janeiro não foi uma ação dispersa. Pelo contrário, esta iniciativa ocorreu justamente pelo fato do porto no Rio de Janeiro ser um espaço urbano que concentrou uma significativa parcela de negros, escravos antes da abolição da escravidão e, libertos, em condição de marginalidade, após 1888.

O foco do seu trabalho foi o de identificar, não só o cotidiano de trabalho dos homens do porto, mas também os aspectos de vida dessas pessoas na perspectiva de sua sociabilidade, lazer e religiosidade. Como ponto de partida, a autora analisa diversos inquéritos policiais da primeira república, bem como, processos judiciais e páginas jornalísticas da época. Estes documentos policiais, por exemplo, relatavam as prisões de trabalhadores, em sua maioria negros, que viviam nas redondezas do cais em cortiços e por ali laboravam. Encarcerados por diversos motivos como contravenções, gatunagem (pequenos roubos), ofensas físicas e, em muitos casos, por vadiagem, como nos mostra a autora ao se referir sobre as prisões neste período:

> Estar nas ruas *vagando* e *em completa ociosidade* e ainda por cima *embriagando-se habitualmente* constitui uma evidente presunção do agente da lei. O fato de que seja invariavelmente mobilizada na justificativa destas prisões é extremamente significativo. "Flagrantes" como este justificaram a prisão de Manoel e seus amigos, como ocorria com muita gente da vizinhança nas primeiras décadas republicanas. (ARANTES, 2005, P. 40)

Segundo a autora, para as autoridades policiais carioca, nos primeiros anos do século XX, a palavra de ordem era a desconfiança. Havia todo um estigma sobre os trabalhadores portuários e, neste aspecto, Erika Arantes apresentou uma rica narrativa com detalhes sobre o cotidiano de vida e trabalho através dos inquéritos policiais, processos judiciais e documentos memorialísticos. Ao discutir os diferentes sentidos que as fontes apresentavam

de acordo com o seu contexto e objetivos de produção, a autora contribui para a ampliação de uma produção acadêmica sobre os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, sobretudo a partir de seus primórdios na organização sindical e luta por direitos das diferentes categorias que dividiam o mesmo "palco" de atuação histórica, o cais portuário.

Por fim, como fizemos com as demais obras, Erika Arantes, ao longo dos dois anos de mestrado, também contou com o apoio financeiro da FAPESP para estudar e realizar a sua pesquisa.

Outra fonte sobre a qual nos debruçamos para desenvolver esta tese foi o trabalho do historiador Diego Luís Vivian, que em 2008, sustentou sua dissertação de mestrado intitulada "Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 -1964)", pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, orientado pela Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen. Além de estudar a trajetória dos vigias, o autor trouxe dados importantes sobre a movimentação comercial portuária rio-grandina, contribuindo para entendermos a importância dos obreiros do porto para a economia do sul do país.

Diego descreve, de forma resumida, alguns pontos que foram importantes para o desenvolvimento de sua pesquisa. Dentre eles, a sua trajetória acadêmica focada nos estudos do trabalho portuário, que teve início junto ao Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universitária do Rio Grande – FURG, momento em que estudou[35] e residiu no município rio-grandino.

Em uma perspectiva mais ampla, percebemos que Rio Grande - por ser uma cidade que nasce portuária e apresenta um histórico fabril e operário efervescente desde os seus primórdios urbano - destaca-se, também, como um polo de produção acadêmica significativo sobre o trabalho portuário. Assim, como em São Paulo e Rio de Janeiro, este porto marítimo, bem como, os obreiros deste município, são frequentemente estudados. Apesar do nosso recorte temporal se estender até 2010, é digno de nota que após este período ainda é possível encontrar um expoente produtivo de novas pesquisas.

[35] Ver: VIVIAN, Diego Luiz. **Olhares Vigilantes a bordo**: história e memória dos vigias portuário do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 2004. Monografia (Curso de Bacharel em História). Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Portanto, paulatinamente, as produções acadêmicas sobre o trabalho e os trabalhadores dos portos no Brasil vão saindo do eixo Rio-São Paulo após os anos de 1973 e demonstrando que não se pode falar de uma história portuária do Brasil somente à luz das dinâmicas desenvolvidas nos portos de Santos e do Rio de Janeiro que nos permitem compreender os portos como um espaço interligado, com fronteiras mais fluidas.

Destacamos a importância da ampliação dos programas de pós-graduação em história no país desde a década de 1970 e a presença de pesquisadores interessados nos estudos da temática portuária que vão estabelecendo novas discussões e interpretações sobre as fontes. Esse movimento, aliado às próprias mudanças "*in loco"* da "máquina" produtiva portuária, os diferentes contextos históricos, políticos e sociais, ao nosso ver, influenciam, em uma "mão de duas vias", para que temas como esse passem a ser mais estudados pela historiografia

Diego Vivian, ao estudar a categoria dos vigias nos portos de Porto Alegre e Rio Grande no Rio Grande do Sul, deixa claro essa interligação, não só na dinâmica produtiva e econômica como também entre os trabalhadores em sua organização e luta sindical. Desse modo, Diego Vivian com as suas duas pesquisas (monográfica e dissertativa), lança luzes sobre uma categoria de trabalhadores importantes no setor produtivo portuário que, até então e, diante das produções acadêmicas aqui apresentadas, não haviam sido estudadas em sua trajetória histórica de organização de classe e luta por direitos.

Por não termos conseguido ter acesso à integra do texto monográfico do autor, não sabemos se este conseguiu algum auxílio financeiro de bolsas que contribuísse para concretização de sua pesquisa. Por outro lado, na sua dissertação, o autor deixa claro que durante o primeiro ano de mestrado o recebimento de recursos financeiros pelo CNPq foi um importante instrumento de apoio à pesquisa.

Orientado pela Profa. Dra. Marluza Marques Harres, o historiador Jairo Luís Fleck Falcão defendeu, em 2009, sua tese de doutorado, denominada "Cooperação, experiência e resistência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989)", pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Preocupado em captar as experiências históricas dos operários do porto, o autor atentou-se às formas de atuação laboriosa no cais, evidenciando peculiaridades profissionais e a solidariedade de classe, em um recorte temporal que abarca os anos de 1961 a 1989.

No porto de Porto Alegre-RS, no período analisado pelo autor, parte dos trabalhadores é subordinada ao DEPREC (Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais) e outra é avulsa, sendo integrada pelos estivadores, conferentes, vigias, portuários, consertadores, arrumadores e trabalhadores do bloco (categoria que prestava serviços para as companhias de navegação no ambiente portuário e no seu entorno). Neste recorte temporal escolhido pelo autor, foi possível analisar o processo de decadência do porto e suas consequências, dentre elas, a reestruturação da dinâmica de trabalho entre os trabalhadores avulsos e autônomos que dividiam o espaço de trabalho portuário e pleiteavam novas possibilidades de trabalho para garantir a subsistência pessoal e adequação da classe.

O autor, ao estudar as diferentes categorias de trabalhadores portuários, a partir da premissa “cooperação, experiência e sobrevivência”, apresenta uma especificação mais clara sobre o papel de cada categoria. Merece destaque, ao nosso ver, a análise sobre os trabalhadores avulsos denominados arrumadores. Até o presente momento de produção acadêmica, não havia sido realizado um estudo mais aprofundado sobre a organização de classe dos arrumadores, em especial, sobre os trabalhadores da região sul do país. Jairo, portanto, apresenta-se como um dos primeiros a se debruçar, com mais atenção, sobre a formação sindical desta categoria, que por muito tempo exercia o papel de força supletiva e adjacente a duas clássicas categorias obreiras, os estivadores e portuários de capatazia. Após 2009, identificamos mais duas produções acadêmicas que contribuíram ainda mais no avanço dos estudos sobre os arrumadores.

Primeiro, a tese do sociólogo Marcus Vinicius Spolle, intitulada “A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida”, defendida também no ano de 2010, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob orientação José Carlos Gomes dos Anjos. Nessa pesquisa, evidenciaram-se as peculiaridades da mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul, tendo como objeto categórico de análise os

trabalhadores portuários negros vinculados ao Sindicato dos Arrumadores do Município de Pelotas-RS. Através de uma análise, em um recorte temporal longo, Spolle tornou-se percussor com seu estudo sobre a referida categoria e suas relações sociais naquele município.

O segundo trabalho foi do historiador Elvis Silveira Simões, no ano de 2017, o qual apresentou uma inédita pesquisa no Mestrado em História da UFPel, sobre a categoria no Porto do Rio Grande. Em “No centro e à margem: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas e 1950/60”, orientada pelo Prof. Dr. Edgar Avila Gandra. Simões analisou as relações de trabalho e as estratégias de subsistência diante da condição de um trabalho sazonal e avulso. Logo, buscou evidenciar não só as tomadas de decisões, como também as disputas dos trabalhadores, os quais visaram realizar a transição de Sindicato do Comércio Armazenador para Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande, à luz da Lei 2.196, de 1º de abril de 1954, ampliando, assim, seu campo de atuação para o comércio, indústria e o Porto.

Apesar do nosso recorte neste trabalho abranger os anos de 1973 a 2010, consideramos importante citar as produções de Spolle e de Simões após este período, mormente para reforçar o movimento de ampliação do leque de produções acadêmicas que estão sendo feitas. Seja para aprofundar discussões sobre o mundo do trabalho portuário e suas classes sindicais ou, para apresentar um primeiro estudo de caráter regional acerca de classes que, normalmente não são discutidas pela historiografia. Neste caso, especificamente, os arrumadores que por anos ficaram de lado das escolhas de pesquisas e não receberam os olhares mais aprofundados de pesquisadores.

Por fim, Jairo Fleck contou com o apoio de bolsa de doutorado da CAPES/PROSUP. Mais uma vez, um pesquisador que conseguiu um suporte e incentivo importante para o desenvolvimento e ampliação de pesquisas no Brasil.

Ao dar continuidade as suas pesquisas do Mestrado em História, a historiadora Erika Basto Arantes defendeu a tese “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”, no ano de 2010, pela Universidade Federal Fluminense – UFF, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos. Um ponto-chave da

discussão da autora neste trabalho é o seu direcionamento para romper a tradição historiográfica de separar a história social do trabalho da história cultural do Rio de Janeiro. Segundo Arantes, essa alteridade gerou uma “falsa ideia” de que, na cidade, existem os operários, aqueles que se organizam em sindicatos, que fazem greves, e os “populares”, ora apresentados como diferentes, pois “fazem o carnaval, a macumba, os ranchos e a revolta da vacina” (ARANTES, 2010, p, 204-205).

Este trabalho aproxima-se intimamente de sua pesquisa de mestrado, quer como objeto de pesquisa, quer como problemática. Logo, trata-se de um aprofundamento das questões levantadas durante o mestrado e que, no doutorado, foram mais problematizadas.

Diferente da sua experiência no mestrado em que contou com o auxílio da FAPESP, no doutorado, a autora não conseguiu o apoio de bolsa pelo programa. Segundo Arantes, “Essa tese foi feita com muito sufoco! Não recebi bolsa de nenhuma instituição, por isso, não agradeço a nenhuma delas. Trabalhei durante todo o processo de construção dessa tese dando aula em escolas públicas”. (ARANTES, 2010, p. 6). Percebe-se do relato, que a autora fez questão de deixar claro que não foi uma jornada fácil concluir a sua pesquisa e, o quanto um apoio financeiro por órgãos de fomento à pesquisa são importantes para realização de pesquisas acadêmicas.

Nesta esteira de discussão, acompanhamos na tabela abaixo, o cenário de apoio financeiros a pesquisas a partir de diferentes programas de pós-graduação entre os anos de 2000 a 2010.

Tabela 10 - Apoios Financeiros à Pesquisa nas obras entre os anos de 2000 a 2010

Instituição	Quantidade de Pesquisas
FAPESP	1
PROSUP	1
CNPq	2
CAPES	3
UNIMEP	1

Fonte: Levantamento do Autor

Em relação ao período anterior, percebemos que se manteve o mesmo número de bolsas concedidas por instituições que apoiaram financeiramente, através dos programas de pós-graduação, pesquisadores que se dedicaram sobre a temática da história do trabalho portuário no Brasil. Vejamos também, o desenho da geografia institucional do período a partir do programa/instituição, área e nível de estudo.

Tabela 11- Quadro demonstrativo da Geografia Institucional das Produções Acadêmicas (2000 a 2010)

Programa e Instituição	Área	Graduação	Mestrado	Doutorado
Departamento de História e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	História		1	1
Doutorado em História, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	História			1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	História		1	2
Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP	História			1
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	História	1		
Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS	História			1
Universidade Federal Fluminense – UFF	História			1

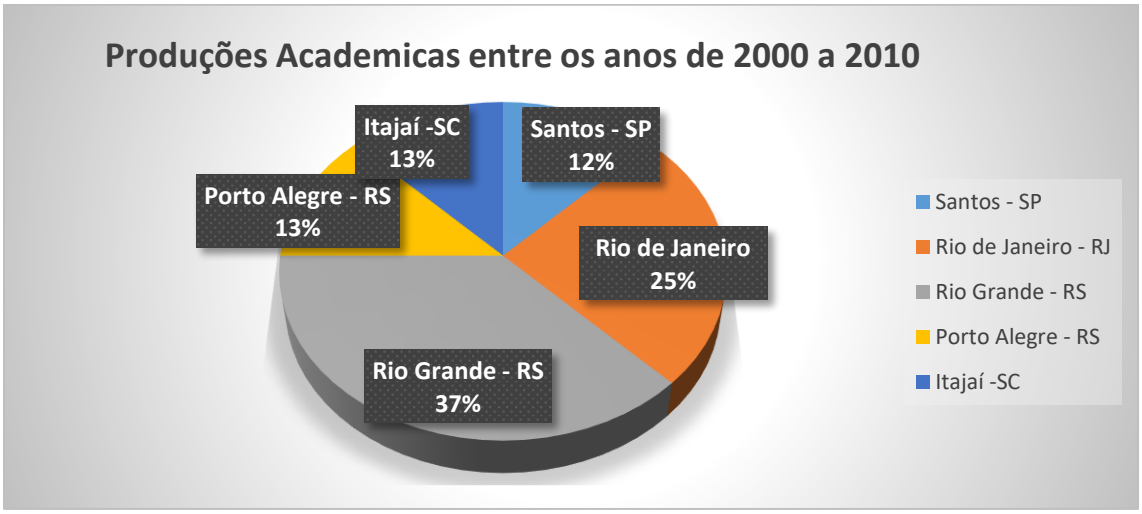
Fonte: Dados computados pelo autor

Notadamente percebe-se que o número de produções no nível de doutorado ultrapassa os dois períodos anteriores analisados nas páginas que se sucederam. Entendemos que isso é o resultado de um processo com um conjunto de mudanças, abarcando a própria área da História e a ampliação dos programas de pós-graduação, que possibilitaram aos pesquisadores darem continuidade ou aprofundar ainda mais questões que foram debatidas em suas dissertações.

Das sete produções, três estão entre as universidades do Rio Grande do Sul, duas no Estado de São Paulo, uma no Rio de Janeiro e outra em Pernambuco. Pela primeira vez não houve a concentração das produções no eixo Rio- São Paulo, mas sim no sul do país. Como fizemos anteriormente,

vamos analisar, a partir do quadro abaixo, como ficou a distribuição e o índice de produções acadêmicas em diversos portos do país.

Tabela 12- Portos estudados nas produções acadêmicas



Fonte: Levantamento do Autor.

Relembramos que nos anos de 1973 a 1986 tivemos uma concentração de pesquisas sobre os portos de Santos, Rio de Janeiro e Pará. Já, na década de 1990, houve a prevalência de pesquisas no eixo Rio-São Paulo em relação a outras regiões apresentadas. Nos anos de 2000 a 2010, como podemos ver no quadro acima, ocorre uma ampliação e enfoque maior nos estudos dos portos sulinos. Cerca de 50% da produção acadêmica foi sobre os portos do Rio Grande do Sul. Há, portanto, uma mudança significativa em comparação aos períodos anteriores.

Consideramos um conjunto de fatores relacionais para este movimento de mudança, considerando, em um contexto mais amplo, a própria ampliação dos programas de pós-graduação em História nas universidades. Neste cenário, existiram projetos de pesquisas ligadas à história do trabalho. Houve também o aumento das discussões acadêmicas inter-regionais com diversos simpósios, congressos, seminários na área. Em seguida, consideramos importantes os incentivos financeiros através de bolsas para pesquisa, que as pós-graduações passaram a receber ao longo do tempo. Soma-se a isso, também, outros órgãos privados que, paulatinamente, foram direcionando recursos de apoio financeiros a pesquisadores acadêmicos.

Não podemos esquecer que, de 1973 a 2010, houve um processo de organização e abertura de diversos arquivos com fontes significativas sobre os trabalhos e os trabalhadores portuários, tanto no campo específico de suas atuações sindicais, quanto no aspecto político, social e cultural mais amplo. Isso tudo possibilitou aos pesquisadores um conjunto de recursos mais abundante e promissor para iniciar e/ou aprofundar seus olhares históricos sobre o passado.

Em consonância com essas transformações acadêmicas, a própria mudança de referenciais técnicos-metodológicos e teóricos que foram se inserindo e se consolidando na academia diante dos questionamentos sobre o ofício da pesquisa histórica.

Ao olharmos, especificamente, para o porto, como bem aprofundaremos no próximo capítulo, cabe levarmos em consideração o próprio palco em transformação que os agentes históricos estudados estão inseridos. Assim como vemos mudanças, adaptações e novos direcionamentos ocorrendo nas universidades, nos portos não foi diferente. De todo modo, muitas dessas produções acadêmicas que estudamos, apresenta uma perspectiva parcial sobre o processo dinâmico de mudanças no porto. Nossa tese, por característica analítica comparativa, busca ampliar essa visão compreendo as produções em seu contexto de produção e como estes autores tratam o papel do trabalhador portuário ao longo do tempo. Essa nossa análise mais geral demonstra que eles são representativos dessa mudança no cenário portuário brasileiro.

Se pegarmos como exemplo apenas da segunda metade do século XIX até o início do século XX, notadamente constata-se que a estrutura produtiva portuária sofreu modificações, especialmente pelas transformações tecnológicas e os respectivos rearranjos econômicos. Na esteira deste processo, vemos os trabalhadores se adaptando não só as modernizações técnicas da profissão, mas também na esfera da consciência política e social à medida que erguem suas associações e sindicatos de classe. A luta por melhores condições de vida e por direitos é uma constante em todas as categorias que dividem o cais e os porões dos navios onde trabalham.

A experiência histórica destes trabalhadores adquirida ao longo dos anos fez com eles próprios ressignificassem o seu papel, seja para afirmar a sua posição e atuação profissional diante das diferentes categorias que dividiam o espaço laborioso, seja no enfrentamento contra aquelas políticas do Estado e do

patronato que os prejudicassem de alguma forma. Neste sentido, concordamos com a perspectiva de Mike Savage (2004), o qual compreende que a classe trabalhadora vive um processo de Insegurança Estrutural, mormente por que essa concepção é elemento importante para conseguirmos compreender a complexidade do mundo do trabalho. Para o autor,

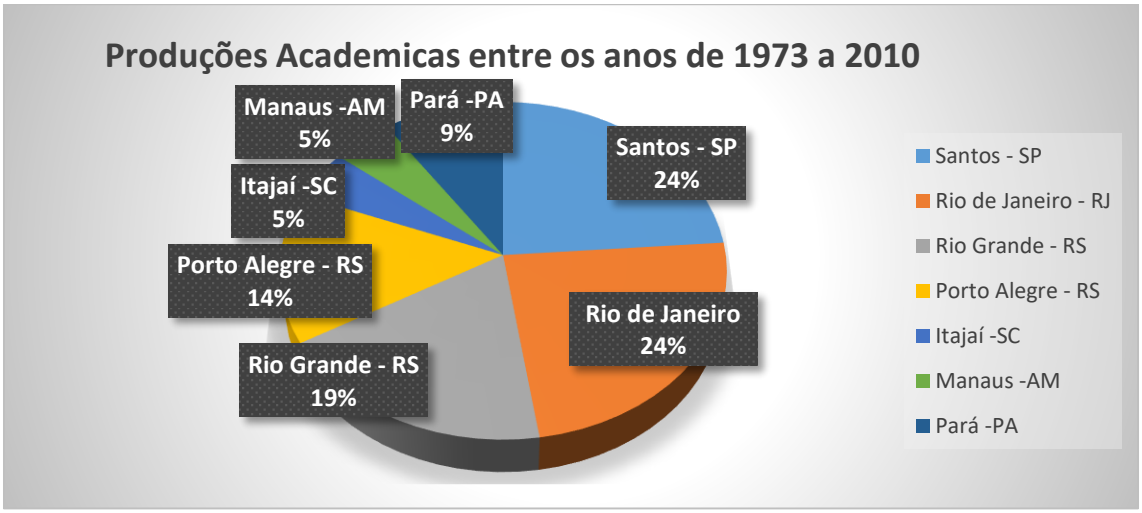
> Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessituras de redes de apoio nas vizinhanças [...]. Não implica união do operariado, em detrimento de suas rivalidades internas. Mas reforça a necessidade de olhar para os fatores contextuais que explicam como a própria carência dos trabalhadores em lidar com tal insegurança conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos (SAVAGE, 2004, p.33-34).

Portanto, suas identidades profissionais podem ser compreendidas a partir das diferenças e aproximações existentes entre o que e como fazem para subsistir e se manterem diante de diferentes contextos históricos que moldam o fazer-se de uma classe no seio do trabalho cotidiano.

Neste prisma, não podemos isolar nosso olhar interpretativo sobre esses dados acima apresentados e considerar apenas um lado do que está exposto. Pelo contrário, seja no individual ou coletivo, nada está totalmente separado, uma vez que existe todo um contexto histórico nacional, político, econômico e social a ser considerado, modificando-se ao longo do tempo. Sem esquecermos, obviamente, das influências externas advindas dos acontecimentos no mundo todo, já que o porto também é uma porta de entrada e saída de cultura e conhecimento. Uma fronteira porosa, fluida e em conexão com o mundo.

Numa perspectiva mais abrangente, vejamos agora como ficou a divisão das produções acadêmicas durante o período escolhido para análise, ou seja, entre os anos de 1973 a 2010.

Tabela 13- Portos estudados nestas produções acadêmicas



Fonte: Levantamento do Autor.

No recorte temporal analítico mais amplo, percebe-se que o eixo Rio-São Paulo mantém um volume maior de estudos em relação as demais regiões e os respectivos portos estudados. Um número ainda muito pequeno se levarmos em consideração a quantidade de portos públicos existentes no Brasil. Um dado do Ministério da Infraestrutura de 2022, conforme a figura abaixo, mostra que existem 35 portos públicos organizados[36] no Brasil[37].

Figura: Mandala do Setor Portuário Nacional

[36] **Porto organizado:** bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária. Para mais informações ver: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario/sistema-portuario> Acesso em 09/02/2022.

[37] Nessa categoria, encontram-se os portos com administração exercida pela União, no caso das Companhias Docas, ou delegada a municípios, estados ou concessões a entes privados. A área destes portos é delimitada por ato do Poder Executivo, de acordo com o inciso II do art. 2º da Lei nº 12.815 de 5 de junho de 2013. Ressalta-se que este levantamento não considera as instalações Portuárias Publicas de Pequeno Porte – IP4, executadas diretamente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT. A lista das IP4 do DNIT consta na Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021, atualizada pela Portaria nº 1.169, de 30 de agosto de 2022. Para mais informações ver: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario/sistema-portuario> Acesso em 09/02/2022.

Fonte: Site do Ministério da Infraestrutura (https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario/sistema-portuario)

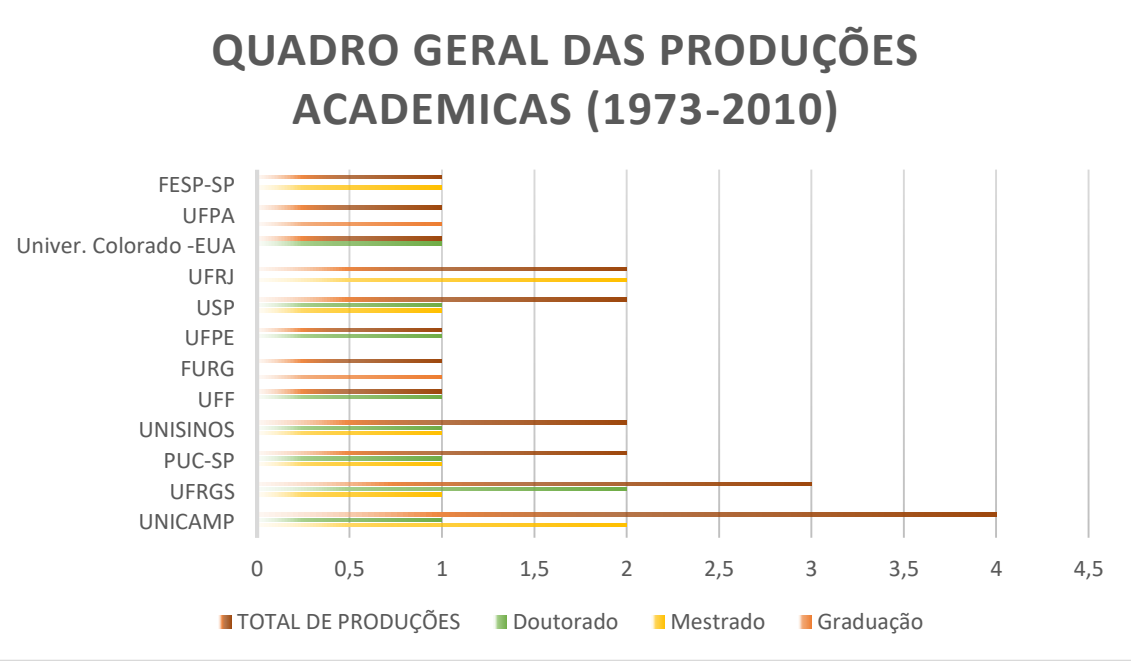
Por conseguinte, cabe ressaltar que há uma carência de pesquisas relacionadas ao trabalho e aos trabalhadores portuários no Brasil, sobretudo no

campo da História. Um “mar” histórico que, ao nosso ver, precisa ser estudado, já que tanto o setor produtivo quanto seus trabalhadores estão situados em campo estratégico da cadeia econômica do país. Ademais, como veremos no próximo capítulo, participaram ativamente da história do movimento sindical brasileiro tendo, inclusive, alguns de seus trabalhadores sendo projetados no cenário político em prol da classe obreira[38].

1.5- Geografia institucional das produções acadêmicas

A partir da perspectiva de uma geografia institucional destas produções, conseguimos perceber alguns elementos importantes para a compreensão do contexto destas obras num cenário acadêmico. Vejamos o quadro a seguir:

Tabela 14 - Quadro geral das produções acadêmicas



Fonte: Levantamento do Autor

[38] O estivador Oswaldo Pacheco que foi deputado federal – 1946-1948 (PCB-SP). Foi Presidente, Sindicato dos Estivadores de Santos, SP, 1945-1947; Presidente, Federação Nacional dos Estivadores, 1960; Fundador, União dos Sindicatos de Santos/SP; Secretário-geral, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962; Primeiro-secretário do CGT, 1963; Membro, Conselho Administrativo da Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados de Santos, SP. Até o presente momento, não identificamos nenhum estudo sobre a trajetória de vida de Pacheco. Apenas algumas citações em algumas obras que apresentamos como fonte nesta tese. Consideramos promissor se houve um estudo mais aprofundado sobre sua atuação sindical e política de Oswaldo Pacheco.

Os dados acima demonstram, primeiramente, o volume de produções em diferentes níveis acadêmicos. Nota-se que, entre os anos de 1973 a 2010, tivemos um montante de 9 teses de doutorado, 10 dissertações e 2 monografias ao longo dos 37 anos analisados. Como podemos observar anteriormente, o maior volume de teses ocorreu entre os anos de 2000 a 2010. Muitas delas são fruto de uma continuidade de pesquisas dos mesmos autores que, nos anos pregressos, apresentaram suas pesquisas monográficas e dissertativas sobre o tema do trabalho e dos trabalhadores dos portos no Brasil. Percebe-se, portanto, que, em sua maioria, os pesquisadores mantiveram o interesse pela temática na sua jornada acadêmica. No entanto, iremos aprofundar essa discussão no terceiro capítulo quando analisaremos as publicações em sete revistas acadêmicas e os respectivos currículos lattes destes autores.

Para além disso, alguns pesquisadores que realizaram as suas pesquisas entre os anos de 1973 a 2000 passaram a ser referência para outros estudiosos, seja pelo caráter do ineditismo da pesquisa e contato com as fontes ou pela frequente ambiência acadêmica com publicações de artigos em periódicos da área. Inclusive com participações em eventos e bancas de avaliação de qualificação e defesa de diferentes níveis. Esse movimento não se restringe apenas a este período, pois, após 2010 - embora não seja o nosso escopo de análise - cabe mencionar que outros trabalhos foram produzidos por novos pesquisadores.

Uma parcela significativa destes, mestres e doutores passaram a compor o corpo docente de diversas universidades ao longo dos anos 2000. Tal fato, revela-se importante, pois dá início a um modesto movimento de criação de projetos de pesquisas e, com isso, a estimulação de jovens discentes a se interessar pela temática do estudo do trabalho portuário. Cita-se, como exemplo, a minha trajetória pessoal enquanto pesquisador, já que percebo, claramente, a influência da presença do professor Edgar Gandra, da monografia até a tese, a partir da sua presença como docente na Universidade Federal de Pelotas, desde 2009. Além disso, como mencionado acima, é possível verificar, ainda a presença de alguns destes autores participando de bancas de qualificação e defesa, sobretudo após a década de 1990. Ao nosso ver e, até certa medida e

proporção, este fato reforça a influência que os primeiros pesquisadores tiveram sobre os demais trabalhos produzidos.

Embora os estudos específicos sobre a história portuária do Brasil, até o presente recorte temporal, tenham sido dispersos, em pouco volume e pontuais na categoria de análise, hoje, identificamos novos pesquisadores se dedicando à área. Assim como o surgimento de grupos de pesquisas acadêmicas ligados a órgão de fomento à pesquisa, há também eventos acadêmicos para divulgação. A título de exemplo, há dois grupos de pesquisa no CNPq que são focados no tema que conhecemos: “Portos e Cidades do Mundo Atlântico” e “O Mundo Atlântico e a Diáspora Africana”. Citamos, ainda, o projeto de pesquisa[39] local do Prof. Dr. Edgar Avila Gandra (UFPel), o qual analisa os portuários sindicalizados pelotenses nas décadas de 1950-60 e a história do trabalho portuário no Rio Grande do Sul.

Em síntese, no que se refere à produção acadêmica, o gráfico acima ilustra a pluralidade da geografia institucional. No entanto, há uma concentração de produções entre 1973 e 2000 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Apenas após esse período a configuração é alterada incluindo universidades do Rio Grande do Sul como também expoentes produtivos.

Com a abertura de novos programas de pós-graduação em História a partir da década de 1970, essa concentração foi atenuada, oferecendo aos pesquisadores a oportunidade de permanecerem em seus estados e desenvolverem suas pesquisas regionais sem a necessidade de se deslocarem para São Paulo ou Rio de Janeiro.

No entanto, reconhecemos não ser coincidência a ausência de trabalhos sobre alguma categoria de trabalhadores, ou um baixo volume de pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários em comparação com outros temas clássicos de estudo na historiografia do mundo do trabalho. Seria possível que essa lacuna ou baixa frequência em pesquisas fosse atribuída à aparente insignificância social desses trabalhadores em sua esfera social, sindical ou política em comparação com outras categorias de trabalhadores? Consideramos que não seja este o caso em questão. Iremos, ao longo dos próximos capítulos,

[39] Projeto de extensão “História Memória e Educação: os portuários sindicalizados pelotenses nas décadas de 1950-60” iniciado em 2009 através da Universidade Federal de Pelotas- UFPel.

discutir mais sobre essa perspectiva. Até lá, cabe inferir que, ao olharmos para o cenário de produção em nosso recorte temporal de análise, entendemos que se trata de um conjunto de fatores que nos instigam a questionar a razão desse baixo volume de pesquisas temáticas tão relevantes.

Para entendermos os fatores que motivaram a presença de pesquisas sobre a temática portuária no meio acadêmico, é preciso considerar uma série de aspectos. Em primeiro lugar, é importante atentar para as escolhas pessoais do pesquisador em relação as suas identificações com esse tema em detrimento de outros. Em segundo lugar, é mister observar a presença de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação que ocasionaram ou, ao menos incentivaram, a investigação sobre o mundo do trabalho. Em terceiro lugar, a disponibilidade de apoio financeiro para a pesquisa por parte de agências do governo dedicadas a esse fim e a abertura de novos arquivos e acervos organizados que permitem aos pesquisadores o acesso a novas fontes, sejam elas oficiais ou dos sindicatos portuários.

Outro aspecto significativo é a abertura teórica e metodológica da pesquisa em história, que tem ampliado gradualmente o prisma interpretativo sobre o passado da classe operária no Brasil a partir da década de 1970. Todos esses fatores são importantes para a produção de pesquisas sobre a temática portuária no meio acadêmico.

No próximo capítulo, aprofundaremos essas discussões em conjunto com uma análise mais detalhada da organização das produções acadêmicas desenvolvidas ao longo do tempo, comparando suas fontes, escolhas teóricas e metodológicas nos diferentes recortes temporais.

Capítulo 2: Para Além do conteúdo: uma análise da organização das produções acadêmicas

Uma análise comparativa da estrutura, dos usos teóricos, metodológicos e de fontes de pesquisa entre diferentes obras é relevante por diversos motivos. Em primeiro lugar, ela nos permite identificar as influências teóricas e metodológicas presentes nas produções acadêmicas, revelando as correntes de pensamento e metodologias que estão sendo utilizadas em determinado momento. Isso nos ajuda a mapear as tendências intelectuais, entender as principais discussões em curso e verificar a evolução do conhecimento ao longo do tempo.

Além disso, uma análise comparativa nos possibilita identificar convergências e divergências entre as obras, aponta para debates, contradições e lacunas no conhecimento existente. Essa comparação nos ajuda a identificar o que mudou ao longo do tempo, tanto em termos de teorias utilizadas quanto em relação às fontes de pesquisa empregadas. Isso nos permite compreender como os investigadores abordaram e interpretaram o objeto de estudo ao longo do tempo, confiantes para uma visão mais crítica e reflexiva sobre o desenvolvimento do conhecimento na área.

A análise que faremos neste capítulo sobre as produções acadêmicas nos auxiliará na identificação de possíveis lacunas ou áreas que ainda não foram exploradas. Sejam em abordagens teóricas, métodos e de fontes de pesquisa, podemos identificar perspectivas que não foram exploradas ou que merecem uma maior atenção. Isso pode direcionar pesquisas futuras, estimulando o avanço do conhecimento em determinada área.

Neste sentido, este capítulo seguirá a mesma lógica de reflexão do capítulo anterior no qual separarmos as obras em três blocos temporais no intuito de analisar, posteriormente, as características de cada tempo. Nosso olhar para as obras será direcionado agora na identificação estrutural no que corresponde a forma que os autores organizaram os capítulos, as fontes utilizadas na pesquisa e seus recursos teóricos metodológicos. Por fim, realizarmos uma análise abrangente entre os anos de 1973 a 2010. O objetivo é compreender as

mudanças e continuidades ao longo do tempo, bem como as influências teóricas e metodológicas presentes nas produções acadêmicas sobre o tema em questão. Obviamente, sem perder de vista, dentro do possível, as escolhas individuais dos autores, as influências sociais, políticas e institucionais que também podem se fazer presente na produção acadêmica.

Portanto, ao realizarmos essa análise das produções acadêmicas, poderemos compreender os tipos de histórias que estão sendo construídas e narradas no âmbito acadêmico ao longo desse período. Isso nos permite compreender a evolução do conhecimento histórico sobre a temática dos trabalhadores portuários no Brasil, além de identificar as mudanças que ocorreram nas pesquisas ao longo do tempo.

2.1- Organização das obras publicadas entre 1973 a 1986

Como vimos no primeiro capítulo, desde 1973, houve um movimento crescente de pesquisas sobre os trabalhadores portuários no Brasil. Agora, vamos analisar como esses trabalhos foram estruturados, identificando pontos em comum entre eles e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Para isso, seguiremos uma lógica analítica, partindo do ano de 1973 até o ano de 2010.

A pesquisa de Ingrid A. Sarti buscou reconstituir a história da estiva no porto de Santos a partir de uma análise das alterações da conjuntura política-institucional e seus impactos no desenvolvimento estrutural do Sindicato dos Estivadores de Santos. Com a meta de reconstituir, a partir de um estudo de caso no campo da História Política, a autora dividiu a obra em cinco capítulos em dois grandes eixos de reflexão. Inicialmente sobre quem são esses trabalhadores e sua entidade sindical e, em seguida, as suas relações políticas institucionais internas e externas no contexto histórico do período definido pela autora.

Sendo assim, o primeiro capítulo trata sobre o processo de organização do labor da estiva a luz das mudanças nas leis trabalhistas na década de 1930. O segundo apresenta a repercussão que a reestruturação do sindicato trouxe a partir das relações Estiva x Estado. O terceiro capítulo aborda aquilo que Sarti denominou como sendo a primeira fase histórica-política do SES abrangendo os anos de 1930 a 1954. Este foi um período de transição em que a entidade passa

de uma fase de conflitos internos de caráter político/administrativo para a adaptação as regras inseridas durante o Estado Novo.

O quarto capítulo, discute as influências de um regime populista em certos setores do movimento operário, em especial da estiva santista. Nesta fase ocorre uma intensificação das disputas políticas através de, segundo a autora, um "processo de democratização do sindicato". Aqui, fica evidente o qual a categoria possuía um representativo poder de barganha frente as reivindicações econômicas da estiva.

O quinto capítulo aborda a presença da esquerda política nas entranhas do sindicato que teve uma curta prevalência por conta da presença interna de uma perspectiva conservadora e corporativista como oposição. Por fim, o sexto capítulo, trata dos anos de 1961 a 1964. Fase que, segundo a autora, trouxe rupturas na sua unidade de modo a gerar a "crise dos bagrinhos" que se refere a dinâmica corporativista do processo de recrutamento para o trabalho no porto. Fica evidente nas discussões da autora que o conflito interno do sindicato nesta época a partir dos bagrinhos é fruto da influência do "janismo" em oposição ao governo Goulart.

Consideramos que a sua abordagem metodológica apresentou-se configurada numa análise qualitativa e quantitativa. Desta forma, a autora trabalha com aquilo que classificou como "técnica da colcha de retalhos"[40] a fim de estruturar as informações esparsas e lacunares em diversas fontes.

Um dado importante que se refere a dinâmica de pesquisa da autora é sobre o acesso as fontes. Ingrid Sarti relata que teve dificuldades que não conseguiu superar. Dentre elas, a falta de um fichário ordenado de sócios do SES e o não acesso documentos importantes como, por exemplo, as atas de assembleia. Sobretudo por que muitos documentos foram apreendidos pelas autoridades do governo federal a partir de abril de 1964. Ao elaborar um gráfico sobre o número de sócios dos sindicato a partir de documentos avulsos oferecidos por um membro do SES, autora deixa mais claro sua percepção sobre o acesso as fontes durante a sua pesquisa:

[40] Conforme a autora, "[...] dada a falta de esquematização dos dados encontrados no decorrer da pesquisa: aqui também a técnica da "colcha de retalhos" de dados esparsos obtidos em fontes diversas, foi a forma de concluir a pesquisa ao resultado que ora apresento. (SARTI, 1973, p. 85)

> [...] inclusive consta, por informação oral, que os dados ao ingresso de novos membros ao SES eram computados em pastas especiais, e arquivados no salão de assembleias do SES. Tudo indica que, também, este material tinha sido apreendido pelas autoridades, em abril de 1964. Hoje, **[período em que Sarti visitou a entidade]** o que se tem, são fichas de associados mortos, literalmente, jogadas em um compartimento, sem qualquer tipo de classificação. Quanto aos membros vivos, muitas de suas fichas não consta a data de ingresso no SES. (SARTI, 1973, p. 57) [grifo nosso]

Ao ler essas informações, recordei-me do período em que estava realizando o levantamento das fichas de cadastro no sindicato dos estivadores de Rio Grande-RS durante minha pesquisa de mestrado. Lá, encontrei mais de 900 fichas organizadas em caixas, contendo informações valiosas sobre o perfil dos trabalhadores.

Não é possível deixar de comparar com a situação em Santos, onde a sede do sindicato dos estivadores havia sido invadida em 1964 pelos militares, numa tentativa de apagar a história dos trabalhadores e sua luta por direitos. Em Rio Grande-RS, as fichas estavam lá, intactas, permitindo-me mapear aspectos que compõem as origens e a identidade dos estivadores.

No entanto, conforme eu ia avançando nas caixas, tive acesso a relatos indiretos de que a presença dos militares não era algo tão distante assim. Pois, houve momentos em que homens fardados rondaram a sede, intimidando os trabalhadores.

Essa experiência deixa claro a importância de preservar a história dos estivadores e de todas as categorias de trabalhadores. Eles são a base da economia, a força que movimenta as rodas do progresso, e precisam ser valorizados e respeitados por suas lutas e conquistas.

Destarte, Ingrid Sarti possivelmente visitou o sindicato santista, para realizar a sua pesquisa, no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, ou seja, em plena ditadura militar. Presumimos que a dificuldade no acesso a informações nestas circunstâncias tenha sido desafiador. Por outro lado, a autora pode contar com outras fontes relevantes para o seu estudo.

Dentre elas, o arquivo de imprensa que o SES organizava desde a sua fundação. Além disso, contou com o relato de sócios do sindicato através de entrevistas e alguns antigos documentos pessoais que estes tinham. Por fim,

Sarti teve acesso ao arquivo do jornal “A Tribuna” de santos e a dados obtidos junto a Associação das Entidades Estivadoras (APEES).

A análise da autora baseou-se principalmente na comparação de fontes jornalísticas, documentais e legislativas, que foram mais acessíveis do que as entrevistas, com o contexto histórico, político e econômico da época.

Seu trabalho está inserido no campo da História Política, com foco no estudo de caso do Sindicato dos Estivadores de Santos. Ao mergulhar na trajetória da entidade sindical, a autora conseguiu compreender os diferentes momentos políticos e históricos que a marcaram, permitindo que confrontasse com os entendimentos historiográficos sobre o sindicalismo brasileiro até a década de 1970.

Para além disso, o SES, segundo a autora, não teve uma experiência histórica homogênea, no entendimento conceitual dela, e por isso destoa das demais categorias sindicais na medida em que demonstra que a sua relação política com o Estado, da sua fundação até 1964, e o própria posição da categoria no setor produtivo crucial para o crescimento econômico do país, são diferentes e fez com o a Estiva passasse por diferentes posicionamentos políticos internos. Logicamente, esse posicionamento é fruto do momento de posição da referida autora, sobretudo por que temos presente que qualquer espaço de luta e organização sindical é um ambiente múltiplo e dinâmico.

Um destaque interessante é o fato que a organização do texto de Ingrid Sarti sobre o aspecto que corresponde a sua estrutura teórica e metodológica para construção da pesquisa não foi de fácil acesso. A nossa leitura precisou se concentrar nas entrelinhas e nos indícios que conseguimos observar da referida autora.

Na sequência da discussão conforme apresentado na introdução sobre a nossa escolha de exposição vinculada a uma cronologia de produção dessas obras, a pesquisadora Darcy Flexa Di Paolo (1981), em seus estudo sobre o Sindicato dos Estivadores e trabalhadores em Estiva de Minérios do Estado do Pará (SETEMEP), apresenta uma discussão sociológica e histórica sobre a temática. Como já informamos no primeiro capítulo, este foi o primeiro trabalho que abordou o tema sobre os estivadores e o sindicalismo regional desta categoria, que encontramos durante a nossa pesquisa.

Neste sentido, consideramos significativa, no nosso entender, a forma como a autora descreveu o seu processo metodológico para consolidação da pesquisa. Iniciou pela consulta bibliográfica sobre o tema e, em seguida, passou a visitar o sindicato para fazer um levantamento de fontes. É importante o destaque que o cenário nacional de abertura política brasileira, lhe permitiu um acesso mais amplo das fontes para construir o sua pesquisa. Segundo Di Paolo,

> [...] A forma de seleção dos informantes foi de maneira sistemática, por não ser necessário a construção do sistema de referência, pois, em nossa pesquisa exploratória preliminar, podemos verificar a existência no SETEMEP de um fichário contendo as fichas com respectivas numerações de cada elemento do universos. De posse para o fichário, partimos para o sorteio dos informantes que compuseram nossa amostra, a qual constou 20% da população dos associados e 20% da dos suplentes. Assim, escolhemos, por sorteio causal, dois números de cada dezena de todo o universo. O ponto de encontro com os informantes foi, sobretudo, a Sede do Sindicato e os pontos de chamada para distribuição do trabalho. Procuramos também informações sobre o tema na Delegacia do Ministério do Trabalho, na capitânia dos Portos e outros órgãos relacionados com o trabalho da Estiva. Decidimo-nos pela utilização de dois tipos de instrumentos de pesquisa: a entrevista e formulário. [...] Prosseguiu-se, então, ao levantamento de fontes bibliográficas e sua sistematização, à entrevista com diferentes categorias de participantes e à análise destas entrevistas à coleta de dados em campo, com apuração e tabulação dos dados coletados. Em seguida, passamos à análise global, à interpretação dos dados obtidos e à redação do relatório final. (DI PAOLO, 1981, p. 20-21)

No final do trabalho, a autora incluiu anexos importantes que complementam sua pesquisa. As tabelas quantitativas simplificadas mostram uma análise detalhada dos dados coletados durante a pesquisa de campo, fornecendo informações valiosas sobre o perfil do trabalhador da estiva no Pará vinculado ao Sindicato. Além disso, os modelos de formulário de entrevista e pesquisa de campo disponibilizados permitem aos leitores uma visão mais clara de como a autora conduziu sua pesquisa e coletou seus dados. Esses anexos são essenciais para garantir a transparência e a replicabilidade da pesquisa, além de possibilitar que outros pesquisadores possam utilizar as mesmas metodologias.

Durante sua pesquisa, assim como Ingrid Sarti, Di Paolo, em outro período, também visitou o sindicato para coletar dados sobre a história da categoria. No entanto, ao contrário do que Sarti encontrou no Sindicato dos Estivadores de Santos, a entidade de classe do Pará possuía um fichário

organizado com o cadastro dos trabalhadores associados ou suplentes. É importante destacar que a autora realizou sua visita ao sindicato durante o final da ditadura civil militar brasileira, onde já era possível uma maior interação de pesquisas nessas entidades, mesmo que ainda sofressem os impactos da repressão. De acordo com o texto, não houve relatos de um processo extremo de depredação das informações administrativas contidas nos documentos da sede sindical. As fontes apresentadas pela autora não permitem uma confirmação se houve invasão no sindicato pelos militares/polícia como o que aconteceu em vários outros sindicatos.

Ao tratar da trajetória histórica da categoria, de sua fundação em 1914 até os anos 1980, a autora não apresenta uma discussão sobre uma fase significativa da história política do país: o golpe civil-militar de 1964. Di paolo se detém apenas em discorrer superficialmente sobre o tema apenas nos tópicos relacionados ao sindicalismo no Brasil. Apenas cita que “de 1957 até 1969” a transmissão de poder se vem realizando através de eleições, nunca interrompidas” (1981, p. 51). Evidenciou-se um certo cuidado da autora sobre sua escrita contextual. Talvez fruto ainda do clima político que ainda era vigente no país. Imersos em um contexto político repressor, é natural que o pesquisador se sinta limitado, de certa medida, em abordar assuntos que possam questionar as ações do governo. Ao nosso ver, foi o que aconteceu durante a pesquisa realizada sobre a categoria de estivadores no Pará. Em um ambiente de superficialidade nas discussões e críticas, fica evidente que as mudanças de governo após 1964 impactaram diretamente as categorias de trabalhadores presentes nos portos. E, como não poderia ser diferente, a estiva paraense também sofreu com essas mudanças. Ainda assim, os estivadores do Pará mantiveram contato com outras categorias portuárias de diferentes estados, em busca de lutar por seus direitos e orquestrar movimentos grevistas de interesse de todos os sindicatos. Isso ficará evidente durante o terceiro capítulo, no qual compreendemos que é nesse contexto mudanças, de resistência e luta pelas melhores condições de trabalho, que a identidade de classe se manifesta, também se constrói e se adequa. Compreende-se assim, a nossa opção por fazermos uma análise comparativa sobre o desenvolvimento da historiografia sobre um determinado assunto, pois permite a identificação de padrões e mudanças ao longo do tempo.

Os pressupostos teóricos apresentados por Di Paolo neste trabalho abrangem a abordagem sociológica a luz da Teoria da Organização Humana – TOH, do cientista social brasileiro Antônio Rubbo Muller, interpretada pelo sociólogo Pasquele Di Paolo. Em síntese, esta perspectiva teórica tem como premissa os sistemas sociais[41], a evolução epigenética[42] e a Assunção histórica[43]. Em consonância com seu aporte teórico, a autora utiliza-o a partir de uma perspectiva pluridimensional, que, segundo Di Paolo, constitui um metodologia heurística e apresenta uma visão global da realidade que facilitaria a busca de respostas às questões expostas. Cabe destacar que a historiografia no período não dialogava muito com os aspectos conceituais apresentados por esta pesquisadora da área sociológica, no entanto, ela própria destaca que seu trabalho é uma sociologia histórica.

Neste aspecto, consideramos interessante a forma como a pesquisadora visualizou esses pressupostos em contato com seu objeto de pesquisa. Ao utilizar esta metodologia,

> [...] limitamos nosso estudo sobre os estivadores [Dimensão Pessoal] da comunidade de Belém [Dimensão Espacial] e procuramos detectar os padrões existentes no sindicato e entre sindicato e comunidade englobante [Dimensão Cultural]; analisando de maneira específica os sistemas sociais em que atuam os estivadores, focalizando o sistema de lealdade em que se expressavam as relações sindicais internas, o sistema viário que se caracteriza a atividade profissional dos estivadores, os sistemas de manutenção, patrimonial e produção em que se manifestam as relações entre trabalhadores e empregadores e o sistema político, que caracteriza tais relações [Dimensão Social]. Tentamos também apresentar a função histórica do sindicato e um histórico do Sindicato dos Estivadores [Dimensão Temporal] e ainda a experiência de alguns estivadores mais inseridos na luta

[41] Segundo Di Paolo, "são o conjunto de relações que apresentam as características de homogeneidade, autonomia e interdependência; a organização humana se baseia na existência de quatorze sistemas sociais específicos: parentesco, saúde, manutenção, lealdade, lazer, viário, pedagógico, patrimonial, produção, religioso, militar, político, jurídico e precedência. Esses sistemas sociais específicos constituem o sistema global, isto é, a dimensão social e são relacionados com todas as outras dimensões da realidade: dimensão espacial, pessoal, cultural, temporal, vivencial e global". (DI PAOLO, 1981, p. 21-22)

[42] Para Di Paolo, "Se refere aos complexos relacionais que evoluem por epigeneses progressivas; epigeneses indica o nascimento de uma nova realidade que surge de um princípio vital anterior e dos mesmos elementos anteriores através de uma complexificação relacional que provoca um salto qualitativo". (DI PAOLO, 1981, p. 22)

[43] A definição de Di Paolo é "o momento consciente no processo de evolução humana". (DI PAOLO, 1981, p. 22)

> sindical [Dimensão Vivencial]. O conjunto destes dados nos oferece uma visão global, ainda que não seja completa, do processo de sindicalização e a situação socioeconômica dos estivadores em Belém do Pará [Dimensão Global]. (DI PAOLO, 1981, p. 22)

Ao analisar a obra em questão, compreendemos que a autora, assim como Ingrid Sarti, se propunham ao desafio abordar um tema ainda pouco explorado na literatura acadêmica, e fez isso de maneira proporcional aos seus objetivos de pesquisa. No entanto, ao examinar a obra mais de perto, podemos identificar algumas questões que foram deixadas de lado. Um exemplo disso é a falta de discussão sobre a experiência de luta por direitos e melhores condições de vida dos trabalhadores da estiva após 1964, conforme mencionado anteriormente. Além disso, a obra também não explora a relação entre a categoria estivadora paraense e outras entidades de classe do porto, como arrumadores, doqueiros, conferentes e vigiais, tanto no cotidiano de trabalho quanto nas mobilizações sindicais.

Temos presente que a pesquisa de Di Paolo de 1981, mesmo sendo um trabalho introdutório de caráter monográfico, é significativa na medida em que "lança luzes" para o universo dessa produção que estamos pesquisando. Sobretudo por que, como pesquisadores das ciências humanas, nosso papel não se resume apenas a traçar análises teórico-metodológicas abrangentes. É importante também que tenhamos um olhar mais crítico e reflexivo sobre os temas examinados nas pesquisas sobre a temática em apreço.

Neste sentido, a obra que analisaremos a seguir sob a ótica que propomos neste capítulo é de Maria Lucia Caira Gitahy (1983) que trata dos trabalhadores do Porto de Santos entre 1889 e 1910. Dividida em três grandes eixos de discussão, a autora oferece uma abordagem específica sobre o tema. No primeiro eixo, são examinados os aspectos relacionados à cidade de Santos, à conjuntura política e social e ao desenvolvimento do Porto. Na segunda parte, a autora discorre sobre a organização operária e o papel das greves no período de 1891 a 1908. Por fim, a terceira parte da dissertação é dedicada ao ano de 1908, destacando a greve no Porto em seu contexto prévio e no dia a dia do movimento grevista.

A obra de Gitahy, assim como as demais apresentadas aqui, é uma contribuição importante para a compreensão da história dos trabalhadores do Porto de Santos no início do século XX e serve de referência para pesquisas futuras sobre o tema conforme poderemos ver ao longo desta tese. Fica evidente esse aspecto no próprio texto de Gitahy quando menciona suas referências de leitura para o amadurecimento do seu estudo. Ao falar da obra de Ingrid Sarti (1973), a autora deixa claro que “foi fundamental a tese de Ingrid Sarti, naquele momento a única existente sobre o tema. Focalizando um período posterior, 1930-1964. Este trabalho ao lado das análises estrangerias sobre os trabalhadores dos portos” (GITAHY, 1983, p. 7).

Sobre as fontes que a autora utilizou em seu trabalho, como de praxe nas pesquisas existentes neste período, utilizou-se prioritariamente de documentos escritos e produzidos em diferentes esferas. Para Gitahy:

> Os dois primeiros capítulos desta dissertação originaram-se de um levantamento preliminar junto a imprensa operária existente no Arquivo Edgard Leuenroth, mais tarde complementado com um série de outras fontes oficiais, patronais, romances, histórias da cidade, geografia local, uma planta e mesmo fotografias do porto e de Santos, no período em estudo. No terceiro capítulo, além destas fontes recorri amplamente à imprensa diária. (GITAHY, 1983, p. 8)

É possível perceber que um dos seus desafios foi trabalhar com um mosaico de fontes documentais para conseguir compreender o processo de organização dos trabalhadores em prol de melhores condições de vida e trabalho entre 1889 a 1910. Tudo isso num contexto de edificação e melhorias no porto e no saneamento da cidade, já que estas obras também influenciavam a dinâmica laborativa no cais e a própria face da cidade. Afinal de contas, os trabalhadores urbanos da região portuária de santos neste período estavam conectados ao escoamento do café, um setor estratégico, e à constituição do próprio espaço urbano, já que será neste palco que os operários irão travar sias primeiras lutas numa urbe cujo caráter próprio vai sendo moldado, além destes, por outros fatores. (GITAHY, 1983).

No nosso entendimento a autora realizou em seu caminho de produção uma escrita linear no sentido cronológico a partir das fontes jornalísticas e bibliográficas que retratam o processo de construção do porto, as adequações urbanas, o abolicionismo, o socialismo e anarco-sindicalismo no meio operário, a autora discute diversos assuntos que nos ajudam a entender a complexidade deste período. Sobretudo, nos aspectos da organização e constante mobilização grevista dos operários a partir da União operária datada de 1890. Posteriormente, como desdobramento da experiência adquirida das ações em conjunto, desperta a necessidade, em particular dos portuários e estivadores, para o ano de 1904 fundar "a sociedade Primeiro de Maio, ficando como secretário geral Severino Antunha e da Sociedade Internacional União dos Operários, por estivadores e trabalhadores das Docas". (GITAHY, 1983, p. 74-75).

Podemos perceber que, ao contrário da pesquisa de Sarti, a obra de Gitahy se baseia principalmente em fontes documentais jornalísticas e não obteve acesso a fontes específicas das entidades de classe, como por exemplo, atas de assembleias. Não sabemos se foi por opção ou por falta de acesso, até por que o seu recorte temporal foi o período embrionário da organizações sindicais que, culminaram a partir de 1930, a consolidação dos sindicatos.

Entendemos que suas reflexões foram acompanhadas pela linearidade dos fatos expostos em diversos jornais da época, sobretudo aqueles ligados aos movimentos operários. A autora faz uso a um abordagem teórica influenciada pelo marxismo inglês, como nos pensamentos de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm que enfatizam a experiência vivida pelos obreiros na luta por direitos. Embora Gitahy não tenha dado ênfase para uma discussão teórica mais densa, é possível notar uma tentativa de se afastar do marxismo clássico da luta de classes, como afirmado na introdução de sua obra.

> [...] eu queria uma narrativa. Teoricamente informada, claro; politicamente posicionada, claro; mas isenta de jargão acadêmico ou da última "análise de conjuntura" (arrgh!) dos grupos que atuavam na cena estudantil. Eu queria um texto em que não fosse preciso afirmar que se tratava da "ótica do conflito entre capital e o trabalho" ou que "a luta de classes é o motor da História", mas que esta luta fluísse, mais ou menos, como flui na vida. (GITAHY, 1983, p. 6)

Evidencia-se ao ler a dissertação na íntegra que a forma de escrita que a autora optou para apresentar essas lutas fluindo como a vida foi, tendo como base os textos jornalísticos, a narrativa dos fatos a partir do que foi noticiado. Esta foi a sua maneira para refletir sobre o movimento dos trabalhadores do porto ao longo dos 20 anos do estudo. Consciente de que não teria tempo e espaço suficiente para abarcar todos os fatos, delimitou-se apenas nas análises das grandes greves de 1889, 1891, 1897, 1905 e 1908 a partir do segundo capítulo.

Como síntese de conclusão, a autora busca distinguir as diferentes perspectivas sobre os movimentos grevistas entre a imprensa de São Paulo e os jornais proletários. Para o primeiro, as coberturas das greves foram assumidas pela ótica dos exportadores[44] e a que menos é mencionada, é a visão dos grevistas. Para o segundo, suas publicação irregulares não possuíam fôlego para cobrir o dia a dia das greves[45]. Isso impossibilitou que fosse feito um esboço de contraponto, entre a cobertura operária e patronal, na reconstituição da batalha do dia a dia. (GITHAY, 1983, p. 286).

Por fim, e não menos importante, a autora ressalta os possíveis caminhos abertos para futuras pesquisas relacionadas aos assuntos que foram estudados, bem como aqueles que foram deixados de lado. Além disso, a autora destaca o potencial de enriquecimento da discussão com a abertura de novos arquivos. Neste momento percebemos que a autora já estava percebendo o quanto a abertura de novos arquivos iria enriquecer a pesquisa histórica sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil. Como foi posteriormente observado com o aumento das produções em momentos posteriores.

É evidente que há muito espaço para novas pesquisas a serem feitas e é essencial para a história que elas sejam realizadas, a fim de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre os temas considerados apresentados aqui.

---

[44] Conforme a autora, pela ótica dos exportadores são os jornais A Tribuna, O diário de Santos, até 1891. Assim como o Estado de São Paulo, O Diário de Santos, a Cidade de Santos, 1897, 1905, 1908 pela perspectiva da CIA Docas.

[45] Conforme a autora, “AVANTI!, diário socialista de São Paulo, é o primeiro a fazê-lo em 1908. Suas notas são mais elucidativas que as da grande imprensa, especialmente no que diz respeito a repressão. [...] quanto a Lotta Proletária, Folha do Povo, Lucta Proletária e outros da imprensa operária semanal ou quinzenal trazem só relatos gerais e avaliações, importantes apenas para iluminar os bastidores dos movimentos grevistas.” (GITAHY, 1983, p. 286)

> [...] Entre o presente estudo e o de Ingrid Sarti, que retoma os anos 30/40 para concentrar sua atenção nos anos 50 e posteriores há um longo hiato. Longe de pensar que estes dois estudos “esgotaram” o período que cobrem, vale lembrar que o período não pesquisado é crucial. [...] pesquisas específicas sobre grandes greves, grupos ocupacionais estrategicamente importantes dentro do porto e a maneira concreta através da qual diversos momentos políticos são evidenciados por estes trabalhadores também são requeridos. Quer dizer de temas como o impacto da mudança tecnológica no Porto? Ou o das dificuldades do movimento recente (pós-64) das 31 categorias sindicais atualmente existentes na orla marítima santista? É estimulante pensar que os próximos trabalhos nesta área deverão rever e acrescentar muito as estas reflexões. (GITHAY, 1983, p. 291).

Como veremos no decorrer desta tese, algumas destas perguntas e hiatos foram respondidas pelos pesquisadores que se dedicaram sobre este tema após Gitahy. Para além de novas abordagens, outras perguntas foram feitas a partir de novas fontes e arquivos, e com referenciais teórico-metodológicos diferenciados, do seu lugar e tempo produção.

No caso da obra de Marli Brito Moreira de Albuquerque, intitulada "Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República", publicada em 1983, não tivemos acesso[46] à integridade do trabalho. Constatamos apenas trechos de citações presentes em algumas obras posteriores sobre o tema ou nas suas respectivas referências bibliográficas. Portanto, não é possível discorrer com uma análise da organização do conteúdo de forma detalhada do trabalho. No entanto, algumas reflexões são utilizadas por alguns autores importantes que se dedicam sobre a temática ora em análise.

Sendo assim, podemos agora analisar a organização da dissertação de 1986 de Darcy Flexa Di Paolo, autora já abordada anteriormente. Neste caso agora, com o texto intitulado "Os estivadores do Pará no movimento sindical brasileiro: um estudo sociológico". Sua pesquisa está dividida em duas fases com sete partes envolvida no objetivo de apresentar uma síntese histórica e

[46] Cabe destacar que essa restrição ao acesso fica evidente no fato que na década de 1990 para até atualmente, não identificamos citações diretas desta obra no corpo de textos das produções acadêmicas aqui estudadas.

sociológica do contexto internacional, nacional e regional do sindicalismo a partir da atuação dos estivadores do Pará.

A primeira parte é reservada a análise do contexto histórico e de desenvolvimento do sindicalismo na perspectiva internacional tendo como baliza a noção do sindicalismo como Instituição Histórica e suas ideologias neste processo. Neste caso, muito próximo do que era discutido por autores seus contemporâneos na época como, por exemplo, Ricardo Antunes e Edgard Carone. Por sua vez, a segunda parte gira em torno do contexto sindical nacional iniciando com uma retrospectiva histórica até alcançar os anos de 1964-1985. Por fim, encerra esta parte do trabalho tratando sobre a autonomia sindical e sua relação com CLT.

No que tange a terceira parte do seu trabalho, a autora delimita suas reflexões nas relações de trabalho a partir do sindicalismo amazônico entre fins do século XIX a 1930. E, finaliza esta primeira fase da pesquisa continuando de 1930 até 1980. É possível observar a sua intencionalidade de apresentar a questão do trabalho como uma das chaves de leitura mais importante, sobretudo reflexões conceituais da ação sindical.

Ao iniciar a segunda fase do estudo, a partir do quarto capítulo, a autora foca no processo sindical dos estivadores do Pará. Nesta parte, discorre de 1914 a 1985 apresentando as origens e consolidação do sindicato. Trata da relação entidade e o Estado e discute, por fim, aquilo que classificou como sendo a “nova filosofia administrativa”[47] e a projeção nacional do sindicato.

No quinto capítulo, disserta-se sobre a organização sindical levando em consideração os aspectos das relações socioculturais e de trabalho, da estrutura administrativa do sindicato. Sua intenção aqui é compreender o dia a dia de trabalho e suas particularidades. Aqui, mais uma vez, percebe-se a influência de historiadores como Eric Hobsbawm na escrita da autora, que compreendem questões que abarcam também a história do cotidiano no mundo do trabalho.

Na medida em que avança, no sexto capítulo, a autora trata das lutas dos estivadores do Pará no cenário do sindicalismo amazônico. Por último, a sétima

[47] Entendo que está concepção vincula-se a um debate da época que discutia a emergência de um “novo sindicalismo”.

parte deste trabalho analisa os congressos e as conferencias nacionais da estiva de 1960 a 1985 na tentativa de demonstrar o quanto a categoria se organizou em prol de suas reinvindicações.

Seu trabalho encerra com considerações finais e apresentações de alguns documentos que teve acesso e utilizou ao longo da pesquisa para consolidar a perspectiva de que os estivadores do Pará caminharam ao longo dos anos rumo a autonomia sindical, talvez a autora entendesse seu objeto de pesquisa vinculada a ótica do “novo sindicalismo” frente ao Estado e a Política.

Darcy Di Paolo buscou preencher algumas perguntas deixadas abertas no seu trabalho monográfico de 1981. Logo, seu alvo foi aprofundar a visão histórica do sindicalismo e a atuação do Sindicato do Estivadores do Pará em diferentes momentos sociais e políticos. Inclusive repetiu, em boa parte, a mesma organização de capítulos do seu trabalho monográfico.

Suas perspectivas teóricas estão imersas na História Social, vinculada as produções dos marxistas ingleses como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm. Sua concepção sobre luta sindical não acompanha totalmente a ideia de dependência direta do sindicato à algum partido político ou Estado. A autora, neste caso, acompanha uma discussão presente, a partir da década de 1980, no campo da sociologia histórica do trabalho e da História, com suas escolhas de autores, que entendem o sindicato como um agente sócio-político de organização e de transformação social na luta dos trabalhadores por direitos. Isto evidencia-se no seu texto quando discute os conceitos de sindicato e sindicalismo no brasil encontrando-se entre aqueles trabalhos dos anos 80 que adotaram a percepção do novo sindicalismo, em comparação com o entendimento que se tinha sobre o movimento operário antes de 1980. Sobretudo a ideia da existência de um “peleguismo sindical”.

Para corroborar com este entendimento, do ponto de vista metodológico, adotou-se aquilo que autora denominou como “ótica popular” em contraposição à “ótica autocrática”. Segundo Di Paolo, a primeira nos permite ver os acontecimentos para além desses limites da autonomia sindical de modo a identificar o protagonismo histórico dos trabalhadores. Entende como limites, o campo das escolhas sindicais diante da influência do contexto político

autocrático na organização sindical. (DI PAOLO, 1986, p. 20). Essa perspectiva sociológica sobre os trabalhadores e suas entidades de classe se aproxima da ótica difundida nas décadas de 1970 e 1980, no campo da História, de uma "história vista de baixo" ou uma história cultural capitaneada pelos historiadores ingleses E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. Além destes pontos, a autora descreve seu acesso as fontes no qual:

> [...] utilizamos, neste estudo, a pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica e documental. Consultamos fontes orais e impressas, tais como obras especializadas, revistas técnicas, jornais, etc. No sindicato dos Estivadores do Pará, tivemos a oportunidade de consultar os livros de atas, fichários, documentos da diretoria, além de realizar entrevistas com líderes sindicais e com os próprios estivadores, ativos e aposentados. A partir de contatos preliminares, teve início uma intensa consulta bibliográfica e entrevistas informais com elementos-chaves, como líderes sindicais e estivadores antigos, que contaram com objetividade e, ao mesmo tempo, com emoção suas experiências de trabalho e de atividade sindical; entrevistamos dirigentes e ex-dirigentes sindicais de diversas categorias profissionais, militantes de partidos políticos e profissionais liberais. Assim, através da análise sistemática dos dados coletados, chegamos a escrever essa história de luta sindical, pela voz de seus próprios agentes. (DI PAOLO, 1986, p. 20)

Este trecho nos permite refletir sobre alguns pontos importantes e o primeiro se refere a emergência do uso do termo fontes orais. Diferente da sua pesquisa de 1981, aqui a autora classifica suas entrevistas como fontes orais, ou seja, deixando claro a sua classificação, a importância e o potencial de pesquisa que o acesso a memória tem para a história. Recordamos que na década de 1980, no campo da história, vemos o desenvolver da história oral no campo acadêmico de modo crescente. Logo, é bem possível que autora, de alguma forma, por estar vivenciando esse contexto acadêmico, tenha tido acesso a esta perspectiva.

Outro ponto crucial a ser destacado é o acesso a documentos mais específicos do sindicato que outrora não foram apresentados no seu trabalho de 1981. É possível presumir que o fato de já ter tido o contato com a entidade e seus membros, ter publicado uma obra sobre a categoria, inclusive com um aporte financeiro para o lançamento da obra, tenha sido um fator significativo para esta mudança.

Por fim, a noção de que a história apresentada na obra foi construída a partir da "voz de seus próprios agentes" está em consonância com uma perspectiva de escrita da história social que não se baseia mais somente em abordagens positivistas, metodológicas ou estruturalistas, mas sim em conformidade com as análises de pensadores marxistas ingleses. Em especial aqueles que buscam destacar as ações e escolhas dos membros da cultura popular, das classes mais baixas, os negligenciados das narrativas oficiais.

Sobre as fontes, Di Paolo teve contato com os documentos do Sindicato dos Estivadores do Pará (Cartas e correspondências, discursos, relatórios e atas), bem como de leis e resoluções pertinentes ao trabalho portuário (CLT, Decretos Lei, Resoluções Conselho Regional do Trabalho Marítimo no Pará e Amapá). Apesar da autora inferir que usou também utilizou jornais, revistas técnicas e obras especializadas, não encontramos no final da obra a listagem completa e descritiva de suas fontes. Por fim, utilizou fontes orais através de entrevistas de campo realizadas com membros ativos e aposentados do sindicato.

Aqui, concluímos nossas considerações descritivas sobre as quatro primeiras produções acadêmicas encontradas entre 1973 a 1986 que tratam sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil. Pela perspectiva descritiva da sua organização dos capítulos, ou seja, a forma que os autores escolheram expor os conteúdos.

No que se refere as organizações das obras adotadas pelos autores vemos, em sua maioria, que há um padrão de exposição seguindo uma escrita linear e progressiva dos fatos. Para deixar claro isso, vejamos em síntese, cada uma dessas obras.

A dissertação de Ingrid Sarti de 1973 apresentou, em 188 páginas, seis capítulos divididos em análises que vão de 1930, com as origens do Sindicato da Estiva de Santos e suas relações com o Estado, até 1964 com os impactos das disputas políticas internas e externas que a categoria vivenciou.

O trabalho monográfico de Darci Flexa Di Paolo em 1981, ao longo das 124 páginas, dividiu a sua narrativa em duas grandes partes. A primeira subdividida em 3 tópicos que discutem o sindicalismo no mundo, no Brasil e no

Amazonas até 1930. Já a segunda parte, dividida em 5 tópicos, trata do Sindicato dos Estivadores do Pará entre 1914 até 1980 sob o prisma sindical, social e político.

A dissertação de Maria Lucia Caira Gitahy publicada em 1983, de 337 páginas, foi dividida em três linhas de análises. Primeiro são examinados os aspectos relacionados à cidade de Santos, à conjuntura política e social e ao desenvolvimento do Porto. Segundo, a autora discorre sobre a organização operária e o papel das greves no período de 1891 a 1908. Por fim, a terceira parte é dedicada ao ano de 1908, destacando a greve no Porto em seu contexto prévio e no dia a dia do movimento grevista.

A dissertação de Darci Flexa Di Paolo, de 1986 com 201 páginas, segue a mesma linearidade e estrutura de capítulos da sua pesquisa monográfica de 1981. A diferença está no aprofundamento das questões da problemática de pesquisa e na extensão do recorte temporal de estudo que vai até o ano de 1985. Ainda sobre o aspecto organizacional, vemos que as dissertações produzidas neste período tiveram entre 188 a 337 páginas. Como só houve um trabalho monográfico publicado, não é possível fazer uma comparação entre trabalhos com esta característica.

Um aspecto presente nas produções que pode ser observado a partir da estrutura dos capítulos é a escolha dos autores por iniciar suas reflexões sobre os fatos que antecedem a criação do sindicato ou, até mesmo, a própria formação da cidade ou bairro portuário que deu origem ao cais da urbe. É compreensível que, pelo fato de estas obras serem as primeiras sobre essa temática, a necessidade de entendimento dos caminhos históricos que levaram à conjuntura de análise gere essa ação. É importante observar se esses aspectos organizacionais da produção se manterão ou não ao analisarmos as produções acadêmicas de outros períodos.

2.2- Produções acadêmicas da década de 1990: organização da obra, teoria, metodologia e fontes

Neste período da década de 1990 há um redirecionamento na forma que foram feitas as pesquisas. Sobretudo pela ótica da História Social que extrapolam apenas analise da luta dos trabalhadores pela ação sindical grevista,

para agora estudarem outros aspectos como: a cotidianidade dos trabalhadores, a cultura operária e um leque de interpretação mais abrangente, em comparação com o que vimos no período anterior, no nosso entender.

Conforme nos propomos, a primeira pesquisa que já apresentamos anteriormente é a de Fernando Teixeira da Silva (1991), intitulada “os doqueiros do porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). No aspecto da definição da organização do conteúdo, sua dissertação com mais de quatrocentas páginas está dividida em duas partes. A primeira dedica-se ao estudo da cultura de solidariedade e “modelo docas” de trabalho. Já a segunda, sobre a cultura dos direitos dos trabalhadores.

O primeiro capítulo a abarca a relação porto e cidade no sentido de como Santos edificou-se a partir do porto. Em seguida, ao analisar o “modelo Docas” de trabalho, o autor discorre sobre a presença dos portuários na cidade, sobre as formas de contratação sincronizada para laborar no cais e como os contratantes reagiam a isso. Este tipo de enfoque demonstra o que viemos tratando sobre as mudanças de análise nas produções acadêmicas para além do foco nos estudos do sindicato e seus movimentos grevistas.

O segundo capítulo disserta sobre a jornada de trabalho dos doqueiros e as formas que eram remunerados pelos seus serviços. Em detalhes, explica a questão do salário produção e os embates, desde 1940, entre a companhia Docas e os trabalhadores por conta disso.

O terceiro capítulo, já na segunda etapa do trabalho, o autor se debruça sobre o período de 1937 a 1945. Aqui, Silva fala da relação entre o porto de Santos, seus trabalhadores e a Espanha franquista. Assim como trata da participação dos operários no processo de “redemocratização” analisando a participação dos portuários da greve dos 19 dias. Por fim, discute a “crença simbólica nos direitos”, ou seja, suas relações operárias com as ambiguidades da Justiça do Trabalho. Neste sentido, notamos que o autor avança de uma forma plena na perspectiva de uma História Social que abrange aspectos da cultura e cotidianidade destes trabalhadores.

O quarto capítulo é dedicado à análise dos anos 1945 a 1949 dando ênfase as relações políticas dos portuários com o PCB. Silva entra em detalhes

sobre como os comunistas compunham o movimento operário em Santos e o porquê da denominação “Porto Vermelho” estar presente neste período. O quinto capítulo aborda a “era das negociações” entre 1950 à 1959. Neste trecho do trabalho, Silva disserta sobre o trabalhismo no porto e sua relação com a ala comunista no sindicato e nos movimentos operários. É interessante ver as contradições internas entre o próprio operariado, mostrando as divergências existentes e, também, essas “rusgas” internas que fazem parte do dia a dia do fazer-se operário.

O sexto e último capítulo estuda os anos de 1960 a 1964 no qual denominou como “a era das greves”, ou seja, os trabalhadores em ação na luta por direitos. Um período no sindicato onde viu-se uma maior “politização” do movimento operário e sindical de orientação nacionalista-democrática. Neste sentido, nota-se aqui uma mudança da atuação dos trabalhadores em relação ao período anterior. Na medida em que analisa as greves e atuações do sindicato dos doqueiros de santos, Fernando Silva confronta os seus dados levantados com as conclusões de aspecto mais gerais encontrados numa parcela das produções acadêmicas sobre a “heteronômia” da classe operária no Brasil e do sindicalismo populista ao Estado. Logo, o autor discute e busca fazer uma releitura a respeito do período e do próprio enfoque que alguns trabalhos anteriores davam sobre a atuação dos trabalhadores nos sindicatos.

Antes de encerrar seu trabalho, no epílogo, Fernando Silva faz considerações acerca da experiência destes trabalhadores entre os anos de 1964 a 1968. Sobretudo no aspecto mais geral sobre a ação/reação dos operários frente ao golpe civil militar de 1964 e como as lideranças da esquerda e dos sindicatos reagiram. Silva problematiza a perspectiva de passividade total dos trabalhadores frente ao ocorrido. Neste caso, deixa claro que os portuários em Santos passaram a ser um ponto de partida da resistência, mesmo sofrendo imediata intervenção a partir de 1° de abril de 1964. Cabe aqui observar este destaque do autor que mostra, que mesmo com a intervenção militar, os trabalhadores buscaram formas de continuar sua luta por direitos e melhores condições de trabalho. Aliás, Silva, ao avançar brevemente neste recorte, serviu de influência para outros autores que, posteriormente, também avançaram nesta

discussão, como por exemplo, o Cais da Resistencia e o Porto dos Direitos, ambos de Edgar Gandra.

Segundo Fernando Teixeira da Silva, em repúdio a ruptura da ordem institucional, doqueiros e estivadores agiram de imediato com paralisações no porto e até confrontos abertos com as forças militares sob o comando direto de Erasmo Dias. No decorrer dos anos, passaram a aplicar ações de resistência, no sindicato e no dia a dia do labor. Dentre elas, a “operação tartaruga”, com diminuição proposital do ritmo de trabalho no embarque e desembarque de cargas no porto. A resistência ao governo militar não se restringiu apenas no chão do cais, mas também no campo jurídico. Diversas ações sindicais e trabalhistas visando recuperar os “privilégios perdidos”, bem como as pressões na arena política, antes do ato institucional n° 5 de 1968 que levou ao fechamento do congresso.

Fernando Silva trabalhou com diversas fontes que abrangem documentos, jornais e relatos de memória. Diferente de Ingrid Sarti (1973) e Gitahy (1983), Silva conseguiu acessar uma volumosa quantidade de documentos da extinta Companhia Docas de Santos. O contato com este acervo foi importante para aprofundar discussões sobre a dinâmica de trabalho no porto. Além disso, Silva contou com o acesso aos documentos do Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos. Com as atas das assembleias e fichas dos trabalhadores foi possível entender mais sobre o perfil dos trabalhadores e suas lutas sindicais.

Soma-se a esse conjunto de documentos aqueles que foram encontrados em diversos arquivos como, por exemplo: Associações dos Aposentados da Estiva e da Companhia Docas de Santos; o Arquivo do Estado de São Paulo; do Arquivo Edgar Leuenroth; da Biblioteca Nacional; do Arquivo Nacional e da Biblioteca Roberto Simonsen. Silva pode investigar também mais de 20 jornais de São Paulo e Rio de Janeiro e Anais, artigos de periódicos, fontes estatísticas, relatórios e revistas. Por fim, Silva relata sua experiência com o uso da história oral como fonte. Para o autor:

> [...] procurando pelos registros dos próprios trabalhadores passei para a fase da pesquisa oral. Gravei 51 fitas, totalizando 28 depoimentos. Determinadas circunstâncias impossibilitaram a gravação de 14 depoimentos, os quais foram anotados em um “caderno de campo”. Entrevistei trabalhadores de diversas categorias portuárias, além de administradores, chefes de serviços da CDS, um advogado do SOSPS, e militantes e dirigentes sindicais. Tive também a oportunidade e o prazer de “entrar” em agitadas assembleias da categoria na sede do sindicato e “ouvir” as vozes de inúmeros oradores registradas em centenas de atas. Só quem teve contato com este material pode reconhecer seu inestimável valor. (SILVA, 1991, p. 22)

Aqui, no trabalho de Fernando Teixeira da Silva vemos a descrição, um pouco mais específica em relação ao trabalhos anteriores, sobre como trabalhou-se com as fontes orais. Destacamos o fato do autor informar o uso de um caderno de campo como suporte material de registro das memórias que, por algum motivo, não foram possíveis serem gravada. Este é um recurso importante para pesquisadores que trabalham com a História Oral. O caderno de campo, usado por antropólogos em estudos etnográficos, aos poucos passa a compor o arcabouço de ferramentas de pesquisas de sociólogos e historiadores nas análises. Para além disso, como afirma Pedro Demo (2012) sobre o uso do caderno/diário de campo em pesquisas, principalmente nos registros orais:

> [...]. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixe de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (DEMO, 2012, p. 33)

Este recurso, ao nosso ver, passa a compor o rol de instrumentos metodológicos utilizados para realizar a sua pesquisa pautada numa densa análise qualitativa e quantitativa sobre as fontes. Sobre o aspecto teórico, Silva utiliza os fundamentos dos estudos de E. P. Thompson sobre os trabalhadores, sua cultura e experiências de solidariedade na luta por direitos. Portanto, mais uma vez, como em algumas obras anteriormente apresentadas, vemos a presença e a influência da perspectiva teórica de marxistas ingleses sobre pesquisas da classe operária brasileira. Em especial a portuária ainda no início da década de 1990.

Como próxima produção acadêmica a ser analisada temos a pesquisa de Maria Luiza Ugarte Pinheiro sobre os estivadores no Porto de Manaus entre 1889 a 1925. A autora apresenta uma organização do conteúdo que divide o trabalho em três capítulos e eixos de discussão. O primeiro apresenta um interpretação da cidade como extensão do porto, ou seja, trata a história dos estivadores como dimensão constitutiva da história da cidade. Dessa forma, apresenta os aspectos identitários presentes entre aqueles que dividem o espaço portuário e a cidade em si. Para além do ambiente de trabalho, a autora circunda diferentes espaços de sociabilidade e práticas de lazer dos trabalhadores. Reforçamos novamente, que autora comunga com as tendências em voga na historiografia neste período.

O segundo capítulo corresponde especificamente aos “rostos da estiva”. Aqui, Pinheiro apresenta o perfil destes trabalhadores, as formas de contratação e os jogos de poder que se estabelecem entre os senhores do porto, capatazes, fiéis e apontadores. Ainda neste cenário, Maria Pinheiro consegue capturar as diferentes formas de sociabilidade e solidariedade entre os estivadores e outros trabalhadores do porto como; marinheiros, taifeiros, foguistas, catraieiros e carroceiros.

No terceiro capítulo, a autora disserta sobre os movimentos associativos dos estivadores de modo a percorrer os movimentos grevistas, as relações e práticas políticas, bem como as tensões entre as lideranças e as bases dos movimentos. Para além disso, Pinheiro confronta certos viés da História do Trabalho em que consideram os trabalhadores portuários como reformistas e amarelos. Neste aspecto, optou-se em problematizar os sentidos históricos do reformismo, da negociação, da autonomia e cooptação, que também são temas recorrentes no período sobre as análises referentes ao mundo do trabalho.

Um dos seus objetivos, dentre outros, ao estudar uma categoria específica de trabalhadores ligados ao porto era justamente de confrontar uma parcela da historiografia que apresentou visões genéricas sobre os trabalhadores manauaras. Para Pinheiro, o protagonismo dos estivadores, os distinguem dos das demais classes sobretudo por suas necessidades específicas diante da relação trabalho-porto-cidade. Aja vista que esta categoria teve um papel importante naquele momento formativo da cidade. Perspectiva

que é também abordada por outros autores que trabalham sobre o porto e sua tessitura social das cidades.

A escolha do recorte temporal se deu a partir de duas datas pontuais (1899 e 1925). A primeira por marcar o ingresso dos estivadores no palco político a partir de um movimento grevista que impactou a cidade por quase um mês, segundo a autora. Por sua vez, 1925 representa o último ato grevista da estiva ocorrido neste contexto da economia extrativista de Manaus. Portanto, o desafio da autora foi justamente analisar três fases importantes da história econômica de Manaus. A primeira que cerca os anos de 1890 onde houve a "arrancada" extrativista da borracha. A segunda fase já em seu apogeu entre os anos de 1910-11 e a terceira fase já com sua queda econômica entre os anos 1920.

Sob a influência dos estudos de E. P. Thompson e Eric Hobsbaswm, Pinheiro buscou se distanciar da perspectiva historiográfica que vê os trabalhadores sob a "ótica exclusiva de seus movimentos políticos, sem atribuir-lhes outras considerações, como próprio estudo da categoria". Para além de um estudo somente das greves a autora buscou:

> [...] traçar um duplo campo de ação: de um lado, mantivemos a intenção de obter uma melhor compreensão para a forte incidência dos movimentos paredistas realizados pelos estivadores manauaras naquele momento, inquerindo seu passado, perscrutando dilemas e as expectativas que haviam levado a adotar um posicionamento político extremado, como era o caso da greve. De outro lado, materializou-se a opção de flagrar estes trabalhadores em suas múltiplas dimensões de sujeitos sociais, imersos em um mundo carregado de tensões que os impeliam a ação. (PINHEIRO, 1999, p. 22)

A premissa de que estes agentes históricos foram ativos no processo por eles vividos, advém da perspectiva da história "vista de baixo" apresentada por Edward P. Thompson sobre o conceito de classe no qual a compreende como estando presente ao seu próprio *fazer-se*[48]. Sobre esta noção do *fazer-se* dos trabalhadores, Pinheiro faz a leitura de uma proximidade cotidiana com o *fazer-se* da própria cidade. Além do conceito de classe, Maria Pinheiro valoriza o

[48] Para E. P. Thompson, "a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição". THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. Vol. 1, p. 9-12.

conceito de *cultura*, a luz da nova história social, enfatizado por autores como Raymond Willians[49] e Marilena Chauí[50]. Neste sentido, compreendido pelas "formas diversas e complexas de como homens e mulheres exprimiam suas experiências do viver em sociedade, suas maneiras de pensar, amar, agir, falar e consentir; mas também de transgredir, resistir e lutar." (PINHEIRO, 1999, p. 24-25)

Pinheiro relata que encontrou relativa dificuldade no levantamento de fontes que tratavam dos estivadores manauaras. Lastima o fato de não ter conseguido acessar os estatutos de associações sindicais, em especial da estiva a época de estudo. Pois, constatou a total inexistência de registros anteriores a 1930. Durante seu levantamento dos jornais operários que foram veiculados em Manaus ao longo do período estudado, teve poucas informações sobre estivadores. Por outo lado, a autora conseguiu se debruçar sobre outros Jornais que contribuíram para o andamento da pesquisa, dentre eles as páginas do *Jornal do Comércio* (principal periódico de circulação de Manaus). Logo, ao todo, foram analisados cerca de 28 jornais que circulavam durante o recorte temporal analisado na pesquisa.

Ainda sobre as fontes, Pinheiro trabalhou com 27 materiais que abrangem relatos de viajantes, sanitaristas e memorialistas, bem como de um montante de documentos oficiais compostos por coleções de leis, decretos, regulamentos censos e anuários estatísticos.

Além disso, os arquivos de pesquisa que visitou para levantar essas fontes foram os mais diversos. Dentre eles: Biblioteca Particular Geraldo Pinheiro; Museu Amazônico da Universidade do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; Arquivo Público do Estado do Amazonas e Biblioteca Pública do Estado do Amazonas. Museu do Porto; Hemeroteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Museu Amazônico; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

É digno de nota a capacidade resiliente na prospecção das fontes. Pois, mesmo com dificuldades de conseguir fontes específicas sobre os estivadores, a

[49] Williams, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar.1979.
[50] Chauí, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense. 1993.

autora trabalhou para identificar outros resquícios do passado que contribuíssem para a consolidação da sua pesquisa, dentre eles, um vasto volume de jornais.

Prosseguindo com a análise das obras da década de 1990, discutiremos novamente a tese de Cecília Velasco e Cruz, “Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro na Primeira República”, de 1998. Como fizemos com as demais obras, iniciaremos por observar a organização do conteúdo nos capítulos. O trabalho foi dividido em sete capítulos no qual a própria autora resume bem suas ideias centrais:

> [...] no Capítulo I, faz-se uma revisão crítica da literatura existente sobre o movimento operário brasileiro na Primeira República, com uma atenção maior aos textos relativos ao Rio de Janeiro, e se apresenta, por contraste, um outro enfoque teórico. Em seguida, no Capítulo II, desenvolve-se uma análise abstrata e geral sobre portos e relações de produção, discutindo-se também o sistema de contratação da mão-de-obra e o processo de trabalho estivador. Com base nestas análises é proposto um argumento explicativo da generalidade das tentativas operárias de controlar o mercado de trabalho nos portos. No Capítulo seguinte, relembra-se brevemente o clima eufórico que tomou conta do Rio de Janeiro com a modernização portuária pretendida no início do século, e retiram-se daí as questões que orientaram os capítulos posteriores. No Capítulo IV é feita uma análise histórica da constituição e do funcionamento do sistema portuário carioca no século XIX, essencial para a compreensão da ação empresarial durante o período de construção do cais (Capítulo V) e da estrutura do mercado de trabalho subjacente à formação da classe operária no porto (Capítulo VI). Por fim, no Capítulo VII analisa-se o surgimento da União dos Operários Estivadores e da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, e compreende-se, com base no conteúdo dos capítulos anteriores, a conquista do controle do mercado, do processo de trabalho e da gestão da mão-de-obra pelos sindicatos, na forma da closed shop, no porto do Rio de Janeiro da Primeira República. (CRUZ, 1998, p.13)

Como podemos observar, a obra é organizada em sete capítulos, que incluem uma revisão crítica da literatura existente, análises sobre portos e relações de produção, uma análise histórica do sistema portuário carioca no século XIX, entre outros temas. O objetivo central da autora, no nosso entendimento, é compreender a trajetória desta categoria operária e suas conquistas do controle do mercado de trabalho e da gestão da mão-de-obra pelos sindicatos no porto do Rio de Janeiro da Primeira República. Assim como nas obras anteriores apresentadas até aqui, Cruz segue a lógica cronológica dos acontecimentos, identificados a partir das fontes e da bibliografia existente, para estruturar o seu trabalho e tentar alcançar sua proposta de pesquisa.

No que corresponde as fontes utilizadas nesta pesquisa a autora contou com um mosaico de materiais diversos. Conseguiu acessar os arquivos de duas entidades sindicais portuárias como: a do Sindicato dos Portuários Avulsos e Arrumadores no Comércio do Estado do Rio; e o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios do Rio de Janeiro. O contato com essas fontes permitiu a autora captar as especificidades desses trabalhadores a luz da sua entidade de classe. Novamente reforçamos a perspectiva de quanto a acesso a fontes diversas e a ampliação que a literatura teórica histórica então vigente na década de 1990 proporcionou para qualificação e abordagens mais complexas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários brasileiros. Outro conjunto de acervos que Cruz teve acesso foi os do Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Nesses espaços, encontrou diversos relatórios comerciais marítimos, documentações de obras no Porto, Mapas e plantas portuárias, livros de registros da Casa de Detenção. Com esses materiais foi possível cruzar dados e compreender mais sobre o contexto da produção portuária no Rio ao longo do tempo.

Soma-se a isso, o fato que a autora visitou diversas bibliotecas ao longo do seu estudo. Na Biblioteca Nacional, Cruz teve acesso a seção de periódicos e utilizou seis revistas que abrangem o período de 1900 a 1918, bem como, dez Jornais diferentes com edições entre 1875 a 1928. Além destes documentos, pode contar com a seção de leitura de mais 6 documentos oficiais relacionados a câmara dos deputados e ao jornal do Comércio. Durante a sua pesquisa visitou também a Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro; a Biblioteca do Centro de Navegação Transatlântica do Rio de Janeiro; a Biblioteca do Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; a University College Library e a London School of Economics Library; Por fim, utilizou mais onze relatos de viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro e relataram suas visões sobre a perspectiva portuária no período analisado pela autora.

Como fontes orais, a autora contou com o acesso a sete entrevistas realizadas por ela entre os anos de 1979 a 1989 com dois trabalhadores da estiva, três carregadores, um profissional liberal e um comissário de Café. Sua abordagem metodológica no manuseio destas fontes orais foi de caráter mais

sociológico aliado ao trabalho histórico documental. No arquivo da tese que tivemos acesso, não identificamos ao final do seu texto, as fichas modelos com as perguntas da entrevista. Para ser mais específico, das onze obras analisadas até aqui neste aspecto estrutural, apenas o de Di Paolo (1981) apresentou, nos anexos, o seu modelo de utilizado de entrevista com as perguntas.

Geralmente, nos trabalhos analisados até o momento, há um espaço reservado para a discussão teórica e metodológica, seja na introdução ou no primeiro capítulo, por exemplo. No entanto, o trabalho de Cruz se diferencia dos demais por construir sua discussão teórica, bem como, críticas à historiografia do trabalho de forma imersa e interconectada ao longo do texto. Outro aspecto importante a ser mencionado, assim como nas demais obras até aqui analisadas, percebe-se a afinidade teórica marxista de Cruz ao tratar sobre a temática do trabalho portuário pela ótica da história política. Retomaremos este ponto, na continuidade deste trabalho.

O último trabalho que vamos analisar a organização de produção que está dentro do bloco dos anos 1990 é a dissertação do historiador Edgar Avila Gandra "O cais da resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores portuários de Rio Grande-RS nos anos de 1959 a 1969".

O autor organiza a sua obra em sete etapas sendo a introdução, três capítulos, considerações finais, anexos e referências bibliográficas. Para dar conta de alcançar o objetivo proposto, Gandra divide a análise histórica em três fases. A primeira discorrendo sobre o trabalhador portuário na fase antes da formação do sindicato levando em consideração as condições de vida e trabalho. A segunda abarcando o processo de formação do sindicato dos portuários de Rio Grande destacando o contexto de luta e conquistas de direitos. Por fim, a terceira fase que trata de rupturas, ou seja, do golpe de 1964 e suas consequências direitas e indiretas para a categoria.

Ao analisar o passado dos portuários riograndinos, o autor fez uma escolha analítica que, embora importante, deixou de explorar de forma mais aprofundada alguns aspectos que também são relevantes para a história da categoria. Por exemplo, o cotidiano do trabalho e a elaboração de uma cultura portuária entre esses agentes históricos, bem como a relação da cidade com o

porto e seus trabalhadores, dado que Rio Grande-RS tem uma história fortemente ligada à atividade portuária. Além disso, seria interessante discutir a relação com a movimentação trabalhista na cidade. O autor reconhece essas lacunas e deixa claro que existem diversos campos profícuos de pesquisa sobre essa temática, indicando que futuros estudos serão bem-vindos. Neste sentido, cabe destacar que o autor não conseguiu fazer uma transição analítica da mesma forma entre o período pré- golpe de 1964 para os “anos de chumbo” da ditadura no Brasil.

A observação que fazemos sobre o que foi discutido ou deixado de discutir nesta produção acadêmica é fruto de uma análise realizada vinte e cinco anos após a sua publicação. É importante destacar que não é obrigação dos autores esgotar todas as informações e levantamentos sobre o passado em seus estudos, uma vez que cada obra é resultado de um momento específico de suas indagações e contexto de produção. No entanto, é interessante notar que os autores apontam, seja no início ou no final de suas obras, que há possibilidades de aprofundamento nas questões apresentadas. Nesse sentido, a temática da história portuária ainda carece de estudos em suas diferentes perspectivas históricas.

No que tange a sua abordagem teórica-metodológica, Gandra utilizou-se de quatro conceitos chaves na sua pesquisa. O primeiro é o de resistência pelo qual embasou-se nos pensamentos de Marilena Chauí[51] a cerca desta perspectiva teórica. O segundo conceito é o classe no qual segue o movimento dos historiadores a sua época e utiliza da concepção de classe a luz das formulações de E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. O terceiro conceito norteador do trabalho foi o de militância, em diálogo com a noção de classe e também na expressão de Thompson e Hobsbawm. Por fim, Gandra utiliza o conceito de cotidiano adotado por Benito Bisso Schimdt[52] em sua dissertação de Mestrado pela UFRGS.

[51] CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
[52] SCHIMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre gênero bibliográfico**: a trajetória do militante socialista Abtônio Guedes Rodrigues Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana 1868-1945. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS.

Tanto a história oral quanto as perspectivas conceituais mais corrente da história social vinculadas a uma historiografia já então consolidada no país e nos seus Programas de Pós-Graduação que estavam, na época, em expansão. A exemplo disso, a própria articulação destes conceitos, como bem destaca o autor, faz o seu trabalho se inserir entre aqueles que estão focados na construção de uma história vista de baixo, ou seja, demonstrando que "as pessoas comuns são partícipes dos eventos históricos, embora ainda não tenham sido devidamente tratadas pela história" (GANDRA, 1999, p.20).

Em consonância com a teoria, Gandra define a História Oral como seu principal método de análise. Sobretudo a partir de entrevistas temáticas de final abertos como orienta José Carlos Bom Meihy em sua obra "Manual de História Oral" (1996). Na primeira parte da sua pesquisa o autor reserva um espaço para discutir o uso da história oral como fonte e método de pesquisa, afinal, foram seis entrevistas realizadas sendo cinco com militantes portuários e uma viúva de um trabalhador das docas.

Cabe ressaltar que esse esforço de Gandra em defesa da História Oral não é algo isolado de um trabalho e foi uma necessidade na época do mesmo, visto que o autor não conseguiu obter acesso na íntegra aos documentos do sindicato. Pois faz parte de um debate crescente na academia que permeou a década de 1990 sobre o papel da memória como fonte de pesquisa. Além disso, este foi um período importante para o campo da História Oral enquanto campo teórico e metodológico no que se refere a ampliação de pesquisas relacionadas a área.

Nesta pesquisa, o autor teve o cuidado de inter-relacionar as memórias dos depoentes com as diversas fontes documentais e jornalísticas em que teve acesso. Os arquivos pesquisados foram, dentre eles: o Arquivo da DRT, o do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Porto Alegre, o Centro de Documentação História do DBH/FURG, o Arquivo Histórico da UFRGS, a Biblioteca Rio-grandense, o Arquivo Público de Porto Alegre, a Biblioteca da UNISINOS, o Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande, o arquivo da Superientência do Porto de Rio Grandes e a Biblioteca do DEPREC.

Por fim, o seu recorte temporal escolhido os anos de 1959 a 1969. Período este que perpassa duas conjunturas históricas, políticas e sociais distintas. Destarte, o autor buscou dar ênfase no impacto do golpe civil militar de 1964 no modo de vida dos obreiros portuários riograndinos. Pois passado o período da efervescência do populismo e lutas sindicais, o advento do movimento militar golpista da década de 1960, trouxe uma relativa desmobilização da categoria na urbe riograndina que fica perceptível ao longo do texto estudado do autor. Neste sentido, parece que o autor acompanha um "certo pessimismo" que seus entrevistados vivenciaram. Cabe aqui ressaltar como a fonte pode influenciar a forma narrativa na medida em que, mesmo que não assumido, o autor acaba por comungando com algumas perspectivas dos entrevistados.

Tabela 15 – quadro de fontes na década de 1990

Fontes	**Autores**			
	Fernando Silva (1991)	**Maria Pinheiro (1996)**	**Maria Cruz (1998)**	**Edgar Gandra (1999)**
Depoimentos Orais	x	---	x	x
Processos Judiciais	x	---	---	---
Dados Estatísticos e Censitários	x	x	x	x
Documentos do Sindicato	x	---	x	x
Periódico (Jornais/revistas)	x	x	X	x
Livros de Memória	---	x	---	---
Legislação	x	x	x	x
Documentos Internacionais e Informações Diplomáticas	---	---	x	---
Correspondências	x	---	---	---
Obras Literárias	x		---	
Documentos dos Portos	x	---	---	x
Fotografias	---	x	x	x
Relatos de Viajantes	---	x	x	---

Filmografia	---------	---------	----------	x

Fonte: Dados computados pelo autor

Consideramos relevante também observar pela perspectiva da porcentagem a relação das fontes que era utilizadas neste período. Vejamos na tabela abaixo:

Tabela 16- Quadro de fontes na década de 1990 em porcentagem

Fontes	**Porcentagem**
Depoimentos Orais	Presente em 75% das obras.
Processos Judiciais	Presente em 25% das obras.
Dados Estatísticos e Censitários	Presente em 100% das obras.
Documentos do Sindicato	Presente em 75% das obras.
Jornais	Presente em 100% das obras.
Livros de Memória	Presente em 25% das obras.
Legislação	Presente em 100% das obras.
Documentos Internacionais e Informações Diplomáticas	Presente em 25% das obras.
Correspondências	Presente em 25% das obras.
Obras Literárias	Presente em 25% das obras.
Documentos dos Portos	Presente em 50% das obras.
Fotografias	Presente em 75% das obras.
Relatos de Viajantes	Presente em 50% das obras.
Filmografia	Presente em 25% das obras.

Fonte: Dados computados pelo autor

Ao analisar as porcentagens de presença das diferentes fontes na pesquisa histórica da década de 1990. Fontes como Dados Estatísticos e Censitários, Jornais e Legislação estão presentes em muitas das obras analisadas, o que indica sua importância para os pesquisadores a partir da ampla utilização como referência a temática e o suporte conceitual para a pesquisa histórica.

Por outro lado, fontes como Livros de Memória, Documentos Internacionais e Informações Diplomáticas, Correspondências, Obras Literárias, Documentos dos Portos, Relatos de Viajantes e Filmografia têm uma presença menor nas obras. Isso sugere que essas fontes podem ser menos disponibilizadas e/ou menos exploradas pelo pesquisador, talvez devido à natureza específica dos temas desenvolvidos, o recorte temporal da pesquisa ou à disponibilidade limitada dessas fontes.

É interessante notar que Depoimentos Orais e Fotografias têm uma presença significativa, estando nas obras. Isso indica o reconhecimento dos investigadores sobre o valor do testemunho direto e das representações visuais como fontes importantes para a pesquisa histórica, bem como, aponta uma tendência da historiografia no momento da produção sobre a história do tempo presente.

A análise qualitativa da tabela nos permite perceber a diversidade de fontes utilizadas pelos pesquisadores na década de 1990. Essa variedade de fontes contribui para uma compreensão mais abrangente e rica do período registrado, permitindo que diferentes aspectos sejam explorados e analisados a partir de diversas perspectivas. Soma-se a isso, evidentemente, a perspectiva dos aportes teóricos que estavam em um processo de ampliação na década de 1980. Tal fato que passou a englobar novas temáticas, objetos e recortes temporais, para além da historiografia marxista inglesa e incorporando a historiografia francesa. Neste contexto, conforme dados colhidos com alguns dos autores, já havia um incipiente debate sobre uma certa “colonização” conceitual europeia. Este, era respondido pela relativa ausência de trabalhos conceituais de folego à época.

2.3- Produções acadêmicas da década de 2000 a 2010: organização da obra, teoria, metodologia e fontes

Passamos agora para as análises das obras publicadas entre os anos de 2000 a 2010 observando os mesmo critérios anteriormente utilizados sobre seguir uma ordem dos recortes temporais.

Como já vimos, no ano 2000, Fernando Teixeira da Silva publica a sua tese de doutorado “Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou Brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). Das obras que analisamos aqui, esta é a mais longa em relação ao número de páginas.

Cabe aqui mencionar que existe uma diferença entre duas versões que autor publicou. A versão original de sua tese publicada em março de 2000 apresentou 494 páginas divididas em dois tomos com um total de 9 capítulos mais um epílogo. Já a versão da tese publicada através da editora Unicamp em 2003, possui 475 páginas, com 10 capítulos mais considerações finais. Ao ler esta última etapa do livro que não constava na versão original da tese, identificamos que o autor, além de fazer uma síntese das discussões dos capítulos, o autor adequou trechos do epílogo nas considerações finais, tomando o cuidado de não modificar o sentido de sua tese.

Feita essas considerações iniciais sobre a organização da obra, passamos a analisar a organização dos capítulos expostos na versão publicada em 2003. Nas introdução o autor apresenta o seu objeto de pesquisa explicando suas motivações para a delimitação do recorte temporal, a importância das duas categorias que analisa (portuários e trabalhadores da construção civil). Aqui, conseguimos compreender o encontro da cultura do trabalho com o movimento operário como sendo o eixo norte da pesquisa. Por fim, é nesta etapa do trabalho que o autor também evidencia seu aporte teórico e abordagem metodológica. A primeira parte da tese (os cinco primeiros capítulos) é reservada para estudar o ambiente social e cultural do trabalho em Santos no período entre as duas grandes guerras mundiais. Nos capítulos um e dois entra em cena os trabalhadores da construção civil no qual o autor destaca que possuíam um papel significativo no movimento operário santista ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Teixeira da Silva identificou que os “artistas”, grupo de trabalhadores do setor de edificações, eram uma categoria ainda pouco analisada pela historiografia. Possuíam características que se sobressaiam a sua época em relação as demais, sobretudo por conseguirem reunir a qualificação profissional e organização coletiva. Coube, portanto, investigar o papel desses trabalhadores em uma urbe portuária e suas relações com a causa operária em Santos.

Paralelo a isso, Fernando Teixeira da Silva analisa a geografia socioeconômica de Santos em consonância com organização e o progresso do setor empresarial durante esse período histórico. É neste cenário que o autor identifica os motivos pelos quais os trabalhadores da construção civil passam a obter uma centralidade no interior da classe operária. Principalmente pela recorrente luta por direitos para estabelecer a closed shop (controle do mercado de trabalho pelos trabalhadores sindicalizados). Além da ótica local, Silva estuda o impacto que a conjuntura da Primeira Guerra Mundial trouxe ao porto, em especial sobre as redefinições nas relações de trabalho. O autor evidenciou diversos aspectos da cultura local dos trabalhadores, por outro lado, não aprofundou a discussão da relação desta cultura local numa perspectiva global, tendo em vista que são categorias que possuem contato direto e constante, através do seu trabalho nos navios, com vários outros portos de outros países.

Como bem ressalta Teixeira, se para os “artistas” das construções “estavam para o sindicalismo de ação direita em parte da Primeira República, os estivadores estavam para o comunismo entre o final da 2° Guerra e 1964.” (SILVA, 2000, p.30-31). Neste sentido, ao longo dos capítulos 3 e 4, o autor se concentrou no estudo das origens da atuação dos trabalhadores da estiva no campo do trabalho e do espaço público. Diferente dos trabalhadores da construção civil, os estivadores só conseguiram se organizar de forma estratégica para lutar por seus direitos a partir do últimos anos da década de 1910 e, como consequência disso, obtiveram o closed shop a partir dos anos 1920 em diante.

Um dos diferenciais de sua pesquisa a época, ao nosso ver, foi o de realizar um estudo comparativo da temática portuária que abarcasse não só as relações de trabalho no Brasil, mas também em outros portos, com estivadores nas Américas e na Europa. Ao fazer isso, o autor consegue contrapor certos estereótipos do comportamento político dos trabalhadores na estiva que, como veremos no próximo capítulo desta tese, as produções acadêmicas anteriores a 1970 enxergavam esses operários. Apesar do autor reconhecer esses fatores internacionais, o mesmo não direcionou uma discussão mais específica sobre a influência destas perspectivas na cultura operária portuária brasileira.

Os ganhos da ótica de estudos comparativos sobre a cultura operária portuária permite que os autor descontrua generalizações sobre a existência de uma homogeneidade cultural e profissional daqueles que trabalham no porto. Logo, questionando a ideia geral de uma historiografia produzida na década de 1960. Portanto, seria um erro condicionar a compreensão dos trabalhadores portuários no Brasil a partir de modelos analíticos externos como também querer explicar aspectos da dinâmica do trabalho e da cultura operária portuária a luz de um porto só. Por exemplo, usar as características peculiares do Porto de Santos para condicionar uma análise sobre os trabalhadores portuários no extremo sul do país ou em Manaus. Embora haja um contexto histórico maior, existem particularidades regionais, experiências locais e fatos que correspondem apenas a uma localidade. Para além disso, a própria da identidade ou sentimento de pertença dessas categorias que poderia ser um objeto de atenção mais explorado.

A História é dinâmica, por óbvio. Assim como as relações de trabalho podem mudar a nossa vida e vice versa. Eis ai os ganhos que uma pesquisa histórica pode apresentar, pois uma análise das peculiaridades cotidianas do estivador ou portuário evidenciam o quão forte é a experiência e a influência dos valores de trabalho dessas categorias. Por fim, no capítulo 4, o autor disserta sobre o impacto da “closed shop”, finalmente institucionalizada pela constituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nas relações com a companhia Docas.

A segunda parte da tese foi intitulada “O Movimento Operário da Barcelona à Moscou Brasileira”, o autor disserta sobre o processo histórico do declínio da modalidade de sindicalismo de ação direita até as origens do apelido Barcelona Brasileira.

Nos capítulos 5 e 6, através de uma investigação minuciosa em fontes diversas, o autor nos convida a refletir sobre como as rivalidades existentes entre grupos políticos no próprio movimento sindical entre as greves de 1917 a 1920. Foram sequências de fatos que paulatinamente repercutiram na decadência do sindicalismo reformista, realizado através de agitações sindicais dentro dos limites da lei. Cabe levar-se em consideração que neste período, o próprio país estava em processo de transformação na sua organização social.

Os capítulos 7 e 8, são dedicados a compreender como casos de polícia se tornaram questão jurídica (SILVA, 2000. p.281). Ao estudar o direito da força e a força do direito, Silva descortina os caminhos que geraram o corporativismo sindical da estiva santista em um contexto de arbitrariedade atrás dos autos criminais presentes do Estado e Justiça.

Por fim, os capítulo 9 e 10 são direcionados ao cenário do processo de incorporação corporativista dos trabalhadores organizados no período Vargas. Ao reconstruir a história do comunismo no Brasil entre os anos 1920-1930, Silva questiona a perspectiva historiográfica de que os comunistas teriam “alinhado o terreno” da mobilização operária de modo a servir de “base” para o corporativismo estatal no Governo Vargas. Percebemos que sua chave de leitura para este período e suas transformações corresponde, com mais ênfase, a uma perspectiva política e partidária ideológica dos trabalhadores como motor propulsor das mudanças. Sobretudo, nas ações sindicais dos mesmos atores históricos.

Conforme expresso pelo autor, a simples eliminação dos patrões não seria suficiente, uma vez que o próprio sindicato tinha ampla margem de manobra na definição dos trabalhadores, sua carga horária e condições de trabalho (SILVA, 2000, p. 405). A luta para erradicar os "operários-patrões" estava intrinsecamente ligada a disputas internas mais abrangentes no sindicato, envolvendo questões de corrupção e favorecimento na distribuição de trabalhadores aos grupos existentes dentro da organização. Essas disputas revelam-se nos bastidores das ações sindicais, onde diversos interesses se entrelaçam no jogo, como bem descortina Silva ao longo deste últimos capítulos.

A última etapa desta obra foi reservada a considerações finais. Nela, o autor fez uma discussão sobre a perspectiva presente em parte da historiografia que os trabalhadores estariam imersos na “teoria do cupulismo”. Um espécie de politização ativa da classe trabalhadora. O que Teixeira faz é se opor a essa perspectiva, problematizando essas questões colocando-se entre aquelas produções acadêmicas que, pós 1980, reavaliam sistematicamente essa questão das relações entre lideranças e “trabalhadores de base”. Por fim, além deste tema, Silva faz considerações sobre a relação dos dados levantados na

sua pesquisa com a história dos trabalhadores de Santos de forma mais ampla a luz da construção de uma cultura de classe operária.

Soma-se a isso, no que corresponde aos aspectos teóricos e conceitos chaves escolhidos, o autor se posiciona no campo da História Social do Trabalho em consonância as perspectivas teóricas de E. P. Thompson para compreender a atuação dos trabalhadores e sua relação com o patronato e Estado. Teixeira da Silva trabalha na reconstrução da cultura de trabalho buscando desvelar essa faceta do movimento operário que se propôs a estudar. Para isso, foi "preciso investigar as experiências dos trabalhadores e como estes as nomeavam em suas relações cotidianas". (SILVA, 2003.p. 26). Através dessa abordagem, Silva compreende o quanto o conjunto de valores compartilhados entre os trabalhadores em um determinado contexto de mudanças propiciou entendimento do por que a sua percepção desse conjunto de trabalhadores poder ser nomeado como "operários sem patrões". Ao estudar a relação entre os trabalhadores e os empregadores, tanto na construção civil quanto na estiva, revela-se aspectos particulares dos estivadores que os proporcionam, a partir do espaço que ocupam, um significativo poder de barganha social/política. Efeito este que contribuiu também para consolidar o "closed shop" dessas categorias, em especial da estiva que tinha uma durabilidade maior expressa em lei.

Há também um aspecto que se destaca, em comparação as demais obras até aqui analisadas, o fato correspondente a escala analítica utilizada. Na introdução o autor faz uma discussão sobre a abordagem macro e microscópica da História apontando os seus prós e contras. Sua escolha foi pela redução da escala da análise no seu objeto de pesquisa, recorte espacial e temporal. Ao adotar uma perspectiva da micro história aliada a "história vista de baixo" em seu trabalho, Teixeira coloca sua obra entre aquelas produções características da "nova historiografia" sobre o trabalho e os trabalhadores, como bem sublinha Michael Hall no prefácio do livro de Teixeira. Os "ganhos" e "perdas" teórico-metodológicos dentro do campo da história social do trabalho no Brasil sobre as variações de escalas analíticas era um assunto em voga pela historiografia no final da década de 1990 e na década de 2000.

O debate entre síntese e especificidades históricas, temas "centrais e periféricos" também é um dos assuntos que Daniel James traz à tona em seus

estudos sobre os trabalhadores no Brasil e que Teixeira discorda. Pois, conforme o autor, no Brasil "ainda permanecem em sua pauta de investigação os itens[53] que, há cerca de quatro décadas, vem preenchendo a agenda da historiografia" (SILVA, 2003, p. 22).

Sobre os aspectos metodológicos adotados nesta obra, o autor não deixa em seu texto de forma expressa quais foram os passos seguidos. Destarte, o seu rigor da análise documental em diálogo constante com fontes oficiais, orais e referências bibliográficas, nos remete a compreensão de que o autor utilizou-se de uma análise de conteúdo quantitativa e qualitativa que fica evidente quando observamos seu texto numa perspectiva mais densa, bem como, da proposta da Micro História e da História comparada como recursos metodológicos.

Ainda no que diz respeito aos métodos empregados na obra, embora Fernando Silva tenha em seu arcabouço de fontes, utilizado entrevistas orais, o autor não realizou uma discussão sobre o uso da história oral e da memória em seus aspectos teóricos e metodológicos. Diferente dos pesquisadores Edgar Gandra (1995 e 2004) e Carlos Alberto de Oliveira (2000), por exemplo, relativamente contemporâneos do seu contexto de produção acadêmica, no qual problematizaram estes tópicos em suas pesquisas.

Cabe aqui também dizer que Gandra e Oliveira apresentam de forma expressa em suas obras as inspirações teóricas de Carlo Ginzburg com seu "paradigma indiciário"[54]. O historiador italiano Ginzburg é um dos percussores da micro-história entre os anos finais de 1970 e início de 1980 que apresentou essa

[53] Para ser mais especifico, conforme Teixeira da Silva, são: "Formação da classe, lutas nos locais de trabalho, movimento operário, sindicatos e correspondentes orientações ideológicas, ações coletivas, relações com o Estado, ideologia estatal e empresarial, formas de organização da produção e gestão da força de trabalho não tem sido temas marginais na recente literatura da história do trabalho" (SILVA, 2003, P. 22)

[54] Paradigma Indiciário é um modelo que "desenvolve uma preocupação com o detalhe que pretende remeter as propriedades de fenômenos fortemente individualizados às características gerais dos conjuntos nos quais eles se inscrevem" (BENSA, 1998, p. 43). Vale salientar que, conforme esclarece Bensa, o "paradigma indiciário" de Ginzburg foi inspirado no "método indiciário" de Giovani Morelli, um historiador da arte que, ao analisar de forma especial as peculiaridades de algumas pinturas – originais e cópias – que não apresentavam a assinatura de seus artistas, conseguiu identificar os autores das obras não assinadas. Para mais informações sobre essa discussão ver: BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

ótica analítica da história em contraponto as visões mais amplas que a História Social[55] tinha neste período. Embora não tenham feito especificamente uma pesquisa caracterizadamente de micro-história, esses autores utilizaram de pressupostos desta para enriquecer as suas discussões. Todavia, não há problematizaram como o fez Fernando Teixeira da Silva, em sua tese.

Se para Silva essa discussão já estivera superada e por isso não foi apresentada, não deixou claro em seu texto. Destarte, o fato é que o autor fez questão de justificar e discutir os motivos pelos quais usou uma variação de escala analítica em detrimento de uma discussão teórica do uso da memória, por exemplo. Sua preocupação estava mais direcionada a isso, talvez, pelos debates emergentes que haviam sobre a micro história no campo acadêmico neste cenário de produção das décadas de 1990 e 2000.

É importante relembrar que cada pesquisa tem seus próprios objetivos aproximados e específicos, e a escolha de adotar determinadas reflexões teóricas e metodológicas é uma decisão do autor, fruto em partes, guardada as proporções, de sua trajetória como pesquisador. A inclusão ou exclusão dessas discussões não invalida o valor de nenhuma das pesquisas, mas é sempre relevante refletir sobre as abordagens utilizadas e como elas funcionaram para o campo acadêmico em questão.

Uma questão importante é o peso que o mesmo dá aos grupos políticos que vão alternando com influência na gestão do sindicato. Aspecto que identificamos no seu texto, mas não aprofundou os motivos dessa escolha de enfoque.

Sobre as fontes e arquivos acessados pelo autor, por conta de ser abrangente e volumosa, apresentaremos aqui de forma geral[56]. Portanto, consistiu no acesso as Atas das assembleias gerais do Sindicato dos Estivadores de Santos (1939-1945); Correspondências encontradas no Arquivo

[55] Não será discutida, neste texto, a importância da antropologia anglo-saxã e das reflexões de Fredrik Barth. Sobre esse assunto o leitor poderá encontrar subsídios na obra organizada por Jacques Revel (1998) e Henrique Espada Lima (2006).
[56] Para lista completa das fontes e Arquivos ver: SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões:** os trabalhadores de Santos no entreguerras. São Paulo: Unicamp, 2003. (Páginas 441 a 451)

Edgar Leuenroth – IFCH UNICAMP); Arquivo Municipal de Santos; Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Lisboa; Museu do Porto – CODESP; Dados Estatísticos e Censitários; 6 Entrevistas Orais; Informações diplomáticas; Jornais da Grande Imprensa; Legislação; Memórias; Obras Literárias; Processos Criminais; Processos de expulsão; Processos de portugueses expulsos do Brasil; Prontuários do Departamento de Ordem, Política e Social de São Paulo; Relatórios, pareceres, projetos, boletins e ensaios da época;

De forma geral, concordamos com Amy chazkel em sua resenha sobre o livro Operários sem Patrões de Fernando Teixeira da Silva. Para Amy,

> O objetivo de Silva neste livro é, de certa forma, empírico, pois busca preencher lacunas no conhecimento acerca da experiência operária em Santos entre as duas guerras mundiais, período histórico geralmente incluído em longos estudos, mas pouco tratado em si mesmo. Porém, atrás dessa missão mais prática, encontra-se uma abordagem metodológica e teórica que constitui uma sutil remodelação do entendimento comum da experiência operária no Brasil. Este livro se diferencia da historiografia em duas maneiras importantes e inter-relacionadas. Primeiro, por não se mostrar fiel ao divisor cronológico tradicional de 1930 como final da Primeira República. Seguindo os múltiplos avanços e revezes da luta sindical pelo controle da organização e do mercado de trabalho, as várias greves do período são marcos em sua narrativa. Sua periodização também faz com que Silva observe os rastros pré-1930 da organização e cultura sindicalistas, para que possa entender a Aliança Liberal e o estado corporativo getulista. Segundo, então, Silva busca distinguir o seu trabalho da tradição normativa dos estudos que tendem a diferenciar rigidamente a condição de autonomia (pré-Estado Novo) da heteronômia (na época de Vargas) com todos os julgamentos implícitos que veem com essa distinção. (CHAZKEL, 2004, P. 287-288)

A obra de Fernando Teixeira da Silva em foco, representa uma abordagem crítica e diferenciada na historiografia do tema em questão visto que Silva busca romper com as concepções tradicionais e simplistas, propondo uma análise mais complexa, contextualizada a partir de uma variação de escala analítica. Além disso, o autor destaca a importância de considerar os avanços e retrocessos da luta sindical, bem como as diferentes influências e tendências políticas e sociais ao longo do tempo. Por outro lado, ainda assim caberia, no nosso entender, explicitar essa opção por essa chave de leitura da organização e militância operária no sindicato.

Avançando em nossa discussão, temos o historiador Carlos Alberto de Oliveira na sua tese “Quem é do mar não enjoa”, do ano 2000, no qual apresenta

a seguinte organização do trabalho: considerações iniciais, quatro capítulos e considerações finais. Na introdução, autor apresenta seus passos iniciais de trabalho, o seu contato pessoal com a temática e seus nortes teóricos-metodológicos.

O primeiro capítulo foi dedicado a levantar dados sobre a relação porto-cidade na construção da urbe sulina Rio Grande-RS. O autor compreende que o porto possui um papel significativo na formação da cidade e, consequentemente, no perfil industrial e de trabalho dela.

O segundo capítulo é feito uma análise dos aspectos identitários, das imagens e estereótipos construídos com o passar do tempo a respeito dos estivadores. Para este fim, o autor apresentou os principais aspectos referente a natureza do ofício, tradições e suas rotinas de trabalho no porto.

O terceiro capítulo foi dedicado a compreender os aspectos da vida cotidiana dos trabalhos abarcando da experiência de trabalho até as vivências destes obreiros na cidade como, por exemplo, em cabarés e bares da zona portuária.

O quarto e último capítulo concentrou-se em investigar as redes de relações de vida e trabalho a partir do seu local de moradia. Logo, o autor apresenta uma discussão sobre a relação entre a formação do bairro operário com os aspectos de sociabilidade que formavam os modos culturais de viver dos estivadores em Rio Grande-RS.

Em suas considerações finais, após fazer um balanço geral do eu foi discutido ao longo do trabalho, Oliveira reflete sobre um tema contemporâneo que estava presente da década de 1990. A lei de Modernização dos Portos (Lei 8630/1993) e seus impactos na organização e dinâmicas dos portos com repercussões nas categorias dos trabalhadores avulsos. Assim como a reestruturação, pautada nos princípios da desregulamentação, descentralização e desfederalização das políticas mais liberais de Estado.

Essa forma organizativa, no nosso entender, o autor seguiu um “pré-modelo” de exposição e organização do texto que outros autores já utilizaram em pesquisas referentes a temática portuária. Para ser mais específico, manteve

a narrativa dos acontecimentos seguindo a progressão dos fatos a partir da construção da cidade e do porto, a organização do sindicato e os reflexões dos contextos políticos e sociais em diferentes períodos. Tal característica, por exemplo, também pode ser vista em trabalhos como o de Edgar Gandra (1995 e 2004).

Os nortes teóricos-metodológicos são pautados inicialmente por suas linhas de pesquisas “Cultura e Trabalho” e “Cultura e Cidades” expressada já em seu projeto apresentado na ocasião de seleção do doutorado. O conceito teórico chave do trabalho é o de “experiência” a luz dos pensamentos de Edward Palmer Thompson que traz à tona o protagonismo histórico de agentes sociais a partir das suas experiências de vida. Carlos de Oliveira compreende que o uso desta perspectiva teórica em seu trabalho o coloca entre aqueles autores, presentes após 1970, que estudam a história do trabalho e dos trabalhadores para além de uma perspectiva estrutural.

O autor debate sobre como o seu trabalho está inserido na História do Tempo Presente e afirma que há “dificuldades, da parte de vários historiadores em dialogar com a História do Tempo presente são evidentes. Isto tem possibilitado o surgimento de uma desvalorização muito grande sobre tal período/questão” (OLIVEIRA, 2000, p. 233). O autor se posiciona entre aqueles que defendem essa o uso desta perspectiva. Reconhece que, no seu período de formação acadêmica, ainda havia resistência sobre essa discussão no âmbito universitário. Por outro lado, o autor entende que o seu problema de pesquisa sucinta a compreensão de acontecimentos atuais (época que ele escrevia a tese) ligadas a história do trabalho portuário estão intimamente relacionadas ao passado e precisam serem trazidas à tona.

Portanto, o autor está alinhado a ideia de que é necessário compreender as ações dos trabalhadores levando em consideração a dinâmica de um contexto mais abrangente que na época era algo frequente nas produções acadêmicas.

Nota-se que por ter entre as suas fontes entrevistas orais, o autor prioriza esta abordagem metodológica em seu trabalho. Enfatiza a relação da memória com a experiência vivida pelos entrevistados a fim de dialogar com as demais fontes presentes na pesquisa. Sua escrita em defesa do uso História Oral o

coloca também, assim como Gandra (1999 e 2004), entre aqueles pesquisadores do seu tempo que buscam discutir e validar a História Oral como um importante recurso para compreender o passado.

Ao todo, Oliveira apresenta sete entrevistas com estivadores do Porto de Rio Grande-RS. Além destas fontes, faz uso de periódicos impressos como o Jornal Rio Grande, o Jornal Agora e o Folha da Cidade, ambos riograndinos. Além destes, o Folha da Tarde e o Correio do Povo, jornais de Porto Alegre-RS.

Por fim, Oliveira pesquisou em diversos outros acervos históricos como: o Arquivo da Superintendência do Porto de Rio Grande, O arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, O arquivo do Sindicato dos Estivadores do Rio Grande, a Biblioteca da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, a Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a biblioteca da Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis, a Biblioteca Rio-grandense, a Biblioteca da Superintendência do Porto de Rio Grande, o acero do IBGE – Rio Grande-RS, O Museu Histórico do DEPREC – Rio Grande-RS e o Museu Histórico do Rio Grande.

Nossa terceira obra deste bloco de análise das produções acadêmicas na perspectiva da organização do conteúdo e do trabalho é do historiador José Bento Rosa da Silva, “Do Porão ao Convés: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a Memória e a História”. Como já informamos anteriormente, desta pesquisa, conseguimos acessar a obra “Estiva papa-siri: mãos e pés no Porto de Itajaí”, uma obra publicada em 2004, de forma independente, pelo historiador, que condensa o seu texto produzido no doutorado em uma publicação com 331 páginas.

Sua tese foi organizada em cinco partes, além do espaço para as considerações iniciais e finais. Na introdução, o autor começa suas reflexões apresentando textos de revistas e imprensa publicados no início dos anos 1990, que falam sobre os estivadores e seu papel no porto. Ele contextualiza com o cenário de incerteza para os trabalhadores a partir da implementação da lei de modernização os portos promulgada em 1993 (lei 8.630). Ao trazer à tona as preocupações dos trabalhadores frente essas mudanças e suas reverberações no campo político e econômico, o autor posiciona-se contra o estereótipo que

caracteriza os estivadores como “magnatas” ou “estivador-marajá”. Sobretudo a imagem advinda desde os anos 1970, conforme aponta Ingrid Sarti (1981)[57].

Pelo contrário, o que as pesquisas após este período apresentam é um cenário de precariedade e sazonalidade de trabalho que impacta em seus ganhos financeiros. Ao trazer esses pontos na introdução, o autor instiga o leitor a refletir sobre quem são os estivadores do Porto de Itajaí e qual a sua trajetória histórica. Ou, como o próprio autor diz, “os anos noventa proporcionaram uma revisitação dos estivadores à memória coletiva de Norte a Sul do país, momento oportuno para metamorfosear esta memória em história” (SILVA, 2004, p. 37). A memória que o autor se refere é sobre o passado de luta por direitos, de resistência e ações estratégicas que os estivadores tiveram em diferentes contextos políticos e sociais antes da ditadura militar no país.

No primeiro capítulo, é feita uma análise do processo de construção do porto de Itajaí trazendo à tona a importância do cais portuário não só para formação da cidade, mas também para a classe trabalhadora que ali se forma. Sua chave de leitura está relacionada a perspectiva de representação a partir do entendimento de Roger Chartier no qual compreende que a realidade histórica é erguida pelos diferentes grupos que fazem parte da sociedade (CHARTIER, 1991). Além disso, o autor investiga a própria representação construída pelos estivadores. José Bento faz isso a partir do contato com documentos do sindicato como atas de assembleias, documentos particulares, fotografias e editais publicados em jornais de circulação local.

O segundo capítulo de sua tese é dedicado a compreender a cultura operária urbana “papa-siri”[58] em seu processo de edificação. Desvendar os erros

[57] A perspectiva em questão em relação aos estivadores remonta aos anos setenta, especialmente no porto de Santos (SP), durante um impasse envolvendo o Ministério do Trabalho, representado por Hermes Lima, e a bancada da UDN (União Democrática Nacional). Nesse contexto, alegava-se que os altos salários dos estivadores eram responsáveis por enormes despesas nacionais. No entanto, é importante ressaltar que essa argumentação busca transferir para os trabalhadores uma responsabilidade pelos problemas do país que não lhes dá cabe, com o intuito de deslegitimar a categoria. Essa tentativa ocorre em meio ao histórico combativo dos estivadores na luta por direitos e melhores condições de vida, evidenciando a sua trajetória de engajamento e resistência.

[58] Segundo José Bento Rosa da Silva o termo “papa-siri” e outro como “papa-bagre” são alcunhas que revelam como a pesca era uma atividade presente, de tal forma a gerar um identidade ao habitante da cidade. No princípio, de forma pejorativa, mas em seguida passou a ter uma conotação positiva. (SILVA, 2004, P. 80)

e acertos da Sociedade Beneficente dos Estivadores de 1903 em sua relação o empresariado e até mesmo os “furões”, aqueles que não se associavam aos companheiros e a entidade. Disserta sobre os conflitos internos entre os próprios dirigentes da associação com seus membro, até os primeiros anos da fundação do Sindicato União dos Operários Estivadores de Itajaí em 1937. Neste capítulo o autor analisa também os aspectos culturais que transcendem o trabalho, ou seja, suas experiências de lazer e sociabilidade através de clubes e do futebol.

As relações entre os estivadores e os partidos políticos foi o tema central do terceiro capítulo desta tese em foco. O que fica claro aqui é que os estivadores de Itajaí possuíam uma relação próxima e ativa com políticos e partidos, tanto antes quanto depois da fundação de seu sindicato. Esse fato tornava as relações internas e externas entre os membros, em sua maior parte, tensionada. Principalmente em épocas de eleições. A proximidade de alguns estivadores com o Partido Comunista e com o socialismo é anterior aos anos trinta e um pensamento mais libertário e revolucionário não agradava os empregadores e opositores políticos. Suas reflexões abarcam aqui boa parte da Era Vargas na década de 1930 com suas políticas populista e repressivas já no Estado Novo. Este capítulo é muito interessante, mas o autor em sua exposição, poderia ter deixado mais claro a relação entre a história social e política.

O quarto capítulo foca em compreender a postura dos estivadores frente à política sindical Varguista. Aqui o autor destaca como os estivadores agiram em prol da consolidação do seu sindicato, sobretudo no exercício de articulação política. Tanto que em Itajaí, os estivadores foram os primeiros a conseguirem converter sua associação em sindicato, nos moldes do Estado Varguista. Sobre este aspecto, identificamos um promissor ponto de investigação no que corresponde aos outros sindicatos de portos diferentes, também terem tido sua carta sindical autorizada de forma mais ágil. Aqui, caberia um estudo mais relacional.

No quinto capítulo José Bento estuda a chegada da “belle époque” para os estivadores de Itajaí até o Golpe civil-militar de 1964. Época boa porque, segundo o autor, após a segunda Guerra Mundial, o porto de Itajaí passou a receber um fluxo de mercadorias maior o que ocasionava mais trabalhos e remunerações aos estivadores. O autor até menciona, a partir de fontes orais,

que os estivadores passaram a serem vistos como uma “certa aristocracia” no conjunto do operariado, por terem, vencimentos mais elevados em comparação a outras classes de obreiros da cidade. Em contrariedade a essa percepção o autor esclarece que não havia uma “aristocracia operária”, mas sim apenas uma boa remuneração pontual e sazonal por conta do volume de trabalho do momento (SILVA, 2004, p. 246). Perspectiva esta que comunga com os discursos dos trabalhadores presentes neste e em outros portos.

Neste capítulo ainda o autor discorre sobre as repressões e perdas que o estivadores de Itajaí tiveram no delinear dos acontecimentos do ano de 1964. O advento do golpe civil-militar, teve nas lideranças intersindicais de Itajaí, forte impacto, visto que o Sindicato dos Estivadores estiveram entre os primeiros grupos de trabalhadores a sentirem o peso repressão. O presidente José dos Santos Bernardes, o “Zé do Urso”, foi capturado, preso e mantido numa sala escura durante trinta dias. Este episódio ocorreu enquanto estava na Federação dos Estivadores no Rio de Janeiro, junto com outros três companheiros de trabalho. Como destaca José Silva, os danos do golpe de 1964 não recaíram somente sobre os sindicalistas, mas também em toda categoria dos portuários, sobretudo em perdas salarias e margem de reinvindicação.

Ressaltamos, deste capítulo do autor, a referência que o mesmo destaca sobre a memória que exalta a prosperidade da categoria entre as décadas de quarenta a sessenta, limitaram-se aos estivadores efetivos ligados ao seu Sindicato. O reflexo disso foi um agravamento dos conflitos entre sócios e os provisórios (bagrinhos). Na realidade, os baixos salários no cais portuário era um estigma relacionado aos trabalhos exercidos no porto. Aspecto este que é aprofundado, por exemplo, por Maria Lúcia Caira Gitahy (1992) ao estudar o Porto de Santos em São Paulo. Aspecto aliás, que é recorrente a outros autores que se debruçam sobre a temática.

Para aproveitarmos este tópico aberto pelo autor neste capítulo sobre a noção de uma “aristocracia operária”, consideramos relevante refletirmos aqui de forma mais contextual que no final dos anos de 1970 haviam pesquisadores estrangeiros que defendiam também essa perspectiva. Dentre eles, o sociólogo inglês John Humphrey em “Operários da Industria automobilística no Brasil:

novas tendências no movimento trabalhista"[59]. Ao generalizar e não especificar quem, dentro da classe operária brasileira na década de 1970, são os "aristocratas", Humphrey equivoca-se ao querer encaixar um conceito historicamente inglês do século XIX[60] a uma realidade concretamente diferente do Brasil após a segunda metade do século XX. O que podemos perceber ao longo da nossa análise das produções acadêmicas sobre diferentes categorias que compõem o universo de trabalho portuário questiona a perspectiva de John Humphrey. Esse conceito não tem aderência necessária ao caso brasileiro. O caso da estiva santista, de Itajaí ou de Rio Grande, por exemplo, deixa evidente que a relação entre política, economia e atuação sindical é complexa e diferente da inglesa. Neste sentido, cabe a interpretação de Ingrid Sarti (1981) quando afirma que:

> Em seu "estado puro", é pouco adequado o uso da noção de "aristocracia operária" entre nós, pois o conceito designa aqueles setores de classe operária que se alimentam da prática imperialista, ou seja, que nas metrópoles enriquecem como efeito da exploração de classe operária das colônias. Mantendo-se o conceito a nível estritamente econômico, como se acha e, sua origem, só seria possível utilizá-lo no caso de uma categoria que extraísse mais-valia em sua relação com outra categoria de classe operária. Se se insiste em utilizá-lo nos casos de "capitalismo tardio" como o brasileiro, a introdução da variável política é um recurso que permitiria considerar "aristocracia operária" a categoria que, economicamente privilegiada, adotasse uma atitude de isolamento e distância em relação à questão operária, como a qual não se identificaria por sua posição de superioridade. Nenhuma das 2 perspectivas leva à caracterização dos estivadores como" aristocracia operária", ao contrário, a história da estiva em nada a aproxima dos traços que definem uma suposta "aristocracia operária". (SARTI, 1981, p. 76-77)

Ao estudarmos os trabalhadores que dividem o espaço portuário, trazemos à tona cada vez mais a nossa percepção de que havia um contexto multifacetário que vivenciavam no seu cotidiano de militância, vida e trabalho. Embora tivessem, em momentos pontuais, ganhos mais elevados devido

[59] Para mais informações ver: HUMPHREY, John. Operários da Indústria Automobilística no Brasil: Novas tendências no Movimento trabalhista". Estudos CEBRAP, 23.

[60] Sobre essa discussão, Engels utilizou primeiramente o conceito de "aristocracia operária", numa passagem onde ele se referia aos "grandes sindicatos" ingleses como "uma aristocracia no meio da classe operária". Contudo, segundo Vania Alves, foi Lênin quem trouxe tal conceito, ao associa-lo a questão do imperialismo, cujo paradigma de então era a Inglaterra. Pra mais detalhes sobre essa discussão ver: ALVES, Vânia Malheiros Barbosa. **Vanguarda operária**: elite de classe? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, P. 140.

estarem numa posição nevrálgica do setor econômico, a realidade cotidiana era de precariedade de direitos e lutas constantes por melhorias nas condições de vida. Entendo assim que a história social do trabalho, neste sentido, contribui para compreendermos as peculiaridades da classe operária brasileira de modo a não generalizar, mas sim reconhecermos as especificidades de cada setor em seu devir histórico. O que não encontramos de forma concreta em alguns autores, e em outros, fica mais evidenciado esses aspectos conformo vimos expondo.

Portanto, percebemos um entendimento mais crítico sobre os ganhos financeiros e a dinâmica de vida dos trabalhadores, quando observamos as obras de José Bento da Rosa Silva, Ingrid Sarti, Maria L. Gitahy, Edgar Gandra, Fernando Teixeira, dentre outros já apresentados aqui, representando a sensibilidade da análise desses autores, quando englobam essa temática, sobre a conjuntura política e social que os trabalhadores estavam inseridos. Para além disso, compreendemos que os autores situam-se entre aqueles que a partir de 1970 em um cenário de amplitude e mudança teórica, metodológica e acesso a novas fontes, ressaltam a resiliência dos trabalhadores em lidar com as adversidades políticas e sociais do seu tempo. O que, no nosso entender, qualificou um pouco mais o debate sobre a trajetória desses trabalhadores com um ampliação da reconstrução histórica de suas vidas.

Retomando a discussão sobre a estrutura da obra de José Bento Rosa da Silva, a parte desta que foi reservada para as considerações finais, fixou-se em ressaltar os ganhos para a historiografia trabalho portuário no brasil que sua obra trouxe e para história de Itajaí. Isto é uma defesa do autor no sentido de reforçar a contribuição de trabalhos regionais para a historiografia e questionar uma certa centralidade explicativa baseada apenas a análise da produção acadêmica do sudeste.

Sobre o acesso as fontes para o desenvolvimento de sua pesquisa, o autor contou com o manuseio de fontes orais, fontes advindas da imprensa (sobretudo jornais), dos processos judiciais (fundo judiciário), documentos produzidos pela entidade (atas, correspondências, panfletos), documentos pessoais de estivadores, fotografias, biografias.

A sua abordagem metodológica não denominada e debatida em profundidade ao longo das páginas do seu livro. Logo, nosso entendimento foi que o José Bento da Silva utilizou-se da análise de conteúdo quantitativa e qualitativa. Já sobre o seu referencial teórico, o autor não dedicou um tópico especifico para discussão também. No entanto, percebemos que foi adotado as perspectivas de historiadores ingleses como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm em suas visões que enfatizam a experiência de trabalhadores em uma história "vista de baixo" conforme exposto em sua bibliografia.

Podemos inferir que o estudo de José Bento Rosa da Silva também é significativo não só por descortinar a história dos estivadores do Porto de Itajaí, mas também por analisar, em detalhes, a relação dos trabalhadores com o porto e a cidade desde os primeiros passos da construção do cais e da entidade classista a partir de 1903 (Sociedade União Beneficente dos Estivadores). Entendo que sua contribuição soma-se ao conjunto de obras que permitem um mapeamento com um a abrangência nacional frente a atuação destes trabalhadores.

Prosseguindo com nossas analises das produções acadêmicas, como já vimos anteriormente, em 2005, a historiadora Erika Bastos Arantes apresentou sua dissertação de mestrado intitulada "Negros do Porto - Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Èpoque". A estrutura e organização da obra de 153 páginas está dividida entre uma introdução, três capítulos e considerações finais.

Na introdução, Arantes apresenta uma descrição de um documento policial que relata diversas prisões de um trabalhador negro, denominado Antônio Mina, que atuou no Porto do Rio de Janeiro no século XIX. Foi a partir desta história que autora delineou sua pesquisa sobre cultura e trabalho no cais do Rio de Janeiro. Neste espaço a autora ainda esclarece, de forma mais evidente, os seus nortes teóricos e pouco dos metodológicos.

No primeiro capítulo a autora se dedica a analisar o cotidiano do cais com foco na compreensão da contratação da mão-de-obra portuária. Além das questões de moradias e sociabilidade, sua preocupação também esteve voltada para a relação dos negros no porto com a polícia republicana do início do século XX.

O segundo capítulo foi realizado um estudo sobre os conflitos e solidariedades no cais. A dicotomia entre União e resistência expressa no cotidiano de trabalho dentro e fora da entidade de classe. Assim como a participação do negro na organização de algumas dessas associações.

No terceiro e último capítulo é reservado para compreender outras formas de organização e sociabilidade dos obreiros do cais, privilegiando os espaços de convivência que compor o universo cultural, sobretudo aqueles ligados aos cultos religiosos e as associações de lazer. A principal finalidade deste capítulo foi de evidenciar como os espaços cotidianos foram importantes para a união da categoria e nas articulações de identidade e pertencimento.

Nas considerações finais, a autora retoma os principais aspectos discutidos ao longo dos três capítulos e reforça que no porto, em especial do Rio de Janeiro, foi um espaço que concentrou uma maioria de pretos e pardos e que muitos destes, ex-escravos ou filhos de escravos tiveram papel importante na organização de sindicatos, agremiações de lazer e centros religiosos de matriz africana.

Como a autora se dedicou sobre os estudos da cultura operária portuária no Rio de Janeiro, as perspectivas teórica de E.P. Thompson foram seu pilar teórico neste trabalho. A atenção sobre as *experiências* dos negros do porto em suas diversas características, são analisadas no conjunto de suas relações sociais que se constroem dentro e fora do ambiente portuário.

Sobre a sua abordagem metodológica, a autora não especifica suas escolhas na dissertação. No entanto, por se tratar de um estudo prioritariamente com fontes documentais, entendemos que foi utilizado um método de análise qualitativa e quantitativa dos dados encontrados.

As fontes que a autora utilizou na sua pesquisa advém de diversos acervos como o Arquivo Nacional (processos criminais, registros da União dos Operários Estivadores, registro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e café), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (livros de registros de entrada de presos na casa de detenção do Rio de Janeiro), Biblioteca Nacional (10 jornais e periódicos que circulavam entre 1872 a 1970), Impressos Oficiais do Estado e relatos de viajantes. O que continua

demonstrando a perspectiva de um a abrangência de fontes, não apenas documentos superficiais.

O diferencial desta dissertação, em relação as demais obras até aqui analisadas, está justamente em compreender como se deu o processo de trabalho no porto do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX pela perspectiva dos trabalhadores negros. Para além das relações de trabalho conflituosas, entender também as dinâmicas de sociabilidade em uma sociedade estigmatizada pelo preconceito e visão marginalizada sobre aqueles que trabalhavam no porto.

A tese de Edgar Avila Gandra, O porto dos direitos, de 2004, apresenta em sua organização do trabalho uma divisão de 3 partes, além, obviamente, da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, o autor discorre sobre o trabalho no porto e o processo de edificação do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Porto Alegre. Assim como algumas outras obras anteriormente analisadas aqui, Gandra segue o modelo de iniciar o seu capítulo discutindo o processo de construção do Porto e sua relação com a cidade. Em seguida, relaciona esta trajetória histórica com as origens do sindicato dos Portuários de Capatazia.

No segundo capítulo, ao autor debruça-se entre os anos de 1959 a 1964, buscando refletir sobre o papel do trabalhador e do sindicato nos anos de uma política populista. Aqui o autor analisa os indícios de autonomia, na perspectiva do autor algo relativo em ampliação a discussão por Fernando Teixeira da Silva em sua tese, e as formas de resistência da categoria frente as ações políticas em diferentes esferas. Assim como o processo de aprendizagem e ação, por parte dos trabalhadores, em suas possibilidades de atuação interna e externa, adentrando o meio político para usar isso como um elemento de luta por direitos e melhores condições de vida para a categoria em Porto Alegre. Por fim, Gandra estuda de forma breve, as relações dos doqueiros com outras categorias presentes no porto a fim de compreender as diferentes relações de trabalho existentes neste espaço e no período analisado.

Já no terceiro capítulo, Edgar Gandra dedica-se a historiar sobre os anos iniciais da ditatura militar no pais, analisando como os trabalhadores do cais

porto-alegrense vivenciaram esse período. Nesta parte, o autor primeiro busca compreender a conjuntura do golpe civil-militar de 1964, ou seja, como os trabalhadores agiram e reagiram as ações repressivas que assolou o porto e seus operários. Em seguida, buscou-se identificar os aspectos do cotidiano de trabalho nesta fase política do pais. Perseguições, perda de direitos e a instauração de um cotidiano de medo foram seus pilares reflexivos. Por sim, já nos anos finais, Gandra estuda o processo de reorganização da categoria de modo a evidenciar a realidade de adaptação dos trabalhadores e como essa resiliência proporcionou a categoria diferentes formas de lutar por seus direitos a partir do seu sindicato.

Como em outras obras analisadas neste capítulo da tese, Gandra encontra-se entre aqueles que também seguem uma lógica analítica cronológica progressiva de um passado mais distante até anos mais recentes. Parece que ao autor, ao longo de sua trajetória de pesquisa, teve dificuldades com o acesso as fontes de modo a precisar remodelar sua tese inicial que buscaria discutir, tanto pré quanto o pós golpe, a capacidade dos trabalhadores de negociar seu cotidiano de trabalho. Isso demonstra que, passando-se 26 anos após a primeira obra de 1973, ainda segue-se esse formato de organização dos capítulos nas pesquisas.

A ideia central deste trabalho foi sobre a atuação dos doqueiros em diferentes contextos políticos e sociais a partir da premissa ativa de luta por direitos e resistência. É interessante isso, pois este também é um aspecto que percebemos presente nas obras analisadas até aqui. O prisma de que os trabalhadores do porto, independente da sua localidade, são proativos e combativos e possuem consciência política e social do seu papel. Em outras palavras, reconhecem a sua importância por estarem atuando em um setor estratégico da economia e, consequentemente, vão utilizando desta posição como um elemento de poder nas negociações com o estado e as administrações portuárias a fim de melhorias nas condições de vida e trabalho. Numa abrangente e superficial, talvez a sociedade a época vissem os trabalhadores portuários como conquistadores de ganhos permanentes, que no nosso entender, não é o que ocorreu.

Sobre os aspectos teóricos-metodológicos adotados pelo autor, identificamos que Gandra adotou uma estrutura similar àquela apresentada na sua dissertação de 1999. Na tese, foi explorado o ângulo dos aspectos do cotidiano da vida dos doqueiros a partir da referência teórica do pesquisador italiano Carlo Ginzburg em seu paradigma indiciário[61]. Sobretudo por se deparar com uma fragmentado conjunto de fontes documentais que o levou a atentar-se aos detalhes dos indícios diretos e indiretos de uma realidade mais complexa, que, segundo o autor, só são acessíveis através de habilidade dedutíveis. Esses indícios questionam o que a historiografia expressava sobre os trabalhadores.

Outro aporte teórico-metodológico utilizado pelo autor foi a História Oral. Neste trabalho, Gandra continuo adotando a perspectiva de entrevista temáticas de final aberto. A diferença agora está no aprofundamento dado pelo autor no conceito de memória e de sua relação com a História Imediata ou História do tempo presente à luz de pensadores como Jean Lacouture[62] em sua pesquisa "História Imediata", publicada em 1978.

Além deste, Gandra trabalhou com o conceito de resistência embasado nos pensamentos da pesquisadora Marilena Chauí. Nesta perspectiva, o autor repete o mesmo conceito utilizado em sua dissertação. Presumimos que seja pelo fato de sua problemática de pesquisa ser similar em ambos os trabalhos acadêmicos, ou a uma necessidade devida ao acesso de fontes alternativas que demonstrassem o papel dos capatazes e contramestres no cotidiano do trabalho e nas negociações com os trabalhadores.

Sobre as fontes utilizadas pelo autor em sua tese, especificamente as escritas, foram pesquisados os seguintes arquivos: Arquivo da Superintendência do Porto de Porto Alegre (SPPPA), Arquivo da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Capatazia de Porto Alegre (STPPA), Arquivo da UFRGS – Sindicalismo, Arquivo da

[61] Para mais informações sobre essa discussão ver: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
[62] Para mais informações ver: LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger, Revel, Jacques. (dir.) A nova História. Coimbra: Livraria Almedina, 1978. P. 316.

Superintendência do Porto de Rio Grande (SPRG) e o Arquivo Pessoal do Sr. Amaro Azambuja Schossler (uma de suas fontes orais).

Embora tivesse tido o contato com um volume significativo de arquivos, o autor encontrou dificuldades em extrair resultados de pesquisas deles, como bem relata nas páginas introdutórias de sua tese. Por isso, a maior parte de sua discussão documental teve como base as atas do sindicato. Além disso, observa-se relativa lacuna no uso de fontes jornalísticas, de modo a explorar apenas os periódicos Correio do Povo e Última Hora em pontos de dados publicados sobre editais de convocação de assembleia e divulgações de chapas nas eleições. Sendo assim, o autor não focou em analisar reportagens que vieram a ser publicadas sobre movimentos grevistas dos portuários e outros temas relacionados a categoria. Possivelmente por não ter encontrado isso nos jornais.

Por fim, o autor analisa diferentes perspectivas de pesquisadores que tratam do tema populismo-trabalhismo, juntamente por seu recorte temporal abarcar o período político em que este fenômeno estava em voga. E, compreende que está reflexão contribuirá para entender as diversas práticas usadas pelos portuários porto-alegrenses em um contexto de resistência e luta por direitos.

No contexto das obras sobre os portos sulinos temos a produção do historiador Diego Luís Vivian, de 2008, em “Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 -1964)”. Ao longo das 345 páginas, o autor divide o texto em três capítulos, mais considerações iniciais e finais. Em uma introdução longa, em comparação com as demais obras, o autor já reflete sobre pontos cruciais do trabalho como, por exemplo, o processo de formação da categoria dos vigias de embarcações.

Além deste ponto, buscou evidenciar determinadas peculiaridades da construção de uma categoria de trabalhadores portuários avulsos que se distinguiu das demais categoria, no aspecto da sindicalização para todos os seus membros. Sobretudo por que, segundo Vivian, os vigias lutaram para que os associados de suas sucessivas entidades representativas fossem reconhecidos como os responsáveis exclusivos por atividades preventivas

realizadas a bordo de embarcações ancoradas no cais ou fundeadas ao largo dos principais portos do estado. Nesta etapa inicial do trabalho o autor faz uma análise das características que compõe esta atividade laboriosa salientando as suas peculiaridades do ofício em comparação as demais categorias presentes no porto. Por fim, ressalta seus caminhos teóricos e de acesso dificultoso as fontes que consultou.

De forma resumida, o primeiro capítulo, direciona um olhar sobre a indústria portuária sul-rio-grandense, mais especificamente sobre os portos de Porto Alegre e Rio Grande. Para compreender a produção neste espaços e seus atores sociais foi necessário ficar atento ao contexto que propiciou a valorização capitalista no Estado do Rio Grande do Sul, bem como as tradições e práticas associativas dos trabalhadores ligados ao porto em um período que antecede a organização da categoria dos vigiais, especificamente em meados da década de 1950.

O segundo capítulo é composto por uma análise do processo de mecanização das operações industriais e os trabalhos portuários. Assim como sobre o serviço de policiamento e vigilância. Sobretudo com um olhar atento as consequências sobre aos trabalhadores advindos ações de organização da indústria portuária que objetivavam melhorias técnicas e aumento do fluxo comercial. Soma-se a isso, a perspectiva da preocupação dos empresários e dos representantes do poder estatal para que houvesse nos portos de Porto Alegre e Rio Grande, um zelo operacional mais especializado para erradicação de possíveis praticas consideradas ilícitas, como por exemplo, os roubos e furtos de bens materiais no espaço portuário. Esse tema também é abarcado por Edgar Gandra e Carlos Alberto de Oliveira sobre a questão do contrabando, no sentido que o trabalhadores não percebiam este delito como algo sendo de grande gravidade.

Por fim, no terceiro momento, Vivian dedica-se a compreender de forma mais aprofundada o processo de formação e organização da categoria do Vigias portuários de embarcações, designados oficialmente como vigias portuários. Uma categoria de trabalhadores destinados a vigiar outros trabalhadores portuários. Com esta finalidade, o autor dedicou um espaço para relacionar esse processo do erguer associativo e sindical dos vigias, com a conjuntura política

estadual e nacional no aspecto das preocupações que impulsionaram os trabalhadores a se mobilizarem enquanto classe.

Nota-se, uma relativa ausência de uma discussão mais aprofundada sobre esse aspecto relacional desta rigorosidade fiscalizadora, sobre o tipo de furto que era aceitado ou não, pelo menos no dia a dia de trabalho, onde era tolerado certo comportamento devido as condições de vida precária que se estabelecia e as relações de proximidades de moradia e convivência em muitas ocasiões. Outros autores destacam que os roubos no cais, sobretudo de alimentos, era algo relativamente comum e que havia tolerância por parte da guarda portuária e dos vigias portuários, principalmente ao período anterior à ditadura militar.

Suas conclusões finais foram escritas pontuando os principais tópicos discutidos ao longo dos capítulos, mas também apontando problemáticas que, por questões de tempo, não foi possível discutir neste trabalho deixando aberturas para pesquisas futuras. O que fica claro no estudo deste trabalho é o quanto os vigias de embarcações, por estarem ocupando uma função distinta das demais categorias, precisaram também se unir em prol dos seus diretos básicos, sendo inclusive, estigmatizados pelas demais categorias no cais. Logo, a busca pelo reconhecimento público das suas funções a partir da regulamentação legal, da equiparação dos ganhos financeiros e do controle da contratação de mão de obra por parte da sua entidade de classe, tornaram-se as suas premissas de ações. Ao entenderem o seu papel, buscaram dialogar em diversas frentes com políticos, representantes das companhias de navegação e do Estado, além de outros sindicatos como o da estiva e dos portuários.

No que corresponde ao seu aporte teórico principal, Diego Vivian deixa claro sua adesão aos entendimentos de E. P. Thompson sobre os trabalhadores. Logo, conceito de “experiência formativa”[63] está intimamente presente no seu

[63] A noção teórica de "experiência" tem sido objeto de controvérsia no campo da história social do trabalho. Emília Viotti observou que este termo carece de precisão metodológica e levanta dúvidas sobre os aspectos mais relevantes na experiência dos trabalhadores. Para aprofundar essa discussão, recomenda-se a leitura do artigo de COSTA, Emília Viotti, intitulado "Experiências versus estruturas – novas tendências na história do trabalho e da classe operária na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos?", publicado na Revista História Unisinos, São Leopoldo, páginas 17-52, jul./dez. 2001 (Número Especial). Além disso, sugere-se consultar o capítulo de JAMES, Daniel, intitulado "O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Ângela M. (org.).

olhar sobre o passado dos vigiais de embarcações. Em consonância com essa perspectiva, o autor utilizou-se também da História Oral como um recurso importante para o diálogo com as fontes documentais, sem se isentar de reconhecer as dificuldades e problemas epistemológicos[64] do seu uso em relação as "intersubjetividades de um conhecimento que é produzido em condições de 'coa-autoria' com informantes e depoentes" (VIVIAN, 2008, p. 41).

Observando o processo metodológico de pesquisa, identificamos que o autor também não denomina especificamente a abordagem que usou. No entanto, compreendemos que analisou fontes de forma quantitativa e qualitativa sem explicitar o modo de apropriação das mesmas em relação as fontes documentais e orais. Sobre as fontes, Vivian contou com oito entrevistas, realizadas entre 2004 e 2006, com depoentes ligados ao trabalho portuário. O acesso a dez Jornais periódicos[65], fotografias e a diversas fontes oficiais e sindicais presentes em arquivos e centros de documentação, principal mente do Rio Grande do Sul.

Por se tratar da primeira pesquisa histórica dissertativa realizada sobre a categoria dos vigias de embarcações, Vivian relatou que encontrou diversas dificuldades ao longo do seu percurso. Segundo o autor,

> [...] houve sérios limites para empreender uma reconstrução mais ampla das ações reivindicativas e das experiências de trabalho dos vigias de embarcações ligados a portos situados fora do Rio Grande do Sul. [...] Entre 2005 e 2007 enviamos diversas correspondências a sindicatos de vigias deembarcações existentes em Cabedelo, Ceará, Espírito Santo, Ilhéus, Imbituba, Itajaí, Maceió, Manaus, Pará, Paranaguá, Pernambuco, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Francisco do Sul, São Luis. Nenhuma das entidades, porém,

Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. p. 117-139.

[64] Segundo Vivian, corroborando com as ideias de Micaela Di Leonardo, observa-se que "a teoria antropológica em geral e o trabalho de campo etnográfico em particular recomendam atenção a pelo menos dois aspectos básicos dessa discussão, a saber: por um lado, as opiniões e enunciados emitidos pelos entrevistados podem ser muito distintos conforme o interlocutor, ainda que o assunto seja o mesmo; por outro lado, os diferentes contextos sociais dos indivíduos entrevistados, bem como as clivagens de classe, gênero e etnia tendem a interferir no caráter da interlocução". (VIVIAN, 2008, p. 41). Para mais detalhes dessa discussão ver: DI LEONARDO, Micaela. Oral history as ethnografic encounter. **The Oral HistoryReview**, v. 15, 1987, p.1-20.

[65] A Hora (1956-1958); Boletim do Clube Naval (1957-1965); Bulletin de l'Association Internationale Permanente des Congrès de Navigation(1953-1966; Correio do Povo (1956-1964); Diário de Notícias (1956-1964)Estiva Unida (1963); Folha de São Paulo, 7 jun. 1966.Orla Marítima (1953-1963); Revista Indústria Brasileira, ano II, nº 20, jul. 2002.Última Hora (1960-1964)

> respondeu aos contatos realizados e ao questionário elaborado como instrumento de pesquisa. [...] do ponto de vista do acesso às fontes escritas, também precisa ser mencionado o malogro das tentativas de pesquisar no arquivo do Centro de Navegação Rio-Grandense, entidade representativa dos empresários da navegação no Rio Grande do Sul, com sede em Rio Grande. Visitas e correspondências enviadas a esta entidade entre 2005 e 2007 foram em vão, impossibilitando o exame de documentos que seriam relevantes para essa dissertação. Isso gerou uma dificuldade adicional ao desenvolvimento da presente pesquisa, pois o Centro de Navegação deve ter sob sua guarda registros produzidos por empresários e agentes da navegação, os quais eram os principais tomadores de serviço dos vigias de embarcações. Embora o acesso às fontes escritas produzidas por representantes do poder estatal não tenha sofrido maiores restrições, igualmente se percebe a existência de significativas lacunas sobre uma série de aspectos pertinentes ao presente estudo. Assim, os limites de nossas conclusões a respeito do processode formação da categoria dos vigias de embarcações também resultam da ausência de materiais oriundos da órbita do poder estatal que tratem destes trabalhadores ou dos serviços por eles desempenhados no Rio Grande do Sul. Deste modo, apesar de extensa pesquisa realizada, muitas vezes nossas assertivas foram generalizadas a partir de indícios presentes na documentação examinada. (VIVIAN, 2008, p. 44)

A partir da experiência de pesquisa do autor, evidencia-se a existência de amplo espaço para novos estudos sobre os trabalhadores que atuam no contexto portuário. Ao analisar mais de 20 produções acadêmicas nesta tese, constatou-se que apenas o trabalho de Vivian abordou a história dos vigiais portuários como foco de pesquisa, no Rio Grande do Sul, sob a perspectiva da história social, enquanto a maioria dos estudos focou nos estivadores e portuários de capatazia, por exemplo.

Isso demonstra a presença de lacunas historiográficas levantadas e a necessidade de se pesquisar, de compreender ainda mais o passado das categorias de trabalhadores presentes no setor portuário brasileiro. Esses obreiros desempenham um papel estratégico na economia do país e possuem características distintas que se relacionam não apenas com o porto, mas também com a cidade e suas diferentes áreas de convivência social.

Diante disso, enfatiza-se a importância do nosso estudo, que mapeia as produções acadêmicas realizadas entre 1973 e 2010, apresentando também um campo de possibilidades para pesquisas futuras sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil, sob as mais diversas

perspectivas, sendo um campo ainda fecundo para as indagações para os profissionais de história.

Como já apresentamos, o historiador Jairo Luís Fleck Falcão, em 2009 apresenta sua tese “Cooperação, experiência e resistência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989)”, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Ao analisarmos a estrutura do conteúdo na sua forma que está organizada, identificamos a obra dividida em 4 capítulos mais a introdução e considerações finais.

Cabe aqui destacar que nesta obra, o autor faz uma opção inovadora no sentido de estudar diversas categorias no porto. Todavia, as demais obras geralmente focaram sua atenção em apenas uma ou até duas categorias portuárias. Notadamente, esta é a nossa percepção sobre o conjunto de produções acadêmicas sobre o assunto.

Na introdução o autor apresenta suas motivações iniciais de pesquisa e situa o leitor relacionando-os aos motivos pelos quais a tese está fundamentada na história social do trabalho. Além disso, justifica a escolha do recorte temporal adotado (1961-1989) deixando claro que neste período, na perspectiva do autor, os trabalhadores vivenciaram intensas lutas por direitos e pela valorização das categorias que dividem o espaço de trabalho portuário no cais de Porto Alegre.

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo do porto de Porto Alegre e suas transformações ao longo do tempo. Sobretudo as suas normatizações, organização e estrutura. Além disso, o autor disserta sobre a relação do porto com as políticas dos transportes da ditadura militar de modo a evidenciar os reflexos das medidas do governo no cais porto-alegrense e no cotidiano de trabalho dos obreiros. Por fim, nesta etapa ainda é discutida a relação do Departamento dos Portos, Rios e Canais (DEPREC) em Porto Alegre com as modificações implementadas na dinâmica de trabalho neste período.

O segundo capítulo focou em compreender a dinâmica de trabalho e organização das diferentes categorias que ocupam o porto, dentre elas, os trabalhadores de capatazia vinculados ao DEPREC e os trabalhadores avulsos, ou seja, aqueles que prestavam serviços para as companhias de navegação na área do porto organizado e em seu entorno. Neste caso, os estivadores,

conferentes, portuários, consertadores, vigias portuários, arrumadores e trabalhadores do bloco (profissionais que atuavam para complementar as equipes de execução portuária).

No terceiro capítulo, Falcão realiza uma imersão no nos costumes e experiências de vida e trabalhos dos operários. Através da análise de fontes orais e documentais, o autor buscou evidenciar a memória sobre a rotina de trabalho braçal num processo de “uso e abusos do corpo” e as necessidades pessoais deles relacionadas aos costumes, a práticas de sociabilidade nas redondezas do porto.

Já no quarto capítulo da tese o autor aprofunda a frágil condição de trabalho das categorias avulsas, em especial os arrumadores que atuavam como uma categoria suplementar aos serviços dos doqueiros vinculados ao DEPREC. Para isso o autor investiga os primeiros passos da categoria procurando compreender a sua inserção no porto e como a sua condição de precarização do trabalho se fez presente ao longo da história desses operários. Na segunda etapa deste capítulo, o autor analisa a cooperativa da estiva em suas diversas tentativas de estruturação. Por fim, ainda estuda o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Porto Alegre.

Se torna evidente, com esse universo de pesquisa escolhido pelo autor, que não há uma preocupação do autor em estudar com profundidade categoria por categoria. Buscando sim, um leitura relacional das categorias a partir de alguns conceitos chaves como, cooperação, experiência e resistência no ambiente portuário. No nosso entender, a maior contribuição da obra consiste em esclarecer a dinâmica de trabalho portuário sob o ponto de vista de diferentes categorias. Pois, no geral, as demais obras não focam nesta perspectiva, obviamente tratam do assunto tangencialmente. Neste sentido, concordamos com Gandra (1999), quando o autor reflete sobre essas relações dentro do espaço portuário no qual “as relações entre os portuários de Rio Grande-RS e outros segmentos da classe operária oscilavam conforme a conjuntura, principalmente com as demais categorias da orla marítima, repetindo o movimento do mar deles tão próximo” (GANDRA, 1999, p.52)

No espaço reservado para as considerações finais o autor reflete sobre os aspectos identitários das diferentes categorias que atuam no porto deixando claro que a alteridade se expressa a partir de aspectos múltiplos presentes na

experiência de vida e de trabalho. Além disso, reforça que os conceitos de cooperação, experiência e sobrevivência são pontos cruciais que devem ser levados em conta para compreender o rico mosaico histórico destas categorias portuárias, em especial, no porto da capital do Rio Grande do Sul. Dessa forma, conclui que embora houvesse mais perdas do que ganhos no período da ditadura militar, os trabalhadores não se apresentaram como derrotados. Pelo contrário, foram resilientes e estiveram se adaptando, se refazendo na luta por direitos no maior porto fluvial da América Latina. Essa visão do autor dá destaque, com maior ênfase, na continuidade do caráter reivindicativo desses atores sociais na luta por direito. No entanto, no nosso entender, não destacou com a mesma intensidade as derrotas, perdas de direitos e as mudanças que foram forçados a vivenciarem coercitivamente no período dos "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul.

Sobre o acesso as fontes e arquivos de pesquisa, o autor concentra essa apresentação em um parágrafo significativo sobre este tópico de modo a investigar em arquivos, bibliotecas, Centro de documentações, Tribunal Regional do Trabalho –TRT, Internet e Sindicatos. Sendo mais específico, segundo Falcão:

> O Corpus Documental desta tese é composto de quatro entrevistas realizadas para a dissertação de mestrado;[2] dez entrevistas realizadas para esta pesquisa;[3] fotografias do acervo da Biblioteca do porto de Porto Alegre e do Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre;[4] Plano Hidroviário; Resoluções e Atas do Conselho Hidroviário; alguns artigos da Revista "Portos e Navios"; Dossiê Realizado pela Administração e Advogados da COOTRABALHO; Processos Trabalhistas – TRT; documentos do acervo da Biblioteca do porto de Porto Alegre; documentação da COOTRABALHO e da COOPESTIVA, encontrada no Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE;[5] diversos Acórdãos encontrados no site do TRT e na Revista de Jurisprudência do TRT-RS, envolvendo os trabalhadores e empresas contratadoras de mão-de-obra junto aos Sindicatos de Avulsos: arrumadores, movimentação de mercadorias, a COOTRABALHO e os "chapas"; duas obras publicadas pelo Ministério dos Transportes do Ministro Antônio Andreazza: uma, intitulada "Perspectiva para os Transportes" e divulgação na Escola Superior de Guerra, e outra intitulada "Os Transportes no Brasil. Planejamento e Execução", ambas publicadas em 1972; legislação sobre trabalhadores dos portos, portos e transportes. (FALCÃO, 2009, p. 10-11)

Para além do uso de fontes documentais, o autor utilizou-se das memórias de trabalhadores do Porto. O uso da História Oral foi, para o autor, um elemento importante, assim como foi para outros autores aqui

estudados, para trazer a tona a perspectiva in loco daqueles que trabalhavam no porto. Para isso, o autor reflete sobre o conceito de memória e relaciona com diversas perpectivas de E. P. Thompson.

No que corresponde ao diálogo com as fontes, o autor deu enfase as documentações encontradas nos diversos arquivos que traziam informações sobre as categorias, e prioritariamente sob a ótica relacional entre elas. A historia oral, por sua vez, foi utilizada como um recurso de cruzamento de informações presente na memória dos entrevistados com os demais documentos, em que buscava a ampliação do debate sobre os aspectos relacionais das categorias e da sua presença no porto de Porto Alegre.

Diante da sua problemática de pesquisa, o seu principal norteador teórico é o Edward Palmer Thompson. Principalmente por Falcão trabalhar com a investigação dos aspectos relacionados a experiência, costumes e tradições que cercam o universo do trabalho portuário, para além de uma explicação conceitual já estabelecidade pela conrrente marxista, o autor abarcou também contribuições do arcabouço teórico das inspirações dos ensinamentos do historiador Carlo Ginzburg com seus métodos, em espécífico o *paradgima indiciário*. O que reforça ainda mais sua preocupação em potencializar a análise mas robusta e diversificada.

Sobre seu norte metodológico, Falcão utilizou prioritariamente da análise de conteúdo quantitativa no entendimento de Bardin (1995) e especifica que:

> Para a análise, serão utilizadas diversas técnicas delineando-se a sequência da Análise Qualitativa do Conteúdo das fontes colhidas, recolhidas e produzidas, que formaram o Corpus Documental: a decodificação em unidades de análise, a categorização e a produção do metatexto ou síntese. A primeira etapa após a reunião e organização do corpus documental é a “desconstrução”, que consiste em desmontar os textos em unidades de “análise ou unidades de registro”, fragmentando-os e rompendo com a ordem em que se encontram. [...] Ao cumprir a primeira etapa, passa-se para a segunda parte do processo de Análise de Conteúdo, que é a produção e/ou organização das unidades de análise em categorias. (FALCÃO, 2009, p. 19-20)

Em síntese, Jairo Falcão buscou relacionar o uso da história oral como aporte metodológico a fim de captar diferentes perspectivas sobre o passado e

compreender melhor o processo de cooperação, solidariedade, experiência, luta por direitos e seus costumes no cais porto-alegrense. Ao nosso ver, uma pesquisa apresentada em 2009 que expõe características semelhantes a outras produzidas nesta década no que concerne a perspectivas teóricas e metodológicas. O que mais diferencia o trabalho de Falcão dos demais foi a sua proposta de estudar mais de uma categoria de trabalhadores. Sua visão mais abrangente sobre as relações de trabalho entre portuários, estivadores, arrumadores, consertadores, vigias portuários, conferentes e trabalhadores do bloco apresenta um cenário complexo de relações de classe em constante movimento e atentas ao contexto político e social que estão inseridas. Podemos

Nossa última produção acadêmica que analisaremos deste bloco de obras de 2000 a 2010 é o de Erika Basto Arantes, “O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX”, publicada em 2010.

Como já destacamos anteriormente, este trabalho da autora está intimamente relacionado a sua pesquisa de mestrado em diversos aspectos. Logo, entendemos que esta tese seja um aprofundamento das questões que foram apresentadas em 2005 com uma ênfase agora nos aspectos da cultura operária dos trabalhadores portuários.

Ao longo das 224 páginas desta tese a autora organizou a estrutura da obra em cinco capítulos, além das considerações iniciais e finais. Portanto, dois capítulos a mais que a sua dissertação. Nas considerações iniciais, Arantes começa expondo uma situação de 2009 em que o governo carioca propõe “recuperar o centro de uma cidade a fim de recuperar sua identidade” a partir do “Projeto Porto Maravilha” de revitalização da zona portuário do Rio de Janeiro. Posicionando-se de forma crítica a essas iniciativas, a autora reforça que é necessário conhecer a história da cidade, valorizar a cultura operário e seu entorno. Dessa forma defende que sua tese busca investigar parte das histórias de algumas pessoas que viveram naquela região em fins do século XIX e início do século XX. Em especial a experiência de trabalhadores negros portuários.

Ao analisarmos a introdução da tese de Arantes, podemos notar a estreita relação entre o presente do autora e o passado abordado em sua pesquisa. Pois

ficou evidente o seu desconforto com as política públicas engendradas a partir do ano de 2009 no Rio de Janeiro. Entendemos que cada autor possui suas próprias motivações de pesquisa, que são influenciadas tanto por sua experiência como pesquisador quanto pelo contexto histórico em que estão inseridos. Quando uma autora relata situações ou problemas do seu presente e os relaciona com sua problemática de pesquisa ligada ao passado, percebemos os diferentes aspectos e abordagens que a pesquisa sobre aquele tema pode assumir em relação aos outros, dependendo do contexto e do lugar de fala do autor. Além disso, também fica evidenciado o impacto das influências teóricas e metodológicas contemporâneas no meio acadêmico, que contribuem na formulação de perguntas que o historiador busca responder sobre o passado.

Entendemos importante, neste momento, destacar o aspecto que em cada bloco de tempo aqui analisado sobre as produções acadêmicas em uma perspectiva comparativa nos permite ver que ao longo do tempo as preocupações acadêmicas históricas sobre os trabalhadores portuários em suas diversas categorias vão de modificando por duas grandes razões. A primeira, relacionada as mudanças da dinâmica produtiva portuária ao longo do tempo. Em outras palavras, na medida em que o sistema de produção se modifica na perspectiva tecnológica e estrutural, os trabalhadores precisam se adaptar a isso. Bem como, as mudanças políticas e sociais que estão em consonância e inter-relacionados com este cenário. A segunda razão está ligada ao contexto de produção acadêmica. Quando há modificações na pratica historiográfica, no modo de pensar sobre passado, cada pesquisador vai fazendo diferentes perguntas sobre suas problemáticas de pesquisa e fontes. E, é a partir da análise do conjunto dessas produções ao longo do tempo que, por exemplo, podemos perceber o que se modifica, o que se insere de novo ou deixa-se de usar no aspecto teórico e metodológico.

Neste sentido, podemos afirmar que existe uma relação íntima entre o passado e o presente na perspectiva da escrita dessas produções acadêmicas. O olhar do pesquisador se transforma à medida que o objeto de pesquisa em si também se modifica ao longo do tempo. Isso fica evidente, por exemplo, quando analisamos a dissertação de Edgar Gandra em dois momentos distintos. O primeiro na contexto de sua publicação acadêmica em 1999 e o segundo na

edição n° 2 do seu livro de 2016 com o conteúdo da dissertação. Vejamos o que autor diz no prefácio da obra:

> Passados dezoito anos da produção deste livro que foi uma adaptação de minha dissertação de mestrado junto ao PPGH da Universidade do Vale dos Sinos. **Logicamente, minha vida mudou muito e com elas minhas interpretações históricas.** Relendo o texto para essa sua segunda edição, estimulada pelo pedido da direção do SINDPORG que me emocionou muito, não me atrevi a mudar significativamente a redação. **Algumas questões de cunho conceitual poderiam ser atualizadas/ressignificadas, mas como é uma reedição fruto de um momento de minha trajetória acadêmica decidi manter os "erros" e "acertos" dessa produção**. Me honra saber que ela foi utilizada por outros historiadores e que também é referência entre os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS. **Tenho claro que poderia ter explorado outros aspectos da cotidianidade dos trabalhadores portuários** tais como: a construção de uma cultura portuária entre eles, a questão do período histórico abarcado e a relação com a movimentação trabalhista na cidade. Esses aspectos também são ricos filões que poderiam ser melhor explorados. Um aspecto que me orgulha é o fato de ter conseguido orientar jovens e talentosos historiadores que produziram pesquisas sobre a temática portuária e a política do extremo sul brasileiro ampliando a discussão historiográfica sobre a temática. Também olhando para trás acredito que poderia ter aprofundado a relação da cidade com o seu porto e com os trabalhadores que lá exerceram suas funções. Acredito que historicamente é impossível perceber a trajetória do município sem analisar o ambiente portuário, afinal Rio Grande-RS já nasceu portuária... (GANDRA, 2016, p.11) [Grifo Nosso]

Aqui é evidente a consciência do pesquisador em relação à sua própria obra publicada e como sua perspectiva sobre o passado pode variar de acordo com sua experiência e contexto. Agora, estando em um ambiente e em tempo histórico diferente, Gandra reconhece as valiosas contribuições de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que reconhece a possibilidade de ter realizado outras análises, que na ocasião, não foi possível fazer. Por que essas análises não foram feitas naquele momento? Podemos presumir que isso se deve ao contexto acadêmico específico da década de 1990, ao amadurecimento pessoal do pesquisador e às demandas e tendências da época em relação ao estudo dos trabalhadores portuários no Brasil. Além disso, é importante mencionar a questão do acesso às fontes, que pode variar entre os períodos considerados pelo autor.

Este exemplo de Gandra é relevante para compreendermos a pesquisa de Arantes. Ao analisarmos os seus trabalhos publicados em 2005 e 2010, percebemos uma diferença significativa, apesar do curto intervalo entre eles. O

fato de um ter sido produzido durante o mestrado e o outro durante o doutorado pressupõe um aprofundamento ainda maior na pesquisa. No caso da Arantes, não se trata apenas de adicionar dois novos capítulos à tese, mas sim de uma transformação no olhar da autora. O tempo mudou, as perguntas foram reformuladas e o olhar do pesquisadora evoluiu, impulsionado pela descoberta de novas fontes e pela própria experiência adquirida ao longo da pesquisa.

Entendemos que essa mudança no nível de aprofundamento e na abordagem do tema é fundamental para a evolução do conhecimento acadêmico. É um reflexo do compromisso do pesquisador em buscar constantemente novas perspectivas e avançar em seu campo de estudo. Ao reconhecer a importância dessas transformações, valorizamos o trabalho árduo e a dedicação do pesquisador em aprimorar seu conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da área.

Vamos tratar mais sobre esse assunto no terceiro capítulo desta tese, sobretudo ao analisarmos diversos periódicos acadêmicos. Vamos entender se houve ou não a continuidade nas pesquisas e publicações destes autores e como isso impacta ou não, o campo acadêmico da história do trabalho no Brasil.

Portanto, ao observarmos a trajetória de Gandra e Arantes, fica claro que a pesquisa acadêmica é um processo contínuo de aperfeiçoamento e ampliação de horizontes. Compreendemos, em caráter prévio conclusivo, que nosso trabalho pode abarcar um estimulo/convite, para que outros pesquisadores também se engajem nessa busca por novas fontes, novas perguntas e novos olhares sobre o passado, enriquecendo assim o conhecimento histórico. Sobretudo, em relação ao complexo ambiente portuário brasileiro.

Feita essas considerações, para fechar a discussão sobre a organização desta obra de Arantes, retomamos agora a analise descritiva dos seus capítulos. Assim, no primeiro capítulo a autora percorre um caminho de identificação do perfil da classe operaria, em especial dos trabalhadores portuários. Além disso, estudou as experiências de trabalho, as formas de contratação e a relação entre negros e brancos na vida cotidiana. Buscou apresentar uma outra perspectiva do conflito ocorrido em 1908 na Sociedade Resistência dos Trabalhadores em

Trapiches e café não somente pela ótica do combate, mas também pelas relações de solidariedade entre os trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro.

O segundo capítulo a autora se debruçou sobre entidades de classe portuária: A União Operária dos Estivadores e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Seu foco foi em compreender o papel dessas entidades de classes no que diz respeito ao controle do mercado de trabalho carioca de modo a trazer à tona a participação e presença em maior volume dos negros. Muitos deles, egressos da escravidão, como atuação proativa na formação das associações de trabalhadores, então livres, após este cenário. Por fim, a autora questiona parte da historiografia que apresentou os trabalhadores negros, como "à desmobilização de classe e ao reformismo". Ao nosso ver, essa reflexão está vinculada ao seu lugar de fala e militância pelo movimento negro no Brasil, ou seja, é um influência do seu contexto de vida na sua produção.

Já o terceiro capítulo, discorre sobre os aspectos da vida dos portuários fora do porto, enquanto estes não estavam laborando. Para descortinar os detalhes da vida cotidiana, Arantes precisou também verificar a relação dos negros do porto com a polícia republicana no início do século XX, tendo como preocupação principal os crimes de contravenção (mais especificamente a vadiagem, mas também embriagues e capoeiragem). Pois, como bem explicitou a autora,

> "[...] os negros portuários, particularmente os trabalhadores avulsos (estivadores, arrumadores, carregadores, e outras categorias) eram alvos privilegiados da repressão, pois, somada à peculiaridade do sistema de contratação da mão de obra do porto, estava o estigma de sua cor" (ARANTES, 2010, p. 22).

Em seu quarto capítulo, o estudo foi direcionado para os aspectos culturais do universo portuário. Particularmente, as ações culturais de cunho religioso como em candomblés da cidade. A autora evidencia os estigmas e perseguições que muitos trabalhadores negros, praticantes de religiões de matriz africana, sofreram e tiveram que lidar. Sua análise foi realizada através do manuseio com fontes documentais da polícia, com processos da Justiça e reportagens de jornais impressos.

Por fim, no seu último capítulo a autora aprofundou o seu olhar sobre as dinâmicas de lazer nas associações recreativas desses trabalhadores. De forma resumida a autora buscou estudar como os trabalhadores se relacionavam dentro e fora do sindicato, principalmente em seus clubes de lazer.

Em suas considerações finais, Arantes defende que não podemos cometer o erro de separar, de olhar para os trabalhadores portuários do início do século XX dividindo-os em dois grupos. Aqueles que estão imersos numa História social do Trabalho, que ocupam os sindicatos e ações grevistas, daqueles que estão somente em ações religiosas ou recreativas como no samba ou carnaval. Pelo contrário, para Arantes, a classe obreira ocupa ambos espaços e neles se fazem atuantes, pois isso faz parte da identidade e consciência.

Esta tese de Arantes posiciona-se entre aqueles trabalhos historiográficos recentes que são críticos a perspectiva da inércia de mobilização dos negros nas relações de trabalho. Corrobora, portanto, com a noção de que a História do Trabalho e do movimento operário no pós-abolição deve considerar sim, a experiência de luta por melhores condições de vida e de direitos destes obreiros negros. Havia resistência e experiência mobilizadora, em suas proporções, para conseguir a liberdade jurídica antes e após a escravidão. Neste último caso, como trabalhadores livres, sua consciência histórica das agruras da escravidão possibilitou que portuários e estivadores se organizassem também fora dos muros do cais, ou seja, em torna da religião e do lazer. Fato este, somado ao contexto os estigmatizavam, geraram repressão republicana, em especial por parte da polícia. No porto, para além das diferenças de homens negros ou brancos, nacionais ou estrangeiros, ao se socializarem no cais portuário e nos porões dos navios eles se identificavam como sendo trabalhadores.

Nesta tese, a autora optou por manter a mesma abordagem teórica utilizada na sua dissertação. A presença de E. P. Thompson em sua pesquisa lhe auxiliou compreender mais sobre a relação dos trabalhadores com outros espaços de sociabilização e construção dos aspectos identitários dos obreiros do cais. Portanto, a noção de experiência, classe e cultura operária são eixos teóricos nortes em seu estudo.

Identificamos, ademais, que a abordagem metodológica da pesquisadora manteve-se inalterada em sua obra subsequente, em consonância com sua dissertação. Embora não tenha fornecido especificações pormenorizadas, é plausível inferir que um arcabouço metodológico que envolve sua análise foi empregada para explorar os dados levantados com uma chave de leitura que buscava dar visibilidade, também, a um grupo étnico importante constituidor dos trabalhadores portuários.

Assim como em sua dissertação, as fontes mobilizadas pela autora abarcam diversos acervos de importância significativa para a compreensão do tema em questão. O Arquivo Nacional se revelou uma fonte fundamental, contemplando processos criminais, registros da União dos Operários Estivadores e registros da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e café. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, ofereceu acesso a livros de registros de entrada de presos em casa de detenção do Rio de Janeiro, cujo conteúdo se revelou de sagrado singular.

Além disso, a pesquisa foi enriquecida pela exploração da Biblioteca Nacional, que disponibilizou um acervo abrangente de 10 jornais e periódicos veiculados entre os anos de 1872 e 1970. A inclusão dos Impressos Oficiais do Estado e relatos de viagens representa uma contribuição adicional para a análise pela autora.

Ao explorar uma variedade de fontes primárias e secundárias, a autora demonstra sua dedicação em confrontar e contrastar os documentos comprovativos com as culturas historiográficas existentes, enriquecendo, assim, seu trabalho.

Tabela 17 – Quadro de fontes (2000 a 2010)

FONTES	**AUTORES**							
	Fernando Silva (2000)	**Carlos Oliveira (2000)**	**José Silva (2004)**	**Edgar Gandra (2004)**	**Erika Bastos (2005)**	**Diego Vivian (2008)**	**Jairo Falcão (2009)**	**Erika Bastos (2010)**
Depoimentos Orais	x	x	X	x	-------	x	X	---------
Processos Judiciais	x	--------	x	---------	x	x	X	X

Dados Estatísticos e Censitários	x	x	x	x	x	x	X	X
Documentos do Sindicato	x	x	x	x	x	x	X	X
Jornais	x	x	X	x	x	x	--------	X
Livros de Memória	x	--------	--------	---------	--------	-------	-------	-------
Legislação	x	x	x	x	x	x	X	X
Documentos Internacionais e Informações Diplomáticas	x	--------	------	--------	-------	-------	X	------
Correspondências	x	--------	--------	---------	--------	--------	-------	-------
Obras Literárias	x	--------	x	---------	X	--------	---------	X
Documentos dos Portos	x	x	-------	x	x	x	X	---------
Fotografias	----------	x	x	x		x	X	---------
Relatos de Viajantes	--------	---------	-------	-------	x	-------	-------	X

Fonte: Levantamento Feito pelo próprio autor a partir da análise dos dados das obras. (“x” representa presença. O “---“representa ausência)

Se fizermos uma leitura da tabela acima pela perspectiva de porcentagem, temos as seguintes informações:

Tabela 18 – Quadro de fontes (2000 a 2010) em porcentagem

Fontes	**Porcentagem**
Depoimentos Orais	Presente em 57,1% das obras.
Processos Judiciais	Presente em 14,3% das obras.
Dados Estatísticos e Censitários	Presente em 85,7% das obras.
Documentos do Sindicato	Presente em 85,7% das obras.
Jornais	Presente em 42,9% das obras.

Livros de Memória	Presente em 14,3% das obras.
Legislação	Presente em 85,7% das obras.
Documentos Internacionais e Informações Diplomáticas	Presente em 14,3% das obras.
Correspondências	Presente em 14,3% das obras.
Obras Literárias	Presente em 28,6% das obras.
Documentos dos Portos	Presente em 71,4% das obras.
Fotografias	Presente em 42,9% das obras.
Relatos de Viajantes	Presente em 14,3% das obras.

Fonte: Levantamento Feito pelo próprio autor a partir da análise dos dados das obras.

Podemos observar que os dados estatísticos e censitários, documentos do sindicato, legislação, fontes orais e documentos dos portos são as fontes mais utilizadas, presentes em mais de 70% das obras. Por outro lado, processos judiciais, livros de memória, documentos internacionais e informações diplomáticas, correspondências e relatos de viajantes são as fontes menos utilizadas, presentes em menos de 15% das fontes.

Nesta depuração de dados precisamos levar em conta alguns aspectos importantes como, por exemplo, o recorte temporal utilizado na pesquisa. As duas produções acadêmicas de Erika Arantes tratam nos anos finais do século XIX e início do século XX. Logo, é prudente pensar que a autora não utilizou entrevistas orais por conta do lapso temporal entre o recorte escolhido e o ano de produção da pesquisa. Já os demais autores, por não terem definido um recorte temporal mais distante em relação ao seu período de produção, tiveram como opção viável o uso da memória reavivada de pessoas que vivenciaram o contexto histórico in loco, como sendo parte do conjunto de suas fontes.

Outro ponto importante destes dados é em relação ao baixo uso de fontes de caráter internacional (Documentos e Informações Diplomáticas). Fernando Teixeira da Silva, durante a sua tese, teve a oportunidade de visitar acervos em outros países. Consequentemente as utilizou com mais frequência em sua pesquisa. Obviamente compreendemos também que cada obra, em seu

conjunto de fontes e arquivos acessados, depende dos objetivos e escolhas de pesquisa do autor que executa o estudo.

Apesar das fotografias serem usadas com frequência em diversas obras[66], constatamos que esta fonte em nenhuma das obras foi problematizada. No geral, foram usadas como ilustração, apenas colocadas no final das obras ou no corpo de texto para ilustrar um tópico especifico que estava sendo desenvolvido. Entendo que é necessário refletir sobre essa perspectiva visto que é algo que em minha análise das fontes ficou evidenciado. Dessa forma, creio que uma análise da fotografia como fonte histórica, é necessária. Bem como, essa ausência na produção acadêmica ora analisada estabeleceu alguns limites para as obras.

A análise fotográfica como fonte histórica, segundo a perspectiva de Ana Maria Mauad (2004), requer uma crítica renovada por parte dos historiadores, um olhar atento e sensível que vai além da superfície visual. É necessário compreender a fotografia como um documento que transcende sua mera função de registro de fatos ou representação de estilos de vida. Ao citar Jacques Le Goff, Mauad nos convida a considerar a fotografia como imagem/documento e imagem/monumento, desvelando seus diferentes significados.

Nessa abordagem, a fotografia é compreendida como um índice, uma materialidade que remete a um passado distante. Cada objeto, pessoa e lugar retratado na fotografia revela aspectos relevantes daquela época: condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, e até mesmo as condições de trabalho. Esses elementos visuais são representativos a realidade tangível,

[66] Por muito tempo, o documento escrito recebeu uma posição privilegiada como fonte principal para a reconstrução do passado, em detrimento de outras formas de registros históricos. Essa primazia do texto como documento histórico persistiu até as primeiras décadas do século XX, quando Lucien Febvre e Marc Bloch destacaram a necessidade de ampliar o conceito de documento. Eles argumentaram que a ausência de registros escritos não deveria ser interpretada como uma impossibilidade de escrever a História. Assim, de acordo com a visão renovada proposta por Le Goff (1990), o documento deve ser compreendido em seu sentido mais amplo, abrangendo não apenas os textos tradicionais, mas também outros elementos que se relacionam com a experiência humana. Nessa perspectiva, o documento se torna um monumento, uma fonte que pode ser explorada para a construção do conhecimento histórico. Essa abordagem ampliada do documento reconhece que há diversas formas de registros históricos além do texto escrito. Fotografias, pinturas, objetos, monumentos, testemunhos orais e outras manifestações materiais e imateriais podem oferecer insights valiosos sobre o passado. Cada um desses elementos carrega consigo significados e contextos que podem enriquecer nossa compreensão da História.

permitindo-nos reconstruir contextos históricos e compreender os modos de vida de determinado período.

Porém, a fotografia não se limita a um simples documento histórico, ela também se configura como um monumento simbólico. Ao selecionar e preservar determinadas imagens para o futuro, a sociedade do passado deixa uma marca de sua própria visão de mundo. Aspectos já amplamente debatidos pela historiografia, mas mesmo assim consideramos importante frisar. Entendemos que cada fotografia é uma representação acompanhada, ou seja, uma forma de narrativa visual que reflete os valores, as normas e as perspectivas da época em que foi produzida. Dessa forma, a fotografia não apenas informa, mas também conforma nossa compreensão do passado, moldando nossa interpretação histórica.

Diante dessa abordagem, torna-se essencial adotar uma postura crítica do uso das fotografias como fonte histórica. É preciso estar atento aos contextos de produção, aos propósitos do fotógrafo e às influências sociais e culturais presentes na imagem. O pesquisador, no uso de fotografias como fonte, deve questionar, investigar e interpretar as fotografias com cuidado, buscando entender a gama de significados que elas encerram. É através dessa análise aprofundada que podemos revelar não apenas a materialidade do passado, mas também as complexidades das representações visuais e as relações de poder e memória que estão subjacentes nas fotografias históricas. É digno de nota que a não utilização desses debates pela historiografia portuária aqui analisada em diferentes momentos, não foi foco de reflexão pelos autores o que gerou uma lacuna de compreensão, pois, essa necessidade de explorar as imagens já era campo de debate na academia no momento de produção de várias obras aqui discutidas.

De modo geral, a nossa última tabela exposta evidencia as diversas fontes utilizadas pelos autores, como depoimentos orais, documentos do sindicato, jornais, legislação, obras literárias, entre outras. Isso ressalta a importância de uma abordagem multidisciplinar e a valorização de diferentes tipos de fontes para a construção do conhecimento sobre o trabalho portuário, sem considerar as imagens de forma conceitual.

Conforme nos propomos no início deste capítulo, façamos agora uma análise mais abrangente sobre os aspectos teóricos e metodológicos encontrados ao longo das produções acadêmicas aqui em tela. Primeiro, sobre as abordagens metodológicas de pesquisa que foram utilizadas. Observe a tabela a seguir:

Tabela 19- Quadro de uso metodológico de 1973 a 2010

AUTOR	ANO	METODOLOGIA
BLOCO DE OBRAS PUBLICADAS ENTRE 1973 A 1986		
Ingrid Sarti	1973	História Oral. Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa. Técnica da "Colcha de Retalhos".
Darci Di Paolo	1981	Pesquisa de Campo com Depoimentos Orais e Formulários. Pesquisa Bibliográfica e Documental (Bernadete Gatti e Nagib Feres)
Maria Gitahy	1983	Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Darci Di Paolo	1986	Pesquisa de Campo com Depoimentos Orais. Pesquisa Bibliográfica e Documental (Eva Lakatos; Marina Marconi; Pedro Demo)
BLOCO DE OBRAS PUBLICADAS NA DÉCADA DE 1990		
Fernando da Silva	1991	Caderno de Campo. História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Maria Pinheiro	1996	Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Cecília Cruz	1998	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Edgar Gandra	1999	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
BLOCO DE OBRAS PUBLICADAS ENTRE OS ANOS 2000 A 2010		
Fernando da Silva	2000	História Comparada. Micro História. História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Carlos Oliveira	2000	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
José da Silva	2004	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Edgar Gandra	2004	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Erika Arantes	2005	Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Diego Vivian	2008	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Jairo Falcão	2009	História Oral e Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa
Erika Arantes	2010	Análise de Conteúdo Qualitativa e Quantitativa

Fonte: Compilado de dados da pesquisa do autor.

Para uma melhor observação e reflexão dos dados, optamos por concentrar em uma única tabela o conjunto de informações correspondentes a todo o nosso período de análise. Essa abordagem tem a vantagem de facilitar a comparação e análise das diferentes metodologias utilizadas ao longo do tempo. Com os dados organizados dessa forma, torna-se possível visualizar de maneira clara e direta as mudanças e continuidades nas abordagens metodológicas adotadas pelos pesquisadores nos diferentes períodos.

Isso é particularmente relevante para a historiografia do trabalho portuário, pois nos ajuda a compreender a evolução das práticas de pesquisa e o impacto das abordagens metodológicas na produção acadêmica sobre o

trabalho portuário no Brasil. Bem como, as não utilizações como é o caso das imagens e fotografias que destacamos anteriormente. Além disso, facilita a referência cruzada entre os blocos de tempo, permitindo identificar semelhanças e diferenças nas abordagens metodológicas adotadas pelos investigadores em cada período.

No bloco de obras publicadas entre 1973 e 1986, é possível observar que os autores utilizaram principalmente a História Oral como metodologia, combinada com a análise de conteúdo qualitativo e quantitativo. Apenas uma autora menciona o uso da técnica da "Colcha de Retalhos". Essa abordagem metodológica permite a coleta de depoimentos orais e a análise aprofundada do conteúdo desses depoimentos, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Além disso, uma pesquisa bibliográfica e documental também foi mencionada por alguns autores.

No bloco de obras publicadas na década de 1990, as metodologias utilizadas pelos autores incluem História Oral e análise de conteúdo qualitativo e quantitativo, de modo a observar um tendência metodológica na escolha das fontes permitindo uma opção de desvelar uma história vista de baixo. Como já foi escrito na introdução percebemos os indícios metodológicos, no entanto, os autores não abordaram concretamente sua opção metodológica nos seus trabalhos. Logo, percebe-se assim o uso de fontes ora buscando qualificar algumas de suas reflexões e outras que buscam quantificar e tipificar seus objetos de estudos. Logicamente, esse processo não permitiu uma compreensão amis profunda de como esses autores se apropriaram metodologicamente das fontes utilizadas.

No bloco de obras publicadas entre os anos 2000 e 2010, a História Oral e a análise de conteúdo qualitativo e quantitativo continuam sendo as principais metodologias utilizadas, ao nosso ver, pelos autores. No entanto, observe-se também a introdução de outras abordagens, como a História Comparada e a Micro História. Essas metodologias permitem uma análise mais aprofundada e comparativa dos eventos históricos, buscando entender as particularidades de diferentes contextos e indivíduos envolvidos. Essa diversidade de metodologias reflete a busca por uma compreensão mais

profunda e abrangente dos eventos históricos, considerando diferentes perspectivas e contextos.

Ao analisar a tabela de uso metodológico nas produções acadêmicas ao longo do tempo, também podemos identificar algumas mudanças no campo da pesquisa histórica tais como: variedade de metodologias, combinação de abordagens, ênfase na análise qualitativa e quantitativa e incorporação de novas tendências.

Essas mudanças no uso metodológico refletem as mudanças do campo da pesquisa histórica ao longo do tempo. A combinação de diferentes metodologias pode permitir, ao nosso ver, uma análise mais completa, levando em consideração diversas fontes, perspectivas e contextos. A introdução de novas tendências metodológicas, como a História Comparada e a Micro História, levou a uma ampliação da perspectiva na produção acadêmica. Os investigadores estão cada vez mais interessados em analisar conexões, semelhanças e diferenças entre diferentes contextos históricos.

A evolução do uso metodológico levou a uma maior diversidade de fontes utilizadas na produção acadêmica. Além das fontes tradicionais, como documentos oficiais e literatura especializada, os pesquisadores estão explorando depoimentos orais, fotografias, correspondências e outros materiais que podem fornecer perspectivas únicas e complementares sobre o passado.

Compreendemos que as mudanças metodológicas também estão relacionadas aos avanços tecnológicos, que permitem o acesso a uma quantidade maior de fontes e facilitam a análise e interpretação dos dados. O uso de ferramentas digitais, softwares de análise de dados e digitalização de documentos amplia as possibilidades de pesquisa e contribui para uma produção acadêmica mais sofisticada. No entanto, reforçamos que esse cenário devidamente explicitado pelos autores. O que, no nosso entender, é fragilidade na produções acadêmicas no sentido de propiciar aos leitores uma visão mais detalhada sobre o processo de escolha metodológica e como essa interage coma s fontes e com a escrita na pesquisa.

No contexto da historiografia do trabalho portuário, essa tabela pode ser uma ferramenta importante para futuras pesquisas, já que consegue mapear

as principais metodologias utilizadas, que forma explicitadas ou compreendidas por nós, e estimular a pesquisa sobre possíveis lacunas e contribuir para o avanço dos estudos nessa área específica. Além disso, ela pode orientar os interessados no tema, fornecendo referências e perspectivas metodológicas que podem enriquecer seus próprios assuntos.

Assim como fizemos com a tabela sobre as abordagens metodológicas, optamos por concentrar em uma única tabela o conjunto de informações correspondentes aos referenciais teóricos utilizados pelos autores nestas produções acadêmicas em foco. Observe a tabela a seguir:

Tabela 20 – Quadro de referências teóricas de 1973 a 2010

AUTOR	ANO	PERSPECTIVAS TEÓRICAS
BLOCO DE OBRAS PUBLICADAS ENTRE 1973 A 1986		
Ingrid Sarti	1973	Afinidade teórica marxista (Antônio Gramsci e Eric Hobsbawn) e História Política
Darci Di Paolo	1981	Teoria da Organização Humana – TOH (Antônio Mullher e Pasquele Di Paolo)
Maria Gitahy	1983	Experiência de Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)
Darci Di Paolo	1986	Sindicato, Cidadania e Autonomia Sindical (Lívio Labor)
BLOCO DE OBRAS PUBLICADAS NA DÉCADA DE 1990		
Fernando da Silva	1991	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)
Maria Pinheiro	1996	Experiência e Classe (E.P. Thompson). Cultura (Raymond Willians e Marilena Chauí)
Cecília Cruz	1998	Afinidade teórica marxista inglesa (Eric Hobsbawm) e História Política
Edgar Gandra	1999	Cotidiano (Benito Schimdt). Resistência (Marilena Chauí). Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson).
BLOCO DE OBRAS PUBLICADAS ENTRE OS ANOS 2000 A 2010		
Fernando Silva	2000	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)
Carlos Oliveira	2000	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)
José da Silva	2004	Representação (Roger Chartier). Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)
Edgar Gandra	2004	Resistência (Marilena Chauí). Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson). Paradigma Indiciário (Carlo Ginzburg)
Erika Arantes	2005	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)
Diego Vivian	2008	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson).
Jairo Falção	2009	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson). Paradigma Indiciário (Carlo Ginzburg)
Erika Arantes	2010	Experiência, Classe e Cultura Operária (E.P. Thompson)

Fonte: Dados computados pelo autor.

Ao nosso ver, as perspectivas teóricas adotadas pelos autores refletem as transformações sociais, econômicas e políticas relacionadas ao trabalho portuário ao longo do tempo a luz de suas concepções teóricas e sua inserção em contextos acadêmicos e sociais. A utilização da perspectiva marxista e a discussão sobre classe e cultura operária refletem a importância da análise das

relações de poder, exploração e luta de classes no contexto do trabalho portuário. A abordagem da experiência, cultura e resistência, refletem a atenção aos aspectos subjetivos, identitários e de luta por direitos dos trabalhadores portuários frente às transformações sociais e políticas. Além disso, as discussões sobre sindicato, cidadania e autonomia sindicais demonstram a importância e as diferentes formas das organizações de trabalhadores e suas lutas por direitos e melhores condições de trabalho. O trabalho portuário é uma atividade que envolve diversas atores e dinâmicas sociais, e as abordagens teóricas devem considerar essa complexidade.

As influências teóricas mais recorrentes na abordagem do trabalho portuário são evidenciadas pelos autores mencionados na tabela. Destacam-se as influências de marxistas ingleses, que permeiam a análise do trabalho portuário em diferentes períodos, com referências a Gramsci, Hobsbawm e Thompson. Além disso, há influências de autores como Raymond Williams, Marilena Chauí, Benito Schimdt, Roger Chartier e Carlo Ginzburg, que trazem contribuições importantes para a compreensão da cultura, resistência, representação e paradigmas indiciários. De modo geral, é notável a presença da perspectiva teórica de E.P. Thompson nos três blocos de tempo analisados, especialmente nos anos 2000 a 2010. Isso indica uma mudança significativa em relação às produções acadêmicas observadas entre 1973 e 1986, por exemplo.

Nesse sentido, percebe- se uma transição de ênfase das questões relacionadas ao movimento sindical, greves e paralisações das categorias para um enfoque maior no cotidiano de trabalho, na cultura operária e na visão mais próxima daqueles que vivenciaram as transformações históricas e sociais em primeira mão. Bem como, refletem uma mudança no perfil acadêmico no que tange a produção historiográfica.

Essa mudança de perspectiva reflete uma maior valorização das experiências e vivências concretas dos trabalhadores portuários. Ao se concentrar no cotidiano de trabalho e na cultura operária, os estudos passam a explorar os aspectos do trabalho portuário que muitas vezes são invisibilizados, como as dinâmicas sociais, as relações de poder e as formas de resistência e adaptação dos trabalhadores. Essa abordagem mais próxima da realidade vivida pelos trabalhadores portuários permite uma compreensão mais profunda das

suas condições de trabalho, das relações de classe e das transformações sociais que ocorrem no ambiente portuário. Além disso, ao conferir a cultura operária, os estudos ampliam a compreensão das identidades, representações e práticas que emergem nesse contexto laboral.

Além disso, as mudanças de perspectivas teóricas, também, sugerem uma maior sensibilidade em relação aos processos históricos e sociais que moldam o trabalho portuário. Fruto do cenário de transformação e adoção de novos paradigmas conceituais que marcaram o contexto da década de 1990 e começo dos anos 2000. Ao considerar as transformações históricas e sociais, os estudos podem fornecer "insights" sobre as dinâmicas em evolução, como a influência da globalização, as mudanças tecnológicas e as novas formas de organização do trabalho no contexto portuário. No entanto, vale ressaltar que essa mudança não implica em uma exclusão completa das questões sindicais, greves e paralisações. Embora o foco tenha se deslocado para outras dimensões do trabalho portuário, essas questões continuam sendo relevantes e podem ser abordadas dentro de uma perspectiva mais ampla, que leva em consideração as múltiplas facetas da vida dos trabalhadores portuários.

Outro aspecto relevante neste cenário diz respeito à discussão sobre a identidade desses trabalhadores realizados por diferentes autores. Notou-se que ,a partir dos anos 2000, esse tema passou a ser abordado em algumas obras, como é caso da tese do Edgar Gandra, Carlos Alberto de Oliveira (2000), por exemplo. Nesta discussão, autores como Stuart Hall[67], Kathryn Woodward[68], Isabel Bilhão[69], Joel Candau[70], são utilizados como "pontes" para reflexões acerca do conceito de identidade no contexto dos trabalhadores portuários. Em 2016, defendi a dissertação sobre os estivadores de Rio Grande-RS, dedicando um tópico do segundo capítulo para analisar a questão da identidade nessas categorias. Nesse período reflete que:

[67] Para mais informações ver: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução: Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
[68] Para mais informações ver: BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920).* Londrina: EDUEL, 2008.
[69] Para mais informações ver: WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2014.
[70] Para mais informações ver: CANDAU, Joel. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

> A identidade individual e/ou coletiva do “ser estivador” nasce, neste caso, da experiência de vida desses trabalhadores com o meio de produção em que estão inseridos. Edifica-se, na luta do dia a dia, melhores condições de trabalho e remuneração, transformando-se no seu *fazer-se* enquanto categoria profissional que se unifica, e cria pontos convergentes. Além desses aspectos, seria na relação com o outro, com suas diferenças e aproximações, que surge então, a imagem que o define e o representa diante do contexto sociocultural que está inserido. (SILVA, 2016, p; 80-81)

Uma pesquisa conduzida entre 2014 e 2016 que dá sequência às interpretações, perguntas e indagações propostas por pesquisadores desde os anos 2000 sobre a identidade desses trabalhadores no ambiente portuário. Portanto, verifica-se uma continuidade nas investigações e um movimento gradual de mudanças em relação aos referenciais teóricos que fornecem conceitos orientados para a compreensão de algumas facetas do passado dos portuários no Brasil.

Em suma, a mudança de ênfase nas abordagens teóricas ao longo do tempo, indica uma maior atenção ao cotidiano de trabalho, à cultura operária e às vivências dos trabalhadores portuários. Essa mudança reflete uma busca por uma compreensão mais aprofundada das experiências e transformações sociais relacionadas ao trabalho portuário, abrindo espaço para uma análise mais contextualizada e sensível aos diversos aspectos envolvidos nessa esfera laboral. Compreendemos que as mudanças teóricas e metodológicas observadas nesta pesquisa não são um fenômeno isolado no campo da produção do conhecimento histórico. São parte de um conjunto mais amplo de transformações que ocorrem no campo da pesquisa, influenciadas por diversos fatores. Entre esses fatores, destacam-se o acesso a novas fontes de informação sobre o passado, a expansão dos programas de pós-graduação nas universidades, os incentivos financeiros para pesquisas e as próprias mudanças que ocorrem no ambiente portuário.

No que diz respeito a essas mudanças no ambiente portuário, podemos mencionar as transformações tecnológicas que impactam os processos de produção e escoamento de mercadorias no cais. Essas mudanças tecnológicas têm repercussões diretas nas práticas e nas condições de trabalho dos portuários, influenciando também as dinâmicas e as relações sociais no contexto portuário. Com a chegada do neoliberalismo, o próprio trabalho portuário

encontrava-se em uma encruzilhada de transição e, a partir daí, as próprias características da funções desempenhadas por esses trabalhadores estavam em cheque, as funções não refletiam mais as mesma práticas laborativas que antes eram suas “marcas registradas”. Sobretudo, a perspectiva do trabalho braçal no cais e nos navios, que necessitava cada vez mais uma especialização e estudo escolar.

Além disso, as mudanças nas legislações trabalhistas também têm um papel importante na configuração do trabalho portuário ao longo do tempo. As leis e regulamentações protegidas pelos órgãos podem afetar tanto as condições de trabalho quanto os direitos e as garantias dos trabalhadores portuários. Essas mudanças legais podem ser reflexo de transformações mais amplas na sociedade, como as demandas por maior flexibilização ou proteção dos direitos trabalhistas. Como bem vimos na lei 8.630/93 caracterizada pela proposta de modernização dos portos no qual fica permitido às cooperativas formadas por trabalhadores portuários avulsos, registrados de acordo com esta lei, a se estabelecerem como operadores portuários para a exploração de instalações portuárias, dentro ou fora dos limites da área do porto organizado. Em outras palavras, houve um processo de precarização do trabalho.

Outro elemento a ser considerado são as formas de atuação e resistência na luta por direitos dos próprios trabalhadores portuários, que variam de acordo com o período histórico em que estão inseridos. As estratégias de luta, mobilização e organização dos trabalhadores são moldadas por contextos específicos, como a conjuntura política, as relações de poder e as demandas e reivindicações dos próprios trabalhadores. Essas formas de atuação e resistência podem se manifestar de maneiras diferentes, como greves coletivas, movimentos sindicais e ações de conscientização e mobilização. Apesar de a maioria perceberem essa transformação robusta e intensa no trabalho portuário, ficou evidente em suas teses que os pesquisadores não adentraram nesta seara das mudanças neoliberais de forma mais densa em suas pesquisas, fazendo alusão a estes aspectos em apenas alguns momentos do seu trabalho. Talvez, o interesse desses autores até 2010 fosse relatar os tempos “heroicos” dos trabalhadores portuários no Brasil. Dessa forma, as escolhas e as afeições pessoais dos investigadores são elementos importantes a serem considerados

ao analisar as diferentes abordagens e interpretações presentes no campo da historiografia do trabalho portuário.

No geral, há um elemento comum entre muitas das obras que aqui foram analisadas. O fato de diversos autores, na forma de organizar a distribuição dos tópicos de suas pesquisas, optaram por discutir temas adjacentes, mas não menos importantes, a sua problemática de pesquisa central. Como muitas delas foram as pioneiras nos estudos do trabalho portuário em sua região, precisaram ir além de uma história do movimento sindical, adentrando em assuntos sobre a relação da cidade com o porto, a relação cotidiana de trabalho e de sociabilidade. Em outras palavras, seria complexo analisar uma greve ou as condições de vida e trabalho dos operários em um determinado local sem abordar uma série de outras questões e temas que fornecessem o contexto necessário para compreender as greves ou as condições de vida em questão.

Neste sentido também, a compreensão das mudanças no campo teórico e metodológico da pesquisa sobre o trabalho portuário requer uma análise multidimensional, que considere tanto os fatores externos, como as transformações sociais e tecnológicas, quanto os fatores internos, como as escolhas e as perspectivas dos investigadores. A interseção desses elementos contribui para a construção de um conhecimento mais rico e abrangente sobre a história e as dinâmicas do trabalho portuário.

Até este ponto nesta tese, analisamos as características principais dos conteúdos apresentados em cada obra, bem como os aspectos organizacionais incorporados nessas produções acadêmicas entre 1973 e 2010. Diante dessas informações, surgem mais pontos relevantes para reflexão. Sobre à continuidade dessas pesquisas no meio acadêmico. Qual foi a repercussão dessas obras no campo da história do trabalho? Ao longo do período analisado, é possível identificar se esses autores deram continuidade às suas pesquisas, publicando em periódicos acadêmicos, por exemplo?

Essas questões suscitam um convite para dar prosseguimento a leitura no próximo capítulo. Por meio da análise desses pontos, buscaremos analisar a continuidade ou não dessas pesquisas e fazer comparações entre outras temáticas presentes na pauta da produção historiográfica sobre o trabalho no

Brasil. Ao explorar esses aspectos, esperamos ampliar o debate e a reflexão sobre a história do trabalho portuário, permitindo uma visão mais abrangente da tessitura da produção acadêmica sobre a temática em apreço.

Capítulo 3°: Publicações sobre a História do Trabalho portuário nas Revistas acadêmicas especializadas entre 1973 a 2010

Tendo presente a centralidade desta tese sobre as produções acadêmicas referentes ao trabalho portuário, algumas questões são basilares para complementar a análise que vimos perseguindo ao longo desta Tese. Dessa forma, ao analisar nossas fontes, nos deparamos com outras questões, tais como: será que esses autores deram continuidade em suas pesquisas sobre a temática portuária após a publicação de suas obras? Se sim, em quais periódicos publicaram os seus artigos? Além das revistas, quais foram as outras formas de disseminação das pesquisas utilizadas pelos autores ao longo da sua trajetória? Com essas indagações iniciais optamos por direcionar nossa análise para as revistas ou periódicos científicos na área de História, uma vez que são meios importantes de disseminação do conhecimento histórico na academia, bem como o debate na área de pesquisa sobre o que está sendo produzido intelectualmente nas universidades. Ademais, também entraram aqui como fontes de pesquisa para compreender a própria história das produções acadêmicas sobre a temática em apreço.

Nesse sentido, concordamos com o historiador Wagner Germiniano dos Santos que estudou com profundidade em sua tese essa última abordagem, ou seja, como construiu-se a noção de historiografia brasileira profissional acadêmica no Brasil a partir dos anos 1980 com o advento de revistas acadêmicas. Para o autor,

> É importante destacar que as revistas especializadas terão um papel fundamental neste processo, sobretudo para a institucionalização e profissionalização da história e dos historiadores no Brasil, em torno, sobretudo, dos programas de pós-graduação. As revistas serão um dos principais veículos de circulação dos debates e pesquisas aí produzidas e promovidas, assim como vetores do processo de especialização pelo qual passou a história e os historiadores no país nos últimos anos. Não haveria especialização do conhecimento histórico no Brasil sem a presença e o papel desempenhado por estas revistas. (SANTOS, 2018, P. 28)

Obviamente, reconhecemos que o debate acadêmico não se restringe somente a esse campo. Afinal de contas, eventos científicos como simpósios,

colóquios e grupos de trabalho, também desempenham um papel importante na expansão do conhecimento histórico. Além disso, livros individuais e coletâneas de artigos acadêmicos são outras formas, também utilizadas pelos pesquisadores, de ampliar ainda mais o alcance do conhecimento histórico para além das “paredes” universitárias.

No entanto, levando em consideração o tempo disponível para o desenvolvimento desta Tese, optamos por selecionar apenas alguns periódicos que tiveram publicações dentro do nosso período de estudo e que abordassem, de alguma forma, a História do Trabalho no Brasil, por sua vez aquelas pudessem ter artigos sobre a História do Trabalho Portuário. Inicialmente, nosso objetivo foi o de investigar se nestas revistas especializadas havia publicações sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil e quem eram os autores. Em seguida, saber se estes compunham o grupo de pesquisadores que estamos trabalhando. Nosso critério de escolha das sete revistas levou em consideração, prioritariamente, três aspectos: o primeiro o recorte temporal de publicação, ou seja, se havia edições no período que escolhemos analisar. O segundo, o seu grau de relevância na área da História, considerando se a revista possui vínculo com alguma universidade ou instituição de pesquisa na área de História. O terceiro, se estas revistas aceitavam e publicavam artigos relacionados ao mundo do trabalho.

Portanto, foram selecionadas as seguintes revistas e periódicos acadêmicos: a Revista Brasileira de História – RBH, da Associação Brasileira de História – ANPUH criada em 1981, a Revista Estudos Históricos – REH publicada pela primeira vez em 1988. A Revista Anos 90 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS que começa a circular em 1993. A Revista Navigator, organizada pela Marinha do Brasil; A Revista Mundos do Trabalho, organizada pelo GT Mundos do Trabalho. E, por fim, a Revista História Social e Revista Cadernos AEL.

É importante destacar que realizar uma análise abrangente de todos os escritos, textos, entrevistas, resenhas publicados ao longo das últimas duas ou três décadas, nessas revistas, é praticamente inviável devido à frequência e ao volume de publicações existentes nos periódicos escolhidos. Com o intuito de evitar equívocos, generalizações e delimitar melhor o conjunto de documentos, buscamos recortar para análise, nestas sete revistas, apenas os escritos, textos,

e resenhas que abordassem, especificamente, questões de natureza histórica relacionadas ao trabalho e aos trabalhadores portuários no Brasil. Cabe reforçar que esta opção objetiva investigar se estas revistas possuíam artigos dos autores estudados e, até mesmo, de outros pesquisadores que possam ter se dedicado sobre esta temática.

Dessa forma, partindo das revistas que elencamos e desse recorte temático, foi possível traçar, dentro das possibilidades, um panorama mais amplo das discussões que influenciaram o campo da História do Trabalho e dos trabalhadores portuários no país ao longo das décadas de 1970 a 2010. Em especial, para verificar se os autores que publicaram suas teses e dissertações, analisadas anteriormente, continuaram suas pesquisas e a disseminação delas através de revistas especializadas.

Em seguida, feitas essas delimitações na nossa pesquisa, o próximo passo consistiu em acessar os acervos que abrigavam os materiais selecionados. Encontramos essas fontes com relativa facilidade, uma vez que estavam disponíveis em formato digital por meio da internet. Procedemos, então, a uma análise minuciosa, examinando cada edição desde o seu primeiro volume até o ano de 2010. Como dito anteriormente, nosso objetivo primordial era identificar a disseminação de publicações relacionadas à história do trabalho no Brasil e à história do trabalho portuário. Além de verificar se os autores p analisados contribuíram com essas revistas, buscamos também identificar outros pesquisadores que se debruçaram sobre esse tema, justamente para poder ver as questões de influência e aspectos relacionais.

Após uma análise quantitativa de cada edição e volume desses periódicos, sistematizamos os dados em tabelas que serão produzidas ao longo deste tópico, proporcionando uma visão abrangente sobre as produções e publicações ao longo do período estudado. Além disso, refletiremos sobre o histórico de cada revista, destacando os aspectos relevantes que emergiram dessa análise.

Por fim, na segunda etapa deste capítulo, iremos analisar, brevemente, os currículos lattes dos autores que outrora estudamos e, dentro do possível, fazer comparações entre o que eles fizeram e o que identificamos com a análise das produções publicadas nas revistas. Observando a continuidade ou não da disseminação de suas pesquisas.

3.1 Revista Brasileira de História

A primeira foi a Revista Brasileira de História (RBH) que desempenhou um papel de destaque como meio de disseminação e circulação do conhecimento histórico produzido por pesquisadores vinculados a universidades do país, a partir da década de 1980. Estabelecida em 1981 como o "jornal" oficial da principal associação de historiadores do Brasil, a ANPUH. Vejamos o quadro abaixo que demonstra, de forma quantitativa, o que foi produzido em cada edição ao longo dos anos, bem como se houve produções sobre o trabalho portuário no Brasil.

Tabela 21- sobre as Produções da Revista Brasileira de História

EDIÇÃO- Ano	N° GERAL DE ARTIGOS	SOBRE HISTÓRIA DO TRABALHO	HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO PORTUÁRIO
V. 01 nº 01 - 1981	6	0	0
V. 01 nº 02 - 1981	8	0	0
V. 02 nº 03 -1982	4	0	0
V. 02 nº 04 - 1982	6	2	0
V. 03 nº 05 - 1983	15	0	0
V. 03 nº 06 - 1983	3	2	0
V. 04 nº 07 - 1984	7	1	0
V. 04 nº 8 e 9- 1985	7	1	0
V. 05 nº 10 - 1985	7	3	0
V. 06 nº 11 - 1985/86	7	6	0
V. 06 nº 12- 1986	10	3	0
V. 07 nº 13- 1986/87	9	0	0
V. 07 nº 14- 1987	11	2	0
V. 08 nº 15- 1987/88	9	1	0

V. 08 nº 16- 1988	8	0	0
V. 09 nº 17- 1988/89	9	0	0
V. 09 nº 18- 1989	13	1	0
V. 10 nº 19- 1989/90	9	0	0
V. 10 nº 20- 1990	12	0	0
V. 11 nº 21- 1990/91	13	1	0
V. 11 nº 22- 1991	8	0	0
V. 12 nº 23/24- 1992	12	1	0
V. 12 nº 25/26- 1992/93	18	0	0
V. 14 nº 27- 1994	15	3	0
V. 14 nº 28- 1994	13	3	0
V. 15 nº 29- 1995	11	0	0
V. 15 nº 30- 1995	10	1	0
V. 16 nº 31/32- 1996	17	0	0
V. 17 nº 33- 1997	13	1	0
V. 17 nº 34- 1997	11	1	0
V. 18 nº 35- 1998	19	1	0
V. 18 nº 36- 1998	14	0	0
V. 19 nº 37- 1999	12	1	0
V. 19 nº 38- 1999	11	1	0
V. 20 nº 39- 2000	10	0	0
V. 21 nº 40- 2001	11	0	0
V. 21 nº 41- 2001	12	1	0
V. 21 nº 42- 2001	11	0	0
V. 22 nº 43- 2002	10	0	0
V. 22 nº 44- 2002	11	0	0
V. 23 nº 45- 2003	11	0	0
V. 23 nº 46- 2003	11	0	0
V. 24 nº 47- 2004	11	1	0

V. 24 nº 48- 2004	13	0	0
V. 25 nº 49- 2005	9	0	0
V. 25 nº 50- 2005	11	0	0
V. 26 nº 51- 2006	12	0	0
V. 26 nº 52- 2006	10	1	0
V. 27 nº 53- 2007	13	0	0
V. 27 nº 54- 2007	13	0	0
V. 28 nº 55- 2008	11	0	0
V. 29 nº 56- 2008	13	0	0
V. 29 nº 57- 2009	7	0	0
V. 30 nº 58- 2009	8	1	0
V. 30 nº 59- 2010	11	0	0
V. 30 nº 60- 2010	12	0	0
Total: 60	**585**	**40**	**0**

Fonte: Levantamento do autor

Como podemos ver, a tabela apresenta dados sobre a publicação de artigos na Revista Brasileira de História destacando o número de artigos com temáticas gerais, artigos sobre história do trabalho e artigos sobre história do trabalho portuário, ao longo de um período que vai de 1981 a 2010.

É possível observar que o número geral de artigos aumentou ao longo dos anos, indicando um crescente interesse pela pesquisa histórica nesse período. No total, foram publicados 585 artigos ao longo dos 60 números da revista. Nota-se que a partir de 1992, o número de artigos publicados em cada edição passou, em sua maioria, da casa dos dez artigos mantendo-se assim até 2010. Um volume maior de pesquisas começa a ser produzida no País, apresentando diferentes dossiês temáticos. Todavia, apenas na edição de 1985/86 (Sociedade e Trabalho na História) é que identificamos um dossiê dedicado ao mundo do trabalho com sete artigos, sendo seis ligados especificamente ao universo dos trabalhadores. As demais edições e dossiês, até o ano de 1994, chegaram a apresentar até 3 artigos relacionados a essa temática. Depois deste ano, as

produções se restringiram a apenas 1 artigo sem regularidade nas edições. Em outras palavras, diminui-se a frequência.

Em relação aos artigos específicos sobre a história do trabalho, apenas 40 foram publicados durante todo o período analisado. Essa quantidade é relativamente baixa, para ser mais específico, cerca de 6,84 % apenas. Isso pode sugerir que o tema da história do trabalho pode não ter sido uma área de abordagem principal na revista. Além disso, é interessante notar que não foram identificados artigos específicos sobre historiografia do trabalho portuário. Esses dados evidenciam a necessidade de maior atenção e investimento em estudos relacionados à história do trabalho e, mais especificamente, à historiografia do trabalho portuário. Nesta oportunidade, não realizamos uma análise comparativa com outras áreas presentes. Todavia, mesmo não tendo feito essa cotejamento com outras áreas, fica evidente a redução de artigos sobre o mundo do trabalho.

3.2 Revista Estudos Históricos

A Revista Estudos Históricos[71] assume, a partir do final dos anos 1980, um papel relevante como espaço para disseminação e circulação de discussões teóricas, metodológicas e sobre diversas temáticas de cunho histórico e social. Especificamente, essa revista abrange tanto as Ciências Sociais de maneira geral como a História em particular. Com o propósito expresso de promover e difundir debates acalorados sobre o ofício do historiador no Brasil, a Revista Estudos Históricos adota uma abordagem editorial que transcende as limitações disciplinares, tornando-se uma plataforma de intercâmbio intelectual não exclusiva para historiadores, mas aberta a diversos estudiosos.

Como vimos nos capítulos anteriores, as produções acadêmicas feitas entre 1973 e 1986 sobre os trabalhadores portuários foram realizadas por quatro cientistas sociais e historiadoras. Durante o levantamento das revistas especializadas, a escolha da Revista Estudos Históricos também se deu por

[71] Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV. Atualmente a revista é classificada como A1 no Qualis Capes na área de história e interdisciplinar. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas históricas e promover cursos de graduação e pós-graduação.

conta do seu aspecto interdisciplinar que abrangia pesquisas históricas e sociais. Consideramos que nela, as quatro autoras referidas poderiam ter publicado artigos. Entendemos que era possível, uma vez que publicariam suas obras neste recorte temporal e se encaixariam no critério de receptividade de trabalho, ou seja, aceitavam artigos de sociólogos e historiadores. No entanto, ao investigar as edições, não encontramos suas pesquisas publicadas nesta revista. O que nos causou estranhamento, talvez os critérios de proximidade intelectual e relacionamento acadêmico possam explicar essas ausências neste contexto.

É importante ressaltar que essa revista tem suas origens intimamente relacionadas às instituições de produção do conhecimento histórico no estado do Rio de Janeiro. Esse contexto permite situá-la em uma série documental que, ao mesmo tempo, complementa e se contrapõe às produções feitas pela RBH. Diante disso, pensamos que da análise dessa abordagem, torna-se possível observar uma ampla pluralidade de debates sobre o que estava sendo denominado como "historiografia brasileira" e, consequentemente, mapear outros espaços e contextos de confronto e disputas tanto no âmbito institucional e intelectual, como também no campo do saber histórico no país. Vejamos, no quadro abaixo, os dados levantados sobre as publicações da revista a partir de 1988.

Tabela 22- Produções da Revista Estudos Históricos

EDIÇÃO -Ano	N° GERAL DE ARTIGOS	SOBRE HISTORIA DO TRABALHO	HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO PORTUÁRIO
v. 1 n. 1 (1988)	5	0	0
v. 1 n. 2 (1988)	6	0	0
v. 2 n. 3 (1989)	5	0	0
v. 2 n. 4 (1989)	4	0	0
v. 3 n. 5 (1990)	5	0	0
v. 3 n. 6 (1990)	6	2	0
v. 4 n. 7 (1991)	8	0	0
v. 4 n. 8 (1991)	7	0	0

v. 5 n. 9 (1992)	6	0	0
v. 5 n. 10 (1992)	4	0	0
v. 6 n. 11 (1993)	5	0	0
v. 6 n. 12 (1993)	6	0	0
v. 7 n. 13 (1994)	13	0	0
v. 7 n. 14 (1994)	8	0	0
v. 8 n. 15 (1995)	7	0	0
v. 8 n. 16 (1995)	8	0	0
v. 9 n. 17 (1996)	12	0	0
v. 9 n. 18 (1996)	6	0	0
v. 10 n. 19 (1997)	7	0	0
v. 10 n. 20 (1997)	9	0	0
v. 11 n. 21 (1998)	13	0	0
v. 12 n. 22 (1998)	5	0	0
v. 13 n. 23 (1999)	6	0	0
v. 13 n. 24 (1999)	9	0	0
v. 14 n. 25 (2000)	7	0	0
v. 14 n. 26 (2000)	6	0	0
v. 1 n. 27 (2001)	7	0	0
v. 2 n. 28 (2001)	9	0	0
v. 1 n. 29 (2002)	9	0	0
v. 2 n. 30 (2002)	8	0	0
v. 1 n. 31 (2003)	11	0	0
v. 2 n. 32 (2003)	8	0	0
v. 1 n. 33 (2004)	8	0	0
v. 2 n. 34 (2004)	6	0	0
v. 1 n. 35 (2005)	8	0	0
v. 2 n. 36 (2005)	8	0	0
v. 1 n. 37 (2006)	10	0	0
v. 2 n. 38 (2006)	6	0	0
v. 1 n. 39 (2007)	4	0	0

v. 2 n. 40 (2007)	8	0	0
v. 21 n. 41 (2008)	5	0	0
v. 21 n. 42 (2008)	9	0	0
v. 22 n. 43 (2009)	14	0	0
v. 22 n. 44 (2009)	11	0	0
v. 23 n. 45 (2010)	8	0	0
v. 23 n. 46 (2010)	8	0	0
TOTAL – 46 ED	**278**	**2**	**0**

Fonte: Pesquisa do autor

Ao longo das 46 edições, um total de 278 artigos foram publicados. Essa quantidade indica um ritmo regular de publicações, com uma média de aproximadamente 6 artigos por edição. Dos 278 artigos, apenas 2 foram categorizados como "Sobre História do Trabalho". Cerca de 0,72% das publicações. Essa representação extremamente baixa sugere uma falta de ênfase ou interesse por parte da revista acerca desse tema específico, já que as questões relacionadas ao trabalho não foram abordadas de maneira significativa dentro do escopo da revista.

Neste recorte temporal, percebemos que há continuidade e estabilidade da revista, de modo que pode ser usada tanto como fonte quanto como referência de publicação para estudos históricos. Apesar disso, não foram encontrados registros de artigos que tratassem sobre a História do Trabalho Portuário no Brasil nas edições remanescentes. Essa ausência indica uma lacuna ainda maior no campo da historiografia do trabalho portuário, sugerindo que esse tema não foi atrativo ou não recebeu atenção dos editores desta revista, quiçá de outras revistas também, como na RBH, na qual não identificamos artigos sobre essa temática.

Podemos observar que duas grandes revistas especializadas do país, as quais iniciaram suas publicações a partir de 1980 e que representavam o eixo acadêmico Rio-São Paulo, não houve publicações em um volume significativo sobre a história do Trabalho e, menos ainda, sobre a história do trabalho portuário. Essa falta de representatividade pode apontar para oportunidades de pesquisa e um maior número de publicação nesses campos específicos da

história, o que poderia contribuir para o avanço do conhecimento histórico sobre o trabalho no Brasil.

3.3- Revista Anos 90

Prosseguindo com nossa análise, a Revista Anos 90, destaca-se por ser uma das primeiras publicações especializadas, vinculadas diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possuindo como uma de suas linhas principais de pesquisa a teoria e a metodologia da História. A criação da Revista Anos 90 assume, portanto, um significado simbólico para a emergência e consolidação dessas discussões sobre teoria e metodologia no campo histórico, permitindo a construção de uma série documental que amplia essa abordagem além do eixo Rio-São Paulo. Até 2014, a revista manteve suas publicações impressas, depois deste ano, limitou-se à versão digital através do site institucional.

Aproveitamos a oportunidade para uma breve discussão sobre a questão da digitalização de fontes. É inegável que o advento da internet tem trazido um impacto significativo para a pesquisa histórica, proporcionando maior facilidade de acesso a arquivos, acervos e fontes de diferentes partes do mundo. A digitalização de documentos e fotografias, por exemplo, assim como a disponibilização on-line de conteúdos de revistas acadêmicas, tem sido um marco na democratização do conhecimento histórico no Brasil e em outras áreas da humanidade.

Esse acesso facilitado e a possibilidade de consulta remota têm permitido que estudiosos de diferentes regiões tenham acesso a informações valiosas que antes eram restritas geograficamente. Isso contribui para uma ampliação das perspectivas de pesquisa e para o enriquecimento dos estudos históricos ao possibilitar o cruzamento de dados e a comparação de diferentes realidades.

No entanto, é preciso estar atento ao fato de que a abundância de informações disponíveis na internet pode gerar desafios para o pesquisador. A imensa quantidade de dados disponíveis pode levar a uma sensação de sobrecarga e desorientação, tornando difícil discernir quais fontes são interessantes e relevantes para a pesquisa em questão.

Por esse motivo, é fundamental que o pesquisador faça um processo mais atento de organização e ordenação do conteúdo acessado pela internet. É preciso ter em mente que a mera exclusão de dados não é suficiente para uma pesquisa de qualidade. A capacidade de selecionar as fontes mais pertinentes, analisá-las criticamente e contextualizá-las corretamente é essencial para uma abordagem consistente e coerente do objeto de estudo.

Além disso, é importante considerar que, apesar das facilidades oferecidas pela internet, é necessário manter o olhar crítico e cauteloso ao lidar com informações on-line. A veracidade e a confiabilidade das fontes devem ser sempre questionadas e verificadas, evitando, assim, a disseminação de informações incorretas ou tendenciosas.

Em suma, o acesso à internet tem revolucionado o campo da história e permitido que um público mais amplo se beneficie das informações históricas disponíveis. Contudo, essa riqueza de dados requer uma abordagem metodológica sólida, com critérios bem definidos para selecionar, organizar e interpretar as fontes, garantindo, assim, a qualidade e a comprovação das pesquisas históricas realizadas na era digital.

Feitas essas considerações, aproveitamos como gancho as informações que tivemos da referida revista sobre o seu processo de digitalização, passamos agora, para análise do quadro abaixo. Relacionamos o número de artigos publicados entre 1993 a 2010 com o índice de publicações ligadas à história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, especialmente se houve artigos sobre o labor portuário.

Tabela 23- Produções da Revista Anos 90 –UFRGS

EDIÇÃO	N° GERAL DE ARTIGOS	SOBRE HISTÓRIA DO TRABALHO	HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO PORTUÁRIO
1-1993	7	0	0
2-1994	11	2	0
3-1995	7	1	0
4-1995	9	1	1

5-1996	9	1	0
6-1997	7	1	0
7-1997	8	3	0
8-1998	9	2	0
9-1998	10	0	0
10-1998	9	0	0
11-1999	9	0	0
12-1999	9	0	0
13-2000	16	1 (Resenha)	0
14-2001	9	0	0
15-2001	11	0	0
16-2003	15	0	0
17-2003	6	0	0
18-2004	13	0	0
19-2005	14	1	0
20-2006	15	2	0
21-2007	7	1	0
22-2007	7	0	0
23-2008	11	0	0
24-2008	14	0	0
25-2009	11	0	0
26-2009	11	0	0
27-2010	10	6	0
28-2010	11	1	0
TOTAL			
28	**327**	**19**	**1**

Fonte: Levantamento de dados realizado pelo autor

Inicialmente observamos que dos 327 artigos, 19 abordam a temática da História do Trabalho, sendo um destes uma resenha de livro. Esses artigos exploram aspectos relacionados ao trabalho e suas diversas perspectivas históricas, como processos de trabalho, lutas trabalhistas, condições laborais, entre outros temas. Ao longo do período analisado, percebe-se um crescimento

gradual no número de artigos publicados. A revista apresenta uma produção constante, com uma média de 11,6 artigos por edição. Embora o número de artigos específicos sobre o tema do trabalho seja relativamente baixo em comparação ao total geral de artigos publicados, a presença dessas publicações indica o interesse por parte dos editores da revista em disponibilizar espaço para as pesquisas, assim como a Revista Brasileira de História, vinculada à ANPUH, a qual publicou 40 artigos.

Diferente das revistas analisadas anteriormente, na Anos 90, identificamos um artigo específico sobre História do Trabalho Portuário. Trata-se de um texto do autor Cezar Teixeira Honorato, intitulado "Doqueiro: entre o controle e o acidente"[72]. Este artigo, segundo o autor, é uma versão preliminar de um trabalho de "maior fôlego" que estava sendo escrito. De fato, o trabalho foi concluído, pois Honorato aprofundou a discussão sobre a formação capitalista portuária no Brasil através de sua tese de doutorado, defendida em 1994, e intitulada "O Polvo e o Porto: A montagem do Complexo Portuário Capitalista em Santos", que mais tarde deu origem ao livro *"O Polvo e o Porto: A Cia. Docas de Santos (1888-1914)",* publicado em 1996 através da editora Hucitec.

Assim como Ingrid Sarti (1981), Maria Gitahy (1992) e Fernando Silva (1995), Cesar Honorato investigou a formação portuária de Santos, só que, diferente dos pesquisadores anteriormente mencionados, Honorato efetuou um estudo a partir da ótica da História Econômica, ou seja, o foco da sua pesquisa não eram os trabalhadores, mas sim a empresa que administrava o porto em Santos. Por este motivo, sua pesquisa não foi analisada nesta tese como uma fonte, como parte das produções acadêmicas que tratam sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil. Apesar disso, o autor utilizou em sua bibliografia de estudos as obras de Sarti (1981), Gitahy (1992) e Silva (1995) o que demonstra, mesmo que na forma de amostragem, a influência dessas obras pioneiras que vimos trabalhando.

A sua motivação inicial na tese era de investigar a construção do império empresarial de Gaffrée e Guinle, os quais assumiram a concessão das obras do Porto de Santos, no final da segunda metade do século XIX, e

[72] Para mais informações ver: HONORATO, C. Doqueiro: entre o controle e o acidente. **Anos 90**, *[S. l.]*, v. 3, n. 4, p. 45–57, 1995. DOI: 10.22456/1983-201X.6154. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6154. Acesso em: 1 jul. 2023.

fundaram, em 1892, a Companhia Docas de Santos com o objetivo de construir e explorar o Porto de Santos no Estado de São Paulo.

Por outro lado, para a história portuária do Brasil, César Honorato apresenta um estudo sistemático que investiga, especificamente, a formação de uma empresa responsável pela construção e manutenção da mão de obra de trabalho portuário. Esta pauta foi articulada com uma leitura das relações sócio históricas que, segundo o autor, foi a mola propulsora da consolidação empresarial da Companhia Docas de Santos. Para compreender a construção do complexo portuário santista, foi necessário olhar para século XVIII (período dos trapiches particulares) e XIX, objetivando compreender o contexto jurídico-administrativo das empresas concessionárias de serviço público.

Do conjunto das três revistas especializadas analisadas até aqui, somamos um montante de 1190 artigos publicados, destes números apenas 60 artigos e mais uma resenha possuem relação com a História do Trabalho. Além disso, apenas 1 artigo deste universo todo de publicações abordou a história do trabalho portuário no Brasil. Um detalhe importante é que esta publicação não foi de um dos autores e autoras que analisamos nos dois primeiros capítulos desta tese. Vejamos como ficará este cenário após as próximas análises que virão a seguir. Dessa maneira, fica evidente que não houve uma rápida disseminação da temática que estamos analisando por diferentes aspectos.

3.4- Revista Navigator

Investigamos também a revista Navigator, organizada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil. Diferente das demais, que estavam ligadas a universidades ou a uma associação de pesquisadores (ANPUH), por exemplo, a Revista Navigator difere-se deste perfil por ser um periódico vinculado a uma instituição militar marítima do país. Escolhemos esta revista justamente por este perfil diferenciado de vínculo editorial e por ter como eixo principal de publicações a temática da História Marítima. Um assunto intimamente relacionado com a história portuária, ao nosso entender. Logo, presumimos inicialmente que poderíamos encontrar, nesse periódico, um espaço profícuo para publicações sobre esta temática

mesmo tendo presente o perfil mais “oficial” da revista. Vejamos a tabela a seguir compondo nosso levantamento de publicações feitas entre os anos de 1973 a 2010. E, em seguida, analisaremos o perfil da revista.

Tabela 24- Produções da Revista Navigator

EDIÇÃO/ANO	ARTIGOS GERAL	HISTÓRIA DO TRABALHO	HISTÓRIA DO TRABALHO PORTUÁRIO	RESENHAS
N. 7- (06/1973)	3	0	0	0
N. 8- (06/1973)	3	0	0	0
N. 9- (06/1974)	3	0	0	0
N. 10- (12/1974)	5	0	0	0
N. 11- (06/1975)	5	0	0	0
N. 12- (12/1975)	5	0	0	0
N. 13- (1976/77)	4	0	0	0
N. 14- (06/1978)	5	0	0	0
N. 15- (1978/79)	4	0	0	0
N. 16- (1979/80)	4	0	0	0
N. 17-(1981)	4	0	0	0
N. 18-(1982)	5	0	0	0
N. 19-(1983)	2	0	0	0
N. 20- (1984/85)	2	0	0	0
V.1 N.1 (2005)	6	0	0	0
V.1 N.2 (2005)	7	0	0	3
V.2 N.3 (2006)	5	1	0	1

V.2 N.4 (2006)	6	0	0	1
V.3 N.5 (2007)	6	0	0	1
V.3 N.6 (2007)	7	0	0	2
V.4 N.7 (2008)	5	0	0	1
V.4 N.8 (2008)	1	0	0	0
V.5 N.9 (2009)	6	0	0	1
V.5 N.10 (2009)	7	0	0	1
V.6 N.11 (2010)	10	0	0	1
V.6 N.12 (2010)	8	0	0	1
TOTAL: **26 EDIÇÕES**	**124**	**1**	**0**	**13**

Fonte: Levantamento de dados do autor

Ao todo foram publicados 124 artigos nas diferentes edições. Inicialmente podemos observar que há uma variação no número de artigos em cada edição, variando de 1 a 10 artigos. A tabela indica apenas um artigo específico sobre História do Trabalho o que sugere que esse tema não foi abordado com quase nenhuma frequência nas publicações da revista Navigator.

Se observarmos a tabela mais atentamente, veremos que no ano de 1985 houve uma pausa nas edições que perduraram até o ano de 2005. Ao perceber isso, e ler os artigos que foram publicados, foi possível identificar que o perfil da revista mudou, não só pela quantidade de artigos publicados, mas também pela ampliação de temáticas, inclusão de resenhas de obras e disponibilização de documentos históricos. De 1973 até 1985, podemos compreender que os artigos eram compostos de temáticas internas da Marinha, praticamente endógena, para fornecer subsídios para compreender a história marítima brasileira. Anos se passaram após esta pausa e, paulatinamente, houve mudanças no setor do

Departamento de História da Marinha, através do qual o corpo editorial da revista foi se capacitando com pós-graduações e ampliações de estudos.

Com isso, houve um esforço para que a revista viesse a ser novamente editada com um viés mais científico, permitindo que trabalhos de pesquisadores externos participassem das edições. Por ser uma revista vinculada ao setor militar, é preciso levar-se em conta as tradições e os entendimentos da hierarquia de comando da própria instituição a respeito da História. Há, portanto, certo cuidado em publicar assuntos que podem, de alguma forma, não estar alinhados com as tradições militares no país ou que venham a macular a história da instituição. Temas históricos mais complexos e tensionados como o mundo do trabalho (luta de classe, greves e paralisações) e a ditadura militar, por exemplo, dificilmente seriam publicados.

Apesar dessa compreensão inicial sobre a revista, continuamos as apreciações das edições para confirmarmos ou não tal premissa. De fato, como demonstrado na tabela, dos 124 artigos publicados apenas um tratou do tema relacionado à história do trabalho[73], escrito por uma historiadora que havia sido estagiária do Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha.

Atualmente, a revista conta com publicações regulares semestrais desde 2005 e vem ampliando, dentro das suas possibilidades, as temáticas de artigos. Como, por exemplo, na edição de 2016 (v.12 n.23) que tratou sobre o esporte militar brasileiro e na edição e 2019 (v.15 n. 29) sobre as interfaces da arte no universo da história marítima e militar.

Não identificamos nenhuma publicação dos autores que foram objeto de análise nos capítulos anteriores, assim como de outros pesquisadores que possam ter se dedicado ao estudo do trabalho e dos trabalhadores portuários no

[73] Artigo intitulado "**Trabalho e organização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na década de 1820**", escrito por Karina Brotherhood. Conforme a autora, através de sua pesquisa, foi possível construir, de forma descritiva, o cotidiano, não só dos próprios militares, como também da principal mão-de-obra deste estabelecimento militar: os escravos. As relações de poder estabelecidas entre os militares e os escravos contribuíram para um processo de produção de informações que trazem à tona uma realidade vivida pelos agentes históricos envolvidos. Navigator, v.2 n. 3. 2006.

contexto brasileiro. Essa ausência pode ser compreendida à luz da seleção temática realizada pela revista, da orientação institucional da editora e dos pesquisadores que nela publicaram seus textos. Contudo, consideramos relevante que, em um futuro próximo, a revista amplie ainda mais seu escopo temático e inclua publicações que abordem o universo do trabalho portuário. Tal iniciativa seria particularmente valiosa, uma vez que no âmbito da história marítima, o porto, os trabalhadores e suas histórias desempenham um papel significativo.

A finalidade inicial de se analisar a Revista Navigator era de verificar se, por tratar-se de um espaço exclusivo para divulgações de pesquisas sobre a História Marítima e Naval do país, seria possível encontrar artigos sobre o trabalho portuário no Brasil. Como resultado da pesquisa, inferimos que não tivemos êxito com essa premissa inicial. No entanto, extrapolando o nosso recorte temporal de análise, é relevante destacar que atualmente a revista está, atualmente, abrindo espaço para discussão mais direcionada sobre o trabalho portuário. Um exemplo disso é a chamada do dossiê[74] da edição n° 37, de 2023 que trata sobre as populações ribeirinhas, marinheiros, marítimos, estivadores, trabalhadores do mar e embarcações típicas das região Norte e Nordeste do Brasil.

Tal fato indica que os apontamentos feitos nesta tese evidenciam a tendência de continuidade nas pesquisas relacionadas a História do Trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil. Apesar de consideramos essas iniciativas ainda “tímidas”, se levarmos em consideração o potencial de pesquisa e a relevância do Porto em diversas perspectivas aqui no País.

3.5- Revista História Social

Outro periódico especializado que investigamos foi a Revista História Social – RHS[75] que dispõe de publicações acadêmicas de responsabilidade dos

[74] Para mais informações ver: < https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/issue/view/575>. Acesso em janeiro de 2023.

[75] Segundo o site institucional da Revista, a partir do ano de 2008, a RHS passou a ter periodicidade semestral e a partir de 2009, a RHS passou a ser publicada por meio eletrônico (ISSN: 2178-1141) e impresso (ISSN: 1413-7046). Após 10 anos de descontinuidade, entre 2013 e 2023, a revista foi retomada e publicada por meio eletrônico. Tem por finalidades: publicação

alunos do Programa de Pós-Graduação em História do IFC/UNICAMP. Observamos a seguir, o quadro com dados quantitativos sobre as edições e publicações realizadas entre 1994 a 2010.

Tabela 25- Produções da Revista História Social

EDIÇÃO/ANO	ARTIGOS GERAL	HISTÓRIA DO TRABALHO PORTUÁRIO	HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL	RESENHAS
n. 1 (1994)	5	0	1	0
n. 2 (1995)	4	0	1	1
n. 3 (1996)	6	0	2	1
n. 4/5 (1997/98)	2	0	1	3
n. 6 (1999)	4	0	0	2
n. 7 (2000)	11	0	0	1
n. 8/9 (2001/2002)	7	0	1	0
n. 10 (2003)	10	0	0	1
n. 11 (2005)	11	0	0	0
n. 12 (2006)	8	0	1	0
n. 13 (2007)	13	0	2	0
n. 14/15 (2008)	18	0	18	1
n. 16 (2009)	11	0	1	0
n. 17 (2009)	14	0	0	0
n. 18 (2010)	10	0	0	0

de trabalhos históricos e historiográficos inéditos, na forma de artigos; divulgação de resenhas, traduções e entrevistas relativas a temáticas históricas; divulgação de fontes e arquivos para a pesquisa na área de História; divulgação de dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Toda edição da RHS contará com um dossiê. Cabe aos Editores propor o dossiê para cada nova chamada de inscrição de trabalhos. O título de cada edição da RHS corresponderá ao dossiê. Além dos artigos relacionados ao dossiê, poderão ser submetidos outros trabalhos voltados para a área de História, para compor a seção livre de cada volume. Disponível em: < https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/about>. Acesso em: 1 jul. 2023.

n. 19 (2010)	10	0	0	0
TOTAL:	**144**	**0**	**28**	**10**

Fonte: Levantamento feito pelo autor

Os dados extraídos da tabela acima fornecem informações importantes sobre a produção acadêmica da Revista História Social ao longo de 19 edições, publicadas entre 1994 e 2010. Nesse período, foram contabilizados 144 artigos, dos quais apenas 28 abordam a história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, contemplando diferentes contextos temporais e espaciais. Destaca-se que não foram encontrados artigos específicos sobre o trabalho e os trabalhadores portuários.

Entretanto, salienta-se a presença de 10 resenhas sobre obras que tratam do mundo do trabalho, ao nosso ver. Entre elas, ressalta-se a resenha escrita pelo historiador Alexandre Fortes sobre o livro "A carga e a culpa"[76], de Fernando Teixeira da Silva, presente na segunda edição de 1995. Essa obra, em particular, como destacado no capítulo anterior, aborda a atuação dos doqueiros no porto de santos.

O fato de a resenha ter sido publicada no mesmo ano de lançamento do livro levanta a possibilidade de haver um contato prévio entre os pesquisadores ou até mesmo o reconhecimento significativo do estudo de Silva no campo historiográfico, tornando-o merecedor de destaque na revista. Vale frisar que, na década de 1990, as revistas especializadas, incluindo a RHS, eram predominantemente disponibilizadas na versão impressa, sem as versões eletrônicas como veremos em escala a partir dos anos 2000.

A existência desta resenha na revista é uma ferramenta relevante para divulgação dos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil, permitindo que outros pesquisadores tomem conhecimento das discussões em curso e, consequentemente, venham a se interessar por essa temática.

[76] FORTES, A. A carga e a culpa. **Revista História Social**, *[S. l.]*, n. 2, p. 175–181, 2023. DOI: 10.53000/hs.vi2.80. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/80. Acesso em: 10 Fev. 2023.

Desta forma, a análise feita por nós dos dados apresentados reforça a importância da revista como veículo de disseminação do conhecimento histórico e destaca o símbolo das resenhas das obras publicadas para ampliar a visibilidade de estudos específicos sobre o mundo do trabalho, especialmente no contexto portuário brasileiro. É fundamental que esses estudos sejam compartilhados e debatidos para fortalecer a produção acadêmica e promover uma compreensão mais abrangente e aprofundada da história do trabalho no país.

Apesar não termos encontrado nenhum artigo sobre a história dos trabalhadores portuários no Brasil na Revista História Social, identificamos um artigo escrito por Fernando Teixeira da Silva e Maria Lúcia Ciara Gitahy. O artigo foi publicado na revista em 1996 na terceira edição, disserta sobre o Movimento Operário da construção civil santista durante a primeira guerra mundial. São dois pesquisadores expoentes nos estudos sobre o movimento operário santista entre final do século XIX e início do XX. Tanto as produções acadêmicas de Silva (1995 e 2000) quanto as de Gitahy (1992) reconhecem que os trabalhadores da construção civil de Santos tiveram um papel importante como influenciadores para os estivadores e doqueiros no que se refere a organização sindical e luta por direitos. Desta forma, reconhecemos que este artigo, embora não trate dos portuários especificamente, é uma evidência de que os autores estavam engajados em manter-se ativos na produção acadêmica com pesquisas sobre o mundo do trabalho.

Além disso, é digno de nota que, ao pesquisarmos as publicações feitas pela Revista História Social, foi possível perceber o seu processo de construção. Geralmente, nas apresentações iniciais de cada volume, os editores fazem um apanhado geral dos caminhos percorridos por eles ao longo dos anos. Para quem pesquisa sobre a geografia disciplinar e a formação do campo historiográfico no Brasil esse tipo de informação é importantíssima. Afinal, evidencia o próprio trajeto da História acadêmica em construção a partir das revistas especializadas na disseminação do conhecimento histórico produzido por historiadores profissionais. O relato dos editores na publicação de n°6 no ano de 1999 evidência, claramente, o que discutimos anteriormente:

> História Social é uma revista anual dirigida e editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em História Social da UNICAMP. Desde o seu primeiro número, em 1994, a revista sofreu algumas mudanças, não apenas no seu Conselho Editorial, renovado anualmente, mas também nos seus objetivos e aspirações. Em primeiro lugar, a abertura cada vez maior à colaboração externa, que tem origem na apresentação frequente de textos originais de procedências diversas, e não apenas aqueles oriundos do programa de pós-graduação na UNICAMP. Isso prova que História Social já se tornou uma opção respeitável para a publicação dos pesquisadores em história do país. Na tentativa de consolidar essa posição, tentamos também reforçar a abertura a temas atuais, promovendo entrevistas com importantes historiadores contemporâneos e traduzindo contribuições significativas do debate historiográfico. A consolidação da estrutura da revista, dividida em seções fixas – dossiê, artigos, tradução, fontes e arquivos, entrevistas e resenhas – responde a esse mesmo impulso de estabelecer com mais clareza os espaços de publicação em História Social. (EDITORIAL, 1999, n°6, p.7)

O trecho citado acima do editorial de 1999 destaca a preocupação em consolidar a posição da revista e a importância de se estabelecer um espaço de destaque para a publicação de pesquisas nessa área. Essas informações fornecem aos pesquisadores uma visão mais ampla do contexto em que a revista está inserida, além de evidenciar seu papel como veículo para a divulgação de trabalhos recentes e contribuições para a historiografia. Modificações estas que não se restringem somente a esta revista, pois as que foram analisadas aqui nesta tese passaram por transformações ao longo dos anos.

Cabe, ainda, refletir que, em 2008 na edição n° 14/15 da RHS, houve a publicação de um dossiê temático sobre Mundos do Trabalho. Fernando Teixeira da Silva foi o responsável por organizar esse dossiê e na apresentação do editorial manifesta suas percepções e preocupações acerca das produções acadêmicas sobre este campo. Para o autor,

> Os artigos que compõem este número da revista atestam a vitalidade da História Social do Trabalho. Passado o impacto dos estudos produzidos entre o final dos anos 1970 e meados da década de 1980, esta área de conhecimento atravessou períodos difíceis e de incerteza. Mudanças profundas do capitalismo– tanto no que concerne à introdução de novas tecnologias nas fábricas e novos modelos de gestão empresarial, quanto ao "consenso neoliberal", articulado ao acelerado processo de mundialização da economia e reforçado pela derrocada dos assim chamados países socialistas – levaram a declarações sobre o fim da sociedade industrial do trabalho, ao menos como está foi concebida e conhecida segundo os padrões tayloristas e fordistas de organização do trabalho. Os pesquisadores da História do Trabalho, confrontados com os desafios colocados por este quadro, tinham que se defrontar também com a "concorrência" de novos temas, objetos e abordagens de pesquisa, que faziam estremecer os bem acomodados alicerces de

> investigações tributárias de uma longa tradição de estudos marxistas de variados matizes. O ambiente instável oscilou entre o desânimo e a perplexidade. Houve os que resolveram mudar de assunto, enquanto outros agarravam-se fortemente ao que restava do vendaval ou debatiam(-se) na defensiva. Outros ainda apostaram numa solução de compromisso: bastaria juntar aos melhores ingredientes da história social os novos condimentos da história cultural, e a receita estava pronta. Resultado do valor nutritivo do prato à parte, tal fórmula pode ser entendida ora como rendição a outros paradigmas de conhecimento, ora como anexação de novos territórios. Seja como for, em ambos os diagnósticos, o corolário teria sido uma crise de identidade da História Social do Trabalho. O fato é que muitos dos seus praticantes, sem perder a autoconfiança, reconheciam que sua agenda de pesquisa precisava ser modificada e ampliada para dialogar com outros interlocutores acadêmicos e se inserir no vasto repertório do debate político contemporâneo. A questão permanece aberta, mas nos últimos anos o que se observa é o fortalecimento da História do Trabalho. Atestam-no a marcante presença do GT "Mundos do Trabalho" nos simpósios da Associação Nacional dos Historiadores (Anpuh), o incremento dos acervos de diversos arquivos e centros de documentação voltados à temática do trabalho, o crescente número de dissertações e teses anualmente defendidas em diferentes programas de pós-graduação do país, as parcerias com instituições fora do âmbito acadêmico, a ampliação de redes de pesquisa e conferências internacionais e o surgimento de novos periódicos especializados. Com efeito, o vigor atual da História do Trabalho se expressa nos artigos desta revista, escritos por uma nova geração de pesquisadores. (SILVA, 2008, p. 9-10)

Podemos inferir que a década dos anos 2000, nestas revistas especializadas, representa parte do resultado de um processo daquilo que se produziu sobre a história dos trabalhadores no Brasil, até então. Além disso, é fruto das inúmeras discussões teóricas e metodológicas que acompanharam as análises acadêmicas sobre o ofício do historiador, como bem trouxe à tona Wagner Germiniano (2018) na sua tese sobre a formação de uma historiografia acadêmica profissional entre 1980 a 2012. Logo, consideramos que o relato de Silva é uma leitura daqueles que são produtos e produtores de um campo de pesquisa ainda em construção. Produto, porque a sua formação enquanto historiador acadêmico profissional acompanhou as mudanças pelas quais a História acadêmica passou ao longo dos anos de 1980, 1990 e 2000. Produtor, pois desde a década de 1990 realiza pesquisas ativamente sobre temáticas relacionadas ao mundo do trabalho. No entanto, sobre o mundo do trabalho portuário, mesmo com um dossiê temático apresentado pela revista, e o próprio coordenador sendo um pesquisador vinculado ao tema, este campo de estudo ficou à "deriva".

3.6: Revista Cadernos AEL

Prosseguindo com nossa análise das publicações feitas nas revistas especializadas, discutimos a seguir a Revista Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL. Vejamos na tabela abaixo, o cômputo de dados feitos a partir do nosso levantamento e, em seguida, uma discussão sobre estas informações.

Tabela 26- Produções da Revista Cadernos AEL

EDIÇÃO/ANO	N° ARTIGOS GERAL	N° HISTÓRIA DO TRABALHO PORTUÁRIO	N° ARTIGOS HISTÓRIA DO TRABALHO	RESENHAS
n. 1 (1992)	3	0	0	0
n. 2 (1995)	6	0	0	0
n. 3/4 (1995/96)	7	0	1	0
n. 5/6 (1996/97)	8	0	1	0
n. 7 (1997)	6	0	1	0
n. 8/9 (1998)	6	0	0	0
n. 10/11 (1999)	6	0	6	0
n. 12/13 (2000)	4	0	4	0
n. 14/15 (2001)	7	0	0	0
n. 16/17 (2002)	5	0	0	0
n. 18/19 (2003)	9	0	0	0

n. 20/21 (2004)	8	0	2	3
n. 22/23 (2005)	8	0	0	0
n. 24/25 (2006)	7	0	0	0
n. 26 (2007)	6	0	6	5
n. 27 (2008)	7	0	3	1
n. 28 (2009)	6	0	6	1
n. 29 (2010)	12	0	5	3
TOTAL: 29	**121**	**0**	**35**	**13**

Fonte: Levantamento de dados feito pelo autor

A análise da tabela revela que a Revista Cadernos AEL publicou um total de 121 artigos ao longo de 29 edições entre 1992 e 2010. No entanto, é importante ressaltar que nenhum desses artigos abordou, especificamente, a temática da história do trabalho portuário. Em relação aos artigos de história do trabalho em geral, foram publicados apenas 35 ao longo do período analisado.

Diversas resenhas de livros foram publicadas em algumas edições. Do montante total, ao nosso ver, apenas 13 resenhas estão relacionadas especificamente à história do trabalho. Uma[77], excepcionalmente, trata da obra de Fernando Teixeira da Silva "Operários sem patrões" (2003), discutida por nós ao longo dos últimos capítulos.

Mais uma vez, encontramos uma resenha de Silva, sendo a obra publicada a partir da sua tese. Com essa publicação na Revista AEL, chegamos a duas resenhas de obras publicadas sobre o trabalho portuário no Brasil e escrito por um dos autores que aqui analisamos ao longo dos dois primeiros capítulos. Neste sentido, a relação eixo Rio-São Paulo como definidor de sentido na historiografia, mesmo portuária, continuou ocorrendo. Somente Teixeira teve seus livros resenhados. Um montante de publicações muito pequeno em

[77] Para mais informações ver: CHAZKEL, A. Resenha de Fernando Teixeira da Silva. Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. **Cadernos AEL**, *[S. l.]*, v. 11, n. 20/21, 2010. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2543. Acesso em: 2 set. 2023.

comparação ao conjunto de obras lançadas ao longo dos anos e que tiveram resenhas feitas e publicadas em revistas acadêmicas.

Sobre a tabela acima, observa-se que, ao longo dos anos, houve uma variação no número de artigos e resenhas publicados em cada edição. Algumas edições apresentaram um número maior de artigos e resenhas, enquanto outras tiveram um número mais reduzido. Como discutimos no primeiro capítulo, a Revista Cadernos AEL teve sua primeira publicação em 1983, passando por interrupções de publicações e, aos poucos, conseguiu se reestruturar e manter a regularidade anual e semestral até 2010. O professor Claudio Batalha relembra um pouco desse processo durante a apresentação da edição de 1992. Para o autor,

> Com este número dedicado ao Teatro Anarquista, o Arquivo Edgard Leuenroth lança, sob o título Cadernos AEL, a nova série dos Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth, originalmente criados em 1983 e depois interrompidos. Nesses quase dez anos, o Arquivo não apenas cresceu, como ampliou de maneira considerável sua área de atuação, deixando de ser uma instituição dedicada exclusivamente à memória do movimento operário para transformar-se num centro de documentação de história social na acepção mais ampla do termo. Nada mais natural, portanto, que os Cadernos AEL - agora relançados - reflitam essas mudanças, guardando poucas semelhanças, além do título, com o projeto original. Em sua nova forma, os Cadernos AEL serão uma publicação periódica com dois números anuais. Cada número será dedicado a um tema dentro das áreas englobadas pelo acervo do Arquivo. Diferentemente do que ocorria com a versão original dos Cadernos, a nova publicação não visa ser um instrumento que se sobreponha a outras publicações do AEL como Guias e Inventários analíticos dos fundos e coleções. Seu objetivo fundamental é servir de canal de difusão de pesquisas que tiveram por base o acervo reunido no Arquivo. [...] o final desta edição, o leitor encontrará uma seção de notícias do Arquivo Edgard Leuenroth, que presta contas de suas realizações e descreve novos fundos e coleções incorporados ao acervo, além de relatar projetos e acordos em andamento e as atividades planejadas. (BATALHA, 1992, p.3-4)

Considerando a quantidade total de artigos e resenhas publicados, é possível perceber que a Revista Cadernos AEL, assim como as demais analisadas aqui, desempenharam um papel importante na disseminação do conhecimento histórico, abrangendo não só uma variedade de temas ao longo das suas edições, mas também trazendo informativos sobre as transformações no arquivo Edgard Leuenroth e novos documentos de pesquisa. O que, ao nosso ver, contribuiu para que se ampliasse o debate historiográfico acerca do mundo

do trabalho no Brasil. No entanto, a mesma situação não ocorreu com a temática portuária.

Concordamos com a editora da revista, Ângela Maria Carneiro Araújo, quando destaca o papel dos arquivos e das revistas na ampliação de estudos sobre o operariado brasileiro[78]. Segundo a autora,

> [...] A reunião de fontes para o estudo do movimento operário e do sindicalismo que, nos anos 70, deu origem ao AEL marcou sua trajetória transformando este tema em um dos principais filões de pesquisa desenvolvidos a partir do seu acervo. A aquisição da documentação deixada pelo anarquista Edgard Leuenroth e a ampliação do acervo através do projeto Fontes para História da Industrialização, da microfilmagem da documentação brasileira existente no Instituto Internacional de História Social de Amsterdã e no Archivo Storico del Movimento Operário Brasiliano de Milão tornaram o Arquivo conhecido naqueles anos de chumbo, como a primeira instituição brasileira voltada para a preservação da memória operária. A partir de meados dos anos 80, o crescimento e diversificação do acervo significou tanto uma ampliação temática quanto cronológica dos estudos do trabalho. As fontes ali reunidas permitiram que a história da classe trabalhadora, desde suas primeiras organizações no século XIX até as mudanças e conflitos das últimas décadas do século XX, fosse recontada através de diferentes olhares e enfoques variados. No entanto, apesar da importância do tema e do volume de pesquisas já produzidas, nenhum número dos Cadernos AEL havia sido dedicado a esta temática. (ARAÚJO, 2000, p. 7)

Sobre a temática portuária parece que não houve articulação dos autores e/ou interesse na divulgação destes temas pelas revistas, ao menos, nestas sete revistas analisadas até aqui. Ao longo do primeiro capítulo discutimos, brevemente, sobre o quanto algumas mudanças possibilitaram avanços em pesquisas de diversas áreas da humanidade, em especial, na História. Embora

[78] Claudio Batalha também reforça essa questão da importância termos revistas especializadas que contribuam na divulgação de pesquisas sobre o operariado brasileiro. Durante a escrita editorial na apresentação de uma das edições que participou, Batalha diz que "[...] a despeito da considerável produção de pesquisa em torno da história operária e do sindicalismo e do peso desses temas no acervo do AEL, ainda não havia nenhum número dos Cadernos AEL dedicado especificamente a estas questões. O projeto surgido dessa reunião previa um número que englobasse pesquisadores que trabalhassem com esses temas em vários lugares e com recortes cronológicos diversos que iam do século XIX aos dias de hoje. Algum tempo depois, já com Sidney Chalhoub na direção do AEL, quando a Comissão Editorial tentou tornar mais preciso o perfil desse número, e selecionar as contribuições que dele fariam parte, verificou que o número teria dimensões muito amplas para ser exequível. Desse modo, surgiu este número "Sociedades Operárias e Mutualismo", composto de trabalhos que recobrem aproximadamente um período de cem anos, dos anos 1850 aos anos 1940, e um próximo número organizado por Ângela Araújo reunirá artigos sobre o período posterior e a atualidade". (BATALHA, 1999, p.9)

Araújo se refira, especificamente, ao Arquivo Edgard Leuenroth e ao periódico Cadernos AEL, é importante destacar que diversos outros arquivos e revistas acadêmicas, que foram criados ao longo das décadas de 1980 e 1990, também são relevantes. Principalmente aqueles vinculados às universidades fora do eixo Rio-São Paulo, no sentido de revelar, paulatinamente, um corpo documental que nos proporciona um panorama rico e complexo da história operária no Brasil.

A partir do nosso estudo, podemos perceber que a história do trabalho no Brasil, em especial do trabalho portuário, apresenta uma relativa descentralização que não foi abarcada em seu potencial pelas revistas que estamos analisando. Essa descentralização, ao nosso ver, é um reflexo da complexidade e diversidade das experiências do trabalho e dos trabalhadores ao longo da história brasileira. Ao afirmarmos que a história do trabalho no Brasil corre em vários eixos, significa que ao longo do tempo foi possível haver diferentes abordagens, perspectivas teóricas e metodológicas sendo exploradas por pesquisadores em todo o país. Esses eixos podem abranger estudos sobre trabalhadores rurais e urbanos, movimentos sindicais, trabalho escravo e livre, gênero e trabalho, entre outros temas relevantes. Essa diversidade de abordagens e enfoques contribui para uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema. No caso da temática portuária, entendemos que essa disseminação ocorreu por outros fatores que não através destas sete revistas analisadas.

A referência às publicações e congressos realizados no país afora evidencia a existência de um ambiente acadêmico e intelectual salutar que estimula o intercâmbio de ideias, a difusão do conhecimento e o debate entre os estudiosos da história do trabalho. Os congressos são espaços privilegiados para a apresentação de pesquisas e o compartilhamento de resultados, permitindo o contato entre pesquisadores de diferentes regiões e instituições. Além disso, as publicações acadêmicas como estamos discutindo neste tópico, como revistas especializadas e coletâneas, desempenham um papel fundamental na divulgação e disseminação dos estudos sobre o trabalho no Brasil.

Cabe aqui destacar que esse percurso feito pela história acadêmica no Brasil em aprofundar discussões sobre um campo de estudo especializado da História do Trabalho no país é relativamente recente. Em especial, se consideramos como ponto de partida a criação dos Grupos de Estudos e pesquisas vinculados à ANPUH-Brasil. No site oficial da instituição como uma forma de registro feito pela Associação Nacional de História do Trabalho com seu GT "Mundos do Trabalho" descreve-se, brevemente, os caminhos percorridos pela referida Associação e o GT. Observamos que,

> Associação Nacional de História (ANPUH) foi um desdobramento lógico de um "retorno" à História do Trabalho, verificável no aumento do número de pesquisas de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado dentro desse campo. Durante o XX Simpósio Nacional de História (Florianópolis, 1999), um grupo de pesquisadores do Rio Grande do Sul deliberou reunir-se para institucionalizar uma prática de debate que vinha ocorrendo corriqueiramente em diferentes instâncias acadêmicas. Em novembro de 1999 lá se constituiu o primeiro núcleo regional do GT. Pouco tempo depois, outro grupo de pesquisadores, de São Paulo, tomou a mesma iniciativa de institucionalizar-se junto a seu Núcleo regional da ANPUH. Em 2000, estes dois grupos propuseram à diretoria da ANPUH a institucionalização do GT nacional, o que foi aprovado em dezembro daquele ano. Nos anos seguintes, o GT organizou-se em diversos outros estados, como Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará. Desde 2001, o GT Mundos do Trabalho participou intensamente de todos os Simpósios Nacionais bianuais da ANPUH, em geral com dois ou três simpósios temáticos, invariavelmente lotados e reunindo grande diversidade de temas e pesquisadores de várias instituições do Brasil. Nos Encontros dos Núcleos Regionais da ANPUH em que está presente, o GT também já acumula tradição de participação vigorosa. Além disso, o GT já realizou seis Jornadas Nacionais de História do Trabalho (Pelotas, 2002; Florianópolis, 2004; Niterói, 2006; Criciúma, 2008; Florianópolis, 2010 e Rio de Janeiro, 2012). Destaque-se que, nas duas últimas edições, as Jornadas Nacionais de História do Trabalho (2010 e 2012) foram realizadas conjuntamente com o I e II Seminário Internacional Mundos do Trabalho. O interesse renovado pelos estudos de história social do trabalho tem sido demonstrado pelo crescente número de participantes brasileiros e estrangeiros nos encontros do GT, tanto de pesquisadores associados quanto do público acadêmico. A produção dos participantes do GT tem sido das mais expressivas, como pode ser avaliado pelos livros que publicaram e organizaram nos últimos anos. Além disso, já deu ensejo a alguns dossiês sobre as temáticas do trabalho em periódicos da área de História publicados por departamentos e programas de pós-graduação de diversas universidades brasileiras, como Tempos Históricos (UNIOESTE), Trajetos (UFC), História Unisinos (Unisinos), História (Unesp) e Revista Brasileira de História (ANPUH). O próprio GT publica, desde 2009, a Revista Mundos do Trabalho, com periodicidade semestral. Quanto ao conteúdo dos trabalhos que por ele circulam, além dos tradicionais estudos sobre o movimento operário urbano, o GT Mundos do Trabalho tem reunido estudiosos dos mais diversos movimentos sociais urbanos e também das organizações e

> lutas do universo dos trabalhadores rurais. Também é preocupação de seus participantes a integração dos estudos sobre trabalhadores escravizados, libertos e livres e o estabelecimento de conexões entre a escravidão e o pós-abolição.[79]

Pode-se inferir, a partir da citação acima, que a criação do GT Mundos do Trabalho dentro da Associação Nacional de História (ANPUH) promoveu um espaço de encontro e troca de conhecimentos entre os interessados no estudo do trabalho em suas diversas dimensões. Como fruto do empenho de historiadores que se dedicam a este campo de estudo, a revista Mundos do Trabalho torna-se um espaço importante de debate sobre as produções acadêmica acerca deste tema. Interessante observar que mesmo com todo este avanço, por diversos motivos, entre eles o fato de considerar o trabalho portuário como campo prioritário de outras áreas, a exemplo da sociologia, os portuários ficaram "a ver navios", ou seja, pouco evidenciados no campo da História.

3.7: Revista Mundos do Trabalho

O último periódico acadêmico que iremos analisar, aqui, neste capítulo é a Revista Mundos do Trabalho[80]. Suas atividades tiveram início no ano de 2009

[79] Disponível em: < https://gtmundosdotrabalho.org/historico/>. Acesso em 8 de julho de 2023.

[80] Segundo consta no site institucional da Revista a respeito do seu histórico, a "publicação digital foi concebida para suprir uma carência identificada pelos pesquisadores da área com relação a uma publicação específica no Brasil. A revista abriu espaço para artigos fundamentados em pesquisas inéditas em História Social do Trabalho realizadas tanto por pesquisadores em processo de formação quanto por especialistas reconhecidos. No final de 2011 foi avaliada pelo Qualis/CAPES pela primeira vez e recebeu a qualificação B2, como reconhecimento inicial de sua qualidade editorial. Na última avaliação, realizada em 2022, foi elevada ao estrato A1, em virtude do crescimento da expressividade do periódico na Área de História. Em sua primeira década de existência (2009-2018) a revista publicou um número por semestre. A partir de 2019 foi adotada a publicação contínua, em um único volume ao ano. Desde o primeiro número, recebeu contribuições de pesquisadores europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos e, ao longo dos anos, observou-se uma forte tendência de diversificação regional, que se expressa tanto no esforço editorial de organizar dossiês temáticos quanto nas contribuições que têm chegado de todas as regiões do Brasil. O crescente número de contribuições qualificadas em idioma espanhol vem posicionando a revista como uma referência importante do campo na América Latina. Mais recentemente, foram oferecidos os primeiros artigos em inglês, favorecendo o diálogo com um público ainda mais expressivo. Sua crescente visibilidade deve-se, principalmente, à efervescência dos debates atuais no campo da história do trabalho, à qualidade e ao ineditismo dos textos publicados, à seriedade no processo de avaliação cega por pares e, ainda, à boa articulação internacional dos pesquisadores envolvidos no GT Mundos do Trabalho da ANPUH. O periódico vem desempenhando um papel fundamental na difusão nacional e internacional da pesquisa recente e dos principais debates em curso na área. Sua ampla circulação, garantida por formato online e de acesso livre, a transforma em alavanca desses debates e em fórum privilegiado de um intercâmbio acadêmico que tende a ser cada vez mais internacionalizado. Por tudo isso, Mundos do Trabalho consolidou-se como um periódico de referência, divulgando pesquisas inovadoras, renovando o arcabouço teórico-metodológico

através do GT “Mundos do Trabalho” vinculado à ANPUH-Brasil. Observemos o quadro abaixo sobre as produções que ocorreram entre 2009 (primeira edição da revista) e 2010 (ano final do recorte temporal desta tese):

Tabela 27- Produções da Revista Mundos do Trabalho

EDIÇÃO/ANO	ARTIGOS GERAL	HISTÓRIA DO TRABALHO PORTUÁRIO	RESENHAS
v. 1 n. 1 (2009)	11	0	4
v. 1 n. 2 (2009)	9	0	5
v. 2 n. 3 (2010)	12	1	3
v. 2 n. 4 (2010)	13	0	1
TOTAL: 4	54	1	13

Fonte: Levantamento do Autor

Podemos perceber que ao todo foram publicados 54 artigos nas quatro edições que abrangem o nosso recorte temporal de análise. Esses artigos correspondem a uma variedade de temas relacionados ao mundo do trabalho, abordando questões como: relações de trabalho, movimentos sindicais, formas de organização, entre outros. Deste montante de artigos publicados, apenas um[81] deles é específico sobre a História do Trabalho Portuário. Esta revista,

da área e pautando o debate historiográfico. Em 2020, a revista passou a ser publicada pela Associação Nacional de História do Trabalho, entidade nascida do GT "Mundos do Trabalho" da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil).” Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/HistoricalSummary>. Acesso em 8 de Julho de 2023

[81] Para mais informações ver: MORAIS, . M. Vaivém das marés: o dia a dia dos trabalhadores catraieiros no porto de Fortaleza (1903-1904). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 60–75, 2010. DOI: 10.5007/1984-9222.2010v2n3p60. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n3p60>. Acesso em: 15 Fev. 2023.

portanto, segue as mesmas tendências das demais que analisamos até aqui com raras publicações sobre os trabalhadores portuários no Brasil.

Além dos artigos, a revista também publica resenhas de obras relevantes para o campo da História do Trabalho. Ao longo das quatro edições, foram publicadas um total de treze resenhas, mas nenhuma se deteve, especificamente, sobre uma obra que tratasse da história do trabalho portuário no Brasil, nem mesmo os autores que estudamos ao longo dos dois primeiros capítulos. Mesmo havendo livros sobre a temática portuária publicados neste período, não identificamos resenhas nesta revista. Isso demonstra uma tendência de não abordar a temática portuária como objeto de produção o que, novamente, demonstra como as “modas” ou tendências historiográficas podem influenciar na produção ou na não disseminação destas pesquisas sobre a temática em apreço. Talvez, o restrito acesso que os autores possam ter tido a este conjunto significativo de revistas, as quais analisamos, seja um dos elementos que justifique a não disseminação do tema. Destarte, enfatizamos que não realizamos entrevistas com esses autores sobre essa questão. Logo, esta é uma das leituras que consideramos possível de ter ocorrido.

Antes de passarmos para o próximo tópico, consideramos importante salientar que, de todos os periódicos científicos analisados neste capítulo, a maioria não possui publicações dos autores e autoras que estudamos ao logo dos dois primeiros capítulos, como já dito. Assim, seria pertinente pensar que os autores analisados não deram continuidade as suas pesquisas? O que poderemos constatar até o final deste capítulo é que alguns continuaram e outros não. Os que deram prosseguimento optaram por outras revistas e formas de disseminação de suas pesquisas. Alguns, inclusive, pesquisam até hoje sobre o tema, criaram grupos e projetos de pesquisa sobre o trabalho portuário em algumas regiões do país.

A questão que se observa, pelo menos nos periódicos aqui analisados, é que as revistas que aceitaram artigos com temáticas livres, sejam em seus fluxos contínuos ou em dossiês temáticos, ao nosso ver, não deram ênfase a artigos sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil. Mesmo que, em algum momento, um autor importante desta área tenha assumido o papel de editor e

organizador de dossiê temático sobre o mundo do trabalho de duas revistas. Até mesmo na Revista especializada Mundos do Trabalho, que em meio ao montante de 54 artigos, somente um deles abordou os trabalhadores do porto o que demonstra essa tendência que evidenciamos aqui.

Se uma das finalidades dos periódicos científicos, pelo menos atualmente, é a de propagar o que há de mais recente em produção acadêmica na área das humanidades no país, por que não encontramos com frequência publicações relacionadas ao trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil entre 1973 a 2010? Obviamente expomos aqui apenas algumas revistas acadêmicas e analisamos suas edições, em que focamos nossa crítica. Compreendemos que, pelo menos até os anos 2000, as revistas trabalhavam com mais ênfase com as tiragens impressas e que isso, de alguma forma restringia o alcance. Por outro lado, com o advento e a popularização da internet, muitas passaram a publicar eletronicamente seus artigos. O que, ao nosso ver, favoreceu o acesso à informação sobre os avanços acadêmicos no Brasil no campo das Humanidades.

Cabe nos perguntarmos: atualmente lemos e acompanhamos com frequência os artigos que publicados nas revistas, ao menos, nas áreas de nossas especialidades? No geral, se a resposta for não, isso pode representar um problema, visto que esta é uma forma acadêmica importante para acompanhar a historiografia de nossas áreas de pesquisas. Além disso, os periódicos são valorizados pelos programas de pós-graduação e recebem avaliações feita pela CAPES, órgão que consolida as pós-graduações no país. Se hoje, o acompanhamento de publicações pelos acadêmicos for de baixa frequência, apesar das facilidades tecnológicas de acesso à internet, como deveria ser para os pesquisadores no contexto das décadas de 1970, 80 e 90? Para além dessas questões, é preciso considerar que estava em curso o cenário de criação de novos programas de pós-graduação em História, de abertura de novos arquivos e ampliação de temáticas de pesquisa, métodos e perspectivas teóricas.

Recentemente, trinta e três editores/as de revistas e periódicos acadêmicos publicaram no editorial da Revista Anos 90[82] um texto com suas preocupações sobre a política de valorização das revistas acadêmicas na área de História. Neste material, evidenciam que, embora presenciassem nas últimas três décadas um crescimento de artigos científicos publicados em periódicos no campo das Humanidades, ainda não se observava um "crescimento equivalente nos usos destas referencias, tanto em outros artigos, teses e dissertações e livros quanto sua presença em ementas de cursos de graduação e pós-graduação". (KERBER, 2022, p. 1) Em outras palavras, ainda precisamos discutir mais sobre o papel e o uso das publicações que são feitas em periódicos científicos para além de pontuações na produtividade do currículo lattes, bem como o jogo de relações pessoais que perpassam essa área.

Wagner Germiniano dos Santos reflete sobre o contexto de produção acadêmica em emergência de novas revistas, arquivos e acervos e programas de pós-graduações em história. Para Santos,

> [...] havia um campo do saber histórico paulista, monopolizado pelos historiadores e pela historiografia produzida na USP até mais ou menos meados dos anos 1980 e que pretendia falar em nome do e se dizer nacional, espaço este que vai ser disputado a partir daquela década também pelos historiadores estabelecidos no PPGH da UNICAMP. Havia um campo do saber histórico fluminense, bastante plural, constituído por diversas instituições do saber e os sujeitos a elas atrelados, historiadores profissionais ou não, desde àquelas mais oficiais e tradicionais como o Museu Histórico, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional passando pelo IHGB até se chegar a fundações como a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e a Fundação Getúlio Vargas – FGV e finalizando com os programas de pós-graduação das universidades públicas e privadas (UFF, UFRJ, UERJ, UNIRIO, PUC-RJ, etc.) que também, sobretudo a partir dos anos 1980, reivindicam a autoridade e a legitimidade em falar pelo nacional ou em se colocar como o próprio. Mesmo diante dos vários Planos Nacionais de Pós-Graduação aprovados e dos crescentes financiamentos por parte de fundações e entidades de fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, até meados dos anos 1990 não era possível se falar, plenamente de uma "historiografia brasileira", acadêmica, profissional que pudesse ser entendida tanto do ponto de vista de seus objetos quanto do recorte espacial como um saber identificado ou representativo de todo o território nacional. Desconfio se é possível se falar nestes termos ainda hoje, principalmente se o pensarmos a partir de uma suposta unidade e

[82] Para mais detalhes sobre essa discussão ver: Kerber, A. M. (2022). Editorial: Por uma política de valorização das revistas acadêmicas na área de História. *Anos 90*, *29*, 1–5.

> identidade desta produção e da própria formação do historiador profissional no Brasil. (SANTOS, 2018, p. 22)

A historiadora Silvia Petersen, em seus estudos sobre as produções acadêmicas relacionadas à história operária e do trabalho urbano no Brasil, já evidenciava essas questões ao analisar as produções feitas entre 1970 a 2006[83]. Concordamos com a hipótese da autora de que a investigação sobre a história operária poderia alcançar um patamar nacionalmente mais representativo ou localmente mais específico. Isso se houvesse o diálogo efetivo entre a bem conhecida e abundante bibliografia referente ao eixo central dessa história (Rio de Janeiro e São Paulo) e a que aborda o tema nos demais estados e mesmo no exterior. (PETERSEN, 2010). Estenderia ainda esta perspectiva da autora, para a história do trabalho portuário no Brasil que poderia ter um patamar nacional mais abrangente e relevante se tivéssemos um diálogo contínuo entre aqueles que estudam ou virão a estudar esta temática, a comunidade acadêmica e a sociedade. Não podemos perder de vista que o porto, em um país como o Brasil, é um local que abrange diversos aspectos da nossa história como o econômico, o social, cultural e o do trabalho. Trata-se, portanto, de um setor nevrálgico do País e que, ao nosso ver, merece mais atenção por parte dos pesquisadores sobre a História do Trabalho portuário no Brasil.

Conforme exposto no primeiro capítulo desta tese, ao longo da década de 1990 e subsequente, observamos uma expansão gradual dos estudos no campo da História do trabalho e dos trabalhadores portuários, ultrapassando as fronteiras do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Nesse sentido, é importante ressaltar que o percurso para a construção de uma história abrangente do trabalho portuário no Brasil ainda está em andamento e permanece aberto no

[83] O texto é um dos resultados da pesquisa O Regional, o Nacional e o Internacional no Movimento Operário Brasileiro: novas questões de pesquisa (Bolsa PC/CNPQ). Nesta pesquisa, é feito um balanço preliminar dessa produção, pouco conhecida no contexto acadêmico da autora (ou ao menos não percebida no seu conjunto) publicada ou inédita, sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo, destacando alguns de seus traços mais visíveis e disponibilizado aos pesquisadores interessados o levantamento que foi realizado até dezembro de 2006. Para mais informações ver: PETERSEN, S. R. F. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, *[S. l.]*, v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2564. Acesso em: 12 jul. 2023.

que diz respeito a novas pesquisas realizadas e disseminação da área, tanto após 2010 quanto as realizadas anteriormente.

Essa trajetória em construção, evidenciada nesta Tese, nos proporciona a oportunidade de ampliar ainda mais nosso entendimento sobre o trabalho portuário brasileiro, considerando perspectivas regionais específicas de diferentes portos e entidades clássicas portuárias que ainda não foram devidamente estudadas. Através de pesquisas futuras, poderemos avançar na compreensão da história desses trabalhadores, abrangendo suas realidades locais para uma visão mais completa e aprofundada do cenário portuário do país.

3.8: Como foram as produções dos autores que estudamos após a publicação das suas obras principais?

Ao longo do tópico anterior, foi possível perceber pouca presença e frequência de artigos publicados em revistas acadêmicas especializadas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil. Reforçando, constatou-se que, nas sete revistas investigadas, pouquíssimo se viu sobre a temática em apreço publicada em comparação com o volume editorial de cada periódico.

No primeiro e segundo capítulo, conseguimos analisar, por diferentes óticas, os principais aspectos das produções acadêmicas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil entre 1973 a 2010. Na tentativa de identificar se nas sete revistas acadêmicas escolhidas havia artigos sobre a temática portuária destes autores, o resultado foi tímido. Em outras palavras, apenas duas resenhas das obras de Fernando Teixeira da Silva. Embora tenhamos constatado dois artigos, estes não foram dos autores estudados no primeiro e segundo capítulo desta tese.

Diante deste cenário, nos perguntamos: após a publicação de suas obras – sejam elas monográficas, dissertativas ou teses – onde estes autores publicaram suas pesquisas? Houve continuidade e/ou propagação de suas pesquisas? Se sim, por qual meio, já que nas setes revistas estudadas não identificamos suas publicações? Para responder a essas perguntas, o caminho escolhido foi o de investigar cada um dos currículos destes pesquisadores dentro

do nosso recorte temporal, 1973 a 2010. Especificamente, analisamos os currículos lattes deles através do site institucional do CNPQ, na plataforma Lattes[84]. Com este objetivo traçado, seguiremos a ordem adotada nos dois primeiros capítulos no que corresponde aqueles autores que publicaram de 1973 a 2010. Neste processo, buscaremos identificar e analisar apenas os artigos completos publicados em revistas acadêmicas e outras formas de divulgação de suas pesquisas, justamente para estar em consonância com nossa análise realizada anteriormente com as sete revistas.

Ingrid Piera Andersen Sarti[85] publicou de 1975 a 2010 dezenove artigos completos em diferentes periódicos acadêmicos nacionais e internacionais. Deste montante, nenhum texto tratou especificamente sobre a temática do trabalho portuário no Brasil. Nota-se, de forma superficial, que os assuntos trabalhados nestes artigos estavam relacionados à educação, à história, à sociologia política, à comunicação e mídias. Neste sentido, podemos inferir que autora optou por direcionar suas pesquisas para outros campos, fora da temática do trabalho portuário. Este aspecto confirma-se quando também verificamos outras produções da autora, como por exemplo, capítulos de livros e livros publicados/organizados. No currículo, há apenas o registro do seu livro que conhecemos e estudamos ao longo dos dois primeiros capítulos desta tese, o "Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política" (1981). Podemos perceber também a mudança de interesse nesta temática quando observamos as suas participações em eventos e congressos, seja como

[84] Segundo o site oficial da instituição, "A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação. O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia." Disponível em <https://lattes.cnpq.br/ >, Acesso em 13 de julho de 2023.

[85] Currículo Lattes de Ingrid Sarti Disponível em <http://lattes.cnpq.br/4227833327605633>, Acesso em 13 de julho de 2023.

apresentadora de trabalho ou com submissão de resumos. Sarti atuou com esta temática, de forma esporádica, até meados de 1995[86]. Depois deste ano, não identificamos pesquisas relacionadas ao trabalho portuário.

Como já mencionamos ao longo dos capítulos anteriores, não tivemos acesso à dissertação de Marli Brito Moreira de Albuquerque Navarro[87], de 1983, e por este motivo não analisamos a obra. No entanto, consideramos importante verificar, através do currículo lattes da autora, se houve continuidade ou não em suas pesquisas sobre os trabalhadores portuário do Rio de Janeiro. Em resumo, a autora publicou dezenas de artigos, participou de muitos eventos acadêmicos como apresentadora de trabalho e com resumos nos anais de congressos. Todos esses trabalhos foram sobre a temática de biossegurança-história, ambiente-doenças, contenção de riscos e informação. O seu doutorado em História Contemporânea, obtido em 1994, através da Université Paris X, na França, foi sobre "o processo histórico da descoberta da tripanossomíase americana e da parasitologia francesa: da malária à doença de Chagas ou de Laveran a Carlos Chagas". Portanto, de forma isolada, a autora publicou apenas uma obra, fruto da sua dissertação, sobre os trabalhadores portuário do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. E, desde 1984, faz parte do quadro de servidores públicos da Fundação Oswaldo Cruz- FIOCRUZ.

Darcy Flexa de Di Paolo[88] publicou, dentro do nosso recorte temporal de análise, apenas um artigo completo no ano de 1994, o qual não tratou sobre a história portuária no Brasil. De 1981 a 2006, a autora publicou 6 livros. Deste montante, duas obras (1981-1986) correspondem àquelas que analisamos nos dois primeiros capítulos desta tese sobre os estivadores do Pará. Os demais títulos são sobre outros temas diferentes da temática do trabalho portuário no país. Por fim, suas outras produções acadêmicas, sejam elas comunicações e submissões de resumos em eventos, não trataram dos temas abordados em sua

[86] Resumos publicados em anais de congressos: Número 14. **SARTI, Ingrid**. O porto, os trabalhadores e a cidade. In: 450 Anos da Fundação de Santos, 1995, Santos-SP. Santos: Prefeitura de Santos. Currículo Lattes de Ingrid Sarti. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/4227833327605633>, Acesso em 13 de julho de 2023.
[87] Currículo Lattes de Marli Navarro. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/3759798623116771>, Acesso em 14 de julho de 2023.
[88] Currículo Lattes de Darcy Di Paolo. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/3127427840207760>, Acesso em 13 de julho de 2023.

monografia e dissertação sobre a estiva no Pará. Portanto, podemos afirmar que autora, assim como Ingrid Sarti, optou por mudar sua linha temática de pesquisa acadêmica. Tanto que sua tese de doutorado foi no campo da Biologia Ambiental, sobre "Cajueiro: agroextrativismo e relações sociais de gênero em contexto socioambiental na Amazônia paraense", concluída no ano de 2017 pela Universidade Federal de Pará – UFPA. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará, atuando na área de socioambientalismo e relações sociais de gênero nos seguintes temas: meio ambiente, relações sociais de gênero, pesquisa, metodologia, turismo e cultura. Participação nos grupos de pesquisa: 1) Estudos Socioambientais Costeiros; 2) Turismo, Cultura e Meio Ambiente; e 3) ACTA - Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente.

Maria Lucia Caira Gitahy[89], por sua vez, de 1983 a 2010 publicou dezessete artigos completos em diferentes periódicos acadêmicos nacionais e internacionais. Deste montante, 5 artigos[90] foram especificamente sobre a temática do trabalho portuário no Brasil. Sobre as revistas em que autora publicou estes cinco artigos, no geral, foram periódicos ligados à área da Ciências Sociais. Além destas publicações em revistas acadêmicas especializadas identificamos, a partir do seu currículo, a obra Ventos do Mar (1992) que analisamos nos dois primeiros capítulos desta tese e mais dois capítulos[91] de livros em coletânea de artigos acadêmicos em 1986 e 1996, respectivamente. Nota-se que a autora, em suas subsequentes publicações,

[89] Currículo Lattes de Maria Gitahy. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/9293305192596753>, Acesso em 14 de julho de 2023.

[90] Em ordem cronológica foram: 1° - Processo de Trabalho e Greves Portuárias, 1889-1910: Um Estudo Sobre A Formação da Classe Operaria No Porto de Santos. Ciências Sociais Hoje, v. 1987, p. 49-79, 1987. **2**° - Trabalhadores dos Portos in Trabalhadores, 4, Campinas, F.A.C., 1989, p. 28-29. Trabalhadores, Campinas, n.4, p. 28-29, 1989. **3°** Santos, porto dos direitos e da solidariedade. in Sinopses, n.27, junho de 1997: 57-58 (resenha do livro de Silva, Fernando Teixeira da. A Carga e a Culpa. Os operários da Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade, 1937-1968. São Paulo, HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1995. Sinópses (USP), São Paulo, n.27, p. 57-58, 1997. **4°** - Santos, porto dos direitos e da solidariedade. Sinópses (USP), v. 27, p. 57-58, 1998. **5°-** 'Trabalho e Cultura na Cidade portuária de Santos (Brasil), 1890-1920'.. El Taller de la Historia. JCR, v. 2, p. 15-36, 2010.

[91] Respectivamente: **GITAHY, M. L. C.** Porto de Santos, 1888-1908. In: Antonio Arnoni Prado. (Org.). LIBERTARIOS NO BRASIL: MEMORIA, LUTAS, CULTURA. SAO PAULO: BRASILIENSE, 1986, v., p. 64-81. **GITAHY, M. L. C.**. Trabalhadores do Porto, Movimento Operario e Cultura Urbana Em Santos, 1889-1994. In: Sérgio Salomé Silva; Tamás Szmrecsányi. (Org.). HISTORIA ECONOMICA DA PRIMEIRA REPUBLICA. SAO PAULO: HUCITEC, 1996, v. p. 321-329.

manteve a discussão central que apresentou em sua dissertação e tese em relação aos trabalhadores do porto de Santos. Embora tenha publicado mais textos sobre a temáticas ligadas à arquitetura e ao trabalho na construção civil, diferente de Ingrid Sarti e Marcy Di Paolo, a pesquisadora Gitahy manteve-se ativa até 2010 propagando suas pesquisas sobre o trabalho portuário no Brasil. Identificamos participações como apresentadora de trabalho e com resumos de pesquisas, em eventos acadêmicos nacionais e internacionais de 1979 a 2010.

Fernando Teixeira da Silva[92], entre 1993 à 2010, publicou nove artigos completos em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais. Destes, apenas dois textos[93] foram especificamente sobre os trabalhadores portuários no porto de Santos. Consta também que, de 1995 à 2010, o autor publicou sete livros sendo dois destes a sua dissertação e tese que analisamos ao longo dos dois primeiros capítulos. Nos outros cinco livros publicados, Silva participou como um dos organizadores da obra. Por sua vez, neste mesmo período, o autor publicou doze capítulos de livros dos quais pelo menos dois trataram, especificamente, sobre as categorias de trabalhadores no porto de Santos. Por fim, de forma breve, podemos perceber que, tanto em participações de eventos nacionais e internacionais como em resumos submetidos a diversos eventos, Silva manteve-se ativo com suas pesquisas. Principalmente aquelas relacionadas não só a história do trabalho portuário em Santos, mas, sobretudo, sobre a temática do trabalho no Brasil.

A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro[94], entre 1994 à 2010, publicou sete artigos completos em revistas especializadas. Desta produção, três[95] de seus textos se dedicam exclusivamente na análise dos trabalhadores portuários

---

[92] Currículo Lattes Fernando Silva. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/9484795741977766>, Acesso em 14 de julho de 2023.

[93] Respectivamente: **SILVA, Fernando Teixeira da.** Cultura dos direitos: os Doqueiros do Porto de Santos no final do Estado Novo. Impulso (Piracicaba), Piracicaba, v. 6, n.3, p. 163-182, 1993. **SILVA, Fernando Teixeira da**; GITAHY, Maria Lúcia . Trabalho e Cultura na Cidade Portuária de Santos (Brasil), 1890-1920. El Taller de la Historia JCR, v. 2, p. 15-36, 2010.

[94] Currículo Lattes de Maria Pinheiro. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/6153623094043758> Acesso em 14 de julho de 2023.

[95] Respectivamente: **PINHEIRO, M. L. U.**.Tradições, Aspirações e Conspirações: trabalho e conflito na zona portuária de Manaus. Amazônia Em Cadernos, Manaus, v. 2/3, p. 213-220, 1994. **PINHEIRO, M. L. U.**. A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 16, p. 211-220, 1998. **PINHEIRO, M. L. U.** Nos Meandros da Cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. Canoa do tempo (UFAM), v. 1, p. 53-81, 2007.

de Manaus. Identificamos também neste período, três edições da sua obra “A cidade sobre os Ombros” originária de sua dissertação e mestrado que outrora analisamos nos dois primeiros capítulos desta tese. Por fim, a partir da análise do seu currículo, percebe-se que Maria Pinheiro continuou a participar de eventos acadêmicos, apresentar trabalhos e a submeter resumos de suas pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho, história portuária amazonense e sobre a imprensa. Logo, a autora ampliou o leque de pesquisa que tinha na década de 1990, já que se dedicou, a partir do seu doutorado (1997-2001), ao estudo da História da Imprensa no Amazonas.

Maria Cecilia Velasco e Cruz[96], entre 1973 a 2010, publicou oito artigos completos em revistas acadêmicas especializadas, nacionais e internacionais. Todos relacionados à temática do mundo do trabalho, sendo seis[97] específicos sobre portos e seus trabalhadores. Além destas produções, neste período e sobre esta temática, Cruz escreveu um capítulo de livro[98], diversos resumos em anais de congressos e apresentações em eventos acadêmicos. Nota-se, portanto, que a autora se manteve ativa e se concentrou nas linhas de pesquisas do trabalho-porto-cidade.

Edgar Avila Gandra[99] publicou, entre 1998 à 2010, dezoito artigos completos em revistas acadêmicas especializadas. Deste volume de produção,

---

[96] Currículo Lattes de Maria C. V. e Cruz. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/4834896737149283> Acesso em 14 de julho de 2023.

[97] Respectivamente: **CRUZ, M. C. V.**. Portos, Relações de Produção e Sindicato: O Caso do Rio de Janeiro na Primeira República. Ciências Socias Hoje, São Paulo, p. 143-170, 1986. **CRUZ, M. C. V.**. O Porto do Rio de Janeiro no Século XIX: Uma Realidade de Muitas Faces. Tempo (London) JCR, Niterói, v. 8, n.2, p. 123-147, 1999. **CRUZ, M. C. V.**. Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 24, n.24, p. 243-290, 2000. **CRUZ, M. C. V.**. Solidariedade X Rivalidade: a Formação do Sindicalismo Estivador Brasileiro. História Unisinos JCR, São Leopoldo - RS, v. 6, p. 29-62, 2002. **CRUZ, M. C. V.**. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. Revista USP, São Paulo, n.68, p. 188-209, 2005. **CRUZ, M. C. V.**. Puzzling out Slave Origins in Rio de Janeiro's Port Unionism: The Strike of 1906 and the Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. The Hispanic American Historical Review JCR, Estados Unidos, v. 82, n.2, p. 205-245, 2006.

[98] **CRUZ, M. C. V.**. Race, Ethnicity, and Class in Rio de Janeiro's Port: The Coffee and Warehouse Resistance Society, 1905-1909. In: Hendrik Kraay. (Org.). Negotiating Identities in Modern Latin America. Calgary: University of Calgary Press, 2007, v. , p. 165-187.

[99] Currículo Lattes de Edgar A. Gandra. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/3530480602109979> Acesso em 14 de julho de 2023.

quatro[100] são sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Rio Grande do Sul. Além disso, no mesmo período, Gandra lançou sete obras como autor e/ou organizador, sendo duas destas, respectivamente, a sua dissertação e a tese, no qual analisamos anteriormente. Além disso, é possível constatar que o autor continuou, desde a sua dissertação em 1998, a participar de diferentes eventos acadêmicos apresentando trabalhos e resumos. Embora ao longo do tempo tenha ampliado o escopo de pesquisa, sua linha norte de trabalho abarca as perspectivas do mundo do trabalho e a História Social, dentre elas, o universo portuário no Brasil. Portanto, assim como Fernando Silva, Maria Cruz, Maria Pinheiro, Gandra manteve-se frequente nos estudos sobre o operariado portuário.

Carlos Alberto Oliveira de Oliveira[101] publicou, de 1991 a 1997, dois artigos completos em revistas acadêmicas especializadas. Somente um destes trabalhos[102] foi sobre os estivadores rio-grandinos. Não identificamos livros ou capítulos publicados relacionados a nossa temática em apreço. Destarte, há nove trabalhos completos publicados em Anais de Congressos, sendo que cinco[103] deles tratam da temática do trabalho portuário no Brasil. Por fim, nota-se que o autor ainda participou de diversos eventos acadêmicos como apresentador de trabalhos e com resumos enviados. Dividiu suas participações

[100] Respectivamente: **GANDRA, E. A.**. Trabalho: Região de resistência dos Gaúchos. Biblos Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG, 1998. **GANDRA, E. A.**. Os Homens do Porto. Biblos, Rio Grande, p. 215-220,1999. **GANDRA, E. A.**. Os Homens do Porto Local. Anais do Seminário Internacional, v. 01, p. 51, 1999. **GANDRA, E. A.**. Trabalhadores na luta pelos seus direitos. Revista de História da UNICRUZ, 2000.

[101] Currículo Lattes de Carlos A. O. de Oliveira. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/1530813948037389> Acesso em 14 de julho de 2023.

[102] **OLIVEIRA, Carlos Alberto de**. Quem é do mar não enjoa: os estivadores do Rio Grande (RS) nos anos 60. Boletim de Pesquisa, São Paulo/SP, v. 8, 1997.

[103] Respectivamente: **OLIVEIRA, Carlos Alberto de**. Memórias de Estivadores: imagens, estigmas e representações. In: IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Cultural, 2006, Itajaí. Cidade Revelada. Itajaí/SC, 2006. **OLIVEIRA, Carlos Alberto de**. Ilhéus/BA, a Princesa do Sul: vida portuária e desenvolvimento urbano na década de 1920. In: IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Cultural, 2006, Itajaí. Cidade Revelada, 2006. **OLIVEIRA, Carlos Alberto de**. Ilhéus: cidade portuária. In: III Simpósio Nacional de História Cultural, 2006, Florianópolis/SC. Anais do [recurso eletrônico] / III Simpósio Nacional de História Cultural - Mundos da Imagem: Do texto ao Visual. Florianópolis/SC: Clicdata Multimídia, 2006. p. 706-715. **OLIVEIRA, Carlos Alberto de**. Porto e Cidade, construindo um diálogo: Ilhéus-BA (1926-1971). In: XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania, 2006, Florianópolis/SC. Anais do XI Encontro de Estadual de História: Mídia e Cidadania. Florianópolis: ANPUH/SC, 2006. **OLIVEIRA, Carlos Alberto de**. Imagens de Estivadores. In: Imagens de Estivadores, 2007, Caetité/BA. Anais do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade. Caetité: MULTI-MEDIA, 2007.

com temas relacionados à história portuária rio-grandina, história industrial sulina, ensino de história, cidade e porto. Em comparação com os demais autores aqui analisados, teve um número de produção menor em relação a artigos, livros e capítulos de livros. Por outro lado, manteve-se ativo, dentro do nosso recorte de análise, na disseminação de suas pesquisas através dos eventos acadêmicos regionais e nacionais.

José Bento Rosa da Silva[104], entre 1992 a 2010, publicou vinte e três artigos completos em revistas acadêmicas especializadas. Deste montante, três de seus textos são sobre os estivadores no porto de Itajaí. O restante aborda as temáticas relacionadas acultura afro-brasileira, escravidão e história de Itajaí. Verificamos t no seu currículo a publicação de 9 obras como autor e/ou organizador. Destas, há apenas o "Estiva Papa Siri: mãos e pés no porto de Itajaí" de 2004. Obra que também analisamos anteriormente. Há também, dentro do nosso recorte analítico, um capítulo[105] de livro publicado em 2002 sobre os trabalhadores de Itajaí. Apesar de observarmos algumas participações em eventos acadêmicos com publicações de resumos e apresentações de trabalhos, o foco do autor direcionou-se mais para a linha de estudos sobre escravidão, História e cultura afro-brasileira. Neste sentido, após a defesa da sua tese em 2004, o autor ampliou o seu escopo de pesquisa, não dedicando-se exclusivamente a temática da história portuária no Brasil, assim como outros autores, por exemplo, Ingrid Sarti, Darcy Di Paolo e Carlos de Oliveira.

Erika Bastos Arantes[106], até o ano de 2010, não havia publicado nenhum artigo completo em revistas acadêmicas especializadas. Por outro lado, transcendendo o nosso recorte, de 2013 a 2022, publicou onze textos. Destes, dois[107] foram sobre a estiva carioca no século XX. Há também, no ano de 2010,

---

[104] Currículo Lattes de José Bento R. da Silva. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/2061265340914904> Acesso em 14 de julho de 2023.

[105] Ver: **SILVA, J. B. R.**. Trabalhadores de Itajaí: Uma História de Organização e Resistência. In: Rogério Marcos Lenzi. (Org.). Itajaí: Outras Histórias. Porto Alegre: Sinodal, 2002, v. 01, p. 07-279.

[106] Currículo Lattes de Erika Arantes. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/4754676085114233> Acesso em 14 de julho de 2023.

[107] Respectivamente: **Arantes, Erika Bastos**. A Vida na Estiva: O cotidiano dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Revista Eletrônica Trilhas da História, v. 3, p. 21, 2013. **Arantes, Erika Bastos**. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. Tempo (Niterói. Online) JCR, v. 21, p. 22-41, 2015.

a publicação de dois[108] capítulos de livros, um[109] trabalho completo em anais de eventos em 2003. As linhas de pesquisas principais da autora, após as publicações de sua dissertação e tese, passam a ser Ensino de História, educação das relações étnico-raciais e História das mulheres e das relações de gênero.

Diego Luiz Vivian[110], de 2003 a 2010, publicou três artigos completos em revistas acadêmicas especializadas tendo entre estes um[111] texto sobre os vigias portuários de embarcações, no ano de 2006. Não identificamos livros ou capítulos de livros publicado pelo autor neste período, sobre a temática portuária em apreço. Por outro lado, Vivian submeteu quatro resumos em diferentes eventos acadêmicos entre os anos 2004 e 2007. Desta análise curricular, foi possível perceber que o autor não deu continuidade em suas pesquisas sobre a temática do trabalho portuário, o qual se restringiu entre os anos de 2004 a 2008.

Jairo Luiz Fleck Falcão[112], até o ano de 2010, publicou apenas um artigo completo em revistas especializadas. Por outro lado, assim como Erika Arantes, Falcão já publicou doze artigos e destes, três[113], lançados em 2011, são sobre os trabalhadores portuários do porto de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Depois deste período o autor manteve pesquisas sobre outras temáticas como, por exemplo, no campo da educação. Em 2006, Jairo Falcão publicou o livro

---

[108] Respectivamente: **ARANTES, E. B.**. Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedades no porto do Rio de Janeiro. In: Marcela Goldmacher; Marcelo Badró Mattos; Paulo Cruz Terra. (Org.). Faces do Trabalho: escravizados e livres.. Niterói: EdUFF, 2010, v. 1, p. 119-141. **ARANTES, E. B.**. Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In: Sidney Chalhoub; Maria Clementina Pereira Cunha; Elciene Azevedo; Jefferson Cano. (Org.). Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e Sâo Paulo, séculos XIX e XX.. 1ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2010, v. 1, p. 107-156.

[109] **ARANTES, E. B.**. O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História.

[110] Currículo Lattes de Diego Luiz Vivian. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/7780749713898112> Acesso em 14 de julho de 2023.

[111] Pra amais informações ver: **VIVIAN, Diego Luiz**. Olhares vigilantes a bordo: história dos vigias portuários no Rio Grande do Sul. Biblos (Rio Grande), v. 18, p. 125-144, 2006.

[112] Currículo Lattes de Jairo L. F. Falcão. Disponível em < http://lattes.cnpq.br/9251108143489074> Acesso em 14 de julho de 2023.

[113] Respectivamente: **FALCÃO, Jairo**. TRABALHO E ORGANIZAÇÃO NO PORTO DE PORTO ALEGRE. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. XII, p. 61-81, 2011. **FALCÃO, Jairo**. Trabalho e organização no Porto de Porto Alegre. Espaço Plural (Unioeste), v. 24, p. 61-81, 2011. **FALCÃO, Jairo**. TRABALHADORES DO PORTO DE PORTO ALEGRE: COSTUMES E EXPERIÊNCIAS. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS JCR, v. Vol. 3, p. 42-53, 2011

“Fronteiras entre o individual e o coletivo: trabalho, cultura e cooperação no Rio Grande do Sul”. Como não tivemos acesso a esta obra, não podemos afirmar se ela trata especificamente sobre o trabalho portuário. No entanto, como se percebe, está relacionada ao mundo do trabalho. Houve três capítulos de livros publicados, mas nenhum deles se deteve a temática do trabalho portuário. Além disso, o autor participou com treze trabalhos completos em anais de congresso. Nenhum destes abordou o trabalho e os trabalhadores portuários especificamente. Em síntese, percebemos que logo após a defesa de sua tese, em 2009, o autor ainda se manteve ativo participando de eventos e com publicações relacionadas ao universo do trabalho portuário. Depois deste período, Falcão ampliou paulatinamente sua linha de pesquisa para o campo educacional, conforme é possível identificar a partir da análise do seu currículo.

Neste capítulo, foi possível examinar as produções acadêmicas veiculadas na forma de artigo completo em sete revistas especializadas na área das humanidades que, a nosso ver, desempenharam um papel fundamental na disseminação das pesquisas mais recentes de História, desde a década de 1970, em temas diversos. Em contraponto a isso, investigamos as contribuições acadêmicas dos treze pesquisadores ao longo de suas carreiras, a partir dos registros por eles deixados em seus currículos lattes, abrangendo o período de 1973 a 2010, para além de suas monografias, dissertações e teses. Verificamos, com mais ênfase, que os artigos completos publicados pelos autores em revistas especializadas, foram publicados em periódicos que não tinham maior potencial de disseminação no campo da História. Por sua vez, participações em eventos acadêmicos e/ou publicações com capítulos de livros e coletâneas foram outras formas de publicação adotadas pelos autores.

Através das análises quantitativas apresentadas nas tabelas podemos constatar que, do conjunto das sete revistas analisadas aqui, houve a publicação de 1633 artigos dentro do nosso recorte temporal analítico. Deste montante, 143 publicações eram de artigos com temas sobre o mundo do trabalho, ou seja, pesquisas sobre diversos temas inseridos no campo da História do trabalho e dos trabalhadores. Observamos, também, que houve a publicação de quarenta e nove resenhas de obras relacionadas à temática do mundo do trabalho. Deste, apenas duas resenhas trataram especificamente sobre o tema do trabalho

portuário no Brasil. Por fim, identificamos que, nestas revistas, havia apenas dois artigos completos publicados que são dedicados ao estudo dos trabalhadores portuários no Brasil.

Pelo resumo dos números acima e a partir da análise especifica das tabelas, podemos perceber que, da década de 1970 a 2010, houve um crescimento paulatino nos estudos sobre o a História do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil. Embora seja uma porcentagem pequena (8,5%) em relação ao número total de artigos publicados, deve-se levar em consideração que cada revista possuía suas particularidades editoriais, sobretudo em relação as escolhas e frequências de dossiês temáticos que estimulavam a reunião de pesquisas de determinados assuntos. Obviamente, cabe lembrar que cada revista teve um tempo de início editorial diferente e, por este motivo, não fizemos uma comparação entre a produtividade de cada revista. Nosso critério de análise não foi este, mas sim o de identificar o montante geral de produções de cada revista sob os aspectos de: número geral de artigos, número de artigos sobre o mundo do trabalho, número de artigos sobre o trabalho portuário e, por fim, as resenhas. Com isso, comparar com as produções feitas pelos próprios autores outrora analisados nos primeiros capítulos.

Todavia, os dados acima nos revelam informações importantes sobre a disseminação de pesquisas através das revistas acadêmicas especializadas. Observe que dos 143 artigos sobre o mundo do Trabalho, apenas duas publicações (1,3%) foram sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil. Sendo ainda que, nestas sete revistas, esses dois textos não foram dos treze autores principais em que focamos nossa análise acerca de suas produções acadêmicas. Eis aí, a nossa necessidade de analisar os currículos lattes destes autores e das suas tentativas de disseminar suas pesquisas.

Dessa forma, foi possível constatar que, embora suas pesquisas não tenham sido submetidas e publicadas nestas sete revistas, alguns autores escolheram por publicar em outras revistas, nas quais tiveram oportunidade. Em especial, nas décadas de 1980 e 1990, constatamos que muitos daqueles que deram continuidade aos seus estudos publicaram em periódicos especializados

na Ciências Sociais, ao invés da História. Nos chama a atenção também, o papel das publicações em capítulos de obras organizadas em forma de coletânea de artigos. Estes, por sua vez, têm sido um meio importante e crescente de disseminação do conhecimento histórico, além dos livros autorais e das revistas especializadas. Neste sentido, reforçamos que os autores não tiveram a capilaridade necessária para tornar o tema mais presente no campo historiográfico.

Cabe, ainda, destacar, a partir da análise dos currículos lattes dos autores e autoras, o quanto houve de consistência e frequência nas suas carreiras em manterem-se ativos ou não nos estudos da temática portuário do trabalho. Os dados levantados demonstram que dos treze autores e autoras que analisamos os seus currículos, sete deram continuidade as suas pesquisas, tais como: Maria Gitahy, Fernando Silva, Maria Pinheiro. Maria Cruz, Carlos Oliveira e Jairo Falcão. Por sua vez, seis destes pesquisadores optaram por trilhar outros campos de pesquisa, tais como: Marli Navarro, Ingrid Sarti, Darcy Di Paolo, José Silva e Diego Vivian.

Com exceção de Marli Navarro e Diego Vivian[114], todos os demais pesquisadores vieram a se tornar professores universitários. Como não entrevistamos cada um destes profissionais, não temos dados de cunho pessoal para afirmar os motivos pelos quais cada um deles optou por seguir ou não pesquisando sobre estas temáticas. Por outro lado, numa perspectiva mais abrangente, para além dos interesses pessoais, podemos refletir que pode ter havido uma relativa influência, a partir da década de 1990, das ampliações de novas temáticas de estudos, tais como gênero, raça, sexualidade, educação, dentre outros. Assim como um possível maior número de oportunidades de financiamento de projetos de pesquisas pelos órgãos competentes para isso.

Destarte, cabe enfatizar a importância que teve o fato de muitos destes pesquisadores terem se tornado docentes no magistério universitário. Este

[114] Marli Navarro tornou-se servidora pública vinculada a Fundação Oswaldo Cruz como pesquisadora e Diego Vivian que desde o ano de 2020 desempenha o cargo de técnico em assuntos culturais junto à Coordenação Técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Rio Grande do Sul (Iphan-RS), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

cargo, além da prática docente, permite a criação de grupos de pesquisas, projetos de extensão e orientações de outros pesquisadores em suas diferentes fases da jornada acadêmica. Como relatado na introdução desta tese, a título de exemplo neste caso em análise, o professor Edgar Gandra orientou-me no Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História (2013)[115] e no mestrado (2016)[116], através do PPGH da Universidade Federal de Pelotas, ambos estudos sobre os estivadores do Porto de Rio Grande-RS. Outro exemplo, é o caso do historiador Elvis Silveira Simões que foi orientado por Gandra, a partir do seu vínculo com o PPGH –UFPel, em sua Dissertação sobre os Arrumadores do Porto de Rio Grande[117] (2017) e em sua recente pesquisa de doutorado, a qual será finalizada neste ano (2023), um estudo biográfico investigando a trajetória histórica do portuário e estivador Antônio Nailem Spindola, um agente histórico representativo no movimento operário sulino, perseguido e preso após o golpe civil-militar de 1964[118].

Desta forma, identificamos como um fator importante para a proliferação e instigação de novas pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil a presença de profissionais que estudam esta área, ocupando funções como docentes nas universidades, de modo a fomentar outros interessados em estudar esta temática. Esta também é uma forma identificada, a partir dos estudos que realizamos aqui, sobre o contexto de produção de pesquisas acadêmicas.

Obviamente, temos que levar em consideração um contexto mais amplo da própria historiografia brasileira no sentido de que, de tempos em tempos, alguns assuntos podem se tornar mais sucessíveis ao aumento de pesquisas, principalmente se for uma temática que apresenta características de visibilidade

[115] SILVA, Thiago Cedrez. **No embalo da onda**: a memória da trajetória do sindicato dos Estivadores de Rio Grande no Ano de 1964. Pelotas, UFPEL, 2013. (Monografia).
[116]SILVA, Thiago Cedrez. **Dos porões ao Cais**: memória e experiência de estivadores do Rio Grande/RS nos anos de 1960 a 1969. Pelotas, UFPEL, 2016. (Dissertação).

[117] SIMÕES, Elvis Silveira. **No centro e à margem**: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas e 1950/60. Pelotas, UFPEL, 2017. (Dissertação)

[118] SIMÕES, Elvis Silveira. **Traçando caminhos: a trajetória político-sindical de Antônio Nailem Espíndola, entre os anos de 1957-1985**. Projeto de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – UFPel (2019-2023)

nacional. Podemos citar como exemplo, as pesquisas sobre a ditadura civil militar no Brasil que, em momentos específicos na contemporaneidade, a depender do contexto político e social, torna-se foco de novas pesquisas. Esse refluxo de atenção sobre este tema, como já dito, tem a ver com o contexto mais amplo no qual os historiadores estão inseridos. Assim, podemos pensar que este fato que ocorre no campo da História do Trabalho pode ser pela ampliação de temáticas de pesquisas ou novos debates sobre temas consolidados como, por exemplo, na perspectiva da escravidão no Brasil, estes não eram considerados trabalhadores por parte de uma historiografia e que, posteriormente, passam a ser considerados como tal, como muito bem identificou e refletiu Erika Arantes, em sua dissertação e tese, anteriormente estudadas aqui.

Portanto, há de se considerar também as mudanças de perspectivas historiográficas ao longo do período analisado, sobre a temática da história do trabalho e dos trabalhadores portuários. Como um movimento de “ondas do mar na praia, que vão em vem”, existe uma consonância nas produções acadêmicas a partir do seu contexto de produção. Tal elemento se evidencia de forma ainda mais específica quando observamos os diferentes enfoques sobre a temática portuária dada pelos próprios autores que analisamos ao longo desta tese.

Na década de 1970 e 1980, por exemplo, os trabalhos produzidos apresentam uma ótica sobre os trabalhadores portuários intimamente relacionada à característica combativa no campo de luta por direitos e atuações políticas dentro e fora dos sindicatos. Além disso, o próprio recorte temporal de muitas dessas obras restou direcionado para o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Dando ênfase aos processos de fundação das primeiras associações profissionais e ao surgimento dos seus sindicatos. Por outro lado, as obras da década de 1990, já apresentaram recorte temporal mais contemporâneo englobando dois momentos políticos e sociais distintos como o pré e pós golpe civil militar. Vimos também, que os trabalhos adquiriram características mais voltadas para a História Social do Trabalho, analisando aspectos da cultura operária e do cotidiano de vida pessoal e profissional.

Por fim, as obras entre 2000 e 2010, problematizaram de forma mais ampla o papel do trabalhador portuário, discutindo questões de identidade de

classe, articulações políticas, manifestações culturais e esportivas, cotidiano e sociabilidade. Neste sentido, podemos perceber que ocorreram mudanças em diversos aspectos das problemáticas de pesquisas das produções acadêmicas entre 1973 a 2010, bem como nos usos de fontes e no aporte teórico-metodológico destes trabalhos, como foi possível constatar ao longo do nosso estudo no segundo capítulo desta tese.

Aqui, identificamos uma das contribuições que esta Tese apresenta para o campo dos estudos sobre a História do Trabalho e dos trabalhadores no Brasil. Identificar, analisar e demonstrar as mudanças e/ou permanências de perspectivas sobre o papel das diversas categorias que laboram no cais portuário e nos porões dos navios a partir de autores que pesquisaram em diferentes momentos – entre 1973 a 2010. Juntos, estes autores contribuíram para uma compreensão mais ampla da complexa e dinâmica história do trabalho no Brasil, sobretudo nas relações entre porto, cidade, política, sociabilidade e relações com outras categorias operárias de diversas regiões do país, que apesar de tudo, não são reconhecidos pela historiografia com a mesma ênfase ou importância que outras temáticas e áreas.

Considerações Finais: um “mar” propício para novas pesquisas

Nesta etapa, cabe recordarmos que esta Tese teve como norte analisar a produção acadêmica, em específico àquelas realizadas por pesquisadores, a partir de alguns elementos-chaves. Dentre eles, a influência do contexto acadêmico e, até mesmo, a ingerência de uma obra para outra, bem como das próprias mudanças *in loco* nos portos.

Como afirmamos na introdução, inicialmente tínhamos uma pretensão mais abrangente em relação ao estudo sobre as produções acadêmicas. No entanto, no caminhar da pesquisa, optamos por reduzir o escopo de estudo na medida do diálogo com as fontes. Buscamos analisar as produções acadêmicas inicialmente entre 1973 a 1986 por sociólogos e, em seguida, majoritariamente por historiadores no que corresponde à temática do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil. Por esta ótica, centralizamos nossa análise a partir de alguns eixos de pesquisa, ou pela proposta de perguntas instigadoras. O que temos de pesquisas acadêmicas sobre os trabalhadores portuários no Brasil? Como é a produção acadêmica sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no brasil? Quais elementos tornam-se influenciadores nestas produções em determinados momentos e quais foram as interconexões possíveis entre os próprios autores que se dedicaram aos estudos desta temática? Após as publicações das suas obras principais, esses autores deram continuidade a suas pesquisas? Por qual meio, dentro do campo acadêmico, ocorreu a disseminação destas pesquisas? Destacamos que estas perguntas foram respondidas ao longo do trabalho como se pode observar.

Foi possível mapear e identificar as características desta produção sobre o trabalho portuário entre os anos de 1973 a 2010. Portanto, também verificamos a maneira como ocorreu a edificação destas produções levando em consideração as mudanças no campo teórico-metodológico e o acesso às fontes em cada período histórico, a influência nestas produções com o acesso aos novos arquivos e acervos históricos, bem como, de novos programas de pós-graduação em história. Esse escopo foi analisado em 3 blocos de tempo no conjunto de obras publicadas entre 1973 a 1986, de 1990 a 1999 e de 2000 a 2010.

Nota-se que houve, ao longo deste período, um padrão nas escolhas dos autores em definir os capítulos em uma perspectiva cronológica linear dos fatos, iniciando, em muitos casos, com explicações sobre a relação porto-cidade para posteriormente tratar da organização sindical e, enfim, alcançar os objetivos principais como, por exemplo, um estudo sobre o cotidiano de trabalho, cultura operária e sociabilidade, relações políticas e luta por direitos.

No estudo, foi possível discutir a questão de as produções iniciais ficarem centradas no eixo acadêmico e portuário Rio-São Paulo e que, posteriormente, houve uma abertura nos estudos para outros portos de norte a sul do país, de modo a demonstrar as regionalidades em consonância com o nacional. Seja pelas mudanças estruturais a partir da mecanização e inserção tecnológica no porto, seja pelas articulações políticas e sindicais dos trabalhadores a partir dos seus sindicatos e federações de trabalhadores. Refletimos também sobre a historiografia buscando compreender os tipos de histórias que foram construídas no âmbito acadêmico neste recorte temporal. Assim como, as diferentes formas de acesso ao passado a partir de obras escritas, do campo da história ou não, à luz do pensamento acadêmico sobre a temática do trabalho portuário.

Nossa Tese revelou, no nosso entender, que a história portuária é um campo de pesquisa importante e poderia ter estimulado mais pesquisas visto que seu leque interpretativo transpassou um cenário que vai além do campo econômico, alcançando o cenário político e social. Os trabalhadores deste setor são representativos, em uma concepção mais ampla, de uma mudança constante na forma de atuação no que corresponde as suas formas de trabalho, na luta por direitos, nas reinvindicações, militância e adaptabilidade ao contexto que esses obreiros vivenciavam. Em outras palavras, à medida que ocorreram modificações na dinâmica produtiva portuária ao longo do tempo, esses operários buscaram se adaptar, a fim de sobreviver enquanto categoria laborativa.

Ao estudarmos essas categorias nomeadas analisamos também, como já dito, em conjunto como vão ocorrendo as modificações no mundo do trabalho portuário. E o mais importante disso é que essas modificações são refletidas, em parte, na historiografia. O que é um destaque relevante, pois ao nosso ver, ela

realiza recortes em temas que são significativos para pesquisas referentes ao contexto histórico de produção acadêmica em cada período. Nosso exercício de analisar as produções acadêmicas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil entre 1973 a 2010, permitiu compreender que esses recortes temáticos dentro do próprio assunto em tela não possibilitavam, em seu potencial investigativo, vislumbrar um cenário mais global de transformações para além de mudanças pontuais em um determinado porto e tempo histórico. Percebemos nos trabalhadores portuários um conjunto de categorias diversas (estivadores, doqueiros, arrumadores, consertadores, conferentes, vigias de embarcações), que vão, ao longo dos anos, passando por um processo de adaptação das suas características entendidas como funções tradicionais, sobretudo vinculadas ao trabalho braçal, em adequação às mudanças tecnológicas produtivas e legislativas neste setor.

Antes de 1993, observávamos uma configuração do trabalho portuário forjada historicamente a partir das conquistas alcançadas pelos próprios trabalhadores em suas respectivas categorias. Assim como, o fato de que eles eram trabalhadores que exerciam funções estratégicas e utilizavam isso como poder de barganha na luta por direitos. Após esse período, uma nova realidade de organização do trabalho no porto se estabeleceu no país. Anteriormente à década de 1990, os portos possuíam uma estrutura organizacional fundamentada na valorização desse tipo de trabalho, desempenhado majoritariamente por homens, o qual estava vinculado a uma noção implícita de "ofício", transmitida, muitas vezes, de forma geracional.

A criação do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) por meio da Lei nº 8630/93 marcou o início de uma nova realidade na organização do trabalho portuário no país. Esse órgão diminuiu, de forma praticamente coercitiva, dois elementos que simbolizavam o poder político das categorias portuárias que atuavam nestes locais: a *Closed Shop* e a “sindicalização combativa”. A partir de então, o OGMO passou a gerenciar, controlar e organizar muitos dos aspectos relacionados à organização do trabalho e às atividades laborais no movimento de cargas nos portos. Simbolicamente podemos falar se estabeleceu uma mudança da própria categoria em si. Os portuários se ressignificaram quanto a

sua função enquanto categoria. Logo, gradativamente abandonaram o trabalho braçal e foram obrigados a adquirir outros saberes, sobretudo tecnológicos.

Essa mudança na organização do trabalho portuário produziu efeitos na dinâmica laboral e nas relações de poder dentro dos Portos. Com a criação do Órgão Gestor de Mão de Obra, os portuários perderam parte de sua autonomia na condução das atividades portuárias e viram suas categorias antigas sendo unificadas sob a alcunha de Trabalhador Portuário Avulso. Logo, ao adotar o conceito de multifuncionalidade dos trabalhadores portuários, o OGMO passou a atribuir a esses profissionais a capacidade de executar diversas tarefas, o que antes era específico de cada categoria. Essa mudança, embora visasse uma maior flexibilidade e eficiência na alocação de mão de obra, gerou conflitos e embates entre os trabalhadores portuários e o órgão de gestão. Muitos portuários temeram a perda de suas especializações e competências adquiridas ao longo do tempo e se sentiram ameaçados pela possibilidade de substituição em funções definidas. Essa reconfiguração das relações de trabalho e da estrutura organizacional, ao nosso ver, reflete as tendências mais amplas ocorridas no contexto do neoliberalismo e das políticas de abertura econômica no Brasil a partir da década de 1990.

Além disso, a mudança também afetou as dinâmicas políticas e sindicais dentro do Porto, com os trabalhadores tendo que se adaptar a uma nova realidade e buscar novas estratégias de luta e negociação com o OGMO. O confronto entre a noção tradicional de "ofício" e a abordagem de multifuncionalidade representa um desafio para a identidade e a unidade dos trabalhadores portuários, uma vez que que eles precisaram se reorganizar e encontrar novas formas de representação e resistência.

Em suma, a criação do Órgão Gestor de Mão de Obra e a unificação das categorias portuárias como Trabalhador Portuário Avulso fez com que novos conflitos e tensões ocorressem entre o órgão de trabalho e a gestão. Ao nosso ver, essa mudança representa um momento-chave na história do trabalho portuário no Brasil, a qual precisa ser refletida em uma perspectiva histórica mais ampla, pois vimos, aqui, uma escalada de desvinculação e precarização de

direitos. Das obras analisadas, poucas abordaram essa discussão e, muito menos, aprofundaram-na.

Retomando alguns aspectos uma pergunta se faz necessária: qual a importância desta Tese para o campo historiográfico do mundo do trabalho? Para além das diferentes interpretações identificadas a partir da leitura de nossas fontes, foi possível compreender como são geridas as mudanças nos estudos do mundo do trabalho portuário. Tais perspectivas que viemos apontando ao longo dos capítulos, deixam claro algumas situações, dentre elas, o fato de buscar compreender por que alguns pesquisadores estudam o trabalho portuário em alguns momentos e em outros não.

Sabemos que na historiografia temas em “moda” vão em vem, mas o mais instigante é a questão da importância que é dada para os estudos acerca desta temática. Passados os anos de maior repressão da ditadura militar no Brasil, por exemplo, a partir da década de 1970, vimos que o foco nas pesquisas sobre os trabalhadores portuários relacionava-se com a perspectiva do “novo sindicalismo”, no qual ocorre um “ressurgimento” de algumas caraterísticas combativas e organizacionais na luta por direitos e melhores condições de vida. Em uma perspectiva historiográfica mais ampla consideramos que a ascensão do “novo sindicalismo” e a necessidade de se construir uma identidade contraposta à experiência pré-1964 foram, também, importantes. Como exemplo, obras como de José Álvaro Moisés, “As estratégias do Novo Sindicalismo” (1981), de Maria Hermínia Tavares de Almeida, “O sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança” (1984), o de Ricardo Antunes (1984), sobre a formação do Novo Sindicalismo a partir das greves do ABC em 1978.

Extrapolando um pouco para atualidade sobre essa reflexão de tema em voga na historiografia, de forma empírica, podemos perceber que durante o governo do Jair Bolsonaro (2018-2022), houve um aumento nas discussões sobre 1964 e os respectivos negacionismos históricos. A título de reflexão, se, no caso deste contexto de negacionismos e revisionismo, os trabalhadores portuários tivessem realizado uma grande greve nacional, provavelmente seriam objeto de pesquisa dos historiadores, seja para compreender suas

origens históricas, seja para compreender o processo que teria levado os portuários a reagirem a uma política de Estado.

Claro que são suposições a título de exemplos, pois a História é “filha” do seu tempo. Por outro lado, se olharmos mais atentamente para as obras que estudamos ao longo desta tese, temos dois exemplos concretos de autores que relataram em suas obras o quanto fatos presentes os motivaram, de alguma forma, a iniciar suas pesquisas sobre trabalhadores portuários. Mais especificamente, as obras de Maria Luiza Ugarte Pinheiro sobre os estivadores em Manaus e José Bento Rosa da Silva com os estivadores de Itajaí. Ambos em suas introduções e capítulos iniciais relatam situações contemporâneas de suas pesquisas usadas como “ponte” para compreensão do passado dos trabalhadores portuários em suas regiões.

De 1973 a 2010 o Porto, enquanto local de produção, continua tendo importância, por outro lado o trabalhador acaba perdendo um pouco a relevância que vinha sendo dada pelas primeiras obras da década de 1970,1980 e anos 90, talvez pela mecanização e aprimoramento tecnológico na logística portuária. Ou, até mesmo, pelas próprias mudanças legislativas que modificaram não só a organização portuária, mas também as relações de trabalho. Como foi evidenciado e discutido, por exemplo, por Carlos Alberto de Oliveira em seus estudos que abarcaram o impacto que a lei de modernização dos portos teve, na década de 1990, para os estivadores do porto sulino de Rio Grande-RS. O quanto a ideia da privatização, do neoliberalismo recente, impactou as relações de produção, movimentação portuária e de trabalho com a diminuição da mão de obra avulsa de forma paulatina. Categorias clássicas até a década de 1980, como os consertadores e vigias de embarcações, praticamente foram se extinguindo por conta dessas mudanças. O processo de mecanização e inserção tecnológica no porto passou a ser um elemento substitutivo da força de trabalho no cais. Cada vez mais precisa-se de menos homens trabalhando nas movimentações portuárias e estes precisam ser mais especializados em termos de conhecimentos técnicos.

Nosso trabalho pôde evidenciar que as mudanças nas produções acadêmicas sobre essa temática, não estão isoladas das próprias condições do sistema portuário. Ao mesmo tempo que ocorrem mudanças na pesquisa e escrita histórica acadêmica profissional, nos portos também há transformações. Suas diferentes estruturas vão se modificando com o tempo gerando mudanças na dinâmica do trabalho das diversas categorias portuárias. E isso também impacta na produção acadêmica, pois o objeto de pesquisa *in loco* se modifica apresentando características distintas em cada contexto histórico.

Outro exemplo desta mudança e influência da realidade na produção historiográfica pôde ser observado na dissertação de mestrado do historiador Elvis Silveira Simões que deixou claro este aspecto. Embora tenha sido produzida fora do nosso recorte temporal de análise, ou seja, em 2017, consideramos importante mencionar. O autor evidenciou o processo de precarização do trabalho a partir dos arrumadores no porto de Rio Grande-RS, os quais passaram de categoria suplementar dos portuários ligados ao DEPREC para um lugar de destaque no que tange a número de trabalhadores, rendimentos e oportunidades de trabalho no cais. Justamente por conta de terem conseguido se adaptar às transformações em comparação aos portuários de capatazia[119].

Continuando nesta perspectiva de influências do tempo, ampliando nosso recorte temporal inicial, quando escrevemos esta tese, cabe salientar que de 2010 para cá, percebemos um relativo refluxo nas pesquisas, também vinculado ao refluxo das próprias categorias pesquisadas. Enquanto categoria, buscaram reorganizar-se no que tange às atribuições de trabalho para que pudessem manterem-se ativos e com oportunidades de trabalho, para evitar acontecer o mesmo que houve com a extinção dos consertadores por conta das transformações tecnológicas.

Dentro deste prisma, podemos pensar que a historiografia analisada aqui, referente ao porto, articula-se em três contextos. O primeiro é o contexto

[119] Para mais informações sobre essa discussão, ver: SIMÕES, Elvis Silveira. **No centro e à margem**: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas e 1950/60. Pelotas, UFPEL, 2017. (Dissertação)

político intimamente vinculado ao país. O segundo, o momento econômico que é responsável pela circulação de mercadorias no cais, também vinculado ao país com influência do capital internacional. Por fim, o terceiro aspecto refere-se ao contexto internacional das adaptações tecnológicas, já que a estrutura produtiva portuária precisa se adequar às dinâmicas que permitem o armazenamento e o escoamento produzido de forma mais eficaz. Neste caso, há uma necessidade de um padrão mínimo nos portos de cada país por conta dos navios de carga e descarga. Os trabalhadores estão inseridos, pelo menos, nestes três contextos e precisam estar atentos às mudanças para rapidamente se adaptarem, resistirem ou para reinventarem-se.

Neste sentido, desvelamos, ao longo dos dois primeiros capítulos, uma particularidade sobre as produções feitas na década de 1970 e 1980. Nitidamente o foco das obras estavam direcionados para a perceptiva da história política nos sindicatos e suas ações. Por outro lado, se ampliarmos o nosso horizonte interpretativo, veremos que os trabalhadores *in loco*, neste período, estavam mais preocupados com os impactos causados pelas transformações tecnológicas na dinâmica produtiva, na diminuição das oportunidades de trabalho e pelas regulamentações legislativas do trabalho deles. No entanto, a historiografia deste período escolheu direcionar o seu olhar para a ótica das atuações políticas nos sindicatos. Qual o motivo disso? Podemos pensar que seria em razão das abordagens dadas pela academia neste momento. A historiografia, portanto, não deu ênfase nas reflexões latentes dos trabalhadores naquele momento, mas sim a partir daquilo que era mais importante para a historiografia e que mais se discutia no contexto acadêmico de produção. Observa-se a influência das transformações no próprio porto e sua relação com a historiografia, mas sem deixar de destacar a agência dos historiadores nas suas escolhas de pesquisa.

Há, portanto, diferentes caminhos nas produções acadêmicas sobre os trabalhadores portuários no Brasil. Estas produções estão marcadas por essas questões. O porto torna-se interessante de ser estudado na medida em que começar a dialogar com o que está sendo produzido no contexto da pesquisa e, também, se houver a intencionalidade pessoal do pesquisador sobre a temática em tela. Neste sentido, retomamos o que relatamos na introdução

desta tese, em que afirmamos o nosso interesse nos estudos pela temática portuária a partir da influência do professor Edgar Gandra, que na época, estava ampliando os seus estudos sobre o porto de Pelotas –RS. Somou-se a isso a minha curiosidade pela zona portuária pelotense. Vejamos aqui os dois "ingredientes" juntos: o contexto de pesquisa mais o interesse pessoal gerando, como resultado, uma sequência de pesquisas acadêmicas como monografia, dissertação e, neste instante, a materialização desta tese. Logo, fazendo um exercício de reflexão de possibilidades históricas, se o professor Edgar Gandra não fizesse parte do corpo docente da UFPel, no período em que cursei a graduação, possivelmente estaria pesquisando outros temas que não o trabalho portuário, pois não haveria estímulos impulsionadores e definidores para isso. Em outras palavras, o meu caminho como pesquisador poderia ter sido outro.

Desta forma, há um jogo relacional muito interessante na produção de trabalhos acadêmicos o que reforça a nossa compreensão de que o campo de produção acadêmica sobre o trabalho e os trabalhadores portuários possui matrizes de produção que são as mais variáveis possíveis e que, somente a partir de um estudo mais abrangente, como o que fizemos aqui, seria possível elaborar uma síntese de possibilidades de compreensão dessa trajetória.

Recordamos, também, que as obras da década de 1990 apresentaram uma perspectiva mais próxima da história social do trabalho nos aspectos da resistência e cultura operária e não tanto mais sobre história política. Essa mudança, ao nosso ver, dentre alguns fatores, ocorre pelo contexto após a ditadura militar no país. Um período com mais liberdade para se criticar as ações dos governos passados de modo a evidenciar aspectos dos trabalhadores mais sofridos, como por exemplos, as perseguições, prisões e repressão da classe trabalhadora neste regime. Logo, a percepção desses autores sobre os trabalhadores passa a transcender os aspectos políticos partidários e emerge no campo do cotidiano, das lutas e dificuldades pelas quais passaram com a diminuição de salários, alta carestia de vida e cerceamento nos direitos sociais.

Nossa tese, ao analisar as produções acadêmicas sobre esta temática, conseguiu identificar que os próprios autores destas obras davam enfoques diferentes sobre a atuação dos trabalhadores a depender do seu contexto de produção e das transformações contextuais do próprio porto, na esfera política, econômica e estrutural internacional. Enquanto tese, evidenciamos que os contextos são múltiplos e vinculados a estes cenários. Após a lei de modernização dos portos no Brasil, influenciado significativamente pelas mudanças na dinâmica de armazenamento e escoamento internacional, nenhum porto deixou de se adaptar ao processo de conteinerização. O que acarretou mudanças na organização do trabalho e na vida dos obreiros.

Neste momento, para uma compreensão do papel do trabalhador portuário, a partir da escrita destes autores, precisamos levar em consideração um cenário mais abrangente de mudanças e transformações em dois campos. O primeiro é o campo acadêmico e, o segundo, *in loco*, no Porto, nas esferas política, econômica e internacional.

Ao analisar as produções acadêmicas nesta tese entre 1973 a 2010, ao longo dos dois primeiros capítulos, foi possível identificar quais categorias, que dividem o espaço de trabalho portuário, foram mais estudadas nestas obras. Vimos que os estivadores foram tema central em pelo menos 10 obras. Já os portuários, também denominados como doqueiros ou trabalhadores de capatazia, tiveram 5 obras que versaram sobre eles. As categorias menos estudadas foram os vigiais (2), arrumadores (1), consertadores (1) e conferentes (1).

Por qual motivo os estivadores foram a categoria mais estudada nestas produções acadêmicas? Consideramos como basilar o fato de que os estivadores, dentro do espaço portuário, foram os primeiros a se organizarem enquanto classe, entre o final do século XIX e o primeiro governo Vargas na década de 1930 com a CLT, formando suas associações e, posteriormente, seus Sindicatos e a Federação Nacional dos Estivadores. As demais categorias presentes no espaço portuário, no geral, foram se organizando sindicalmente, ao nosso ver, a partir dos caminhos abertos pela estiva no campo trabalhista, jurídico e social, por exemplo.

A partir do nosso estudo, constatou-se que apenas o trabalho de Diego Vivian abordou a história dos vigiais de embarcações nos portos de Porto Alegre e Rio Grande-RS. Ainda que a tese de Jairo Falcão tenha abordado também esses trabalhadores, este não foi um estudo focado somente neles. Já que Falcão fez uma pesquisa mais abrangente sobre diversas categorias do porto de Porto Alegre como os estivadores, portuários, arrumadores, vigias de embarcações, consertadores e conferentes.

Neste sentido, fica evidente alguns aspectos neste conjunto de produções acadêmicas entre 1973 a 1980. Há lacunas historiográficas identificadas aqui e a necessidade de se pesquisar mais, de compreender ainda mais o passado das diversas categorias de trabalhadores presentes no setor portuário brasileiro. Como já dissemos, esses operários desempenham um papel laborioso situado em um setor estratégico da economia do país e possuem características distintas que se relacionam não apenas com o porto, mas também com a cidade e suas diferentes áreas de convivência social.

Reforçamos a contribuição de nossa Tese no mapeamento das produções acadêmicas realizadas entre 1973 e 2010, que revelou um campo de possibilidade para novas pesquisas, em especial aquelas realizadas por historiadores, demonstrando um campo de possibilidades para pesquisas futuras sobre a história do trabalho e dos trabalhadores portuários no Brasil, sob as mais diversas perspectivas.

O que discutimos no primeiro capítulo foi importante porque nos possibilitou visualizar, através das tabelas e gráficos, qual foi a geografia institucional destas produções no âmbito acadêmico, sobre os portos e categorias que foram estudadas. Relembramos que nos anos de 1973 a 1986 tivemos uma concentração de pesquisas sobre os portos de Santos, Rio de Janeiro e Pará. Já na década de 1990, houve a prevalência de pesquisas no eixo Rio-São Paulo em relação a outras regiões apresentadas. Nos anos de 2000 a 2010, ocorreu uma ampliação e enfoque maior nos estudos dos portos sulinos. Cerca de cinquenta por cento da produção acadêmica foi sobre os portos do Rio Grande do Sul. Há, portanto, uma mudança e ampliação significativa em comparação aos períodos anteriores. É possível inferir que houve escalas de

pesquisas no que corresponde à frequência de um número maior ou menor de produções sobre determinados portos por parte da historiografia, ao passo que os portos de maior volume de movimentação tiveram um número maior de produções.

Os fatores que contribuíram para o movimento de mudança e expansão dos estudos sobre a história do trabalho no Brasil incluem, no nosso entendimento, o crescimento dos programas de pós-graduação em História nas universidades, que impulsionaram projetos de pesquisa na área do trabalho; o aumento das discussões acadêmicas inter-regionais por meio de simpósios, congressos e seminários; os incentivos financeiros como bolsas de pesquisa, disponibilizados para as pós-graduações; e o apoio financeiro de órgãos privados a pesquisadores acadêmicos.

O período de 1973 a 2010 foi marcado, de forma abrangente, pelo processo de organização e abertura de diversos arquivos com fontes relevantes sobre o trabalho e os trabalhadores portuários. Essa disponibilidade de fontes enriqueceu os recursos disponíveis para que os pesquisadores iniciassem ou aprofundassem suas investigações históricas sobre o tema. Essas transformações acadêmicas estiveram relacionadas com a mudança de referenciais técnicos-metodológicos e teóricos na academia, refletindo os questionamentos sobre o ofício da pesquisa histórica.

No primeiro capítulo foi possível identificar, também, o volume de produções acadêmicas em diferentes níveis ao longo de 37 anos (1973 a 2010). Houve 9 teses de doutorado, 10 dissertações e 2 monografias. A maioria dos investigadores manteve o interesse na temática do trabalho portuário, como evidenciado pelo aumento de teses na década de 2000.

Além disso, os pesquisadores que atuaram entre 1973 e 2000 se tornaram referências para outros, ao nosso ver, com pesquisas inovadoras, publicações e participação em eventos acadêmicos. Após os anos 2000, novos pesquisadores continuaram produzindo trabalhos sobre o tema. Muitos desses pesquisadores, agora doutores, passaram a lecionar em universidades, estimulando novos discentes a se interessarem pelo estudo do trabalho portuário.

Portanto, consideramos que a presença desses pioneiros com suas obras e artigos publicados também reforça sua influência sobre os pesquisadores subsequentes. Esse movimento de criação de projetos de pesquisa e influência

docente contribuiu para o crescimento e a continuidade e manutenção dos estudos sobre o trabalho portuário no Brasil.

Por sua vez, o nosso segundo capítulo tornou-se relevante por aprofundar os aspectos levantados na primeira parte da tese e por investigar a organização do conteúdo que estes pesquisadores produziram ao longo do tempo. O objetivo deste capítulo foi o de analisar as mudanças e continuidades, bem como as influências teóricas e metodológicas nas produções acadêmicas sobre o tema do trabalho portuário no Brasil no decorrer dos anos. Isso nos permitiu compreender os tipos de histórias construídas e narradas no âmbito acadêmico, identificando a evolução do conhecimento histórico sobre os trabalhadores portuários e as mudanças nas pesquisas ao longo dos anos.

No geral, muitas das produções acadêmicas sobre o trabalho portuário que analisamos aqui se sustentam um elemento comum. Os autores optam por explorar temas relacionados a sua pesquisa central, indo além do movimento sindical e abordando aspectos como a relação entre cidade e porto, a vida cotidiana de trabalho e a sociabilidade. Compreender essas mudanças requer uma análise multidimensional que considere fatores externos (transformadores sociais e tecnológicos) e fatores internos (escolhas e perspectivas dos investigadores). Uma abordagem ampla e interligada enriquecendo o conhecimento sobre a história e as dinâmicas do trabalho portuário.

Foi possível ver também a presença crescente da perspectiva teórica de E.P. Thompson nas produções acadêmicas sobre o trabalho portuário em três períodos analisados. Essa mudança indica uma transição de ênfase temática das questões sindicais e das greves para uma abordagem maior no cotidiano de trabalho, cultura operária e vivências dos trabalhadores portuários. Essa abordagem mais próxima da realidade vivida pelos trabalhadores, ao nosso ver, permite uma compreensão mais profunda das suas condições de trabalho, relações de poder e resistência. As mudanças teóricas também refletem uma maior sensibilidade em relação aos processos históricos e sociais que moldam o trabalho portuário, levando em consideração questões de influências globais, tecnológicas e organizacionais. No entanto,

para que fique claro, isso não exclui questões sindicais e greves, que podem ser abordadas dentro de uma perspectiva mais ampla. Essas mudanças teóricas que identificamos fazem parte de um conjunto mais amplo de transformações no campo da pesquisa histórica influenciadas por diversos fatores como o acesso a novas fontes de informação, métodos de pesquisa e ampliação dos espaços de estudo e debates acadêmicos.

Dentro deste escopo, é relevante destacar que, no corpus historiográfico analisado, percebe-se a predominância da influência de teóricos europeus, sobressaindo-se especialmente os marxistas ingleses. Nesse contexto, não identificamos a presença de pensadores latino-americanos sendo incorporados nos diálogos acerca dos problemas de pesquisa. Existem historiadores que não apenas se dedicaram à História do trabalho portuário em seus respectivos países, mas também abordaram perspectivas teóricas relevantes aos contextos latino-americanos.

Em tempos de se pensar uma perspectiva decolonial, essa lacuna sugere a possibilidade de explorar, em pesquisas futuras, os as relações historiográficas relacionadas a essa temática portuária e ao mundo do trabalho, tanto nas produções brasileiras quanto naquelas originárias da América Latina. Investigar como as perspectivas teóricas desses historiadores podem contribuir, uma com as outras, para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do tema representa um caminho potencial e interessante de pesquisa.

Por fim, o terceiro capítulo nos permitiu identificar as continuidades ou não, das pesquisas principais dos 13 autores analisados ao longo das duas primeiras partes desta tese. Com esta finalidade, o capítulo dividiu-se em dois momentos de reflexão. O primeiro sobre as publicações em sete revistas especializadas. Houve a publicação de 1633 artigos que, deste número, 143 eram publicações de artigos com temas sobre o mundo do trabalho, ou seja, pesquisas sobre diversos temas inseridos no campo da História do trabalho e dos trabalhadores. Identificou-se também que houve 49 resenhas de obras relacionadas à temática do mundo do trabalho. Deste, apenas duas resenhas trataram especificamente sobre o tema do trabalho portuário no Brasil. Além

disso, verificamos que nestas revistas havia apenas 2 artigos completos publicados que são dedicados ao estudo dos trabalhadores portuários no Brasil.

O segundo momento de análise deste capítulo foi sobre cada um dos currículos destes pesquisadores dentro do nosso recorte temporal, 1973 a 2010. Especificamente, analisamos os currículos lattes deles através do site institucional do CNPQ, na plataforma Lattes. Verificamos que, mesmo que suas pesquisas, no geral, não tenham sido observadas e divulgadas nestas sete revistas, alguns autores optaram por publicar em outras revistas que ofereceram oportunidades. Especialmente nas décadas de 1980 e 1990, notamos que muitos dos pesquisadores que continuaram seus estudos preferiram publicar em periódicos especializados nas Ciências Sociais, ao invés da História. Obviamente, entendemos que este foi um contexto de abertura de novas revistas de História e que havia, evidentemente, um quantitativo maior de revistas da área das ciências políticas e sociais. Todavia, chama-nos a atenção o papel das publicações em capítulos de obras organizadas em formato de coletânea de artigos que, ao nosso ver, tem sido um meio relevante e crescente de disseminação do conhecimento histórico para além dos livros autorais e das revistas especializadas.

Apesar de algumas pesquisas não terem sido publicadas nas sete revistas selecionadas para análise, é importante destacar que a escolha de outras publicações e meios de disseminação não diminuiu o impacto do trabalho desses autores. O fato de terem optado por publicar em revistas de Ciências Sociais, em coletâneas de artigos ou outros meios, pode ter sido uma estratégia para alcançar diferentes públicos ou para dialogar com outras áreas de conhecimento.

Além disso, é relevante destacar que, por meio da análise dos currículos lattes dos autores, foi possível verificar o grau de consistência e frequência em suas carreiras ao se manterem ativos ou não nos estudos sobre a temática do trabalho portuário. Os dados levantados indicam que dos 13 investigadores que analisamos, sete deram continuidade as suas pesquisas. Os que não continuaram, optaram por mudar de temática, ao nosso ver, isso pode ter ocorrido devido ao surgimento de um novo interesse pessoal por alguma área específica ou pela própria saturação pessoal do pesquisador pelo tema.

No geral, ao longo da nossa Tese foi possível demonstrar, a partir da análise das produções acadêmicas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil entre 1973 a 2010, como se deu o processo de produção acadêmica sobre o tema e o quanto de possibilidades para novas pesquisas ainda existem. A exemplo disso, citamos que houve, sim, outras obras publicadas sobre essa temática dentro e fora deste recorte. No entanto, como apresentado nas considerações iniciais desta tese, optamos pela delimitação apenas das obras realizadas por historiadores e historiadoras. Com exceção daquelas publicadas entre 1973 a 1986, que ao nosso ver, precisaram ser inseridas neste leque de fontes por serem obras pioneiras sobre o assunto. Destarte, nesta conclusão, podemos apontar outras obras publicadas, a fim de que o leitor possam conhecer e, futuramente, realizar novos estudos.

Na década de 1990, temos algumas obras identificadas como a da pesquisadora Olívia Maria Rodrigues Galvão, em 1995, que sustentou a sua dissertação de mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, intitulada “A Sociedade da Resistência ou Companhia dos Pretos: um estudo de caso entre os arrumadores do porto do Rio de Janeiro”. Ao que parece, esta é primeira obra encontrada que estuda, especificamente, a categoria de trabalhadores portuários arrumadores.

Vimos também que em 1998, Marlene Monteiro André obteve o título de Doutora em Serviço Social, pela Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, com sua tese intitulada “A consciência de periculosidade e as estratégias defensivas dos portuários avulsos no contexto portuário de Vitória/ES”, sob orientação da Profa. Dra. Ursula Margarida Simon Karschvelasco e Cruz. Apesar de não ser historiadora, Marlene André apresenta os caminhos históricos percorridos pelos trabalhadores portuários de Vitória-ES, apresentando dados importantes para o estudo da categoria nesta região

Por fim, temos a pesquisa de mestrado de Hiata Anderson Silva do Nascimento, o qual, em 1999, através da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, sustentou a dissertação intitulada “O nascimento de um novo trabalhador portuário: um estudo sociológico acerca da resistência dos portuários capixabas ao processo de modernização dos portos”. A partir do seu objeto de pesquisa - os trabalhadores portuários capixabas - o sociólogo

investigou os impactos da lei 8630/93 (Lei de Modernização dos Portos) no cenário do trabalho portuário nacional e dos capixabas.

Já, entre os anos 2000 a 2017, extrapolando o nosso recorte temporal principal, a título de exemplificação, constamos a presença de outras pesquisas em áreas diversas. A socióloga Leni Beatriz Corrêa Colares, nos anos 2000, concluiu o Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e apresentou sua dissertação de mestrado intitulada "Os conflitos de trabalho na construção do modelo de flexibilização gerida no Porto do Rio Grande", sob a orientação do Prof. Dr. Antônio David Cattani. Essa pesquisa trouxe a perspectiva da flexibilização e da precarização do trabalho ocasionadas pela lei 8.630, denominada de lei da modernização/mecanização dos portos, que trouxe uma nova nomenclatura para o trabalhador portuário. O TPA, Trabalhador Portuário Avulso, abarcaria as categorias dos estivadores, portuários, conferentes e arrumadores em uma única nomenclatura, diferente do entendimento passado e histórico que cada categoria apresentou. Esse estudo recente é importante para entendermos o processo de *Closed Shop* no Porto do Rio Grande-RS.

A pesquisadora Maria Dalva Casimiro da Silva, em 2007, sustentou a sua dissertação de mestrado, intitulada "Relações de Trabalho no Cais do Porto do Rio de Janeiro: Resistência e Modernização", pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UFRJ, orientada pelo Prof. Giuseppe Mário Cocco. Ao estudar o perfil do trabalhador portuário avulso, a autora levou em consideração o contexto das diferentes mudanças ocorridas no processo de trabalho gerado pela Reestruturação Produtiva e pela Globalização – termo frequentemente utilizado nos anos 2000. Segunda Silva (2007), esse movimento acarretou a necessidade da qualificação do próprio trabalhador portuário, justamente para que correspondesse aos anseios empresariais de gestão pessoas, que visavam o aumento da produtividade.

A cientista social Carla Regina Mota Dieguez, no ano 2001, apresentou o trabalho monográfico para a conclusão da sua Graduação em Ciências Políticas (UNESP), intitulado "A Lei nº 8630/93 e os impactos da privatização portuária na organização do trabalho no Porto de Santos". Já, no mestrado em Sociologia (USP), em 2007, a pesquisadora sustentou a dissertação "De OGMO (Operários Gestores de Mão de Obra) para OGMO (Órgão Gestor de Mão de Obra):

modernização e cultura do trabalho no Porto de Santos". Por fim, no ano de 2014, defendeu a tese intitulada "Trabalho à deriva: contradições e ambiguidades nas lutas e percepções dos estivadores de Santos (1993-2013)", sob orientação do Prof. Dr. José Dari Krein, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. É perceptível o apreço da autora sobre a temática portuária ao longo da sua caminhada acadêmica.

O sociólogo Marcus Vinicius Spolle, escreveu a tese intitulada "A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida", defendida também no ano de 2010, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob orientação José Carlos Gomes dos Anjos. Nessa pesquisa, evidenciaram-se as peculiaridades da mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul, tendo como objeto categórico de análise os trabalhadores portuários negros vinculados ao Sindicato dos Arrumadores do Município de Pelotas-RS. Através da análise de um recorte temporal longo, Spolle tornou-se percussor com seu estudo sobre a referida categoria e suas relações sociais no município.

Roselídia da Costa Farias, no ano de 2009, concluiu sua Graduação em Serviço Social pela UFPA e apresentou a monografia intitulada "As repercussões da reestruturação produtiva na saúde do trabalhador portuário: o caso dos estivadores de Belém e Vila do Conde no Estado do Pará". Já, no ano de 2011, a referida pesquisadora sustentou sua dissertação, no Mestrado em Serviço Social, pela mesma instituição de ensino, sob a mesma orientação acadêmica da Profa. Nádia Socorro Fialho Nascimento. A pesquisa de Farias, no mestrado, intitulou-se "Trabalho e modernização portuária: um estudo sobre os estivadores de Belém no Estado do Pará" e apresenta uma reflexão sobre os impactos que a lei 8630/93 teve para os estivadores dos Portos de Pará.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, no ano de 2013, concluí minha Graduação em Licenciatura Plena em História, na Universidade Federal de Pelotas. Sob orientação do Prof. Dr. Edgar Avila Gandra, apresentei o trabalho monográfico intitulado "No embalo da onda: a memória da trajetória do sindicato dos Estivadores de Rio Grande no Ano de 1964". O foco foi o de compreender os indícios de autonomia e resistência vivenciados pelos estivadores de Rio Grande, e as suas experiências de dominação que

perpassaram a luta sindical durante o período final do regime populista-trabalhista e nos primeiros anos da "ditadura militar de 1964".

Nesse mesmo ano, a historiadora Jordana Alves Pieper concluiu sua Graduação em História, na Universidade Federal de Pelotas, orientada pela Profa. Dra. Lorena Gill. "Carregar e Descarregar: Os estivadores de Pelotas e suas relações trabalhistas entre 1949 e 1942" foi o título do trabalho monográfico de Pieper, que se debruçou em analisar os processos dos dissídios trabalhistas da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas desse período, investigando a vida laboral dos operários da estiva pelotense.

Eder Dion de Paula Costa, no ano de 2004, defendeu a sua tese de Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA com o título "O trabalho portuário avulso na modernização dos portos". Já, em meados de 2015, o pesquisador publicou sua tese, através da Editora Paco, em um livro impresso denominado "Trabalho Portuário e Modernização dos Portos: empobrecimento e riqueza no mesmo contexto". Apesar de a sua ótica principal ser a do direito portuário, Costa apresenta uma investigação histórica sobre o trabalho e os trabalhadores portuários do Brasil, a fim de compreender o impacto da modernização dos portos ao longo dos anos no dia a dia do trabalho e nos próprios direitos trabalhistas das categorias operárias do porto.

O jornalista e mestre em filosofia dos estudos culturais Alexandre Pacheco Raith, no ano de 2015, sustentou a dissertação "A cultura da estiva no Porto de Santos: análise comparativa de duas gerações de trabalhadores" pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo – USP, sob orientação da Profa. Dra. Valéria Barbosa de Magalhães. O foco do autor nesse trabalho foi o de investigar e compreender as experiências na estiva a partir de duas gerações de trabalhadores do Porto de Santos-SP, diante de dois contextos históricos: as mudanças na cultura e na organização do trabalho decorrentes da introdução dos contêineres, na década de 1960, e da promulgação da Lei de Modernização dos Portos, em 1993.

Em 2015, o pesquisador Arion Augusto Nardello Nasihgil sustentou sua dissertação de Mestrado em Direito, intitulada "A Modernização dos Portos Brasileiros e o Trabalhador Portuário: Impactos Socioeconômicos", na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, sob a orientação de Luís Alexandre Carta Winter. O foco da sua pesquisa foi verificar, pela ótica laboral, os possíveis

impactos socioeconômicos acarretados pela Lei nº 8.630/93. O autor apresentou algumas soluções para os percalços da mudança na categoria de trabalho, tais como: “a valorização do trabalhador portuário, com capacitação profissional, melhoria na remuneração, inclusão de benefícios sociais nos contratos laborais e de maior atenção à saúde e segurança do trabalho portuário” (NASIHGIL, 2015, p. 8).

Em 2016, Amanda Carvalho de Souza Nogueira concluiu o seu Mestrado em Ciências Humanas e Sociais sustentando a dissertação “A Modernização do Porto de Santos e a relação porto-cidade: um estudo comparativo entre dados históricos, IDH e percepção socioeconômica do trabalhador portuário”, pela Universidade Federal do ABC – UFABC, orientada pelo Prof. Marco Antônio Cornacioni Sávio. A pesquisadora buscou evidenciar a história da relação porto-cidade por meio da comparação das pesquisas e 14 entrevistas com trabalhadores portuários. Ela se propôs a compreender a percepção do operário portuário diante dos impactos da modernização dos portos (lei 8630/93) em suas vidas e nas condições sociais da cidade de Santos-SP.

A historiadora Rafaela Bastos de Oliveira apresentou, no ano de 2016, sua pesquisa no Mestrado em História pela Universidade Federal do Amazonas, intitulada “Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (Roadway) (1993-2015)”, sob orientação da Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva. Nessa pesquisa, Oliveira buscou compreender as experiências dos carregadores e carregadoras do Porto da Estação Hidroviária de Manaus e no Porto da Manaus Moderna, o centro da cidade de Manaus. Abordou, ainda, as relações construídas por esses obreiros no Sindicato e fora dele, além de suas múltiplas formas de sociabilidade e conflitos entre os anos de 1993 a 2015.

Já, na minha segunda pesquisa relacionada ao trabalho e aos trabalhadores dos portos do Brasil, sustentei, no ano de 2016, a dissertação de mestrado intitulada “Dos porões ao Cais: memória e experiência de estivadores do Rio Grande/RS nos anos de 1960 a 1969”, pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFPel, sob a orientação do Prof. Dr. Edgar Avila Gandra. Como um desdobramento da pesquisa monográfica apresentada em 2013, esta investigação iniciou-se com a análise das memórias e das experiências dos trabalhadores da estiva do Rio Grande durante o período de 1960 a 1969,

perpassando o impacto que o Golpe Civil-Militar de 1964 teve no modo de vida dos estivadores rio-grandinos. Durante a pesquisa, foram identificadas as transformações ocorridas no cotidiano de trabalho, evidenciando a relação entre o dia a dia da categoria e a sua atividade sindical, bem como o caráter de identificação do “ser estivador”, no período mencionado.

O pesquisador Deib Lima de Souza sustentou, no ano de 2016, sua dissertação intitulada “Modernização e Precarização: as condições de trabalho dos portuários em capatazia de Manaus – AM”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da Profa. Dra. Elenise Faria Scherer. Ao problematizar e compreender as formas de contratação do trabalho da categoria, Souza também buscou identificar os riscos à saúde que esses trabalhadores se submetiam no desenvolver do processo de trabalho no cais portuário, ao carregar e descarregar mercadorias do cais aos navios e vice-versa.

Como já citado ao longo dos capítulos anteriores, o historiador Elvis Silveira Simões, no ano de 2017, apresentou uma inédita pesquisa no Mestrado em História da UFPel sobre a categoria no Porto do Rio Grande-RS. Em “No centro e à margem: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas e 1950/60”, orientada pelo Prof. Dr. Edgar Avila Gandra. Simões buscou evidenciar as tomadas de decisões e as disputas dos trabalhadores, os quais visaram realizar a transição de Sindicato do Comércio Armazenador para Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande, à luz da Lei 2.196, de 1º de abril de 1954, ampliando, assim, seu campo de atuação para o comércio, indústria e o Porto. Simões analisou, ainda, as relações de trabalho e as estratégias diante da condição de um trabalho sazonal e avulso. O autor partiu das memórias reavivadas dos trabalhadores arrumadores, portuários e consertadores, bem como do diálogo com as demais fontes e buscou compreender a trajetória histórica dessa categoria.

No ano de 2017, a historiadora e arquivologista Gracineide Maria de Souza sustentou sua dissertação de Mestrado em História, intitulada “Os trabalhadores portuários avulsos (TPAS) e os impactos socioeconômicos da Lei 8.630/93 de modernização dos portos”, na Universidade Federal do Espírito Santo, no Centro de Ciências Humanas e Naturais. Nessa pesquisa, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, a autora, ao realizar estudos sobre

os trabalhadores portuários e acerca do próprio cenário da movimentação portuária no país, identificou que, de fato, houve impactos socioeconômicos, tanto para categoria dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) quanto para as entidades sindicais.

Ainda no ano de 2017, a historiadora Nágila Maia de Morais Galvão defendeu sua tese em História, intitulada "Entre o mutualismo e o sindicalismo: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933)", pela Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, no Programa de Pós-graduação em História, orientada pela Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat. Anterior à tese, em 2009, Nágila Galvão sustentou a dissertação de Mestrado em História, intitulada "'Todo Cais é uma saudade de pedra': repressão e morte dos trabalhadores catraieiros[120] (1903-1904)", pela Universidade Federal do Ceará – UFCE.

No geral, observamos que existiram mais pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil, seja pela ótica de áreas como a ciências sociais, da saúde, direito ou história. Como nosso recorte temporal e analítico delimitou-se até o ano de 2010 e as obras no campo da história, não analisamos esse conjunto de obras apresentados nesta parte da conclusão. Todavia, consideramos relevante apresentar ao leitor, aqui nesta etapa da tese, este conjunto de produções acadêmicas no intuito de evidenciar o profícuo campo de pesquisa ainda em aberto. Já que o nosso objetivo não foi, em nenhum momento, esgotar as discussões sobre o assunto, mas sim o de contribuir, dentro das possibilidades delineadas, para uma maior compreensão desta área de pesquisa.

Ao nosso ver, há um segmento importante da história do Brasil a ser pesquisado com mais ênfase. Já que, o Porto, muito mais do que um local de tráfego de mercarias e circulação de riquezas, foi e ainda é um lugar de aproximações culturais, tradições, costumes e experiências históricas marcantes. Em outras palavras, os portos representam locais de encontro para trabalhadores geralmente subalternizados, sendo espaços marcados por grande fluidez, uma tradição cosmopolita e uma constante dinâmica de chegadas e

[120] Trabalhadores que atuavam nas catraias (pequenas embarcações) que carregavam e descarregavam os produtos dos navios que ficavam atracados à distância do cais devido à pouca profundidade do ancoradouro no início do século XX.

partidas. São espaços de importância significativa para as cidades, as economias e o panorama global. Este ambiente merece ser alvo de extensas pesquisas. Desta forma, nosso trabalho visa oferecer aos interessados na história do trabalho e dos trabalhadores portuários uma excelente abordagem para compreender a evolução da historiografia temática dessa ao longo do tempo.

Por fim, esta Tese, ao longo de sua trajetória, expôs com riqueza a construção complexa tanto da história em si quanto da historiografia que a molda. O que se torna evidente, à medida que mergulhamos em sua análise, é a rede intrincada de abordagens que compõe os textos acadêmicos, uma “tapeçaria” que se forma a partir das mais diversas nuances.

Esta tese se propôs a preencher uma lacuna historiográfica, configurando-se como uma "carta de navegação". Apesar de não abordar todos os aspectos relacionados à produção historiográfica sobre o tema, seu objetivo foi contribuir para que historiadores e pesquisadores de diversas áreas possam navegar com mais eficiência e confiança ao explorar esse percurso de pesquisa temática em um "mar" histórico repleto de possibilidades.

Nesse contexto, é imperativo enfatizar como o nosso trabalho, para além de seu escopo, reverberou como um catalisador de transformação em nossa própria compreensão dessa produção. A incorporação do nosso trabalho como uma das fontes sobre o assunto que foi produzido após 2010, compeliu-nos a uma reavaliação de nossos caminhos de pesquisa e escolhas metodológicas. Ao trilharmos esse caminho introspectivo, nos deparamos com uma emaranhada rede de análises, metodologias e teorias entrelaçadas no nosso texto, lançando, por sua vez, uma nova perspectiva sobre as trajetórias dos demais investigadores cujos trabalhos foram examinados neste estudo.

Tornou-se evidente, portanto, que não partimos de um ponto zero em nossa investigação, mas sim que cada passo foi enriquecido pelo diálogo entre aqueles que já pesquisaram sobre o assunto. Em outros termos, uma tese nunca é erigida em isolamento. Ela surge a partir de um diálogo contínuo e fecundo com fontes primárias e secundárias, com a historiografia que nos precede e com o contexto intelectual e social no qual nos inserimos. Esta constatação ressalta a natureza interconectada da investigação histórica, em que cada contribuição

se amalgama em um mosaico de conhecimento, forjado através do diálogo contínuo com outras perspectivas acadêmicas.

O que isso ressalta, neste momento da escrita desta tese, é a natureza inerentemente coletiva da pesquisa histórica. Com cada trabalho, a construção do conhecimento é enriquecida por meio do engajamento com diferentes interpretações, abordagens e contextos, reforçando, assim, a vitalidade e o fortalecimento contínuo da pesquisa histórica. Sendo assim, cada contribuição, por menor que seja, tece uma parte da narrativa maior do conhecimento. E, assim, ao se inserir nesse fluxo em movimento de diálogo e reflexão, a pesquisa histórica assume sua verdadeira natureza que, ao nosso ver, é um processo de colaboração entre diferentes vozes, em diferentes épocas, que constroem, desafiam e influenciam o nosso entendimento do passado e do presente.

Fontes Consultadas:

- Monografias, Dissertações e Teses

ARANTES, Erika. **O Porto Negro:** cultura e associativismo dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2010.

_____. **O Porto Negro**: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação, Universidade de Campinas, SP, 2005.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. **Virando o jogo:** estivadores e carregadores no Rio de Janeiro na Primeira República. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo-USP. 1998 .

DI PAOLO, Darcy de Nazaré Fléxa. **O trabalhador da Estiva:** um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará. Belém: CEPAS, 1981.

_____. **Os estivadores do Pará no movimento sindical brasileiro:** um estudo sociológico. Belém: CEJUP-CEPAS, 1986.

FALCÃO, Jairo Luiz Fleck. **Cooperação, experiência e resistência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989).** 2009. Tese (Doutorado), Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós- Graduação em História, São Leopoldo-RS.

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da Resistência**: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999. Dissertação (Mestrado)

_____. **O porto dos Direitos**: a trajetória do sindicato nos serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFPel, 2009. Tese (Doutorado)

GITAHY, Maria Lucia Caira. **Os trabalhadores do porto de Santos 1889-1910.** 1983. 344 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281729>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Ventos do mar:** trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **The Port Workers of Santos, 1889-1914**: Labor Movement and Urban Culture in an early XXth Century Brazilian City. 1991. Tese (Doutorado). University of Colorado, UC, Estados Unidos.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa**: Memória e Experiência de Estivadores do Rio Grande/RS (1945- 1993). São Paulo, PUC, 2000. Tese (Doutorado).

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História).Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1996.

SARTI, Ingrid P. A.. **Estiva e Política**: estudo de caso no porto de santos. 1973. 188F. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

_____ . **O porto Vermelho:** os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira. **A carga e a culpa: os operários das docas de Santos:** Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

_____. **Operários sem patrões**: da Barcelona a Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). 2000. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280761>. Acesso em: 25 jul. 2018

_____. **Operários sem patrões:** os trabalhadores de Santos no entreguerras. São Paulo: Unicamp, 2003.

SILVA, José Bento Rosa da. **Estiva Papa-Siri:** mãos e pés no Porto de Itajaí. Itajaí: Ed. do autor, 2004. 336p.

VIVIAN, Diego Luiz**. Indústria portuária sul-rio-grandense**: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande. 2008. 345f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Acervos e bibliotecas:

Portal Capes – Catálogo de dissertações e Teses (https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

- Revistas Acadêmicas

Revista Brasileira de História – RBH,
Revista Estudos Históricos – REH
Revista Anos 90
Revista Navigator
Revista Mundos do Trabalho
Revistas História Social
Cadernos AEL.

- **Currículos Lattes:**

Carlos Alberto Oliveira de Oliveira: (http://lattes.cnpq.br/1530813948037389)
Darcy Flexa Di Paolo: (http://lattes.cnpq.br/3127427840207760)
Diego Luiz Vivian: (http://lattes.cnpq.br/7780749713898112)
Edgar Avila Gandra: (http://lattes.cnpq.br/3530480602109979)
Erika Arantes: (http://lattes.cnpq.br/4754676085114233)
Fernando Teixeira da Silva: (http://lattes.cnpq.br/9484795741977766)
Ingrid Piera Andersen Sarti: (http://lattes.cnpq.br/4227833327605633)
Jairo Luiz Flek Falcão: (http://lattes.cnpq.br/9251108143489074)

José Bento Rosa da Silva: (http://lattes.cnpq.br/2061265340914904)
Maria Luiza Ugarte Pinheiro: (http://lattes.cnpq.br/6153623094043758)
Maria Lucia Caira Gitahy: (http://lattes.cnpq.br/9293305192596753)
Maria Cecília Velasco e Cruz: (http://lattes.cnpq.br/4834896737149283)
Marli Albuquerque Navarro: (http://lattes.cnpq.br/3759798623116771)

Entrevistas:

Edgar Avila Gandra - Entrevista realizada com Edgar Avila Gandra, no dia 21 de janeiro de 2023.

José Bento Rosa da Silva - Linha Divisa. Do Porão ao Convés: Estivadores de Itajaí (SC) - Entre a Memória e a História. YouTube, 27/08/2022. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=FXIG2-5ytLU>

Referências Bibliográficas:

ABREU, Alzira Lopes de. **CPDOC 20 Anos**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, n° 13, 1994.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ALBURQUERQUE, Marli Brito Moreira de. **Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920)**: um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

ALVES, Vânia Malheiros Barbosa. **Vanguarda operária**: elite de classe? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

ANDRÉ, Marlene Monteiro. **Organização do trabalho portuário**: o cotidiano de vida e trabalho dos portuários avulsos. Vitória, ES: EDUFES, 1998.

ARAÚJO, Valdes Lopes de. **História da historiografia como analítica da historicidade**. Revista história e historiografia. Ouro Preto. n. 12. Agosto. 2013 P. 34-44. Doi: 10.15848/hh.v0i12.620

ARAÚJO, Ângela M. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. p. 117-139.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Apresentação.** Cadernos AEL: sindicalismo e protesto social. Campinas, UNICAMP/IFCH, v. 7, n.12/13, 2000.

AROUCHA, Davi Costa. **A vara, a vela e o remo:** trabalho e trabalhadores nos rios e portos do Recife oitocentista. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017. 272 f.

ARRUDA, José Jobson. **Uma colônia entre dois impérios**: a abertura dos portos brasileiros (1800- 1808). Bauru: Edusc, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, LDA. (Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro). 1977.

BATALHA, Claudio H. M. **A historiografia da classe operária no Brasil**: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Os desafios atuais da História do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BARROS, José D' Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

BOURDIE, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BLOCH, Marc. **Para uma história comparada das sociedades europeias**. *In:* BLOCH, Marc. História e Historiadores. Lisboa: Teorema, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.19° Impressão.

CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. Salvador, 2015. 294 f. Dissertação (Mestrado)

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COLARES, Leni Beatriz Corrêa. **Os conflitos de trabalho na construção do modelo de flexibilização gerida no porto do Rio Grande**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado).

COSTA, Eder Dion de Paula. **Trabalho Portuário e modernização dos portos**: empobrecimento e riqueza no mesmo contexto. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

CRUZ, Maria Cecilia Velasco e. **Solidariedade x Rivalidade**: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. Revista História Unisinos, São Leopoldo, V. 6, n° 6, Jul./Dez. 2002. P. 29-62.

Chauí, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 5. ed. São Paulo: Brasiliense. 1993.

DIEGUEZ, Carla Regina Mota. **Trabalho à deriva:** contradições e ambiguidades nas lutas e percepções dos estivadores de Santos (1993-2013). 2014. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FARIAS, Rosilídia da Costa. **As repercussões da reestruturação produtiva na saúde do trabalhador portuário:** o caso dos estivadores de Belém e Vila do Conde no estado do Pará.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Um porto atlântico colonial da América Portuguesa**: a participação de Jaraguá na formação do território alagoano e na gênese da cidade de Maceió. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2018. 390f.

GALVÃO, Nágila Maia de Morais. **Entre o mutualismo e o sindicalismo**: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933) Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2017. 289 f.

_____. **'Todo Cais é uma saudade de pedra'**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). Fortaleza. Universidade Federal do Ceará-UFCE. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em História)

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1996. Parte II.

HONORATO, Cesar Teixeira. **O Polvo e o Porto:** A Cia. Docas de Santos (1888-1914). Editora HUCITEC. Prefeitura Municipal de Santos, SP. 1996.

_____. **O Polvo e o Porto:** A Cia. Docas de Santos (1888-1914).HOYLE, B.S. (1997/98): "Cities and ports: concepts and inssues", Vergueta, Las Palmas, n° 3, p. 263-278.

_____. Doqueiro: entre o controle e o acidente. **Anos 90**, *[S. l.]*, v. 3, n. 4, p. 45–57, 1995. DOI: 10.22456/1983-201X.6154. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6154. Acesso em: 1 jul. 2023.

_____. **Porto do Rio De Janeiro:** entre o passado e o futuro. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (Org.). Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2013.

HUMPHREY, John. **Operários da Indústria Automobilística no Brasil:** Novas tendências no Movimento trabalhista". Estudos CEBRAP, 23.

LABROUSSE, Ernest. **Esquisse du mouvement de prix et de revenus en France au XVIII siècle.** Paris: Dalloz, 1933.

LACOUTURE, Jean. **A História Imediata.** In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger, Revel, Jacques. (dir.) A nova História. Coimbra: Livraria Almedina, 1978.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Trapiches e Trapicheiros na Dinâmica portuária de Salvador Colonial**. In: ALVES, Luís A. M.; PEREIRA, Gaspar M.; Cruzar Histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Portugal: CITEM. 2020. Doi: < 10.21747/9789898351739/alv2017>

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. **História social e microanálise**: Eduardo Grendi. In: _____. A micro-história italiana: escala, indícios e singularidades. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2020.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia e história – possibilidades de análise.** In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

MANCHESTER, Alan. **A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro**. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (org.). Conflito e continuidade na sociedade brasileira: ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MESGRAVIS, Laima. **O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.** Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 3 N° 5. 1983.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do trabalhador portuário e ementário**. Brasília: MTE, SIT, 2001.

MOREIRA, Regina da Luz. **Brasilianistas, historiografia e centros de documentação.** Estudos Históricos, V.3, n° 5: História e Ciências Sociais, 1990.

MONTENEGRO, Antônio T. **Combates pela história: história e memória.** *In*: História Oral**,** v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2007.

MULLER, Antônio Rubbo. **Teoria da Organização Humana.** São Paulo: Ed. Sociologia e Política, 1958.

NASCIMENTO, Hiata Anderson Silva do. **O nascimento de um novo trabalhador portuário:** Reestruturação Produtiva e Corporativismo. Campinas: UNICAMP, 1999. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado)

NASIHGIL, Arion Augusto Nardello. **A Modernização dos Portos Brasileiros e o Trabalhador Portuário**: Impactos Socioeconômicos. Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado em Direito Econômico e Socioambiental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) 149 f. Dissertação (Mestrado)

NOGUEIRA, Amanda Carvalho de Souza. **A Modernização do Porto de Santos e a relação porto-cidade**: um estudo comparativo entre dados históricos, IDH e percepção socioeconômica do trabalhador portuário. Dissertação (Mestrado) 103 f. — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, 2016.

NUNES, Daniela. **Pesquisa Historiográfica:** desafios e caminhos. Revista de Teoria da História Ano 2, Número 5, junho/ 2011.

OLIVEIRA, Rafaela Bastos de. **Entre memórias**: as experiências dos carregadores e carregadoras da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (Roadway) (1993-2015). Universidade Federal do Amazonas. Dissertação (Mestrado). 2016. 134 f.

PETERSEN, S. R. F. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, *[S. l.]*, v. 14, n. 26, 2010. Disponível em:

https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2564. Acesso em: 1 jul. 2023.

PIEPER, Jordana Alves. **Carregar e descarregar:** os estivadores de Pelotas e suas relações Trabalhistas entre 1940 e 1942. 2013. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Pelotas, Curso de Licenciatura Plena em História. Pelotas/RS.

RAITH, Alexandre Pacheco. **A cultura da estiva no Porto de Santos**: análise comparativa de duas gerações de trabalhadores. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Escola de Ciências, Artes e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão original

RAMOS, Igor Guedes. **A historiografia brasileira sobre o trabalho**: Entre Thompson e Foucault. *In:* Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia*: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado** – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro:** 1500-1808. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext>. Acesso em ago. 2017.

_____. **Portos do Brasil colonial.** In: DOMINGUES, A. e MOURA, Denise A. Soares. (Org.). Histórias do Atlântico português. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica:** geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2018.437 f.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (org.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48

SILVA, Maria Dalva Casimiro da. **Relações de Trabalho no Cais do Porto do Rio de Janeiro:** Resistência e Modernização. Orientador: Giuseppe Mário Cocco. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social em Nível de Mestrado, 2007. Dissertação (Mestrado)

SILVA, Vanderlei Kalina; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed., 2a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Thiago Cedrez. **No embalo da onda**: a memória da trajetória do sindicato dos Estivadores de Rio Grande no Ano de 1964. Pelotas, UFPEL, 2013. (Monografia).

_____. **Dos porões ao Cais**: memória e experiência de estivadores do Rio Grande/RS nos anos de 1960 a 1969. Pelotas, UFPEL, 2016. (Dissertação).

SILVA, T. C.; SIMÕES, E. S.; GANDRA, E.A. **Do papel para a edificação**: uma análise do percurso histórico da instalação do porto público de Pelotas-RS. Revista do instituto histórico e geográfico do rio grande do sul, v. 158, p. 197-2016, 2020.

SIMÕES, Elvis Silveira. **No centro e à margem**: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas e 1950/60. Pelotas, UFPEL, 2017. (Dissertação)

SOUZA, Gracineide Maria de. **Os trabalhadores portuários avulsos (tpas) e os impactos socioeconômicos da lei nº 8.630/93 de modernização dos portos**. Vitória-ES, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. 234f. Dissertação (Mestrado em História)

_____. Análise das leis portuárias no Brasil: das ordenações à lei nº 12.815/2013. In: SILVA, Thiago C; Gandra, Edgar Avila; Simões, Elvis Silveira (Orgs). **História do Brasil em Tela**: múltiplas abordagens historiográficas. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2020.

SOUZA, Deib Lima de. **Modernização e Precarização:** as condições de trabalho dos portuários em capatazia de Manaus – AM. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas. 2016. 128 f.

SCHIMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre gênero bibliográfico**: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Rodrigues Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana 1868-1945. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS.

SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida**. Porto Alegre, UFRGS, 2010. (Tese Doutorado)

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizadores**: Antônio Luigi Montenegro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.

_____ . **A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar,1978.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar.1979.

WOLIKOW, Serge. **A concepção da História operária diante da abertura de novos arquivos.** Tradução de Mariana w. de Magalhães. Cadernos AEL, N° 5/6, 1996/1997.

VIVIAN, Diego Luiz**. Olhares Vigilantes a Bordo**. Biblos, Rio Grande, n° 18, 2006. P.125-144.

_____. **Olhares Vigilantes a bordo**: história e memória dos vigias portuário do Rio Grande do Sul. Rio Grande, 2004. Monografia (Curso de Bacharel em História). Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Thiago Cedrez da Silva, matricula nº 19103713 declaro para todos os fins que o texto em forma de ( ) Dissertação de mestrado ou (x) Tese de Doutorado, intitulado História do Trabalho Portuário: análise das produções acadêmicas no Brasil entre os anos de 1973 a 2010, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 14 de novembro de 2023.

_____

ASSINATURA